TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados - **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande - CIDASG**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente justificativa tem por finalidade respaldar a realização de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico com Registro de Preços**, visando à aquisição de ambulâncias e unidades móveis de saúde, conforme as necessidades dos **municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande – CIDASG.**

2.2 Acomplexidade e a abrangência da necessidade decorrem de múltiplos fatores. Primeiramente, muitos dos municípios integrantes do consórcio, caracterizados por serem de pequeno porte e localizados em áreas rurais ou com limitado desenvolvimento urbano, sofrem com a carência de infraestrutura viária, a escassez de especialidades médicas e a precarização dos meios de transporte existentes. O quadro é agravado pela obsolescência e pelo sucateamento das frotas municipais, demandando investimentos urgentes em veículos que não apenas atendam às necessidades imediatas, mas que também garantam a segurança, a eficiência e a sustentabilidade a longo prazo.

2.3 A aquisição de veículos novos, zero quilômetros, emerge como a solução mais adequada, economicamente vantajosa e tecnicamente viável para enfrentar tais desafios. Essa escolha não se limita à renovação da frota, mas representa um investimento em melhoria contínua dos serviços públicos, assegurando a mobilidade de pacientes que necessitam de transporte especializado (ambulâncias), o deslocamento de equipes para atendimento em áreas remotas (unidades móveis) e o suporte a atividades administrativas e correlatas da administração municipal. A decisão foi formalizada e aprovada em Assembleia Geral do CIDASG, após um levantamento criterioso das demandas apresentadas pelos municípios por meio de ofícios, demonstrando um processo de planejamento participativo e alinhado às reais necessidades locais.

2.4 A relevância socioeconômica e sanitária dessa contratação é inegável. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 196, consagra a saúde como direito fundamental e dever do Estado, e os desafios de mobilidade no interior do Brasil comprometem gravemente o acesso a esses serviços. O Observatório da Mobilidade SAE Brasil aponta que 50% da população

brasileira reside em municípios com menos de 150 mil habitantes, onde a infraestrutura viária é deficiente e o transporte público, muitas vezes, é inexistente. Essa realidade impede o acesso a hospitais em centros urbanos maiores para pacientes que necessitam de tratamentos especializados, como hemodiálise, ou que possuem mobilidade reduzida. Portanto, aprimorar a capacidade logística e de transporte é uma medida que se alinha diretamente com a promoção da dignidade humana, a redução das desigualdades regionais e a efetivação de direitos sociais, conforme preconizado pela Carta Magna.

2.5 Considerando os desafios logísticos, estruturais e orçamentários enfrentados pelos municípios consorciados, é de suma importância a contratação de veículos apropriados para atendimento da população, das secretarias dos Municípios Consorciados Participantes e unidades de saúde que necessitam do deslocamento para execução de suas atividades administrativas e correlatas à Administração.

2.6 Nesse cenário, identificou-se a aquisição de veículos novos, zero quilômetros, como solução disponível no mercado mais adequada às necessidades dos municípios consorciados do **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande**, conforme deliberação e aprovação em Assembleia Geral, bem como pelo levantamento junto ao Municípios por ofício enviado pelo Consórcio com a intenção de registro de preços.

2.7 Assim sendo, a aquisição de ambulâncias modernas e unidades móveis especializadas (odontológicas, oftalmológicas, de vacinação, atendimento clínico, social e veterinárias) é fundamental. As ambulâncias são indispensáveis para o transporte de pacientes críticos, vítimas de acidentes, gestantes e indivíduos em tratamentos contínuos, garantindo tempos de resposta adequados e transporte seguro. As unidades móveis, por sua vez, permitem a descentralização de serviços, alcançando populações vulneráveis e promovendo a saúde bucal e visual infantil, a imunização, o atendimento clínico e social em comunidades afastadas, além do controle de zoonoses por meio de castração animal. Essas ações representam um impacto social significativo, fortalecendo as redes locais de saúde e assistência, e contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 4) da ONU, que preconizam saúde e bem-estar, e educação de qualidade.

2.8 A renovação da frota, com a aquisição de veículos novos e adaptados, é, ademais, uma medida de sustentabilidade econômica para a gestão pública. A frota antiga e sucateada gera custos elevados com manutenções corretivas e preventivas, além de maior consumo de combustível, tornando-se antieconômica. A aquisição de veículos zero quilômetros, com as devidas adaptações e garantias de fábrica, não só reduzirá esses custos operacionais, como também proporcionará maior eficiência na prestação dos serviços. Todo esse cenário evidencia a imperiosa necessidade e a robusta justificativa para a presente contratação, que será detalhada e fundamentada com base nos princípios da Administração Pública e na legislação aplicável.

2.9 A aquisição de veículo, a partir do cenário acima apresentado, em relação aos 12 (doze) municípios, para fins de gestão pública, controle orçamentário, garantia decorrente de se tratar de veículos novos, zero quilômetros, adaptações exigidas para atendimento de políticas públicas de educação, saúde, infraestrutura e segurança, apresenta-se como solução de melhor custo-benefício e eficiência para consecução do interesse público buscado pela Administração Pública.

3. DO DESCRITIVO

3.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com o objetivo de possibilitar economia de escala, conforme previsto no inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei n° 14.133/2021 e no art. 7°, inciso V, da Instrução Normativa SEGES/ME n° 40/2020.

3.2 O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçui Grande – CIDASG, em virtude de sua finalidade estatutária de promover o desenvolvimento socioambiental e econômico regional, em especial nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança, justifica a presente contratação, visto que a aquisição de veículos especiais e utilitários é fundamental para a execução de políticas públicas municipais.

3.3 Para tanto, o critério quantitativo foi definido a partir das demandas apresentadas pelos municípios consorciados, consolidadas pelo Consórcio, resultando na fixação de unidades por item, com possibilidade de atendimento a diferentes municípios participantes. Considerando que se trata de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com Registro de Preços, a quantidade estimada e o prazo de vigência da ata atenderão plenamente aos interesses dos municípios consorciados interessados em contratar.

ITEM	*DESCRIÇÃO*
1	**VAN / FURGÃO PARA TRANSPORTE DE 15+1 PASSAGEIROS** O veículo automotor deverá ser novo (zero quilômetro), ano/modelo 2025/2026; tipo van/furgão, na cor branca, com motor a diesel, adaptado para 16 lugares, sendo 15 para passageiros e 1 para motorista. A cilindrada mínima do motor seja de 2.000 cm³, com potência mínima de 170 cv e torque de 40 Kgf.m. A transmissão seja manual, com pelo menos 6 marchas à frente e 1 marcha à ré, teto alto; tração traseira e freio a disco nas 4 rodas. O tanque de combustível tenha capacidade mínima de 70 litros e o de Arla 32, 20 litros. O comprimento total seja de no mínimo 5.932 mm e o PBT (Peso Bruto Total) de 4.100 kg. A distância entre eixos seja de no mínimo 3.665 mm. O veículo conte com: airbag, direção hidráulica, Volante com Regulagem de Altura e profundidade; vidros

elétricos dianteiros com trava, iluminação interna e externa, rádio básico com alto-falante no salão, tapetes de borracha para cabine, protetor de cárter e câmbio, e seja equipado com quatro martelinhos de segurança nas laterais, com capa de proteção, quatro luzes vigia (duas amarelas e duas vermelhas) no teto e demais equipamentos obrigatórios.Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante.Os bancos dos motoristas e passageiros deverão ser revestidos em courvin de alta qualidade ou tecido, mantendo o padrão das poltronas traseiras, com apoio de cabeça. Todos os bancos precisarão estar equipados com cintos de segurança, em conformidade com as normas da ABNT e do CONTRAN. Os bancos do salão terão de ser fixados integralmente por trilhos de alumínio extrusado, devidamente alinhados. O sistema de fixação dos bancos por trilhos de alumínio extrusado oferece maior segurança, promovendo a distribuição eficiente das forças de impacto em situações de frenagens bruscas ou colisões, garantindo a estabilidade dos bancos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CONTRAN 939/2022, que regulamenta a ancoragem de bancos em veículos de transporte

coletivo. Este sistema deverá proporcionar flexibilidade no layout interno do veículo, permitindo a remoção e reorganização dos bancos conforme a demanda operacional, seja para o transporte de passageiros ou carga. O sistema de fixação deverá ser fabricado com alumínio extrusado 6061, tempera T6, e deverá atender às exigências normativas de segurança, sendo submetido a ensaios de impacto e resistência para assegurar a integridade estrutural e a conformidade com as normas vigentes.Ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalado por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão de passageiros:O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm^3, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correia do tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em vans de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da van. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.A unidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, composta por condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmica e melhora a eficiência do sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estrutura deverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da van, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmica do veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de alta performance, com vazão mínima de 2.800 m^3/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de alta absorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da van.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m^3/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando

	climatização adequada do compartimento traseiro da van. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da van tenha pleno comando sobre as condições internas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e resistência mecânica ao conjunto.A unidade também deverá estar equipada com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da van, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistema deverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistema de climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor –, oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverá contar ainda com um sistema de diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistema de climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficaz de vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da van e conduzi-lo a uma câmara selada de

	desinfecção. Esta câmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistema de purificação deverá funcionar de forma simultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). O fornecedor deverá apresentar, na documentação de habilitação, relatório técnico de ensaio de conforto térmico, realizado em nome da empresa transformadora e/ou da empresa licitante, com o objetivo de comprovar que o sistema de climatização, aliado ao isolamento térmico do veículo, atende aos requisitos de desempenho térmico e conforto ambiental, assegurando condições adequadas de temperatura e ventilação no interior da cabine e salão, em conformidade com a NBR 15570 e outras normas vigentes. O fornecedor deverá apresentar na habilitação Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log (90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente;O ar-condicionado da cabine de passageiros deverá contar com 36 meses de garantia.O revestimento interno do salão, incluindo teto e laterais direita e esquerda, deverá ser confeccionado em ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) termoformado, com acabamento de alta resistência e durabilidade, atendendo aos critérios de segurança e higiene exigidos para veículos de transporte coletivo. O material deverá apresentar características de fácil limpeza, alta resistência ao impacto e ao desgaste, garantindo longevidade e manutenção simplificada. O material também deverá ser classificado conforme as exigências de segurança contra incêndio, podendo ser não inflamável ou autoextinguível, de acordo com as normas aplicáveis, como a Norma NBR 9441 e em conformidade com a Resolução CONTRAN 498/2014, que estabelece as normas de segurança para os componentes internos do veículo. Todos os vidros do salão deverão estar em

	conformidade com a portaria INMETRO 34/2021, e o certificado de conformidade deverá ser apresentado na proposta comercial.O piso deverá ser composto por chapa de compensado naval de 12 mm de espessura, revestido com manta vinílica antiderrapante, sem emendas ou frestas, para evitar infiltração de líquidos e garantir a perfeita assepsia do ambiente. O revestimento deverá possuir características antideslizantes, atendendo às normas de segurança vigentes, assegurando estabilidade e conforto para os ocupantes do veículo. Os acabamentos deverão ser realizados com perfis de alumínio ou plástico, garantindo a resistência e acabamento adequado, com vedação eficiente, evitando a entrada de sujeira ou líquidos nas junções.A iluminação interna do veículo será composta por duas luminárias LED embutidas no duto central do ar-condicionado, projetadas para fornecer iluminação uniforme e eficiente no interior do veículo. O acionamento das luminárias será feito por interruptor instalado no painel do motorista, com a funcionalidade adicional de acendimento automático ao abrir e fechar as portas, garantindo visibilidade adequada durante o embarque e desembarque de passageiros. As luminárias deverão atender aos padrões de eficiência energética e durabilidade, proporcionando uma iluminação suave, porém eficaz, sem gerar desconforto para os ocupantes. O veículo deverá estar equipado com tacógrafo digital, garantindo a conformidade com as normativas de transporte coletivo. Toda a fiação elétrica deverá ser instalada de acordo com as normas de segurança elétrica vigentes, protegida por conduítes de fácil acesso para manutenção, permitindo uma troca rápida e eficiente de componentes, quando necessário. Os cabos deverão ser antichamas, atendendo à Norma NBR 14988 para sistemas elétricos de veículos, e deverão possuir terminais clipados nas extremidades dos fios, assegurando uma conexão segura e resistente à vibração e ao desgaste, evitando falhas de contato ou curtos-circuitos. Será exigida a atualização no RENAVAM para a alteração de tipo, espécie e lotação do veículo. Documentação necessária na habilitação: O licitante deverá apresentar Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão dos passageiros, em nome da empresa licitante. Apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50.

	O licitante deverá apresentar CR IBAMA em nome da empresa licitante. O licitante deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação, o CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, podendo tais documentos estar em nome da própria licitante ou da empresa transformadora contratada. Caso estejam em nome da empresa transformadora, deverão estar acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante. Quanto as notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, devem ser apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado, sob pena de recusa do objeto. O licitante deverá apresentar o registro válido no CREA do engenheiro responsável pela adaptação, acompanhado de comprovação de vínculo com a empresa, por meio da certidão de registro da pessoa jurídica no CREA. O registro válido deverá corresponder à empresa que detém o CAT, seja esta a licitante ou a empresa transformadora contratada. O licitante deverá apresentar, na proposta comercial, relatório técnico de ensaio de ancoragem do cinto de segurança, conforme as normas CONTRAN 939/2022 e UN/ECE R14 devidamente referenciadas. O relatório deverá comprovar, por meio de imagens, a fixação dos bancos ao assoalho do veículo, utilizando o sistema de trilhos em alumínio, com a indicação da liga de alumínio utilizada na fixação dos bancos. O relatório deverá ser emitido em nome da empresa detentora do CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito), seja esta a licitante ou a empresa transformadora contratada. Deverá ser apresentado, ainda, projeto técnico detalhado, que contemple todos os itens exigidos na descrição do objeto, acompanhado de memorial descritivo devidamente assinado pelo engenheiro responsável. Todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN devem estar presentes no veículo, e a garantia mínima do veículo deverá ser de 24 meses.
2	**VAN / FURGÃO PARA TRANSPORTE DE 15+1 PASSAGEIROS COM ACESSIBILIDADE:** O veículo automotor deverá ser novo (zero quilômetro), ano/modelo 2025/2026; tipo van/furgão, na cor branca, com motor a diesel, adaptado para 16 lugares, sendo 14 para passageiros, 1 para motorista e 1 para cadeirante. A cilindrada mínima do motor seja de 2.000 cm³, com potência mínima de 170 cv e torque de 40 Kgf.m. A transmissão

	seja manual, com pelo menos 6 marchas à frente e 1 marcha à ré, teto alto; tração traseira e freio a disco nas 4 rodas. O tanque de combustível tenha capacidade mínima de 70 litros e o de Arla 32, 20 litros. O veículo deverá ser adaptado para garantir acessibilidade, com a instalação de um Dispositivo de Poltrona Móvel (D.P.M.) e outras adaptações conforme as normas vigentes. O comprimento total seja de no mínimo 5.932 mm e o PBT (Peso Bruto Total) de 4.100 kg. A distância entre eixos seja de no mínimo 3.655 mm. O veículo conte com: airbag, direção hidráulica, Volante com Regulagem de Altura de Profundidade; vidros elétricos dianteiros com trava, iluminação interna e externa, rádio básico com alto-falante no salão, tapetes de borracha para cabine, protetor de cárter e câmbio, e seja equipado com quatro martelinhos de segurança nas laterais, com capa de proteção, quatro luzes vigia (duas amarelas e duas vermelhas) no teto e demais equipamentos obrigatórios. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. Os bancos dos motoristas e passageiros deverão ser revestidos em courvin de alta qualidade ou tecido, mantendo o padrão das poltronas traseiras, com apoio de cabeça. Todos os bancos precisarão

	estar equipados com cintos de segurança, em conformidade com as normas da ABNT e do CONTRAN. O banco destinado ao cadeirante deverá ser equipado com apoios de braço duplo e cintos de segurança de três pontos. Os bancos do salão terão de ser fixados integralmente por trilhos de alumínio extrusado, devidamente alinhados. O sistema de fixação dos bancos por trilhos de alumínio extrusado oferece maior segurança, promovendo a distribuição eficiente das forças de impacto em situações de frenagens bruscas ou colisões, garantindo a estabilidade dos bancos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CONTRAN 939/2022, que regulamenta a ancoragem de bancos em veículos de transporte coletivo. Este sistema deverá proporcionar flexibilidade no layout interno do veículo, permitindo a remoção e reorganização dos bancos conforme a demanda operacional, seja para o transporte de passageiros ou carga. O sistema de fixação deverá ser fabricado com alumínio extrusado 6061, tempera T6, e deverá atender às exigências normativas de segurança, sendo submetido a ensaios de impacto e resistência para assegurar a integridade estrutural e a conformidade com as normas vigentes.Ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalado por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão de passageiros:O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm^3, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correia do tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em vans de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da van. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.A unidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, composta por condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmica e melhora a eficiência do sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estrutura deverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da van, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmica do veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de

alta performance, com vazão mínima de 2.800 m³/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de alta absorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da van.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m³/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da van. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da van tenha pleno comando sobre as condições internas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e resistência mecânica ao conjunto.A unidade também deverá estar equipada com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da van, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistema deverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistema de climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor –, oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverá contar ainda com um sistema de diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistema de climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com

	comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficaz de vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da van e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Esta câmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistema de purificação deverá funcionar de forma simultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). O fornecedor deverá apresentar, na documentação de habilitação, relatório técnico de ensaio de conforto térmico, realizado em nome da empresa transformadora e/ou da empresa licitante, com o objetivo de comprovar que o sistema de climatização, aliado ao isolamento térmico do veículo, atende aos requisitos de desempenho térmico e conforto ambiental, assegurando condições adequadas de temperatura e ventilação no interior da cabine e salão, em conformidade com a NBR 15570 e outras normas vigentes. O fornecedor deverá apresentar na habilitação Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log (90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente;O ar-condicionado da cabine de passageiros deverá contar com 36 meses de garantia.O revestimento interno do salão, incluindo teto e laterais direita e esquerda, deverá ser confeccionado em ABS

	(Acrilonitrila Butadieno Estireno) termoformado, com acabamento de alta resistência e durabilidade, atendendo aos critérios de segurança e higiene exigidos para veículos de transporte coletivo. O material deverá apresentar características de fácil limpeza, alta resistência ao impacto e ao desgaste, garantindo longevidade e manutenção simplificada. O material também deverá ser classificado conforme as exigências de segurança contra incêndio, podendo ser não inflamável ou autoextinguível, de acordo com as normas aplicáveis, como a Norma NBR 9441 e em conformidade com a Resolução CONTRAN 498/2014, que estabelece as normas de segurança para os componentes internos do veículo. Todos os vidros do salão deverão estar em conformidade com a portaria INMETRO 34/2021, e o certificado de conformidade deverá ser apresentado na proposta comercial. O piso deverá ser composto por chapa de compensado naval de 12 mm de espessura, revestido com manta vinílica antiderrapante, sem emendas ou frestas, para evitar infiltração de líquidos e garantir a perfeita assepsia do ambiente. O revestimento deverá possuir características antideslizantes, atendendo às normas de segurança vigentes, assegurando estabilidade e conforto para os ocupantes do veículo. Os acabamentos deverão ser realizados com perfis de alumínio ou plástico, garantindo a resistência e acabamento adequado, com vedação eficiente, evitando a entrada de sujeira ou líquidos nas junções. A iluminação interna do veículo será composta por duas luminárias LED embutidas no duto central do ar-condicionado, projetadas para fornecer iluminação uniforme e eficiente no interior do veículo. O acionamento das luminárias será feito por interruptor instalado no painel do motorista, com a funcionalidade adicional de acendimento automático ao abrir e fechar as portas, garantindo visibilidade adequada durante o embarque e desembarque de passageiros. As luminárias deverão atender aos padrões de eficiência energética e durabilidade, proporcionando uma iluminação suave, porém eficaz, sem gerar desconforto para os ocupantes. O veículo deverá estar equipado com tacógrafo digital, garantindo a conformidade com as normativas de transporte coletivo. Toda a fiação elétrica deverá ser instalada de acordo com as normas de segurança elétrica vigentes, protegida por conduítes de fácil acesso para manutenção, permitindo uma troca rápida e eficiente de componentes, quando necessário. Os cabos deverão ser antichamas, atendendo à Norma NBR 14988 para sistemas elétricos de veículos, e deverão possuir terminais clipados nas extremidades dos fios, assegurando uma

	conexão segura e resistente à vibração e ao desgaste, evitando falhas de contato ou curtos-circuitos. Será exigida a atualização no RENAVAM para a alteração de tipo, espécie e lotação do veículo. Documentação necessária na habilitação: O licitante deverá apresentar Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão dos passageiros, em nome da empresa licitante. Apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50. O licitante deverá apresentar CR IBAMA em nome da empresa licitante. O licitante deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação; o CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, podendo tais documentos estar em nome da própria licitante ou da empresa transformadora contratada. Caso estejam em nome da empresa transformadora, deverão estar acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante. Quanto as notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, devem ser apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado, sob pena de recusa do objeto. □ O licitante deverá apresentar o registro válido no CREA do engenheiro responsável pela adaptação, acompanhado de comprovação de vínculo com a empresa, por meio da certidão de registro da pessoa jurídica no CREA. O registro válido deverá corresponder à empresa que detém o CAT, seja esta a licitante ou a empresa transformadora contratada. □ O licitante deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação; relatório técnico de ensaio de ancoragem do cinto de segurança, conforme as normas CONTRAN 939/2022 e UN/ECE R14 devidamente referenciadas. O relatório deverá comprovar, por meio de imagens, a fixação dos bancos ao assoalho do veículo, utilizando o sistema de trilhos em alumínio, com a indicação da liga de alumínio utilizada na fixação dos bancos. O relatório deverá ser emitido em nome da empresa detentora do CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito), seja esta a licitante ou a empresa transformadora contratada.

	A empresa licitante deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação; relatório técnico de ensaio de ancoragem e performance do Dispositivo de Poltrona Móvel (D.P.M.), emitido em nome da empresa adaptadora ou da própria licitante, caso esta seja a transformadora, com as normas ABNT NBR 6091/2015 e CONTRAN 939/2022 devidamente referenciadas no documento. Deverá ser apresentado, ainda, projeto técnico detalhado, que contemple todos os itens exigidos na descrição do objeto, acompanhado de memorial descritivo devidamente assinado pelo engenheiro responsável. Todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN devem estar presentes no veículo, e a garantia mínima do veículo deverá ser de 24 meses.
3	**Veículo tipo Furgoneta – Adaptado para Ambulância Simples Remoção 0 km**: Veículo tipo furgoneta, adaptado para ambulância 6 m³, simles remoção – Tipo A, com motor mínimo 2.0, diesel, cilindrada mínima: 1.900 cm ³, ano/modelo de no mínimo 2025/2025, com ar condicionado dianteiro original de fábrica, banco para motorista e dois acompanhantes na cabine, potência mínima 150 cv, torque mínimo 30kgfm – proconve8, volume útil mínimo do compartimento de carga: 6m³; câmbio manual, tração dianteira, direção hidráulica ou elétro-hidráulica, freios dianteiros a discos ventilados e traseiros a discos sólidos, capacidade mínima do tanque de combustível de 69 litros, entre eixo mínimo 3.275mm, sistema de segurança com abs, air bag dupla frontal com três pontos de proteção, esp (controle de estabilidade), hill-assist - sistema auxiliar de partida em rampa, indicador de ausência de enfivelamento do cinto de segurança, equipamentos originais de fábrica: rádio am/fm/mp3 com entrada usb e bluetooth, trava elétrica e vidros elétricos e retrovisor elétrico. Garantia do veículo conforme manual do fabricante. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de

estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. Garantia do veículo conforme manual do fabricante. Descritivo da transformação: revestimento interno: instalação de isolamento térmico-acústico com ação retardante quanto à propagação de chamas (CONTRAN 498/14);ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante, ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão do paciente: O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm^3, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correia do tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em ambulâncias de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da ambulância. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.A unidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, composta por condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmica e melhora a eficiência do sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estrutura deverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da ambulância, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmica do veículo. A unidade deverá incluir

	eletroventiladores de alta performance, com vazão mínima de 2.800 m³/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de alta absorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da ambulância.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m³/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da ambulância. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da ambulância tenha pleno comando sobre as condições internas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e resistência mecânica ao conjunto. A unidade também deverá estar equipada com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da ambulância, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistema deverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistema de climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor –, oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverá contar ainda com um sistema de diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistema de climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C),

com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficaz de vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da ambulância e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Esta câmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistema de purificação deverá funcionar de forma simultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). Deverá contar com garantia de 36 meses. O fornecedor deverá apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log (90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente; o assoalho do salão do paciente deverá conter revestimento em poliuretano, com aplicação no piso do veículo, puro 100%, auto extinguível, 100% sólido sem voláteis, aplicado por spray, monolítico, sem juntas, impermeável, moldado ao assoalho com dureza shore d entre 83 e 93, segundo a norma astm a-2240, resistente a abrasão com perda de massa máxima de 20 gramas segundo a norma astm d- 4060, que proporcione redução de ruídos e vibrações e não gere energia estática, atóxico, que permita limpeza pesada com jato de alta pressão e utilização de hipoclorito de sódio à 3% de concentração, com elastômero bicomponente de alta tecnologia, que oferece várias vantagens,

como cura rápida, resistência à corrosão, abrasão e produtos químicos, além de selar a superfície. O produto aplicado puro é um revestimento elastomérico bicomponente que proporciona diversas vantagens: cura rápida: o produto seca rapidamente, o que facilita e agiliza a instalação. Resistência: é resistente a corrosão, abrasão e produtos químicos, o que a torna ideal para ambientes que exigem durabilidade e proteção. Selamento: o produto sela a superfície, impedindo a passagem de água e a infiltração de líquidos. Aderência: adere a diversos tipos de substratos, o que a torna versátil e fácil de aplicar. Benefícios do piso: o piso revestido em poliuretano puro oferece uma combinação de resistência, durabilidade e facilidade de manutenção. É uma solução ideal para ambientes que necessitam de proteção contra intempéries, produtos químicos e abrasão, tais como áreas de trabalho, garagens, áreas industriais e áreas externa. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação: ensaio de flamabilidade do piso conforme a resolução do contran 498/2014 em nome da empresa licitante; Ensaio de Migração Global conforme a Resolução 105/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em nome da empresa licitante; Ensaio de Coeficiente de Atrito Estático do Revestimento do Piso, conforme ABNT NBR 15570/2011 em nome da empresa licitante; Carta de Solidariedade da empresa fabricante para a empresa licitante; revestimento interno nas laterais e teto em (prfv) fibra de vidro ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), sem emendas, conforme ABNT NBR 14.561/2000; Armários: armário superior na lateral esquerda confeccionado em fibra de vidro ou compensado naval formicado com portas de correr em acrílico; uma bancada para acomodação de equipamentos e medicamentos, com aproximadamente 1 m de comprimento por 0,40 m de profundidade e 0,70 m de altura do piso a bancada, sendo de total higienização conforme ABNT NBR 14.561/2000; Bancos: 01 banco fixo médico ao lado da maca, estofamento em courvin de alta resistência, com cinto de segurança de 03 pontos, conforme ABNT NBR 6091:2015; 01 banco baú confeccionado em fibra de vidro, ou compensado naval formicado as 2 faces na lateral para 02 pessoas com cintos de segurança individuais, estofamentos em courvin de alta resistência, com encosto de cabeça, assentos reclináveis e encostos das costas individuais, conforme ABNT NBR 14.561/2000; Maca: maca retrátil com comprimento mínimo de 1.900 mm, cabeceira voltada para frente do veículo, com pés dobráveis, sistema escamoteável, provida de 04 rodízios giratórios confeccionados em materiais resistentes a oxidação, pneus de borracha maciça, sistema de freios. Com trava de segurança para evitar o fechamento

	involuntário das pernas da maca quando na posição estendida, projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vítima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa, 03 cintos de segurança fixos à mesma, sendo um deles com sistema de 04 pontas para fixação dos ombros e tórax do paciente, equipada com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima, provida de sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e com garantia mínima de 24 meses. Com colchonete impermeável, lavável, sem zíper, com espuma interna de densidade 33 kgf/m³.sistema elétrico: iluminação interna com 03 luminárias no teto em led;01 farol de embarque instalado sobre a porta traseira, com acionamento independente e regulagem manual no sentido vertical de 180°;02 tomadas internas 2p+t 110 vca;02 tomadas internas 12 vcc; inversor de voltagem 400 watts; sinalizador frontal em barra em arco com lente inteiriça ou linear com 03 lentes injetadas de policarbonato na cor vermelha, comprimento mínimo de 690 mm, largura mínima de 290 mm, mínimo de 05 blocos dianteiros, 05 blocos traseiros e 02 blocos laterais sendo que cada bloco contém 04 leds de no mínimo 1 wat lente colimadora ou defletora em cada leds; o modulo de controle deverá permitir a geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência com no mínimo de 10 efeitos luminosos de flash distintos; sinalizador acústico com amplificador de no mínimo 100 w rms de potência, @ 13,8 vcc, 03 (três) tons distintos, resposta de frequência de 300 a 3000 hz e pressão sonora a 01 (um) metro de no mínimo 110 db @ 13,8 vcc com um único autofalante;02 sinalizadores na parte traseira da ambulância na cor vermelha, com frequência mínima de 90 flashes por minuto, quando acionado, com lente injetada de policarbonato; oxigenoterapia: sistema de oxigênio com suporte para cilindro de 03 litros; instalação de um cilindro de oxigênio de 03 litros com válvula e manômetro; régua de oxigênio de 03 pontas com fluxômetro / aspirador / umidificador; ventilação/vidros: ar condicionado no compartimento do paciente, derivação do Sistema de Ar Condicionado Frontal Original através de bloco de alumínio, mangueiras homologadas para Gás 134A e Caixa Evaporadora de Expansão Capilar com 4 difusores, atendendo a capacidade térmica de 20.000 BTUs. Derivação do Sistema Elétrico Original através de chicote elétrico automotivo, com comando de velocidade independente, fixado de acordo com a necessidade do cliente. Medidas

	da Caixa (AxCxL): dimensões máximas 145mm x 340mm x 410mm Material: Plástico Cor: Preta/Cinza Capacidade Aprox: 20.000 Btus Conexões: Vedação O'ring), Válvula De Expansão: Tipo Universal De 1 Capilar Evaporador: Tipo Serpentina De Alumínio Painel De Controle: Botões Plásticos; Seletor De Velocidade 3 Posições;; instalação de 01 exaustor com cúpula de proteção em fibra de vidro; janela com vidro de correr e com película jateada na porta lateral; janela de comunicação com vidro de correr junto à divisória entre a cabine do motorista e o compartimento do paciente; demais itens: balaústre fixado no teto; instalação de 01 suporte para soro fixado no balaústre; acabamentos em sicaflex (vedação de todos os cantos existentes); reforço fixado no piso, embaixo de todas as rodas da maca em alumínio; alarme sonoro de marcha ré; plotagem padrão ambulância; entrega da ambulância via plataforma (guincho), entregue 0 km. Qualificação técnica: a empresa deverá apresentar na proposta comercial ou documentos de habilitação; CR IBAMA - Certificado de Regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em nome da empresa licitante;o CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, podendo tais documentos estar em nome da própria licitante ou da empresa transformadora contratada. Caso os documentos estejam em nome da empresa transformadora, deverão ser acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, do contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante, bem como das notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, a serem apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado. Deverá ser fornecido laudo que comprove o atendimento à norma sae j575 e sae j595 (society of automotive engineers), ACREDITADA no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1 para o sinalizador luminoso e luzes auxiliares na cor rubi e classe 2 para as luzes auxiliares das demais cores, quando for exigido; deverá ser apresentado junto catálogo e/ou prospecto do sinalizador redigido em língua portuguesa. Deverão apresentar laudos de flamabilidade para atender o CONTRAN 498/2014 no que se refere a revestimentos internos não metálicos do compartimento de atendimento para os seguintes itens: isolamento térmico, revestimento de parede lateral, revestimento do teto, do piso, das portas, da divisória e do estofamento dos bancos; ensaios de ancoragem da maca e registro na ANVISA; Ensaio de ancoragem do cinto de segurança do banco baú instalados no compartimento de atendimento na

	carroceria do veículo, conforme disposto na ABNT NBR 14561:2000; Ensaio de ancoragem do cinto de segurança de três pontos do banco do médico conforme norma ABNT NBR 6091:2015. Comprovação de registro ou certidão de inscrição da empresa licitante no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Certidão de registro do CREA do engenheiro responsável pela empresa; Laudo da mangueira de oxigênio; Strobos - Ensaio realizado por laboratório comprovando que os strobos a serem instalados nos faróis atendem as normas sae j575 e sae j595;Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50; Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão do paciente, em nome da empresa licitante. Dimensionar o espaço interno, visando posicionar, de forma acessível e prática, a maca, bancos, equipamentos e aparelhos a serem utilizados no atendimento às vítimas. Fornecer de vinil adesivo p/ grafismo do veículo, composto por cruzes e palavra Ambulância no capô, vidros laterais e traseiros, bem como, as marcas do Governo Federal, SUS e Ministério da Saúde.Garantia: 12 meses.
4	**VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO D (ADULTO/NEONATAL), COMPLETA COM EQUIPAMENTOS** CARACTERÍSTICAS GERAIS DO VEÍCULO: Veículo tipo furgão novo, 0 KM, adaptado para Ambulância UTI, com potência de no mínimo de 160 cv, torque de no mínimo 40,8kgfm; compartimento de carga de no mínimo 14 m³; Peso bruto total (PBT) de no mínimo 4.000 kg; tração traseira , teto alto, capacidade para 01 (um) motorista e 01 passageiro na cabine, volante com regulagem de altura e profundidade, vidros elétricos nas portas dianteiras, porta lateral com corrediça e portas traseiras duplas, rodas em aço e pneus com capacidade de carga originais de fábrica. Tanque de combustível com capacidade mínima de 70 L, tanque ARLA32 mínimo: 22 Litros, transmissão manual de no mínimo 6 (seis) marchas à frente e 1 (uma) ré, cor Branca; Trava elétrica, rádio com Bluetooth, devendo atender as normas vigentes que versa sobre o controle de gases poluentes (PROCONVE P8); Especificações Técnicas exigidas pelo CONTRAN ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante, ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão do paciente: O sistema deverá contar

	com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm³, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correia do tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em ambulâncias de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da ambulância. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.A unidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, composta por condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmica e melhora a eficiência do sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estrutura deverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da ambulância, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmica do veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de alta performance, com vazão mínima de 2.800 m³/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de alta absorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da ambulância.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m³/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da ambulância. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da ambulância tenha pleno comando sobre as condições internas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e resistência mecânica ao conjunto. A unidade também deverá estar equipada

	com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da ambulância, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistema deverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistema de climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor –, oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverá contar ainda com um sistema de diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistema de climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficaz de vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da ambulância e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Esta câmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistema de purificação deverá funcionar de forma simultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua

	do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). Deverá contar com garantia de 36 meses. O fornecedor deverá apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log (90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. Veículo deverá atender as normas vigentes sobre o controle de gases poluentes; PROCONVE P8 e especificações técnicas exigidas pelo CONTRAN. Garantia mínima de 24 (Vinte e Quatro) meses. DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO: 1. Dois extintores de incêndio, do tipo pó químico, preferencialmente classe ABC com capacidade de no mínimo 2 kg para o compartimento do motorista e 4 kg para o

compartimento do paciente. Ambos os extintores devem estar montados em um suporte seguro e de fácil remoção;

2. Aviso, com os dizeres: "NÃO FUMAR - EQUIPADO COM OXIGÊNIO" e "PRENDER CINTOS DE SEGURANÇA", no compartimento do paciente; Corrimão de teto, com pelo menos 152 cm de comprimento e sobressaindo no máximo 10 cm do teto, montado sobre a área do paciente primário. O corrimão deve ser em aço inoxidável, alumínio ou outro material resistente à corrosão, possuindo terminais curvos ou protegidos e cantos arredondados. Os suportes de montagem devem ser cromados, em aço inoxidável, alumínio fundido e polido ou outro material com resistência mecânica similar e resistente à corrosão. O corrimão deve ser instalado de forma a minimizar a possibilidade de soltar-se e deve atender a um ensaio de tração de 136 kg nos três eixos.; Trava elétrica para todas as portas (cabine e compartimento traseiro) acionadas remotamente.

3. CABINE / CARROCERIA: A estrutura da cabine e da carroceria será original do veículo, construída em aço. Altura interna mínima após transformação deverá ser de 1.800 mm no salão de atendimento (compartimento de carga), com capacidade volumétrica não inferior a 14m³metros cúbicos no total, servido com duas portas traseiras com abertura horizontal de 90 a 270 graus, tendo como altura mínima 1.700 mm, com dispositivo automático para mantê-las abertas, impedindo seu fechamento espontâneo no caso de o veículo estacionar em desnível.

4. Dotada de estribo revestido em aço com tratamento superficial, estribos antiderrapante, ambos de no mínimo 2mm, sob as portas laterais (motorista e passageiro na cabine e porta lateral de acesso ao salão de atendimento), para facilitar a entrada de passageiros sempre que a distância do solo ao piso for maior que 40 cm, estribo este de dimensões compatíveis com o veículo de acordo com norma da ABNT.

5. Portas em chapa, com revestimento interno inferior e superior em poliestireno ou ABS, com fechos, tanto interno como externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. Na carroceria, o revestimento interno entre as chapas (metálica - externa e laminado - interna) será em poliuretano, com espessura de até 4 cm conforme o veículo permitir, com finalidade de isolamento termo acústico, não devendo ser utilizado para este fim isopor.

6. A intercomunicação entre a cabine e o salão de atendimento deverá se dar por meio de abertura que possibilite a passagem de uma pessoa, de forma confortável

ergonomicamente, com acabamento sem arestas ou pontos cortantes. Sendo assim os veículos deverão ser fornecidos com 2 bancos 1/3 na cabine.

7. Deverá ser dotada de degrau ou estribo revestido em alumínio antiderrapante para acesso ao salão de atendimento na porta traseira da ambulância com previsão para entrada da maca retrátil, sempre que a distância do solo ao piso do salão de atendimento for maior que 50 cm para entrada da maca; com dimensões compatíveis com o veículo de acordo com as normas da ABNT. O pneu estepe não deverá ser acondicionado no salão de atendimento. Será o original do veículo, com montagem de bateria adicional.

8. A alimentação deverá ser feita por duas baterias, sendo a do chassi original do fabricante e uma outra, independente, para o compartimento de atendimento. Essa segunda bateria deverá ser do tipo ciclo profundo e ter no mínimo 150 A, do tipo sem manutenção, 12 volts, instalada em local de fácil acesso, devendo possuir dreno de proteção para evitar corrosão caso ocorra vazamento de solução da mesma. O sistema elétrico deverá estar dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens do veículo e equipamentos especificados neste descritivo técnico para ambulância Tipo D, quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores. O veículo deverá ser fornecido com alternador, original de fábrica, com capacidade de carregar ambas as baterias a plena carga simultaneamente e alimentar o sistema elétrico do conjunto. Independente da potência necessária do alternador não será admitido alternadores menores que 140 A. O sistema deverá contemplar um carregador flutuador de bateria, mínimo 16A bivolt automático, para recarga da bateria auxiliar, quando o veículo não estiver em utilização, este carregador deve ser ligado à tomada de captação externa. Deverá haver um sistema que bloqueie automaticamente o uso da bateria do motor para alimentar o compartimento de atendimento e as luzes adicionais de emergência, quando o veículo estiver com o motor desligado. Este sistema deverá possuir chave solenoide com corpo em material metálico. O compartimento de atendimento e o equipamento elétrico secundário devem ser servidos por circuitos totalmente separados e distintos dos circuitos do chassi da viatura. A fiação deve ter códigos permanentes de cores ou ter identificações com números/letras de fácil leitura, dispostas em chicotes ou sistemas semelhantes, confeccionados com cabos padrão automotivo com resistência à temperatura mínima de 105°C. Eles serão identificados por códigos nos terminais ou nos

pontos de conexão. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser fixadas ao compartimento de atendimento ou armação por braçadeiras plásticas isoladas a fim de evitar ferrugem e movimentos que podem resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os diagramas e esquemas de fiação em português, incluindo códigos e listas de peças padrão, deverão ser fornecidos em separado. Todos os componentes elétricos e fiação devem ser facilmente acessíveis através de quadro de inspeção, pelo qual se possam realizar verificações e manutenção. As chaves, dispositivos indicadores e controles devem estar localizados e instalados de maneira a facilitar a remoção e manutenção. Os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas, devem ser à prova de corrosão e de intempéries. Os equipamentos eletroeletrônicos devem incluir filtros, supressores ou protetores, a fim de evitar radiação eletromagnética e a consequente interferência em rádios e outros equipamentos eletrônicos.

9. Deverá conter um Inversor de corrente contínua (12 v) para alternada (110 v) com capacidade mínima de 1.000W de potência máxima continua (não de pico), com onda senoidal pura.

10. O painel elétrico interno, localizado na parede sobre a bancada próxima à cabeceira do paciente, deverá possuir uma régua integrada com no mínimo oito tomadas, sendo seis tripolares padrões USB, além de interruptores com teclas do tipo "iluminadas" ou com indicador luminoso. Deverá possuir um voltímetro para monitoramento da voltagem. As tomadas elétricas deverão manter uma distância mínima de 35 cm de qualquer tomada de oxigênio.

11. Duas tomadas tripolares (2P+T) de 110 y (AC) montadas na parede oposta, na altura da região torácica do paciente secundário (assento da tripulação).

12. Tomada externa (tripolar) para captação de energia instalada na parte superior do lado esquerdo do veículo. Essa tomada deverá estar protegida contra intempéries e a prova d'água (IP66), estando em uso ou não. Deverá ser acompanhada por um fio de extensão de elevada resistência às intempéries e compatível com o sistema de plugues, tendo no mínimo 20 metros de comprimento. Um transformador automático ligado à tomada de captação, que permita o carro ser ligado a uma rede elétrica tanto de 110 como de 220 VCA e com sistema automático de comutação entre o transformador e o inversor, de modo que, forneça sempre 110 VCA para as tomadas internas.

	13. A iluminação do compartimento de atendimento do veículo deve ser de dois tipos: 1. Natural - mediante iluminação fornecida pelas janelas do veículo (cabine e carroceria), com vidros opacos ou jateados com três faixas transparentes no compartimento de atendimento. 2. Artificial - deverá ser feita por no mínimo seis luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 200 mm, em base estampada em alumino cor branca ou injetada em plástico, em modelo LED, podendo utilizar um dos conceitos de Led que seguem: a) Possuir no mínimo 06 leds de 01 Watt cada, tendo cada led intensidade luminosa mínima de 40 lumens. b) Possuir no mínimo 50 LEDs de alta eficiência luminosa, tendo cada Led, intensidade luminosa mínima de 7.000 mc e ângulo de abertura de 70° (categoria alto brilho). c) Possuir no mínimo 50 LEDs com intensidade luminosa de 12.000 mc e ângulo de abertura de 20°. d) Possuir no mínimo de 100 LEDs, com fluxo mínimo de 1000 lumens e ângulo de abertura de 120° (categoria alto brilho). Os Leds deverão possuir cor predominantemente cristal com temperatura mínima de 5.350° K e máxima de 10.000° K. Qualquer que seja a opção aplicada, essa deverá contar com lente em policarbonato translúcido. Os acionamentos devem estar dispostos no painel de comando, dentro do salão de atendimento, com interruptores de teclas com visor luminoso individual de acionamento ou com indicador luminoso. 14. A iluminação externa deverá contar com holofotes tipo farol articulado regulável manualmente na parte traseira e nas laterais da carroceria, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180° na vertical. 15. SINALIZACAO VISUAL, sinalizador tipo barra em formato linear, de arco, asa ou similar, com comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm e altura mínima de 55 mm e máxima de 100 mm, instalada no teto da cabine do veículo, sobre a coluna B. O sinalizador visual deve ser dotado de base construída de duas partes integradas, uma deve ser um perfil de alumínio extrudado e outra uma base plástica injetada em polímero ABS na cor preta ou policarbonato cristal. A base plástica deverá ser em peca única ou múltipla, injetada(s), demostrando sinais visíveis de injeção, não sendo permitida outras formas de fabricação com modelagem com vácuo (vacuumforming), etc., mantendo assim sua rigidez e durabilidade. Sobre a base deve ser montada uma ou mais cúpula(s)plástica(s) injetada(s) em Policarbonato transparente, resistente a impactos, descoloração, amarelamento e com proteção UV integrada a matéria prima, sendo proibido vernizes para esta proteção. A(s)cúpula(s)plástica(s)deverá ser em peca única

	ou múltipla, injetada, que ocupe a área total do sinalizador, demostrando sinais visíveis de injeção, não sendo permitida outras formas de fabricação com modelagem com vácuo (vacuumforming), etc. mantendo assim sua rigidez e durabilidade. O sinalizador visual deve também possuir no mínimo 16 conjuntos luminosos composto por no mínimo 4 LEDs de 3 W cada, dotados de lente colimadora em plástico de Engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade ou refletor parabólico, distribuídos equitativamente por toda a extensão visível da barra, de forma a permitir visualização em angulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade desde que o design do veículo permita. Sistema deve possuir adaptação luminosa noturna de modo não provocar ofuscamento a outros condutores; Dois dos conjuntos luminosos citados acima, localizados um em cada lado do sinalizador, deverão possuir seus LEDs na cor Branca, funcionando como Luz de Beco, paralelos a lateral da viatura, com acionamento próprio no modulo de controle. Um conjunto no centro do sinalizador voltado para frente a 90° com as laterais da viatura, deve também possuir seus LEDs na cor Branca, funcionando como Luz de Abordagem com acionamento próprio no modulo de controle. Dos conjuntos luminosos restantes, metade do lado esquerdo (motorista) devem ser na cor Vermelha e metade do lado direito (passageiro) deve ser na cor Azul. Os conjuntos luminosos devem possuir circuito eletrônico que gerenciara a corrente elétrica aplicada nos LEDs, devendo garantir também a intensidade luminosa dos LEDs, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LEDs. O consumo médio da barra, nas funções usuais, deverá ser no máximo de 7 Amperes. 16. LUZES SECUNDARIAS: Sistema de sinalização auxiliar visual composto por 04 (quatro) dispositivos óticos de efeito estroboscópio, sincronizados face a face, sendo cada dispositivo composto por 3 LEDs de 3W cada na cor Branca, dotado de lentes difusoras em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo 02 (dois) na parte dianteira, na grade frontal próximo aos faróis e na altura desses e 02 (dois) na parte traseira no para-choque ou junto ao vidro vigia, sendo 01 (um) modulo de cada lado, e a depender do modelo do veículo fixado mecanicamente a estrutura do mesmo. 17. SINALIZACAO ACUSTICA: Sinalizador acústico com amplificador de potência mínima de 100 W RMS @13,8 Vcc, mínimo de seis tons distintos com pressão sonora de no mínimo 118 dB @13,8 Vcc e entrada para radio transceptor. Composto por Propagador de

áudio do rádio transceptor. Sirene com mínimo de 06 (seis) tons, sendo quatro tons contínuos e dois sons momentâneos tipo horn e manual e sistema Amplificador de megafone com ajuste de ganho; com potência de no mínimo 30 W RMS e com entrada para a interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor; ambos devem ser armazenados de forma independente e não podem perder sua configuração ainda que desligados da bateria. O Driver (alto-falante) deve ser específico para utilização em veículos de emergência e viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drivers confeccionadas para aplicação musicais e/ou aplicações de megafone para marketing. O drive deve ser instalado no compartimento do motor.

MODULO DE CONTROLE : Controle de mão para iluminação intermitente principal e secundaria, dispositivo sonoro de emergência e comutação de áudio externo; Teclado em silicone, iluminação de fundo das teclas, sendo a tecla "EMERGENCIA" em vermelho; Teclado em silicone de alta resistência e durabilidade, textos indicativos das funções na cor preta; Fixação magnética na parte traseira do controlador com proteção para fixação na lataria do veículo; Corrente de Standby nula; Os sinalizadores visual e acústico, bem como outras luzes auxiliares devem ser comandados por modulo de controle único, dotado de microprocessador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos de 25 milésimos de segundo a 2 segundos. Os conjuntos luminosos devem ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LEDs e dispositivos de iluminação não intermitentes; devera o modulo ser capaz de acionar as seguintes funções: Controle para mínimo de três tipos de sinalização (patrulha, emergência e ponto de estacionamento). Acionamento das luzes de beco e abordagem. Acionamento momentâneo de som de buzina pneumática monotonal (Horn). Acionamento Momentâneo de sirene mecânica recém-ligada; Acionamento rápido do padrão de sinalização emergência, de toque de sirene para programa do, além de saídas auxiliares pré-programadas, através de um único botão; Acionamento de luzes secundarias (estrobo); Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

18. PRESCRICOES DIVERSAS: Veiculos equipados com transceptores: O modulo de controle deve permitir o acionamento do sistema de sinalização audiovisual mesmo com o veículo desligado. O sistema não poderá gerar ruídos eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios). O sistema deverá ser imune a RFI (radio frequência Interferência), especialmente quando

o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados. Gerenciamento de Energia: Os equipamentos devem possuir sistema de gerenciamento de energia, medindo a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado e desligando os sinalizadores se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor. Os equipamentos formadores do sistema devem possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes. LEDs: Cada LED utilizado nos equipamentos devera obedecer às especificações a seguir descritas: 1) Cor predominante: Vermelho, com comprimento de onda de 610 a 625 mm e fluxo luminoso de cada Led de no mínimo 50 Lumens típico, 2) Cor predominante: Branco, com fluxo luminoso de cada Led Branco de no mínimo 120 Lumens típico; 3) Cor predominante: Azul, com comprimento de onda de 465 a 475 mm e fluxo luminoso de cada Led azul de no mínimo de 40 Lumens típico. Os Leds devem possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos.

19. Sistema de Oxigênio: O veículo deverá possuir um sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido, além de ser acompanhado por um sistema portátil de oxigenação. Sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido (redes integradas ao veículo): contendo um cilindro de oxigênio e um cilindro de ar comprimido de no mínimo 16 litros cada, localizados na traseira da viatura, do lado esquerdo, entre o armário e a porta traseira, em suportes individuais para os cilindros, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes e manômetro interligado; de maneira que se possa utilizar qualquer dos cilindros sem à necessidade de troca de mangueira ou válvula de um cilindro para o outro. Todos os componentes desse sistema deverão respeitar as normas de segurança (inclusive veicular) vigentes e aplicáveis. Os suportes dos cilindros não poderão ser fixados por meio de rebites. Os parafusos fixadores deverão suportar impactos sem se soltar. As cintas de fixação dos torpedos deverão ter ajuste do tipo "catraca". As cintas não poderão sofrer ações de alongamento, deformidade ou soltar-se com o uso, devendo suportar capacidade de tração de peso superior a dois mil kg. No suporte do cilindro onde o mesmo esteja em contato com o cilindro deverá ter aplicação de borracha. O compartimento de fixação dos cilindros deverá ser revestido no piso por borracha ou outro material de características adequadas para proteção da pintura do cilindro e proteções em aço inoxidável onde os cilindros são apoiados para se evitar a ocorrência de ranhuras e desgaste no piso.

20. Na região da bancada, ao lado da cabeceira do paciente deverá existir uma régua quádrupla com duas saídas de oxigênio e duas saídas de ar comprimido, oriundo dos cilindros fixos, composta por estrutura metálica resistente, com fechamento automático, roscas e padrões conforme ABNT. Tal régua deverá ser afixada em painel removível para melhor acesso ao sistema de tubulação para manutenção. A régua quádrupla deverá possuir: fluxômetro, umidificador para O2 e aspirador tipo venturi para ar comprimido, com roscas padrão ABNT, O chicote deverá ser confeccionado em náilon, conforme especificações da ABNT e, juntamente com a máscara de O2, em material atóxico. O projeto do sistema fixo de oxigênio deverá ter laudo de aprovação da empresa habilitada, distribuidora dos equipamentos.

21. O Sistema portátil de Oxigênio deverá ser completo cilindro de Oxigênio, válvula redutora com manômetro, fluxômetro, saída para aspiração com válvula reguladora e circuito do paciente (frasco, chicote, nebulizador e máscara). Este cilindro deve ser de alumínio. Todo o sistema deverá ser integrado em estrutura de suporte, com alça para transporte, confeccionado em material resistente e lavável, e deverá possuir um dispositivo de fixação dentro da cabine do paciente, seguro e de fácil remoção quando seu uso for necessário. Os sistemas fixo e portátil de Oxigênio deverão possuir componentes com as seguintes características: Válvula reguladora de pressão, umidificador de Oxigênio, todos os itens de acordo com as normas da ABNT. Borboleta de conexão confeccionada externam em plástico ou similar, e internamente em metal, que proporcione um perfeito encaixe, com sistema de selagem, para evitar vazamentos. Sistema borbulhador (ou difusor) composto em metal na parte superior e tubo condutor de PVC atóxico. Extremidade da saída do fluxo de oxigênio em PVC atóxico, com orifícios de tal maneira a permitir a umidificação homogênea do Oxigênio. Fluxômetro para rede de Oxigênio e ar comprimido deverá ser compatível com acessórios nacionais, conforme normas da ABNT. Aspirador tipo Venturi: para uso com ar comprimido, baseado no princípio venturi. Frasco transparente, com capacidade de 500 ml e tampa em corpo de náilon reforçado com fibra de vidro. Válvula de retenção desmontável com sistema de regulagem por agulha. Selagem do conjunto frasco-tampa com a utilização de um anel (o-ring) de borracha ou silicone, Conexões de entrada providas de abas para proporcionar um melhor aperto. Conexões de entrada e saída e boia de segurança normatizadas pela ABNT, com alta capacidade de sucção. Mangueira para oxigênio e ar comprimido: com conexão fêmea para oxigênio,

com comprimento suficiente para interligar o painel aos cilindros. Conexões de entrada providas de abas de alta resistência e normatizadas pela ABNT. Com seção transversal projetada para permitir flexibilidade, vazão adequada e resistência ao estrangulamento acidental. Borboleta de conexão confeccionada externamente em plástico ou similar, e internamente em metal, para conexão aos cilindros e conexões sextavadas em metal para conexões ao painel de forma a proporcionar um perfeito encaixe, com sistema de selagem para evitar vazamentos.

22. Compartimento do motorista deverá ser fornecido com o sistema original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica para ar-condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. Para o compartimento do paciente, deverá ser fornecido um sistema com aquecimento e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 14.561 e sua capacidade térmica deverá ser com mínimo de 30.000 BTUs, possuir unidade condensadora de teto, visando melhor eficiência. O sistema de ar-condicionado do compartimento do paciente deverá ser dotado de sistema de purificação do ar com tecnologia de filtragem.

23. Todos os bancos, tanto da cabine quanto do salão de atendimento, devendo ser dotado de encosto estofado, apoio de cabeça e cinto de segura lavável impermeável e com resistência a intempérie e limpeza. Cinto de três pontos e para o banco do motorista sistema de cinto subabdominal retrátil ou de três de pontos.

24. No salão de atendimento, paralelamente à maca, três bancos laterais tipo poltrona , revestido em courvin lavável impermeável e com resistência a limpeza com sabão e álcool 70% e as intempéries, dotado de cintos de segurança subabdominal ou de três pontos .

25. Na cabeceira da maca, localizado entre a cabine e a maca, ao longo do eixo desta, voltado para a traseira do veículo, deverá haver um banco, de projeto ergonômico, com sistema giratório de 360 graus e com travamento de pelo menos 8 posições equidistantes a fim de promover total segurança ao ocupante, ajuste em nível e distância adequado para permitir que um profissional de saúde ofereça cuidados à vítima incluindo acesso a vias aéreas.

26. MACA: Maca retrátil, totalmente confeccionada em duralumínio tendo sua estrutura principal em barras retangulares ou circulares; peso total no máximo 40Kg, alças laterais basculantes, com no mínimo 1.900 mm de comprimento, 550 mm de largura e capacidade para pacientes de até 300 kg (testada com no mínimo 500Kkg).

com sistema escamoteável de cada eixo acionado por alavancas de retração; com 4 (quatro) rodízios giratórios de 200 mm, com sistema de freios. Esta maca deve dispor de três cintos de segurança fixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima. Deve ser provida de sistema de elevação do tronco e das pernas do paciente em pelo menos 45 graus e suportar nestes itens peso mínimo de 100 kg. A maca deverá ser instalada longitudinalmente no salão de atendimento com a cabeceira voltada para frente do veículo; uma vez dentro do veículo, esta maca deve ficar adequadamente fixa à sua estrutura, impedindo sua movimentação lateral ou vertical quando do deslocamento do mesmo. Quando montada fora da ambulância deverá ter uma altura máxima de até 1.200 mm. Deverá ter no mínimo espaços entre os armários e balcões localizados em ambos os lados da ambulância, sendo no mínimo 120 mm para o armário lateral esquerdo e no mínimo 500 mm para a base / cobertura da caixa de roda traseira direita. O sistema que fixa a maça e o assoalho da ambulância deverá ser montado de maneira a permitir o escoamento de líquidos no assoalho abaixo da maca evitando- se o seu acúmulo. A base do banco e as proteções em inox para maca e travas da maca fixas ao piso, devem ser vedadas, com exceção ao guia da maca que deverá ser vedado parcialmente de modo a não permitir o acúmulo de água. Acompanham: colchonete bipartido, confeccionado em espuma ou similar, revestido por material resistente e impermeável, sem costuras ou pontos que permitam entrada dê fluidos ou secreções; demais componentes ou acessórios necessários à sua perfeita utilização.

27. Prancha resgate e salvamento: Prancha de resgate e salvamento, confeccionada de material totalmente impermeável, plástico ou polietileno, não dobrável, lavável, deverá apresentar cantos e bordas arredondadas, com orifícios oblongos nas bordas para passar os cintos e orifícios para pega de mão. Deverá ser leve, com dimensões aproximadas: 1800 mm x 450 mm, não conduzir eletricidade, não possuir soldas ou emendas ou reforços metálicos. Possuir flutuação em água. Ser radio transparente (aos raios-X) e impermeável, deverá permitir a imobilização e o transporte adequado de adultos e crianças, deverá ter no mínimo 30 orifícios, ou seja, orifícios nas extremidades e na parte interna, para permitir a imobilização adequada à crianças e adultos. As duas extremidades deverão possuir formato retangular, deverá possuir em uma das extremidades da prancha, o sistema de acoplagem dos blocos imobilizadores de cabeça, que permita sua regulagem no momento de uso, diretamente na prancha

e sem uso de costuras ou velcro, de forma a facilitar a utilização e a higienização adequada. O sistema deverá acompanhar 01 par de blocos para uso adulto e 01 par de blocos para uso infantil, os blocos deverão ser confeccionados de material resistente, impermeável, lavável, livre de tecidos, costuras ou velcros. Deverá possuir orifício central, que abrange a região auricular, e os tamanhos deverão ser diferenciados para uso adulto e para uso infantil, deverá possuir orifícios próprios, diretamente na prancha, para o encaixe dos tirantes de cabeça e de queixo. Todas as costuras da peça são reforçadas com no mínimo duas passadas sobrepostas, tendo até em alguns pontos quatro passadas, com arremate em sistema de retrocesso. Deverá vir acompanhada de um jogo composto por 03 unidades de cinto (01 na cor vermelha, 01 na cor amarela e 01 na cor preta) confeccionado em polipropileno com fecho de engate rápido na cor preta confeccionado em náilon, deverá acompanhar cinto aranha adulto e infantil.
28. CARACTERÍSTICAS DOS MOVEIS: O projeto dos móveis deve ser em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) e todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do CONTRAN Resolução Nº 498, de 29 de Julho de 2014; e a norma JIZ 2801:2000 (antimicrobiano) em sua composição comprovado por laudo de empresa regulamentada, fabricante vinculada também com a empresa fornecedora e a licitante, permitindo rastreabilidade, deverá o seu posicionamento ser adequado, visando o máximo aproveitamento de espaço, a fixação dos equipamentos e a assepsia do veículo. Todas as portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento do veículo. Todas as prateleiras deverão ter batentes frontais, a fim de dificultar que os materiais caiam quando o veículo estiver em movimento. Bancada para acomodação dos equipamentos, com batente lateral de no mínimo 50 mm e borda arredondada. Os armários internos deverão ter as dimensões descritas abaixo as mais aproximadas possíveis dependendo da disponibilidade do veículo: (I) 02 armários superiores para guarda de materiais, com batente frontal; (II) 02 armários para guarda de materiais, com tirantes em nylon de retenção, para evitar que o material ali acomodado caia durante o deslocamento, com batente frontal; (III) 01 armário para guarda de materiais com porta corrediça em policarbonato; (IV) 01 armário para guarda de materiais, com batente frontal.(V) 01 armário para guarda de 2 cilindros de O^2, porta com abertura vertical, abrindo no mínimo 90º, com trinco para impedir a abertura espontânea da mesma durante o deslocamento do veículo; (VI) 01 armário tipo bancada para

acomodação de equipamentos, com batente frontal de 50 mm para o apoio de medicamentos e equipamentos, com o comprimento de 1800 mm por 370 mm na profundidade; (VII) 02 gavetas localizadas próximo a divisória, medindo 250 mm no comprimento, 300 mm de profundidade com 70 mm de altura; (VIII) 01 compartimento de lixo, localizado junto a divisória com identificação, medindo 150 mm no comprimento, 150 mm na largura e 200 mm na altura;

29. BALAÚSTRE: Deverá ter uma pega mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto e com dois sistemas de suporte de soro deslizável.

30. PISO: o assoalho do salão do paciente deverá conter revestimento em poliuretano, com aplicação no piso do veículo, puro 100%, auto extinguível, 100% sólido sem voláteis, aplicado por spray, monolítico, sem juntas, impermeável, moldado ao assoalho com dureza shore d entre 83 e 93, segundo a norma astm a-2240, resistente a abrasão com perda de massa máxima de 20 gramas segundo a norma astm d- 4060, que proporcione redução de ruídos e vibrações e não gere energia estática, atóxico, que permita limpeza pesada com jato de alta pressão e utilização de hipoclorito de sódio à 3% de concentração, com elastômero bicomponente de alta tecnologia, que oferece várias vantagens, como cura rápida, resistência à corrosão, abrasão e produtos químicos, além de selar a superfície. O produto aplicado puro é um revestimento elastomérico bicomponente que proporciona diversas vantagens: cura rápida: o produto seca rapidamente, o que facilita e agiliza a instalação. Resistência: é resistente a corrosão, abrasão e produtos químicos, o que a torna ideal para ambientes que exigem durabilidade e proteção. Selamento: o produto sela a superficie, impedindo a passagem de água e a infiltração de liquidos. Aderência: adere a diversos tipos de substratos, o que a torna versátil e fácil de aplicar. Benefícios do piso: o piso revestido em poliuretano puro oferece uma combinação de resistência, durabilidade e facilidade de manutenção. É uma solução ideal para ambientes que necessitam de proteção contra intempéries, produtos químicos e abrasão, tais como áreas de trabalho, garagens, áreas industriais e áreas externa. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação: ensaio de flamabilidade do piso conforme a resolução do contran 498/2014 em nome da empresa licitante; ensaio de migração global conforme a resolução 105/99 da agência nacional de vigilância sanitária em nome da empresa

licitante; ensaio de coeficiente de atrito estático do revestimento do piso, conforme abnt nbr 15570/2011 em nome da empresa licitante; apresentar ensaio de tração e rasgamento; carta de solidariedade da empresa fabricante para a empresa licitante.

31. Instalação de cadeira de rodas Rodízios com banda emborrachada e sistema de freios, com diâmetro de 127mm. Sistema de travamento na posição aberta para evitar fechamento involuntário. Capacidade de carga 160kg. Estrutura em duro alumínio com uniões de encaixe em aço. Não utiliza solda. Base em polímero de alta resistência. Cinto de segurança com sistema de engate automotivo. Sistema de ancoragem (fixação) completo para instalação em ambulâncias. Apoio para os pés em chapa de aço. Sistema de dobra para armazenamento. Manetes de borracha para auxiliar no transporte, sendo dois com sistema telescópico para facilitar o transporte em escadarias. Equipamento não habilitado para utilização em salas de ressonância magnética.

32. Demais equipamentos e materiais complementares a serem fornecidos com a ambulância de acordo com e descritivo técnico, a seguir: a) 01 Extintor de Pó ABS de 6 kg; b) 03 Cones de segurança para trânsito, com altura entre 700 e 760 mm e base com lados de 400 (+ ou — 20) mm, em plástico, na cor laranja, com faixas refletivas de longa durabilidade, de acordo com normas da ABNT, que deverão ser fixados na porta traseira esquerda por um sistema de fixação seguro e que permita a fácil colocação e remoção; c) o Lanterna portátil: Lanterna à bateria e carregador anexo ou incorporado, portátil, que permita no mínimo 08 horas de uso com alta intensidade, corpo em termoplástico resistente a impacto, com peso máximo de 1,5 quilos, com entrada bivolt automática (110-240 v), bateria recarregável.

33. Design Externo: as cores das viaturas serão brancas, com adesivagem padrão ambulância, composta por cruzes nas laterais, traseira e palavra ambulância invertida no capô, ou adesivagem padrão SAMU 192, assim definidas pelo município.

34. Especificações técnicas dos equipamentos da Ambulância UTI. Aspirador Portátil de Secreções: tipo portátil, elétrico, com bateria recarregável (bivolt automático — 100 v- 240v) com durabilidade de uso superior a 45 minutos quando utilizado fora da rede elétrica. Uso contínuo. Caixa de corpo Único, construída em material resistente ao uso de agentes desinfetantes. Frascos graduados com capacidade de 1200 ml, com válvula de segurança anti- transbordamento. Possuir regulador de aspiração com vacuômetro, indicador luminoso de carga. Vazão: 20 l/min. Faixa de vácuo: O a 500 mmhg. Bivolt.

	Deverá possuir sistema de fixação de parede para recarga do aspirador, fonte chaveada de 19v, e bolsa de transporte do equipamento pela equipe. Oxímetro de Pulso Portátil, (transportável) com bateria recarregável. O equipamento deve ser adequado ao uso em transporte extra-hospitalar, ambulâncias e ambientes de remoção. Deverá possuir capa em silicone que proteja o equipamento em caso de queda. Deve possuir visor colorido de LCD de alta resolução, possibilidade de rotação da tela (modo horizontal ou vertical), 3 modos (Triagem, monitor e gravação), indicar nível de SPO2, frequência Cardíaca, força de pulso, onda pletismográfica e tabela de tendências. Alarmes visíveis e sonoros, ajustáveis e programáveis e tecla de silenciamento. Deve possuir conexão USB para computadores. Software que permita armazenar, visualizar e compartilhar eventos. Capa de proteção e suporte para superfícies planas. Deve possuir bateria recarregável integrada ao equipamento com alimentação Bivolt automático com autonomia mínima de 18 horas. O equipamento deve permitir ser usado mesmo quando estiver sendo carregado na rede elétrica para uso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais com capacidade de monitoramento e no mínimo 100 horas de tendências. O Equipamento deve ser aprovado pelo INMETRO. Ventilador Pulmonar Microprocessado transporte para suporte ventilatório de pacientes Adultos, Pediátricos e Neonatais, Ciclado e volume ou a Pressão, transportável intra/extra-hospitalar e atendimento de emergência, projetado para atender pacientes com insuficiência respiratória. Características mínimas Modalidades VCV (Ventilação Controlada a Volume), PLV (Ventilação limitada a Pressão), SIMV (Ventilação Mandatória Intermitente Sincronizada) e CPAP (Ventilação com Pressão Positiva nas Vias Aéreas). Pressão controle de 1 a 75 cmH20O de 50 a 100%. FIO2 de 50 a 100%. Peep de O à 60 cmH2O.Possui controle digital direto para os principais parâmetros ajustáveis a cada modalidade Display de cristal líquido apresentando os controles e a monitorização da ventilação. Ajuste de parâmetros com rapidez e precisão através de botão giratório. Manômetro eletrônico para monitorização das pressões. Botão para inspiração manual. Condição de Stand By ativada manualmente, de forma rápida e precisa. Válvulas de segurança e anti-asfixia incorporadas no equipamento, assim como válvulas de oxigênio, pressão e expiratória com servo-controle eletrônico. Parâmetros ajustados específicos referente a cada modalidade escolhida, com possibilidade de ajustes de sensibilidade por pressão e por fluxo. Válvula de segurança conta asfixia e Pressão Alta. Alarme pressão limite, desconexão, bateria fraca e pressão de O2, com interface

	blender com ar aspirado do ambiente para concentrações de O2 de no mínimo 50 a 100%. Alimentação 100 ou 220 Vac, com ou sem entrada de bateria externa, bateria interna recarregável com autonomia mínima de 4 horas. Possuir suporte para maca e suporte para parede. Acessórios mínimos que devem acompanhar e utilizáveis para paciente Adulto: 02 (dois) Circuitos autoláváveis para paciente pediátrico; 02 Circuitos autoláváveis para paciente Neonatal; 01(uma) mangueira para conexão de Rede de Oxigênio; 01(um)suporte para fixação em maca para ambulância e demais acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento. Bomba de infusão duplo Canal: CARACTERÍSTICAS: Equipamento, independente e de programação simples. Deverá possuir equipo dedicado com segmento de silicone, Mecanismo peristáltico linear (tipo dedilhamento) Três modos de infusão — Volumétrico, Dose e DERS (biblioteca de drogas) Indicado para neonatologia, pediatria e adultos; Alimentação: Bivolt. Consumo máximo — 29 VA, possuir completo sistema de alarmes sonoro e visual para oclusão, com indicação do local da oclusão, KVO, pressão no sistema, final de infusão, nível de carga e utilização em bateria e monitoramento contínuo do sistema mecânico; possuir controle de contraste, luz do visor, volume de alarme, data/hora. Todo os parâmetros e informações do display deverão ser em português. Cabo de interface 12v; possuir sistema de bolus manual e automático; possuir modo standby; possibilitar cálculo de dosagem, aumento e redução nas taxas de perfusões graduais, e armazenamento de dados; Grau de proteção IP34; Visor colorido; possuir bateria com duração média de 6h. acessórios: Cabo de alimentação (rede elétrica). CARDIOVERSOR, com no mínimo desfibrilação e monitorização adulto e pediátrico. Captação do sinal de ECG pelas pás permanentes, pelos pás adesivas (marcapasso e modo DEA) e pelo cabo de paciente (10 vias para eletrodos descartáveis). Indicação do contato das pás no tórax do paciente, por Bargraph e em texto no display e com leds nas próprias pás. Análise da impedância torácica do paciente e detecção de pulso de marcapasso. Mais eficácia e redução no risco de injúrias cardíacas. Tempo de cancelamento automático da carga configurável. (padrão: 30"). Tempo de carga: menor que 5 segundos (p/ 200 joules). Alarmes configuráveis para eletrodo solto, assistolia, bradicardia, taquicardia, bateria fraca, entre outros. Níveis dos alarmes ajustáveis e tecla de silêncio por 02 minutos. Opcionais de marcapasso, modo DEA e impressora podem ser adicionados no momento da compra ou em upgrades futuros. PARÂMETROS STANDARD, Desfibrilação; Cardioversão; Eletrocardiograma (ECG), de 12 derivações; SOFTWARE PARA REGISTRO

	DE DROGAS 1 (um) par de pás de choque intercambiáveis adulto/infantil; 1 (um) cabo ECG 10 vias; 1 (um) tubo de gel condutor; 50 eletrodos precordiais descartáveis; 1 (um) cabo de força. Bomba de seringa: com sistema eletrônico microprocessado para administração de soluções, através de seringa previamente instalada. Equipamento portátil, leve e compacto, para infusão de drogas ou medicamentos, por via parenteral de alta precisão, segurança e confiabilidade para pacientes adultos, pediátricos e neonatal. Deverá possuir as seguintes características: Autoteste no início do funcionamento do equipamento; alerta de colocação da seringa na posição errada; possuir completo sistema de alarmes sonoro e visual pare oclusão, com indicação do local da oclusão, KVO, pressão no sistema, final de infusão, nível de carga e utilização em bateria e monitoramento contínuo do sistema mecânico: possuir controle de contraste, luz do visor, volume de alarme, data/hora. Todos os parâmetros e informações do display deverão ser em português. Cabo de interface 12v: Possuir sistema de bólus manual e automático; possuir modo standby; possibilitar cálculo de dosagem, aumento e redução nas taxas de perfusões graduais, e armazenamento de dados; Grau de proteção IP34: Visor colorido; possuir bateria com duração média de 6h, taxa de infusão configurável, menor ou igual o fluxo programado. Cabo de alimentação (rede elétrica). Incubadora neonatal de transporte: Microprocessada com cúpula construída em acrílico transparente, com paredes duplas para proteção do paciente contra perda de calor. Base em material plástico de engenharia, garantindo leveza e durabilidade, possuir alças para transporte, dois suportes para cilindros de gases medicinais e um suporte para soro com altura regulável. Ampla porta de acesso frontal e outra porta de acesso lateral, ambas com paredes duplas e rebatíveis; possuir pelo menos 2 (duas) portinholas ovais e 1 (uma) portinhola/manga íris; possuir 1 sensores de pele; possuir no mínimo os modos de operação pele e ar; alimentação bivolt automático; possuir indicação da carga da(s) bateria(s); possuir ne mínimo os seguintes alarmes audiovisuais: circulação de ar interrompida, ausência/falta de energia elétrica e energia da bateria, bateria em carregamento; alta temperatura (ar), baixa temperatura (ar), baixa temperatura (pele), alta temperatura (pele); deve possuir controle microprocessada da temperatura do ar ambiente interno e sensor de temperatura de pele do paciente. Com faixa de controle de temperatura no modo ar 20° a 39°c, no modo rn/pele de 34° a 38°c, resolução de 0,1°c; nível máximo de ruído 60db. Sistema de autoteste das funções e alarmes audiovisuais para falta de energia, falta de circulação

	do ar, alta temperatura do ar, baixa temperatura do ar, hipertermia, hipotermia e baixa tensão da (s) bateria (s), para-choque que protege todo o perímetro da incubadora. Deve possuir leito removível em material plástico antialérgico com dimensões que permitam adequada ergonomia para cintos de segurança em material macio e resistente, de fácil ajuste e limpeza. Deslocamento do leito para fora, somente na região da cabeça, para permitir manobras de intubação durante a remoção, mantendo a proteção da cúpula sobre o corpo do paciente; deve possuir colchão removível, impermeável e de material atóxico, com espuma com densidade adequada, sem costura, prensada e capa removível. Entrada de oxigênio sem despejo de gás para a atmosfera, permitindo alta eficiência, economia e proteção. Umidificação através de espuma sob o leito, iluminação auxiliar anticofuscante com haste flexível para ajuste do foco. Deve possuir filtro de retenção bacteriológico) deve possuir indicação visual do status ligado/desligado do aparelho; autonomia da bateria de pelo menos 4 horas; possuir carregador automático do tipo/flutuante incorporado possibilidade de alimentação com 12 volts para carregamento. Acompanha: carro de transporte tipo maca em estrutura leve, não ferroso e resistente a choques mecânicos, deverá possuir altura regulável e no mínimo 4 (quatro) rodízios sendo dois com freios, resistente à choques mecânicos, acoplável à ambulância, 2 cilindros em alumínio tipo D ou E para oxigênio com válvula redutora e manômetro, canos de ligação, tubo de oxigênio com regulador e fluxômetro e demais componentes necessários à instalação e funcionamento do equipamento. Possuir registro na ANVISA, e deverá atender as normas vigentes de segurança básica e de desempenho essencial de equipamentos eletromédicos; garantia total de 12 meses, contados a partir da data de instalação, devidamente testado e comprovado o perfeito estado de funcionamento dos mesmos, contra defeitos de fabricação. e demais normas pertinentes, sendo que os itens considerados inadequados, inferior qualidade ou não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo nas penalidades pelo atraso inicial. Apresentar na proposta comercial ou habilitação: 35. Qualificação técnica: deverão ser apresentados na proposta comercial ou documentos de habilitação; CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, em nome da própria licitante; CR IBAMA - Certificado de Regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos

	Recursos Naturais Renováveis em nome da empresa licitante; Os documentos que estejam em nome da empresa transformadora, deverão ser acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, do contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante, bem como das notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, a serem apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado. Laudo Antimicrobiano do ABS; Declaração da fabricante dos laminados em ABS, informando atendimento a normas JIS Z 2801:2000 (aditivo antimicrobiano) e Resolução do Contran 498/2014 acreditados; Declaração da fabricante/revendedora dos revestimentos em ABS Antimicrobiano, autorizando a empresa licitante/transformadora a usar o ABS antimicrobiano em Transformações/Adaptações de veículos especiais do tipo Ambulâncias; Laudo de Flamabilidade do revestimento em ABS; Certificado emitido por laboratório acreditado que comprove que o sinalizador visual atende as normas SAE J575/2021 no que se refere aos ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação, SAE J595/2021 no que se refere aos ensaios de fotometria, cor, taxa de flash de alta temperatura, taxa de flash de baixa temperatura, durabilidade da taxa de Flash; SAE J845/2021 que se refere a fotometria e cor; Strobos - Ensaio realizado por laboratório comprovando que os strobos a serem instalados nos faróis atendem as normas sae j575 e sae j595; Laudo da Barra Sinalizadora; Laudo do amplificador (sirene) atendendo a norma SAE J1849/2020. Catálogo e/ou prospecto do sinalizador redigido em língua portuguesa e Certificado ISO 9001:2015 da empresa Fabricante; Comprovação de que o produto a ser utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na especificação estabelecida neste termo de referência, por meio de declaração emitida pelo fabricante, para a empresa licitante; Comprovação de que o produto a ser utilizado na montagem do sistema de sinalizador acústico com amplificador não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção de sinais de rádio ou telefonia móvel, por meio de declaração assinada pelo fabricante, juntamente com Ensaios De Compatibilidade Eletromagnética, Atendendo A Norma SAE J1113/11. Flamabilidade para atender o CONTRAN 498/2014 no que se refere a revestimentos internos não metálicos do compartimento de atendimento para os seguintes itens: isolamento térmico, revestimento de parede lateral, revestimento do teto, piso, das portas, da divisória e do estofamento dos bancos; Ensaios de ancoragem da maca e registro na ANVISA. Ensaio

	de ancoragem do cinto de segurança do banco baú instalados no compartimento de atendimento na carroceria do veículo, conforme disposto na ABNT NBR 14561/2000 em nome da empresa transformadora; Ensaio de ancoragem do cinto de segurança de três pontos do banco do médico conforme norma ABNT NBR 6091/2015, em nome da empresa transformadora; Certidão de inscrição da empresa licitante no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Certidão de registro do do engenheiro responsável pela empresa no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Laudo da mangueira de oxigênio; Laudo da mangueira de ar comprimido; Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50; Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante. Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão do paciente, em nome da empresa licitante. Garantia Mínima: 24 (Vinte e quatro) Meses.
5	**VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO B – SEM EQUIPAMENTOS** CARACTERÍSTICAS GERAIS DO VEÍCULO: Veículo tipo furgão novo, 0 KM, adaptado para Ambulância UTI – Tipo B, com potência de no mínimo de 160 cv, torque de no mínimo 40,8kgfm; compartimento de carga de no mínimo 14 m³; Peso bruto total (PBT) de no mínimo 4.000 kg; tração traseira , teto alto, capacidade para 01 (um) motorista e 01 passageiro na cabine, volante com regulagem de altura e profundidade, vidros elétricos nas portas dianteiras, porta lateral com corrediça e portas traseiras duplas, rodas em aço e pneus com capacidade de carga originais de fábrica. Tanque de combustível com capacidade mínima de 70 L, tanque ARLA32 mínimo: 22 Litros, transmissão manual de no mínimo 6 (seis) marchas à frente e 1 (uma) ré, cor Branca; Trava elétrica, rádio com Bluetooth, devendo atender as normas vigentes que versa sobre o controle de gases poluentes (PROCONVE P8); Especificações Técnicas exigidas pelo CONTRAN; ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante, ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão do paciente: O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm³, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correia do tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em ambulâncias de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em

	suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da ambulância. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.A unidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, composta por condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmica e melhora a eficiência do sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estrutura deverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da ambulância, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmica do veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de alta performance, com vazão mínima de 2.800 m³/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de alta absorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da ambulância.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m³/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da ambulância. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da ambulância tenha pleno comando sobre as condições internas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e resistência mecânica ao conjunto. A unidade também deverá estar equipada com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da ambulância, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática,

	segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistema deverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistema de climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor –, oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverá contar ainda com um sistema de diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistema de climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficaz de vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da ambulância e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Esta câmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistema de purificação deverá funcionar de forma simultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). Deverá contar com garantia de 36 meses. O fornecedor deverá apresentar Laudo de ação virucida,

conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log (90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente; Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. Veículo deverá atender as normas vigentes sobre o controle de gases poluentes; PROCONVE P8 e especificações técnicas exigidas pelo CONTRAN. Garantia mínima de 24 (Vinte e Quatro) meses.

DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO:

1. Dois extintores de incêndio, do tipo pó químico, preferencialmente classe ABC com capacidade de no mínimo 2 kg para o compartimento do motorista e 4 kg para o compartimento do paciente. Ambos os extintores devem estar montados em um suporte seguro e de fácil remoção;
2. Aviso, com os dizeres: "NÃO FUMAR - EQUIPADO COM OXIGÊNIO" e "PRENDER CINTOS DE SEGURANÇA", no compartimento do paciente; Corrimão de teto, com pelo menos 152 cm de comprimento e sobressaindo no máximo 10 cm do teto, montado

sobre a área do paciente primário. O corrimão deve ser em aço inoxidável, alumínio ou outro material resistente à corrosão, possuindo terminais curvos ou protegidos e cantos arredondados. Os suportes de montagem devem ser cromados, em aço inoxidável, alumínio fundido e polido ou outro material com resistência mecânica similar e resistente à corrosão. O corrimão deve ser instalado de forma a minimizar a possibilidade de soltar-se e deve atender a um ensaio de tração de 136 kg nos três eixos.; Trava elétrica para todas as portas (cabine e compartimento traseiro) acionadas remotamente.

3. CABINE / CARROCERIA: A estrutura da cabine e da carroceria será original do veículo, construída em aço. Altura interna mínima após transformação deverá ser de 1.800 mm no salão de atendimento (compartimento de carga), com capacidade volumétrica não inferior a 14m³metros cúbicos no total, servido com duas portas traseiras com abertura horizontal de 90 a 270 graus, tendo como altura mínima 1.700 mm, com dispositivo automático para mantê-las abertas, impedindo seu fechamento espontâneo no caso de o veículo estacionar em desnível.

4. Dotada de estribo revestido em aço com tratamento superficial, estribos antiderrapante, ambos de no mínimo 2mm, sob as portas laterais (motorista e passageiro na cabine e porta lateral de acesso ao salão de atendimento), para facilitar a entrada de passageiros sempre que a distância do solo ao piso for maior que 40 cm, estribo este de dimensões compatíveis com o veículo de acordo com norma da ABNT.

5. Portas em chapa, com revestimento interno inferior e superior em poliestireno ou ABS, com fechos, tanto interno como externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. Na carroceria, o revestimento interno entre as chapas (metálica - externa e laminado - interna) será em poliuretano, com espessura de até 4 cm conforme o veículo permitir, com finalidade de isolamento termo acústico, não devendo ser utilizado para este fim isopor.

6. A intercomunicação entre a cabine e o salão de atendimento deverá se dar por meio de abertura que possibilite a passagem de uma pessoa, de forma confortável ergonomicamente, com acabamento sem arestas ou pontos cortantes. Sendo assim os veículos deverão ser fornecidos com 2 bancos 1/3 na cabine.

7. Deverá ser dotada de degrau ou estribo revestido em alumínio antiderrapante para acesso ao salão de atendimento na porta traseira da ambulância com previsão para entrada da maca retrátil, sempre que a distância do solo ao piso do salão de atendimento for maior que 50 cm para entrada da maca; com dimensões compatíveis

com o veículo de acordo com as normas da ABNT. O pneu estepe não deverá ser acondicionado no salão de atendimento. Será o original do veículo, com montagem de bateria adicional.

8. A alimentação deverá ser feita por duas baterias, sendo a do chassi original do fabricante e uma outra, independente, para o compartimento de atendimento. Essa segunda bateria deverá ser do tipo ciclo profundo e ter no mínimo 150 A, do tipo sem manutenção, 12 volts, instalada em local de fácil acesso, devendo possuir dreno de proteção para evitar corrosão caso ocorra vazamento de solução da mesma. O sistema elétrico deverá estar dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens do veículo e equipamentos especificados neste descritivo técnico para ambulância Tipo D, quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores. O veículo deverá ser fornecido com alternador, original de fábrica, com capacidade de carregar ambas as baterias a plena carga simultaneamente e alimentar o sistema elétrico do conjunto. Independente da potência necessária do alternador não será admitido alternadores menores que 140 A. O sistema deverá contemplar um carregador flutuador de bateria, mínimo 16A bivolt automático, para recarga da bateria auxiliar, quando o veículo não estiver em utilização, este carregador deve ser ligado à tomada de captação externa. Deverá haver um sistema que bloqueie automaticamente o uso da bateria do motor para alimentar o compartimento de atendimento e as luzes adicionais de emergência, quando o veículo estiver com o motor desligado. Este sistema deverá possuir chave solenoide com corpo em material metálico. O compartimento de atendimento e o equipamento elétrico secundário devem ser servidos por circuitos totalmente separados e distintos dos circuitos do chassi da viatura. A fiação deve ter códigos permanentes de cores ou ter identificações com números/letras de fácil leitura, dispostas em chicotes ou sistemas semelhantes, confeccionados com cabos padrão automotivo com resistência à temperatura mínima de 105°C. Eles serão identificados por códigos nos terminais ou nos pontos de conexão. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser fixadas ao compartimento de atendimento ou armação por braçadeiras plásticas isoladas a fim de evitar ferrugem e movimentos que podem resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os diagramas e esquemas de fiação em português, incluindo códigos e listas de peças padrão, deverão ser fornecidos em separado. Todos os componentes elétricos e fiação devem ser facilmente acessíveis através de quadro de inspeção, pelo qual se

possam realizar verificações e manutenção. As chaves, dispositivos indicadores e controles devem estar localizados e instalados de maneira a facilitar a remoção e manutenção. Os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas, devem ser à prova de corrosão e de intempéries. Os equipamentos eletroeletrônicos devem incluir filtros, supressores ou protetores, a fim de evitar radiação eletromagnética e a consequente interferência em rádios e outros equipamentos eletrônicos.

9. Deverá conter um Inversor de corrente contínua (12 v) para alternada (110 v) com capacidade mínima de 1.000W de potência máxima continua (não de pico), com onda senoidal pura.

10. O painel elétrico interno, localizado na parede sobre a bancada próxima à cabeceira do paciente, deverá possuir uma régua integrada com no mínimo oito tomadas, sendo seis tripolares padrões USB, além de interruptores com teclas do tipo "iluminadas" ou com indicador luminoso. Deverá possuir um voltímetro para monitoramento da voltagem. As tomadas elétricas deverão manter uma distância mínima de 35 cm de qualquer tomada de oxigênio.

11. Duas tomadas tripolares (2P+T) de 110 y (AC) montadas na parede oposta, na altura da região torácica do paciente secundário (assento da tripulação).

12. Tomada externa (tripolar) para captação de energia instalada na parte superior do lado esquerdo do veículo. Essa tomada deverá estar protegida contra intempéries e a prova d'água (IP66), estando em uso ou não. Deverá ser acompanhada por um fio de extensão de elevada resistência às intempéries e compatível com o sistema de plugues, tendo no mínimo 20 metros de comprimento. Um transformador automático ligado à tomada de captação, que permita o carro ser ligado a uma rede elétrica tanto de 110 como de 220 VCA e com sistema automático de comutação entre o transformador e o inversor, de modo que, forneça sempre 110 VCA para as tomadas internas.

13. A iluminação do compartimento de atendimento do veículo deve ser de dois tipos: 1. Natural - mediante iluminação fornecida pelas janelas do veículo (cabine e carroceria), com vidros opacos ou jateados com três faixas transparentes no compartimento de atendimento. 2. Artificial - deverá ser feita por no mínimo seis luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 200 mm, em base estampada em alumino cor branca ou injetada em plástico, em modelo LED, podendo utilizar um dos conceitos de Led que seguem: a) Possuir no mínimo 06 leds de 01 Watt cada, tendo

cada led intensidade luminosa mínima de 40 lumens. b) Possuir no mínimo 50 LEDs de alta eficiência luminosa, tendo cada Led, intensidade luminosa mínima de 7.000 mc e ângulo de abertura de 70° (categoria alto brilho). c) Possuir no mínimo 50 LEDs com intensidade luminosa de 12.000 mc e ângulo de abertura de 20°. d) Possuir no mínimo de 100 LEDs, com fluxo mínimo de 1000 lumens e ângulo de abertura de 120° (categoria alto brilho). Os Leds deverão possuir cor predominantemente cristal com temperatura mínima de 5.350° K e máxima de 10.000° K. Qualquer que seja a opção aplicada, essa deverá contar com lente em policarbonato translúcido. Os acionamentos devem estar dispostos no painel de comando, dentro do salão de atendimento, com interruptores de teclas com visor luminoso individual de acionamento ou com indicador luminoso.

14. A iluminação externa deverá contar com holofotes tipo farol articulado regulável manualmente na parte traseira e nas laterais da carroceria, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180° na vertical.

15. SINALIZACAO VISUAL, sinalizador tipo barra em formato linear, de arco, asa ou similar, com comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm e altura mínima de 55 mm e máxima de 100 mm, instalada no teto da cabine do veículo, sobre a coluna B. O sinalizador visual deve ser dotado de base construída de duas partes integradas, uma deve ser um perfil de alumínio extrudado e outra uma base plástica injetada em polímero ABS na cor preta ou policarbonato cristal. A base plástica deverá ser em peca única ou múltipla, injetada(s), demostrando sinais visíveis de injeção, não sendo permitida outras formas de fabricação com modelagem com vácuo (vacuumforming), etc., mantendo assim sua rigidez e durabilidade. Sobre a base deve ser montada uma ou mais cúpula(s)plástica(s) injetada(s) em Policarbonato transparente, resistente a impactos, descoloração, amarelamento e com proteção UV integrada a matéria prima, sendo proibido vernizes para esta proteção. A(s)cúpula(s)plástica(s)deverá ser em peca única ou múltipla, injetada, que ocupe a área total do sinalizador, demostrando sinais visíveis de injeção, não sendo permitida outras formas de fabricação com modelagem com vácuo (vacuumforming), etc. mantendo assim sua rigidez e durabilidade. O sinalizador visual deve também possuir no mínimo 16 conjuntos luminosos composto por no mínimo 4 LEDs de 3 W cada, dotados de lente colimadora em plástico de Engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade ou refletor parabólico, distribuídos equitativamente por toda a extensão visível da barra, de forma a permitir visualização

	em angulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade desde que o design do veículo permita. Sistema deve possuir adaptação luminosa noturna de modo não provocar ofuscamento a outros condutores; Dois dos conjuntos luminosos citados acima, localizados um em cada lado do sinalizador, deverão possuir seus LEDs na cor Branca, funcionando como Luz de Beco, paralelos a lateral da viatura, com acionamento próprio no modulo de controle. Um conjunto no centro do sinalizador voltado para frente a 90° com as laterais da viatura, deve também possuir seus LEDs na cor Branca, funcionando como Luz de Abordagem com acionamento próprio no modulo de controle. Dos conjuntos luminosos restantes, metade do lado esquerdo (motorista) devem ser na cor Vermelha e metade do lado direito (passageiro) deve ser na cor Azul. Os conjuntos luminosos devem possuir circuito eletrônico que gerenciara a corrente elétrica aplicada nos LEDs, devendo garantir também a intensidade luminosa dos LEDs, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LEDs. O consumo médio da barra, nas funções usuais, deverá ser no máximo de 7 Amperes. 16. LUZES SECUNDARIAS: Sistema de sinalização auxiliar visual composto por 04 (quatro) dispositivos óticos de efeito estroboscópio, sincronizados face a face, sendo cada dispositivo composto por 3 LEDs de 3W cada na cor Branca, dotado de lentes difusoras em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo 02 (dois) na parte dianteira, na grade frontal próximo aos faróis e na altura desses e 02 (dois) na parte traseira no para-choque ou junto ao vidro vigia, sendo 01 (um) modulo de cada lado, e a depender do modelo do veículo fixado mecanicamente a estrutura do mesmo. 17. SINALIZACAO ACUSTICA: Sinalizador acústico com amplificador de potência mínima de 100 W RMS @13,8 Vcc, mínimo de seis tons distintos com pressão sonora de no mínimo 118 dB @13,8 Vcc e entrada para radio transceptor. Composto por Propagador de áudio do rádio transceptor, Sirene com mínimo de 06 (seis) tons, sendo quatro tons contínuos e dois sons momentâneos tipo horn e manual e sistema Amplificador de megafone com ajuste de ganho; com potência de no mínimo 30 W RMS e com entrada para a interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor; ambos devem ser armazenados de forma independente e não podem perder sua configuração ainda que desligados da bateria. O Driver (alto-falante) deve ser específico para utilização em veículos de emergência e viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drivers

confeccionadas para aplicação musicais e/ou aplicações de megafone para marketing. O drive deve ser instalado no compartimento do motor.

MODULO DE CONTROLE : Controle de mão para iluminação intermitente principal e secundaria, dispositivo sonoro de emergência e comutação de áudio externo; Teclado em silicone, iluminação de fundo das teclas, sendo a tecla "EMERGENCIA" em vermelho; Teclado em silicone de alta resistência e durabilidade, textos indicativos das funções na cor preta; Fixação magnética na parte traseira do controlador com proteção para fixação na lataria do veículo; Corrente de Standby nula; Os sinalizadores visual e acústico, bem como outras luzes auxiliares devem ser comandados por modulo de controle único, dotado de microprocessador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos de 25 milésimos de segundo a 2 segundos. Os conjuntos luminosos devem ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LEDs e dispositivos de iluminação não intermitentes; devera o modulo ser capaz de acionar as seguintes funções: Controle para mínimo de três tipos de sinalização (patrulha, emergência e ponto de estacionamento). Acionamento das luzes de beco e abordagem. Acionamento momentâneo de som de buzina pneumática monotonal (Horn). Acionamento Momentâneo de sirene mecânica recém-ligada; Acionamento rápido do padrão de sinalização emergência, de toque de sirene para programa do, além de saídas auxiliares pré-programadas, através de um único botão; Acionamento de luzes secundarias (estrobo); Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

18. PRESCRICOES DIVERSAS: Veiculos equipados com transceptores: O modulo de controle deve permitir o acionamento do sistema de sinalização audiovisual mesmo com o veículo desligado. O sistema não poderá gerar ruídos eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios). O sistema deverá ser imune a RFI (radio frequência Interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados. Gerenciamento de Energia: Os equipamentos devem possuir sistema de gerenciamento de energia, medindo a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado e desligando os sinalizadores se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor. Os equipamentos formadores do sistema devem possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes. LEDs: Cada LED utilizado nos equipamentos devera obedecer às

especificações a seguir descritas: 1) Cor predominante: Vermelho, com comprimento de onda de 610 a 625 mm e fluxo luminoso de cada Led de no mínimo 50 Lumens típico, 2) Cor predominante: Branco, com fluxo luminoso de cada Led Branco de no mínimo 120 Lumens típico; 3) Cor predominante: Azul, com comprimento de onda de 465 a 475 mm e fluxo luminoso de cada Led azul de no mínimo de 40 Lumens típico. Os Leds devem possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos.

19. Sistema de Oxigênio: O veículo deverá possuir um sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido, além de ser acompanhado por um sistema portátil de oxigenação. Sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido (redes integradas ao veículo): contendo um cilindro de oxigênio e um cilindro de ar comprimido de no mínimo 16 litros cada, localizados na traseira da viatura, do lado esquerdo, entre o armário e a porta traseira, em suportes individuais para os cilindros, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes e manômetro interligado; de maneira que se possa utilizar qualquer dos cilindros sem à necessidade de troca de mangueira ou válvula de um cilindro para o outro. Todos os componentes desse sistema deverão respeitar as normas de segurança (inclusive veicular) vigentes e aplicáveis. Os suportes dos cilindros não poderão ser fixados por meio de rebites. Os parafusos fixadores deverão suportar impactos sem se soltar. As cintas de fixação dos torpedos deverão ter ajuste do tipo "catraca". As cintas não poderão sofrer ações de alongamento, deformidade ou soltar-se com o uso, devendo suportar capacidade de tração de peso superior a dois mil kg. No suporte do cilindro onde o mesmo esteja em contato com o cilindro deverá ter aplicação de borracha. O compartimento de fixação dos cilindros deverá ser revestido no piso por borracha ou outro material de características adequadas para proteção da pintura do cilindro e proteções em aço inoxidável onde os cilindros são apoiados para se evitar a ocorrência de ranhuras e desgaste no piso.

20. Na região da bancada, ao lado da cabeceira do paciente deverá existir uma régua quádrupla com duas saídas de oxigênio e duas saídas de ar comprimido, oriundo dos cilindros fixos, composta por estrutura metálica resistente, com fechamento automático, roscas e padrões conforme ABNT. Tal régua deverá ser afixada em painel removível para melhor acesso ao sistema de tubulação para manutenção. A régua quádrupla deverá possuir: fluxômetro, umidificador para O2 e aspirador tipo venturi para ar comprimido, com roscas padrão ABNT. O chicote deverá ser confeccionado em

náilon, conforme especificações da ABNT e, juntamente com a máscara de O2, em material atóxico. O projeto do sistema fixo de oxigênio deverá ter laudo de aprovação da empresa habilitada, distribuidora dos equipamentos.

21. O Sistema portátil de Oxigênio deverá ser completo cilindro de Oxigênio, válvula redutora com manômetro, fluxômetro, saída para aspiração com válvula reguladora e circuito do paciente (frasco, chicote, nebulizador e máscara). Este cilindro deve ser de alumínio. Todo o sistema deverá ser integrado em estrutura de suporte, com alça para transporte, confeccionado em material resistente e lavável, e deverá possuir um dispositivo de fixação dentro da cabine do paciente, seguro e de fácil remoção quando seu uso for necessário. Os sistemas fixo e portátil de Oxigênio deverão possuir componentes com as seguintes características: Válvula reguladora de pressão, umidificador de Oxigênio, todos os itens de acordo com as normas da ABNT. Borboleta de conexão confeccionada externam em plástico ou similar, e internamente em metal, que proporcione um perfeito encaixe, com sistema de selagem, para evitar vazamentos. Sistema borbulhador (ou difusor) composto em metal na parte superior e tubo condutor de PVC atóxico. Extremidade da saída do fluxo de oxigênio em PVC atóxico, com orifícios de tal maneira a permitir a umidificação homogênea do Oxigênio. Fluxômetro para rede de Oxigênio e ar comprimido deverá ser compatível com acessórios nacionais, conforme normas da ABNT. Aspirador tipo Venturi: para uso com ar comprimido, baseado no princípio venturi. Frasco transparente, com capacidade de 500 ml e tampa em corpo de náilon reforçado com fibra de vidro. Válvula de retenção desmontável com sistema de regulagem por agulha. Selagem do conjunto frasco-tampa com a utilização de um anel (o-ring) de borracha ou silicone. Conexões de entrada providas de abas para proporcionar um melhor aperto. Conexões de entrada e saída e boia de segurança normatizadas pela ABNT, com alta capacidade de sucção. Mangueira para oxigênio e ar comprimido: com conexão fêmea para oxigênio, com comprimento suficiente para interligar o painel aos cilindros. Conexões de entrada providas de abas de alta resistência e normatizadas pela ABNT. Com seção transversal projetada para permitir flexibilidade, vazão adequada e resistência ao estrangulamento acidental. Borboleta de conexão confeccionada externamente em plástico ou similar, e internamente em metal, para conexão aos cilindros e conexões sextavadas em metal para conexões ao painel de forma a proporcionar um perfeito encaixe, com sistema de selagem para evitar vazamentos.

22. Compartimento do motorista deverá ser fornecido com o sistema original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica para ar-condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. Para o compartimento do paciente, deverá ser fornecido um sistema com aquecimento e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 14.561 e sua capacidade térmica deverá ser com mínimo de 30.000 BTUs, possuir unidade condensadora de teto, visando melhor eficiência. O sistema de ar-condicionado do compartimento do paciente deverá ser dotado de sistema de purificação do ar com tecnologia de filtragem.

23. Todos os bancos, tanto da cabine quanto do salão de atendimento, devendo ser dotado de encosto estofado, apoio de cabeça e cinto de segura lavável impermeável e com resistência a intempérie e limpeza. Cinto de três pontos e para o banco do motorista sistema de cinto subabdominal retrátil ou de três de pontos.

24. No salão de atendimento, paralelamente à maca, três bancos laterais tipo poltrona , revestido em courvin lavável impermeável e com resistência a limpeza com sabão e álcool 70% e as intempéries, dotado de cintos de segurança subabdominal ou de três pontos .

25. Na cabeceira da maca, localizado entre a cabine e a maca, ao longo do eixo desta, voltado para a traseira do veículo, deverá haver um banco, de projeto ergonômico, com sistema giratório de 360 graus e com travamento de pelo menos 8 posições equidistantes a fim de promover total segurança ao ocupante, ajuste em nível e distância adequado para permitir que um profissional de saúde ofereça cuidados à vítima incluindo acesso a vias aéreas.

26. MACA: Maca retrátil, totalmente confeccionada em duralumínio tendo sua estrutura principal em barras retangulares ou circulares; peso total no máximo 40Kg, alças laterais basculantes, com no mínimo 1.900 mm de comprimento, 550 mm de largura e capacidade para pacientes de até 300 kg (testada com no mínimo 500Kkg), com sistema escamoteável de cada eixo acionado por alavancas de retração; com 4 (quatro) rodízios giratórios de 200 mm, com sistema de freios. Esta maca deve dispor de três cintos de segurança fixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima. Deve ser provida de sistema de elevação do tronco e das pernas do paciente em pelo menos 45 graus e suportar nestes itens peso mínimo de 100 kg. A maca deverá ser instalada longitudinalmente no salão de atendimento com a cabeceira voltada para frente do

veículo; uma vez dentro do veículo, esta maca deve ficar adequadamente fixa à sua estrutura, impedindo sua movimentação lateral ou vertical quando do deslocamento do mesmo. Quando montada fora da ambulância deverá ter uma altura máxima de até 1.200 mm. Deverá ter no mínimo espaços entre os armários e balcões localizados em ambos os lados da ambulância, sendo no mínimo 120 mm para o armário lateral esquerdo e no mínimo 500 mm para a base / cobertura da caixa de roda traseira direita. O sistema que fixa a maça e o assoalho da ambulância deverá ser montado de maneira a permitir o escoamento de liquidos no assoalho abaixo da maca evitando- se o seu acúmulo. A base do banco e as proteções em inox para maca e travas da maca fixas ao piso, devem ser vedadas, com exceção ao guia da maca que deverá ser vedado parcialmente de modo a não permitir o acúmulo de água. Acompanham: colchonete bipartido, confeccionado em espuma ou similar, revestido por material resistente e impermeável, sem costuras ou pontos que permitam entrada dê fluidos ou secreções; demais componentes ou acessórios necessários à sua perfeita utilização.

27. Prancha resgate e salvamento: Prancha de resgate e salvamento, confeccionada de material totalmente impermeável, plástico ou polietileno, não dobrável, lavável, deverá apresentar cantos e bordas arredondadas, com orifícios oblongos nas bordas para passar os cintos e orifícios para pega de mão. Deverá ser leve, com dimensões aproximadas: 1800 mm x 450 mm, não conduzir eletricidade, não possuir soldas ou emendas ou reforços metálicos. Possuir flutuação em água. Ser radio transparente (aos raios-X) e impermeável, deverá permitir a imobilização e o transporte adequado de adultos e crianças, deverá ter no mínimo 30 orifícios, ou seja, orifícios nas extremidades e na parte interna, para permitir a imobilização adequada à crianças e adultos. As duas extremidades deverão possuir formato retangular, deverá possuir em uma das extremidades da prancha, o sistema de acoplagem dos blocos imobilizadores de cabeça, que permita sua regulagem no momento de uso, diretamente na prancha e sem uso de costuras ou velcro, de forma a facilitar a utilização e a higienização adequada. O sistema deverá acompanhar 01 par de blocos para uso adulto e 01 par de blocos para uso infantil, os blocos deverão ser confeccionados de material resistente, impermeável, lavável, livre de tecidos, costuras ou velcros. Deverá possuir orifício central, que abrange a região auricular, e os tamanhos deverão ser diferenciados para uso adulto e para uso infantil, deverá possuir orifícios próprios, diretamente na prancha, para o encaixe dos tirantes de cabeça e de queixo. Todas as costuras da peça são

reforçadas com no mínimo duas passadas sobrepostas, tendo até em alguns pontos quatro passadas, com arremate em sistema de retrocesso. Deverá vir acompanhada de um jogo composto por 03 unidades de cinto (01 na cor vermelha, 01 na cor amarela e 01 na cor preta) confeccionado em polipropileno com fecho de engate rápido na cor preta confeccionado em náilon, deverá acompanhar cinto aranha adulto e infantil.
28. CARACTERÍSTÍCAS DOS MOVEIS: O projeto dos móveis deve ser em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) e todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do CONTRAN Resolução Nº 498, de 29 de Julho de 2014; e a norma JIZ 2801:2000 (antimicrobiano) em sua composição comprovado por laudo de empresa regulamentada, fabricante vinculada também com a empresa fornecedora e a licitante, permitindo rastreabilidade, deverá o seu posicionamento ser adequado, visando o máximo aproveitamento de espaço, a fixação dos equipamentos e a assepsia do veículo. Todas as portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento do veículo. Todas as prateleiras deverão ter batentes frontais, a fim de dificultar que os materiais caiam quando o veículo estiver em movimento. Bancada para acomodação dos equipamentos, com batente lateral de no mínimo 50 mm e borda arredondada. Os armários internos deverão ter as dimensões descritas abaixo as mais aproximadas possíveis dependendo da disponibilidade do veículo: (I) 02 armários superiores para guarda de materiais, com batente frontal; (II) 02 armários para guarda de materiais, com tirantes em nylon de retenção, para evitar que o material ali acomodado caia durante o deslocamento, com batente frontal; (III) 01 armário para guarda de materiais com porta corrediça em policarbonato; (IV) 01 armário para guarda de materiais, com batente frontal.(V) 01 armário para guarda de 2 cilindros de O^2, porta com abertura vertical, abrindo no mínimo 90º, com trinco para impedir a abertura espontânea da mesma durante o deslocamento do veículo; (VI) 01 armário tipo bancada para acomodação de equipamentos, com batente frontal de 50 mm para o apoio de medicamentos e equipamentos, com o comprimento de 1800 mm por 370 mm na profundidade; (VII) 02 gavetas localizadas próximo a divisória, medindo 250 mm no comprimento, 300 mm de profundidade com 70 mm de altura; (VIII) 01 compartimento de lixo, localizado junto a divisória com identificação, medindo 150 mm no comprimento, 150 mm na largura e 200 mm na altura;

29. BALAÚSTRE: Deverá ter uma pega mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto e com dois sistemas de suporte de soro deslizável.

30. PISO: o assoalho do salão do paciente deverá conter revestimento em poliuretano, com aplicação no piso do veículo, puro 100%, auto extinguível, 100% sólido sem voláteis, aplicado por spray, monolítico, sem juntas, impermeável, moldado ao assoalho com dureza shore d entre 83 e 93, segundo a norma astm a-2240, resistente a abrasão com perda de massa máxima de 20 gramas segundo a norma astm d- 4060, que proporcione redução de ruídos e vibrações e não gere energia estática, atóxico, que permita limpeza pesada com jato de alta pressão e utilização de hipoclorito de sódio à 3% de concentração, com elastômero bicomponente de alta tecnologia, que oferece várias vantagens, como cura rápida, resistência à corrosão, abrasão e produtos químicos, além de selar a superfície. O produto aplicado puro é um revestimento elastomérico bicomponente que proporciona diversas vantagens: cura rápida: o produto seca rapidamente, o que facilita e agiliza a instalação. Resistência: é resistente a corrosão, abrasão e produtos químicos, o que a torna ideal para ambientes que exigem durabilidade e proteção. Selamento: o produto sela a superfície, impedindo a passagem de água e a infiltração de líquidos. Aderência: adere a diversos tipos de substratos, o que a torna versátil e fácil de aplicar. Benefícios do piso: o piso revestido em poliuretano puro oferece uma combinação de resistência, durabilidade e facilidade de manutenção. É uma solução ideal para ambientes que necessitam de proteção contra intempéries, produtos químicos e abrasão, tais como áreas de trabalho, garagens, áreas industriais e áreas externa. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação: ensaio de flamabilidade do piso conforme a resolução do contran 498/2014 em nome da empresa licitante; ensaio de migração global conforme a resolução 105/99 da agência nacional de vigilância sanitária em nome da empresa licitante; ensaio de coeficiente de atrito estático do revestimento do piso, conforme abnt nbr 15570/2011 em nome da empresa licitante; apresentar ensaio de tração e rasgamento; carta de solidariedade da empresa fabricante para a empresa licitante.

31. instalação de cadeira de rodas Rodízios com banda emborrachada e sistema de freios, com diâmetro de 127mm. Sistema de travamento na posição aberta para evitar fechamento involuntário. Capacidade de carga 160kg. Estrutura em duro alumínio com

uniões de encaixe em aço. Não utiliza solda. Base em polímero de alta resistência. Cinto de segurança com sistema de engate automotivo. Sistema de ancoragem (fixação) completo para instalação em ambulâncias. Apoio para os pés em chapa de aço. Sistema de dobra para armazenamento. Manetes de borracha para auxiliar no transporte, sendo dois com sistema telescópico para facilitar o transporte em escadarias. Equipamento não habilitado para utilização em salas de ressonância magnética.

32. Demais equipamentos e materiais a serem fornecidos com a ambulância: Equipamentos e materiais complementares, que deverão ser fornecidos juntamente com a ambulância, de acordo com e descritivo técnico, a seguir: a) 01 Extintor de Pó ABS de 6 kg; b) 03 Cones de segurança para trânsito, com altura entre 700 e 760 mm e base com lados de 400 (+ ou — 20) mm, em plástico, na cor laranja, com faixas refletivas de longa durabilidade, de acordo com normas da ABNT, que deverão ser fixados na porta traseira esquerda por um sistema de fixação seguro e que permita a fácil colocação e remoção; c) o Lanterna portátil: Lanterna à bateria e carregador anexo ou incorporado, portátil, que permita no mínimo 08 horas de uso com alta intensidade, corpo em termoplástico resistente a impacto, com peso máximo de 1,5 quilos, com entrada bivolt automática (110-240 v), bateria recarregável.

33. Design Externo: as cores das viaturas serão brancas, com adesivagem padrão ambulância, composta por cruzes nas laterais, traseira e palavra ambulância invertida no capô, ou adesivagem padrão SAMU 192, assim definidas pelo município. 34. Qualificação técnica: deverão ser apresentados na proposta comercial ou documentos de habilitação; CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, em nome da própria licitante; CR IBAMA - Certificado de Regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em nome da empresa licitante; Os documentos que estejam em nome da empresa transformadora, deverão ser acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, do contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante, bem como das notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, a serem apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado. Laudo Antimicrobiano do ABS; Declaração da fabricante dos laminados em ABS, informando atendimento a normas JIS Z 2801:2000 (aditivo antimicrobiano) e Resolução do Contran 498/2014 acreditados;

	Declaração da fabricante/revendedora dos revestimentos em ABS Antimicrobiano, autorizando a empresa licitante/transformadora a usar o ABS antimicrobiano em Transformações/Adaptações de veículos especiais do tipo Ambulâncias; Laudo de Flamabilidade do revestimento em ABS; Certificado emitido por laboratório acreditado que comprove que o sinalizador visual atende as normas SAE J575/2021 no que se refere aos ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação, SAE J595/2021 no que se refere aos ensaios de fotometria, cor, taxa de flash de alta temperatura, taxa de flash de baixa temperatura, durabilidade da taxa de Flash; SAE J845/2021 que se refere a fotometria e cor; Strobos - Ensaio realizado por laboratório comprovando que os strobos a serem instalados nos faróis atendem as normas sae j575 e sae j595; Laudo da Barra Sinalizadora; Laudo do amplificador (sirene) atendendo a norma SAE J1849/2020. Catálogo e/ou prospecto do sinalizador redigido em língua portuguesa e Certificado ISO 9001:2015 da empresa Fabricante; Comprovação de que o produto a ser utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na especificação estabelecida neste termo de referência, por meio de declaração emitida pelo fabricante, para a empresa licitante; Comprovação de que o produto a ser utilizado na montagem do sistema de sinalizador acústico com amplificador não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção de sinais de rádio ou telefonia móvel, por meio de declaração assinada pelo fabricante, juntamente com Ensaios De Compatibilidade Eletromagnética, Atendendo A Norma SAE J1113/11. Flamabilidade para atender o CONTRAN 498/2014 no que se refere a revestimentos internos não metálicos do compartimento de atendimento para os seguintes itens: isolamento térmico, revestimento de parede lateral, revestimento do teto, piso, das portas, da divisória e do estofamento dos bancos; Ensaios de ancoragem da maca e registro na ANVISA. Ensaio de ancoragem do cinto de segurança do banco baú instalados no compartimento de atendimento na carroceria do veículo, conforme disposto na ABNT NBR 14561/2000 em nome da empresa transformadora; Ensaio de ancoragem do cinto de segurança de três pontos do banco do médico conforme norma ABNT NBR 6091/2015, em nome da empresa transformadora; Certidão de inscrição da empresa licitante no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Certidão de registro do do engenheiro responsável pela empresa no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Laudo da mangueira de oxigênio; Laudo da mangueira de ar comprimido; Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50; Relatório Técnico

	de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante. Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão do paciente, em nome da empresa licitante. Garantia Mínima: 24 (Vinte e quatro) Meses.
6	***VEÍCULO TIPO PICKUP 4X2 - PEQUENO PORTE -ADAPTADA PARA AMBULÂNCIA TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO.*** Veículo tipo pickup de pequeno porte, 0 km, ano de fabricação 2024/ modelo 2025 ou superior, adaptado em ambulância do tipo A, simples remoção, de cor branca com porta traseira em 2 (duas) folhas, com as seguintes especificações mínimas a saber. Especificações do Motor: Motor 1.3 Firefly FLEX, de quatro cilindros em linha e 8 válvulas - Potência/Torque. Potência: 107 cv com etanol e 98 cv com gasolina a 6.250 rpm. Torque: 13,7 kgfm com etanol e 13,2 kgfm com gasolina a 4.000 rpm. Transmissão Manual de 5 marchas. Suspensão Dianteira: Independente, McPherson. Traseira: Eixo rígido. Consumo médio estimado pelo fabricante: Cidade – 8,9 km/l com etanol e 12,5 km/l com gasolina / Estrada – 10 km/l com etanol e 14,3 km/l com gasolina. Roda e Pneus 195/65 R15. Freios Dianteira: Disco ventilado. Traseira: Tambor. Peso 1.083 kg. Dimensões: Comprimento: 4.474 mm / Largura: 1.732 mm / Altura: 1.612 mm / Distância entre eixos: 2.737 mm / Altura do solo: 209 mm. Capacidade Ocupantes: 2 lugares. Caçamba: 1.354 litros. Tanque de combustível: 55 l. Ar- condicionado. Barra de proteção do vidro traseiro. Roda em chapa na cor chumbo 5.5 x 15'. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus. Volante com regulagem de altura. Airbag duplo (motorista e passageiro). Alertas de uso de cinto de segurança do motorista. Apoia-pé para o motorista. Apoios de cabeça com regulagem de altura. Bancos em tecido preto com Fiat Flag. Cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura. Computador de bordo. Console central com porta- objetos e porta-copos. Conta-giros. Controle eletrônico de estabilidade. Espelho no para-sol lados motorista e passageiro. Follow me home. Freios ABS com EBD. Ganchos para amarração de carga na caçamba. Grade frontal na cor preta. Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida) Hodômetro digital (total e parcial).

	Indicador de combustível. Indicador de troca de marcha; limpador e lavador do para-brisa. Luz de iluminação da caçamba. Luz de leitura. Luzes de posição diurnas. Maçanetas e retrovisores externos na cor preta. Moldura dos para-lamas. Para-choque traseiro com estribos antiderrapantes. Porta objetos nas portas. Porta-escadas. Preparação para Rádio (Cabeamento e Chicote). Protetor de caçamba. Retrovisores externos com comando interno mecânico. Suspensão elevada. Suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais. Tampa da caçamba com nova tecnologia. TC+ (Traction Control Plus). Tomada 12V. Ar-condicionado na cabine do motorista e no compartimento do paciente. Adaptação: confeccionado em fibra de vidro sem emendas para total higienização com comprimento interno mínimo de 2,100 metros, com isolamento termo acústico; Divisória entre cabine do motorista e passageiro permanecendo original de fábrica; Piso antiderrapante em fibra de vidro sem emendas para total higienização contendo no mínimo dois metros com trilho em fibra para entrada e saída da maca; Iluminação Interna em LED 12 V, com 02 Tomadas 12 v; Uma janela na lateral com vidro corrediço, fixada sem borracha para melhor vedação e saída de água, com serigrafia padrão ambulância; Break light na tampa traseira; Suporte para soro e plasma; Maca retrátil com comprimento superior a 1.80 m com a cabeceira voltada para frente do veículo; Com pés dobráveis, sistema escamoteável, provida de rodízios confeccionados em materiais resistentes a oxidação; Com pneus de borracha maciça e sistema de freios; com trava de segurança para evitar o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida; Projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vítima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa; A maca deve dispor de três cintos de segurança fixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima; A maca deve ser equipada com travas rápidas que permitem perfeita segurança e desengate rápido sem riscos para a vítima; Sem corte na lataria para deslocamento da maca dentro da cabine e sem deslocamento do banco carona para frente a fim de maior segurança do passageiro; Armário frontal interno localizado na região superior do teto do veículo em fibra de vidro; Banco lateral revestido em fibra de vidro acompanhando encosto para acompanhante em courvin e cinto de segurança; Suporte para fixação de um cilindro de oxigênio com capacidade de 3 litros, cilindro de oxigênio capacidade de 3 litros - Régua de oxigênio de 03 pontas com fluxômetro / aspirador / umidificador; Rede de oxigênio com válvula e manômetro em local de fácil visualização; Capota com Revestimento interno, laterais, piso e teto, confeccionada em PRFV/ Fibra de Vidro e gel coat orto branco saindo na cor branca direto do molde, totalmente lavável para melhor higienização. O teto da capota em peça única sem emendas das duas laterais do teto, demais emendas calafetadas com cola p-u cinza, janela lateral direita, porta com abertura vertical com 02 (dois) vidros colados nas portas traseiras, 02 (duas) molas a gás não podendo ser fixada para dentro da capota para evitar acidentes, sendo assim terá que ser embutidas e com 02 (duas) dobradiças de inox embutidas na tampa com fixação no teto da capota fixadas com 06 (seis) parafusos. Capota com espaço interno para maca de 1.90 sem cortar o carro, vão da entrada da maca com 1395 mm de altura por 1020 mm, largura capota com medida interna de 1480mm de altura, largura acompanha a original do carro. Maçanetas modelo da Montana e trincos, não podendo ser de lingueta. Parte externa pintada na cor branca e calafetada com cola p-u preto. Sinalizador em barra com sirene de um tom; um ventilador interno no teto da ambulância com proteção de cúpula de e fibra;

	um exaustor interno no teto da ambulância com proteção de cúpula de fibra; Break light na tampa traseira. Apresentar engenheiro responsável pela adaptadora, ele terá de apresentar seu registro vigente no CREA. Apresentação do CAT e CCT ou ISO do licitante ou transformador, evitando assim a utilização de documentação de terceiros. Garantia 12 meses.
7	**UNIDADE MÓVEL VETERINÁRIA (CASTRAMÓVEL) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, 0KM, TIPO FURGÃO. ANO/MODELO MÍNIMOS 2025/2026** CARACTERÍSTICAS GERAIS DO VEÍCULO: Veículo automotor adaptado para unidade móvel veterinária (castramóvel) Garantia Mínima de 24 (Vinte e Quatro) meses; Motor a diesel; Cilindrada mínima de 2.000cc; Capacidade mínima: 14M³; Volante com regulagem de altura e profundidade; Direção elétrica; Distância entre eixos de no mínimo de 4.300 mm; Comprimento mínimo: 6.900MM; Altura do salão de passageiros: 2000MM; Motor com potência mínima de 170 cv, com torque de no mínimo 39 Kgf.m; Freio de estacionamento; Transmissão manual com no mínimo 6 marchas a frente e 1 a ré; Tração traseira; Volante com Regulagem de Altura e Profundidade; Freio a disco nas 4 rodas; Tanque de combustível com no mínimo 70 litros; Tanque arla32: 20 litros; Air bag; Comprimento total de no mínimo 5.932 mm; PBT mínimo: 4.000 KG; Vidros dianteiros elétricos; Trava elétrica; Iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios; Pintura sólida branca; Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e

	altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. O veículo deverá ser dotado de sistema de ar-condicionado com cobertura total em seu interior. O fornecedor deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação, relatório técnico de ensaio de conforto térmico, realizado em nome da empresa transformadora e/ou da empresa licitante, com o objetivo de comprovar que o sistema de climatização, aliado ao isolamento térmico do veículo, atende aos requisitos de desempenho térmico e conforto ambiental, assegurando condições adequadas de temperatura e ventilação no interior da cabine e salão, em conformidade com a NBR 15570 e outras normas vigentes. Acessórios Obrigatórios. Protetor de cárter; Jogo de tapetes de borracha completo da cabine; Rádio AM/FM digital e MP3 com conexão USB e sistema de alto-falantes para cabine; Air bag duplo frontal (motorista e passageiro); reios ABS: a discos ventilados (dianteiros) e discos ou tambor (traseiros); Apoios de cabeça bancos dianteiros (motorista e passageiro); Cintos de segurança dianteiros de 03 pontos (motorista e passageiro); Travas elétricas das portas e vidros com acionamento elétrico (portas dianteiras). Emplacamento. O veículo deverá ser entregue emplacado na categoria Motor Casa. Adaptação Interna. Deverá ser desenvolvida para atendimento a castração de animais de pequeno e médio porte com ambiente climatizado; O equipamento deverá ser projetado para promover um atendimento com segurança microbiológica no ambiente interno conforme estabelecido no termo de referência, desenvolvido de acordo com os requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Documentação Técnica para projeto da Unidade. CAT – Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito do veículo ofertado na modalidade MOTOR CASA – DENATRAN em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 do SENATRAN; CCT - Certificado de Capacitação Técnico Operacional – INMETRO do veículo ofertado; CREA – Certidão de Registro de Pessoa Jurídica; CREA - Certidão de Registro Profissional no CREA;CREA - Certidão de Responsabilidade Técnica e Pessoa Jurídica no CREA; Os documentos acima deverão ser apresentados como forma de qualificação técnica da licitação; ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;

NR17 – Ergonomia;

NR32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde;

ABNT NBR – 5410/2005 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

NBR – 13570/1996 - Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público – Requisitos Específicos;

NR – 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

NBR- 5419/2015 – Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica;

ABNT NBR 15465 (Eletrodutos);

ABNT NRB NM 60868 (Disjuntores);

ABNT NBR 8995-1 (Iluminação);

ABNT NBR 16401-1 (Ar-condicionado);

ABNT NBR 15465 e NBR 5410 (Elétrica - Cabos flexíveis);

Infraestrutura Elétrica

Desenvolvida para alimentação de equipamentos (internos) com 220 volts, alimentação externa através da concessionária na rede de baixa tensão, 220 volts bifásico.

Comando Elétrico

Comando elétrico composto por DPS (dispositivo de proteção contra surtos) e Dispositivo de proteção elétrica ao Usuário, proteção contra contatos indiretos por seccionamento automático da alimentação, assegurada por dispositivos a corrente diferencial-residual e disjuntores bipolares térmicos contra curto-circuito e sobrecargas de energia, contatos especiais de prata, que atendam à norma NBR NM 60868, tensão de trabalho 220V, frequência 60Hz, temperatura ambiente -20°C, +50°C, grau de proteção IP 20, IP em painel e fixação de encaixe perfil DIN 35 mm;

Tomada de sobrepor IP 67, blindada à prova de água, para receber o cabo de conexão à rede pública;

Painel de Comando secundário (não estabilizado), composto por chave disjuntores de proteção, bipolar de entrada (geral), tipo blindados, curva e potência de acordo com a demanda de energia de cada tomada e dentro das normas ABNT, para o desligamento simultâneo, parcial ou total do comando;

Sistema de visualização de consumo e tensão, com referência ao sistema das opções de entrada de energia, sendo previsto para cada fase de entrada;

Cabos flexíveis antichamas dimensionados conforme especificações da ABNT 15465 e NBR 5410, instalações em todos os ambientes, embutidas e adequadas para cada ambiente;

Condutor flexível de fios de cobre eletrolítico, tempera mole, isolação composta termoplástico polivinila PVC (105°C) com características especiais quanto à não propagação e auto extinção do fogo. 6.7 Tomadas de 220 volts, padrão NBR 14136 com identificador de tensão, placas em termoplástico isolante, módulos com bornes automáticos;

Cabo externo para conexão à rede pública de energia elétrica:

Extensão para conexão elétrica: desenvolvida para conexão na rede da concessionária, confeccionada com cabo PP 03 (três) vias, isolamento em dupla camada de composto de PVC flexível com elevada resistência mecânica e flexibilidade, 25m de comprimento, uma das extremidades com plug macho IP 67 blindado à prova de água e adaptador tipo garras para conexão no quadro elétrico externo.

A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de conformidade das instalações elétricas do projeto apresentado, devendo conter minimamente dados de tensão, potência ativa, reativa, aparente, corrente elétrica, fator de potência, energia reativa, níveis de tensão e operação durante carga plena do sistema, avaliação de queda de tensão, avaliação das condições gerais das instalações conforme NBR 5410, NR10, vigentes ao ano de fabricação, laudo das instalações do sistema de ar condicionado devendo conter corrente de operação e temperatura da unidade quando em funcionamento, apresentar laudo termográfico dos sistemas elétricos e todo e qualquer, quadros, cabeamento, disjuntores, transformadores, e todo e qualquer componente atrelado as instalações elétricas, o laudo deve ser elaborado por profissional habilitado (engenheiro eletricista) com registro ativo no Crea de sua região, e acompanhado de Anotação de responsabilidade técnica, atestando a completa regularidade do sistema.

Deverá ser emitido novo laudo na entrega da Unidade Móvel contratada, o equipamento deve passar por perícia externa para verificação do dimensionamento de cabos e se existem vícios de operação, erros dos operadores ou qualquer problema de natureza semelhante, além de vícios ocultos por meio de medições dos sistemas e estudo termográfico que indicará qualquer tipo de mal contato ou componentes

	defeituosos, garantindo a liberação da unidade para operação com segurança e confiabilidade. Iluminação Interna: Luminárias embutidas, do tipo Plafon LED SLIM (110-240v) Luz difusa, branco neutro 4000k, em quantidade adequada à dimensão e aplicação de cada ambiente conforme norma ABNT NBR 5413; Iluminação de emergência: Em cada ambiente no mínimo 01 luminária de led 12v 7,5w; Externa: 02 (dois) Refletores LED 20W bivolt IP66 (Resistente a água e poeira); Interruptores de placa em termoplástico isolante, acabamento branco ou outra cor que harmonize com o revestimento, 10 A – 250 V; Climatização dos Ambientes Deverá conter um sistema de ar condicionado para a cabine do motorista (original de fábrica ou instalado por empresa homologada pela fabricante); Deverá conter um segundo sistema de ar condicionado para o compartimento traseiro, com capacidade para fornecer e manter o ar limpo no nível especificado de temperatura interna; O sistema deve ter a capacidade de manter a temperatura interna entre 22 a 24 graus Celsius quando a temperatura externa estiver acima desta marca com as portas fechadas; Aparelho de ar condicionado de teto tipo RV 'recreation vehicles', próprio para unidade móvel, sem dutos de refrigeração, para funcionamento com o veículo parado e motor desligado usando energia elétrica externa 220 volts, chicote elétrico e rede independente e com conectores selados, sendo vetado à instalação de ar condicionado residencial tipo split ou cassete; Capacidade de refrigeração mínima nominal de 15.000 BTUs; Controle remoto sem fio; Compressor rotativo; Montagem de scroll moldado que elimina as turbulências de ar que inibem o fluxo de ar, sem fugas de ar; Cobertura em polímero AES resistente a raios UV, com design aerodinâmico; Bandeja base pintada com pó com proteção contra corrosão, estrutura em aço industrial; Força elétrica 115V, 60 Hz, aproximadamente 3.500 watts;

Consumo de energia 300 Ma max;

Fluxo de ar (CFM), em alta velocidade, 325 l/min.

A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de Eficiência e Conformidade do Sistema de Ar-Condicionado, atendendo às normas vigentes da ABNT, tais como a NBR 16401 e demais legislações aplicáveis. O laudo deverá conter, no mínimo, os seguintes dados: capacidade térmica (em BTU/h ou kW), consumo de energia elétrica (em kW), eficiência energética (COP - Coeficiente de Performance), temperatura de operação das unidades evaporadora e condensadora, pressão de trabalho (alta e baixa), corrente de operação, e condições de ventilação e exaustão. Além disso, o laudo deverá incluir a medição da temperatura do ambiente climatizado durante o funcionamento do sistema em carga plena, avaliação da uniformidade de temperatura, níveis de ruído e a verificação da qualidade do ar interno. A avaliação das condições gerais de instalação deve considerar as orientações da NBR 5410 e NBR 13971, relativas à adequação elétrica e de refrigeração.

Deverá ser apresentado também um laudo termográfico dos componentes elétricos do sistema de ar-condicionado, incluindo o quadro de força, cabeamento, disjuntores e demais dispositivos, com a finalidade de identificar possíveis pontos de aquecimento ou falhas de contato. O laudo deve ser elaborado por profissional habilitado (engenheiro mecânico ou eletricista) com registro ativo no Crea de sua região, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atestando a conformidade e regularidade do sistema.

Na entrega do equipamento, um novo laudo deverá ser emitido após perícia externa, para verificação do dimensionamento adequado de cabos e possíveis vícios ocultos, através de medições e estudo termográfico. Este laudo garantirá que o sistema de ar-condicionado esteja operando de forma segura, eficiente e de acordo com as normas aplicáveis, certificando a confiabilidade da unidade para operação.

9: Tecnologia de Descontaminação Ativa do Ar

Para promover a segurança biológica da unidade contra microrganismos como bactérias e vírus (inclusive Covid-19), deverá ser previsto sistema de descontaminação ativa do ar para promover a desinfecção do ar e superfícies, sendo considerado para todos os ambientes;

Deverá prover descontaminação do ar através de oxidação induzida por uma luz ultravioleta no espectro UV-C a uma frequência de 254 nanômetros em uma superfície

alveolar impregnada de metais como o dióxido de titânio, prata e cobre, além de uma cobertura hidrofílica;
Os oxidantes gerados nesse processo devem ser radicais hidroxilas, radicais hidroperóxidos, íons superóxidos e peróxido de hidrogênio no estado gasoso;
A concentração desse composto gasoso, principalmente do gás peróxido de hidrogênio, não deve exceder 0,2 PPM (limite tolerado para promover a desinfecção do ambiente sem causar danos à saúde humana);
Durabilidade mínima de 17.000 horas de uso ininterruptos;
Elétrica: 120-220 V;
Corrente 0,38A @ 120V;
Potência máxima: 45 watts;
Temperatura de operação: -5°C até 55°C;
Cobertura: até 50 m² cada unidade.
Prescrições
A licitante deverá apresentar em sua proposta de preços a marca e modelo, e anexar encartes técnicos do fornecedor do sistema ofertado, incluindo imagens, descrição, características, especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto;
Apresentar estudo de validação de eficiência de órgãos oficiais nacionais; 9.11.3 Apresentar Relatório de ensaio do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) comprovando redução de microrganismos atingindo no mínimo 80% de redução em 24 horas de funcionamento; 9.11.4 Documentos estes que deverão ser apresentados com comprovação de vínculo com a empresa fornecedora da tecnologia e a licitante, garantindo o pleno atendimento aos pré-requisitos de proposta, fornecimento e garantias. Infraestrutura de Transmissão de Dados (Internet) e Rede. Deverá ser instalado 01 (um) roteador com as seguintes características: Velocidade mínima na rede Wireless local de 300 Mbps; 01 Porta padrão ethernet RJ-45 10/100 Mbps POE MDX/MDIX - WAN; 04 Portas padrão ethernet RJ-45 10/100 Mbps POE MDX/MDIX - LAN; 01 Entrada de alimentação 12V DC; 01 Indicador Power - Alimentação; 01 Indicador CPU - Funcionamento do aparelho; 01 Indicador WLAN - Funcionamento da rede sem fio; 01 Indicador WAN - Funcionamento da porta WAN; 04 Indicadores LAN - Funcionamento das portas LAN; Deverá incluir 01 (uma) Antena (Recepção do sinal da operadora) para conexão de Internet de longo alcance (2G/3G/4G) com antena direcional de alto

	ganho integrada, desbloqueado para aceitar chip (micro) das operadoras; Velocidade de download de 70 Mbps; Conexão Ethernet para Roteador WiFi; Alimentação: 12 VDC; Tecnologia de Bandas de frequência:4G: 700, 850, 900, 1700, 1800, 1900, 2100 e 2600 MHz; 3G: 850, 900, 1900 e 2100 MHz;2G: 850, 900, 1800 e 1900 MHz; Produto protegido contra raios UV, entrada de água e poeira; Tomadas RJ45: Modelo 4x2 (na quantidade de pontos necessários a conexão dos equipamentos especificados em projeto). Infraestrutura Hidráulica. Estrutura hidráulica desenvolvida para alimentação das torneiras e equipamentos, composta por: Rede de tubos flexíveis monocamada (do tipo PEX), apropriados para suportar os esforços mecânicos da estrutura sem que ocorram trincas e vazamentos; Conexões em PVC reforçado e abraçadeiras em aço carbono. Cubas em Inox. Cubas de aço inox polido, fabricadas em Aço Inox 304, com 0,7 mm de espessura e acabamento acetinado; Bordas lisas e no mínimo 14 cm de profundidade, com no mínimo 300mm de diâmetro para assepsia. Torneiras Clínicas. 01 unidade de uso profissional, acabamento cromado, de mesa com acionamento por cotovelo que dispensa o contato manual, evitando contaminação cruzada; Torneira do tipo bica móvel com direcionamento e regulador de vazão removível, que atenda a norma NBR 5626 e NBR-9050; Conexão de ½"; Medidas aproximadas: Altura: 28,5 cm; Profundidade total: 18 cm; Largura: 4 cm. Tanques de Polietileno. Um tanque de polietileno de 45 litros para água limpa; Um tanque de polietileno de 45 litros para água servida. Ponto para abastecimento de água limpa: Mangueira em PVC reforçado com malha interna de fios de poliéster com diâmetro de ½"; 10 (dez) metros de comprimento, utilizada para abastecimento de água limpa. Ponto para descarte de água utilizada: Mangueira em PVC com diâmetro mínimo de ¾"; 10 (dez) metros de comprimento, utilizada para descarte de água utilizada. Indicadores de nível com mangueira translúcida: Para água limpa e água servida. Bomba Auto Pressurizada Hidráulica. Tipo marinizada, com pressostato para água doce de no mínimo 2.9 GPM / 11,0 Litros por minuto; Pressão de saída de 40 PSI (2,7 Bar); Elevação vertical de no mínimo 1,8m; Corrente de 5,0 amperes – 12V. Mangueiras das Ligações Hidráulicas: Mangueira Cristal trançada, composta por tubo interno de PVC flexível (policloreto de vinila); reforçada com uma camada de fios de poliéster e cobertura externa em PVC flexível (policloreto de vinila). A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação, Laudo de conformidade das instalações hidráulicas do projeto apresentado, devendo conter minimamente, testes da rede de esgoto com escoamento por gravidade comprovando à estanqueidade e

declividade, com avaliação de velocidades de escoamento e possíveis imperfeições executivas que causem deformidades às linhas permitindo o acúmulo de detritos e sedimentos no interior das tubulações. Testes da rede de esgoto com escoamento bombeado comprovando a estanqueidade quando pressurizada com água limpa com carga 50% superior à pressão estática máxima projetada para a instalação, devendo ser mantida nesta condição durante 2 horas sem vazamentos. Todos os testes e ensaios deverão ser registrados em formulários padronizados, os quais deverão conter basicamente a identificação do teste, norma aplicável, dia e hora do ensaio, medições obtidas, parecer técnico, nome e CREA do responsável. Deverá ser emitido novo laudo no ato da entrega da Unidade Móvel contratada. Revestimento Interno. Composto de estrutura da carroceria e reforços em tubos de aço de no mínimo 30x30mm com parede de 1,2mm SAE 1010/1020 e chapas de aço 14 SAE 1020. Paredes e as caixas de rodas se expostas deverão possuir revestimento idêntico aos das paredes, que deverão ser revestidas de material lavável e resistente aos processos de limpeza e desinfecção comuns as superfícies hospitalares em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) termoformados com espessura mínima de 3mm moldada conforme geometria do veículo, todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do Contran Resolução Nº 498, de 29 de Julho de 2014 e a norma JIZ 2801:2000 (antimicrobiano) em sua composição; este material deverá ter aditivo antimicrobiano em sua composição comprovado por laudo de empresa regulamentada, fabricante vinculada também com a empresa fornecedora e a licitante, permitindo rastreabilidade; Forma da superfície deverá promover o melhor aproveitamento do espaço interno, em conformação com os ângulos, curvas e envolvendo todas as colunas e partes estruturais; Painéis Deverão possuir resistência química, baixo índice de absorção de água, estabilidade dimensional e apresentar alta resistência à abrasão. Cor branca; As arestas, junções internas, deverão ser construídas de forma que evite formações pontiagudas, a fim de aumentar a segurança e favorecer a limpeza local. O interior deverá estar isento de cantos vivos, todas as bordas devem ser arredondadas e/ou chanfradas. Tudo que constituir obstrução à cabeça e que possa ser perigoso a pessoas, deverá ser evitado. Os painéis deverão ser instalados de maneira que não ocorra flexão, deflexão, empenamento ou vibração; Sob o revestimento deverá ser previsto Isolamento Térmico/Acústico com a finalidade de reduzir o impacto da temperatura externa para dentro da unidade móvel, o isolamento térmico deverá ser aplicado

através de isolante de P.U. (Poliuretano) em placas com no mínimo 30 mm de espessura e no mínimo 36 kgm³ de densidade, instaladas no teto, laterais (exceto janelas), traseira, entre a chapa externa e o revestimento interno; . A licitante deverá apresentar a marca e modelo do material ofertado e anexar aos documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, características e especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto. Assoalho. Compensado Naval: Compensado naval revestido em Passadeira vinílica. Especificação Técnica: Lâminas de madeira selecionadas, sobrepostas em sentido alternado, uma a uma, em número ímpar, com capas no mesmo sentido. Capa (lâminas externas) e miolo (lâminas internas) de Pinus reflorestado; coladas entre si com resina fenólica WBP certificação ISO 9001, resistente a água: LD 380 g/m² e com teor mínimo de sólidos em 35 pontos percentuais; prensadas a uma temperatura média de 135°C e à pressão específica de 15 kg/cm². Passadeira Vinílica: Passadeira Vinílica - Deverá ter no mínimo as seguintes especificações: Alta resistência à abrasão; possuir tratamento ante bactéria na superfície com índice de PU anti-contaminação. Que tenha composição heterogênea e não porosa. Resistência a intenso tráfego de pessoas e móveis sem alteração ou danificação do produto. Mantas de 2m de largura com espessura mínima de 1,5mm com capa de uso de 0.70mm (Wear Layer).

Ambientes internos.

Mobiliários Confeccionados em chapas de compensado laminado Naval, material resistente a ação de água e fungos, dimensionados para resistir aos esforços exigidos no deslocamento e uso, com espessura nas partes estruturais de no mínimo 30mm e nas demais partes com no mínimo 15mm. Design limpo com cantos arredondados e revestimento interno e externo em laminado de alta pressão (material sanitário, liso e de fácil limpeza), ferragens (dobradiças, corrediças, articuladores.) em aço com tratamento antiferrugem de alta durabilidade e resistência;

Obs. Todo Mobiliário terá travas para evitar a abertura durante o deslocamento da unidade

Estrutura interna

01 (uma) Mesa de atendimento em compensado; 01 (um) Armário aéreo com porta basculante acionada por articuladores metálicos de alta resistência mecânica durabilidade, ou de correr com as mesmas propriedades de durabilidade; 01 (um) Gabinete com no mínimo 01 porta em compensado com cuba em inox; 02 (dois)

bancos mochos; Divisória entre a cabine do motorista e o ambiente da sala, confeccionada em estrutura de compensado laminado naval revestida em ACM; Fechamento na porta de acesso lateral e portas traseiras em compensado laminado naval com revestimento em composto ACM nas duas faces com porta em Acrílico com película branca (blackout) com puxador metálico, para evitar entrada de massa de ar quente para o ambiente;

01 (um) porta álcool gel em aço Inox; 01 (um) porta sabonete líquido em aço Inox; 01 (um) porta papel toalha em aço Inox; 01 (uma) lixeira 10l em aço inox;

16.3 RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

16.4 01- Autoclave 12l: (01 unidade) Câmara de esterilização em aço inoxidável. Autoclave de no mínimo 12 litros digital semiautomática para esterilização a vapor saturado com sistema gravitacional de remoção de ar. Painel digital; Bivolt 127/220 VAC / 50Hz – 60Hz Placa eletrônica com microcontrolado Painel frontal de membrana Manômetro com escalas de pressão e temperatura Ciclo de trabalho automático Secagem com porta entreaberta / fechada Termostato de segurança para proteção da resistência e sobre aquecimento da câmara Sensor de pressão Válvulas de segurança (anti-vácuo e sobre pressão) Abastecimento de água manual Anel de vedação da porta em silicone Porta com fechamento através de trava Câmara em aço inoxidável, revestida com material isolante ao calor Fusível de proteção para sobrecorrente Mangueira, abraçadeira e copo.

16.5 02- Gaiola para pré-cirurgia e pós-cirurgia: (02 unidades) para uso na área externa, deverá ser confeccionado em aço com pintura eletrostática;

16.7 03- Mesas cirúrgica veterinárias, 116 cm x 70 cm (comprimento x largura): (02 unidades) confeccionadas em aço inoxidável com pés tubulares e dreno para escoamento;

16.8 04 – 01 (um) Foco Auxiliar Cirúrgico Deverá ser móvel, preferencialmente instalado no teto para atendimento as 02 mesas cirúrgicas; Cúpula: 200mm, intensidade Luminosa: 1 cúpula 38mil Lux +/-5% (Em comparação a iluminação de lâmpada comum, a potência é 3x maior), temperatura da Cor: 3.200°K / 4.200°K +/- 200°K, leds: 12 por Cúpula, vida útil: +/- 20mil horas, alimentação: 110V ou 220V automático.

01 (um) Sistema de provisão de oxigênio no ambiente cirúrgico

Especificações: Volume hidráulico de 15 Litros, capacidade para 2,25 m³, com

	pintura primer anti corrosiva e pintura final na cor oficial do gás, válvula reguladora com fluxômetro, umidificador completo, carrinho para transporte e armazenamento, conector para máscara, máscara veterinária média. EX-06: 01 (um) Aparelho de anestesia inalatória c/ respirador controlado VENTILADOR digital Microprocessado, com display de cristal liquido com back light, Indicando funções ventilatórias VCV e PCV. Classificado como gerador de fluxo contínuo ciclado a tempo e ou volume, limitado por volume e ou pressão. Ajustes de Tempo Inspiratório Frequência, Relação, Pressão Máxima e Volume Corrente, permitindo ventilação manual e controlada. Manômetro digital de Pressão Inspiratória com escala de 0 a 80 cm/H2O (bargraph e display de 2 dígitos). Alarme audiovisuais para desconexão. Pressão inspiratória mínima e máxima O Ventilador funciona com Oxigênio ou AR Comprimido medicinal VAPORIZADOR com câmara Universal de Borbulhamento transparente com capacidade para 100 ml de agente anestésico. FILTRO VALVULAR completo com traqueias adulto (22mm x 1200mm) de elastômero autoclavável, para montagem de sistemas respiratórios com absorção de CO2. Canister translúcido de 1000g. Válvulas Unidirecionais Inspiratória e Expiratória, desmontáveis e com tampa transparente. FLUXÔMETRO e escala de 0,2 a 07 l/min para Oxigênio e botão de controle de fluxo c/ proteção de 360° contra acionamento acidental. Válvula de Oxigênio direto e alarme de pressão baixa de oxigênio Montado sobre Carrinho com rodízios e gaveta. 01 (um) Monitor Multiparametros; Equipamento para monitoração anestésica contemplando a mensuração da temperatura corporal, oximetria, pressão arterial não-invasiva e eletrocardiograma; monitor Multiparamétrico 12' touch screen. Especificações: Multiparamétrico de 12 polegadas, 01 Cabo de ECG 05 vias, 01 Cabo de Temperatura, 01 Cabo de SpO2, 01 Cabo Extensor NIBP (PANI), 01 Jogo com 05 Manguitos de 01 via - Tamanhos: 1, 2, 3, 4 e 5, 01 Manual em Português. 01 (um) Aspirador cirúrgico: Especificações: Motor: 1/30 Hp, Bivolt, Capacidade para 1,3 litros, Vácuo máximo: 22 polegadas de Hg, Válvula de Segurança: contra transbordamento do frasco, Vazão Livre: 15 Lt/min, Peso: 2,3 Kg, Frequência: 60 Hz, Consumo: 122 VA em 127V, 94 VA em 220V; Itens incluso: 1 Bomba de vácuo, 1 Frasco coletor, 1 Tampa com válvula de segurança, 1 jogo de cânula com 3 unidades, 1 tubo de silicone com 2 metros, 1 pedal (interruptor).

01 (um) KIT AMBU; Equipamento básico para intubação endotraqueal, compreendendo laringoscópio, sondas endotraqueais de tamanhos compatíveis ao porte dos animais e ressuscitador (Ambu) – Metalvet;
Equipamentos 01 kit laringoscópio em aço inoxidável com 4 lâminas curvas
01 kit sonda endotraqueal 01 ambu grande de 1600 ml para reanimação manual com balão de Silicone. Autoclavável;
01 (um) Colchão térmico com capa de pvc tamanho 100X50 CM Fabricado em nylon com tratamento impermeável, tamanho 100 x 50cm, forração interna em poliéster com proteção anti-chama, controlador de temperatura com 2 estágios de temperatura, possui também dois sensores de segurança para diminuir o risco de queimadura do animal.
05: 01 (um) Extintor de incêndio de 4Kgs + suporte metálico; No salão de atendimento deverá ser previsto um extintor de incêndio padrão ABC com no mínimo 4kg com suporte metálico, o extintor deverá ter suporte removível para que possa ser disposto na área externa próxima ao atendimento externo ou entrada do consultório C2;
INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:
Todas as instalações devem seguir os requisitos recomendados pelos fabricantes dos equipamentos e os padrões e/ou normas técnicas vigentes, a fim de não prejudicar a garantia original dos equipamentos. O projeto de instalação final deverá ser previamente validado pelo fabricante dos equipamentos, prevendo sistema de fixação, dimensionamento elétrico e plano de transporte de peças e equipamentos transportados sem fixação permanente (soltos na operação) dentro da unidade;
Área Externa
Toldo: Toldo deverá ser instalado na lateral direita do veículo, do tipo Box, com acionamento manual; Lona em cor a ser definida pela contratante, confeccionada em tecido de poliéster de alta tenacidade, conferindo maior resistência mecânica, e revestida com filme de PVC flexível, totalmente impermeável, com aditivos antioxidantes, contra raios ultravioleta (para retardar o desbotamento das cores ao longo do tempo) e proteção contra fungos (inibe a formação de bolores e proliferação de fungos); Lona impermeabilizada e vedada com selante elástico, monocomponente, de baixo módulo, à base de poliuretano de cor branca; Estrutura com braços retráteis e barra frontal com acoplamento total para proteção da lona; Quando recolhido, o toldo deverá ocultar completamente a lona em uma caixa de alumínio; Peças

	metálicas e carenagem com pintura eletrostática na cor branca; Manivela com haste para abertura e fechamento do toldo; Dimensões mínimas: 3.000 mm de comprimento por 2.000 mm de avanço; O toldo deverá ser robusto o suficiente para suportar rajadas de vento de 29 a 39 km/h; Projetado para atender os requisitos da classe de resistência ao vento, conforme a identificação de conformidade CE (declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e testado para uso em área externa – Classe 2 de resistência ao vento). Prescrições. A licitante deverá apresentar a marca e o modelo do toldo ofertado, anexando os documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, características e especificações técnicas que demonstrem claramente a compatibilidade do produto com os requisitos estabelecidos (declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e resistência ao vento classe 2). Area Externa. Cadeiras Dobráveis: Quatro cadeiras dobráveis; confeccionadas em estrutura metálica tubular, com assento e encosto acolchoados e revestidos em courvin; Pés com acabamento em borracha; Estrutura com capacidade para no mínimo 120kg. Identificação Visual. Execução da Identificação Visual da Área Externa: A identificação visual deverá abranger 60% da área externa da carroceria da Unidade Móvel; O escopo de fornecimento inclui a execução do grafismo externo do veículo. Especificação Técnica Mínima do Grafismo. Envelopamento Parcial: O envelopamento deverá cobrir o capô, parte frontal superior ao para-brisa, laterais e parte traseira do veículo, conforme a arte fornecida pela contratante; Carroceria: Impressão digital em 4 cores, em Película 3M Scotchal D5000 ou modelo superior, para aplicação de longa duração em superfícies com elevado grau de curvaturas; Garantia mínima de 2 anos em uso externo contínuo. Procedimentos para Aplicação das Películas Adesivas. Tecnologia e Aplicação: Recorte eletrônico da película; Aplicação manual, seguindo as instruções fornecidas pelo fabricante; Recortes em todas as regiões de baixo relevo; Ausência completa de cantos vivos; Não aplicação das peliculas em regiões de borracha; Uso de soprador térmico em toda a película durante a aplicação; Limpeza da superfície com água e detergente, seguida de desengraxante comercial; A superfície de aplicação (pintura do veículo) deverá estar em perfeitas condições de ancoragem da tinta/verniz ao metal; A aplicação deverá ser feita em local coberto e limpo, sem poeira. A CONTRATADA deverá entregar juntamente com o objeto do presente Termo de Referência, os certificados de garantia e os respectivos manuais técnicos de funcionamento e operação constando todas as etapas da operação, registros dos

testes realizados, rede credenciada de assistência técnica bem como todas as informações necessárias para uso adequado e manutenção dos equipamentos, escritos em língua portuguesa e disponibilizados em mídia digital. Caso os referidos documentos sejam apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa;

HABILITAÇÃO TÉCNICA. Atestado de Capacidade Técnica. Pertinente e compatível com o objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado; O(s) atestados(s) deverá(ão) constar ainda: nome da empresa onde foram fornecidos os objetos, e o período da prestação de serviços, nome completo, cargo, telefone e assinatura do responsável da empresa que está fornecendo o atestado; havendo dúvidas acerca da veracidade do Atestado apresentado, a CPL poderá realizar diligência para confirmação da veracidade do Atestado. O licitante deverá apresentar Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Garantia: 12 meses. Apresentar CR IBAMA em nome da empresa licitante. Comprovar que a empresa licitante e a responsável pelo implemento e customização, possuem registro no CREA; Comprovar registro no CREA do engenheiro mecânico responsável técnico pela implementação e engenheiro eletricista; Comprovar vínculo do licitante ou empresa responsável pelo implemento e customização com o engenheiro responsável técnico, a comprovação poderá ser feita por meio dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada, contrato social atualizado comprovando a participação do profissional na sociedade ou contrato de trabalho, comprovar o vínculo através de ART DE CARGO E FUNÇÃO com o respectivo registro de cargo e função no CREA; Apresentar, o Acervo Técnico do responsável técnico, comprovando experiencia anterior com a execução de unidades móveis de Saúde, através do CAT-Certificado de Acervo Técnico, do profissional, com registro de atestado, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do CONFEA, que consta dos assentamentos do CREA-Conselho Regional de Engenharia; Este profissional será elemento de ligação entre a Contratada e a Contratante durante a execução do contrato e deverá participar diretamente do desenvolvimento das atividades, em todas as etapas do objeto em questão; Apresentar CAT– Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito emitido pelo Denatran, do veículo ofertado na modalidade Motor Casa; em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 da

	SENATRAN; Apresentar CCT– Certificado de Capacitação Técnica emitido pelo INMETRO, do veículo ofertado na modalidade Motor Casa. Subcontratação: Sendo necessário a subcontratação da implementação / customização, a licitante deverá comprovar vínculo através de contrato de prestação do serviço. Serão aceitos documentos técnicos com exemplo, atestados, certidões, declarações da subcontratada. A licitante deverá informar na proposta de preços: A marca, modelo e versão do veículo e dos equipamentos embarcados, encartes técnicos dos fornecedores, incluindo imagens, de acordo com a especificação do equipamento e prescrições, descritivo, características, especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados. Declaração que prestará assistência técnica para o veículo, no Estado de destino, em local apropriado, com pessoal e equipamentos adequados para o serviço; De forma complementar aos requisitos do item (tecnologia de descontaminação ativa do ar contra microrganismos) das especificações do produto, a licitante deverá apresentar: - Estudo de validação de eficiência de órgãos oficiais nacionais;- Relatório de ensaio do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) comprovando redução de microrganismos atingindo no mínimo 80% de redução em 24horas de funcionamento, De forma complementar aos requisitos do item (toldo) das especificações do produto, a licitante deverá apresentar: - Declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e testado para uso em área externa. Resistência ao vento: classe 2. Apresentar com os documentos de Habilitação, projeto preliminar, no mínimo em formato A3, considerando planta baixa, vistas e cortes. Planta de distribuição elétrica, esquema elétrico preliminar para análise técnica da Comissão; Projeto deverá ser assinado pelo engenheiro responsável técnico. Garantia do Veículo: 24 (Vinte e Quatro) meses;
8	***UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL: VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, 0 KM, TIPO FURGÃO, ANO/MODELO MÍNIMOS 2025/2026*** CARACTERÍSTICAS GERAIS DO VEÍCULO: Veículo Automotor; Adaptado para unidade móvel odontológica. Veículo automotor novo (zero quilômetro) tipo furgão; Quilometragem: 0 KM; Ano/Modelo Mínimos: 2025/2026; Garantia Mínima de 24 (Vinte e Quatro) meses; Motor a diesel; Cilindrada

	mínima de 2.000cc; Capacidade mínima: 14M³; Volante com regulagem de altura e profundidade; Direção elétrica; Distância entre eixos de no mínimo de 4.300 mm; Comprimento mínimo: 6.900MM; Altura do salão de passageiros: 2000MM;Motor com potência mínima de 170 cv, com torque de no mínimo 39 Kgf.m; Freio de estacionamento; Transmissão manual com no mínimo 6 marchas a frente e 1 a ré; Tração traseira; Volante com Regulagem de altura e Profundidade, Freio a disco nas 4 rodas; Tanque de combustível com no mínimo 70 litros; Tanque arla32: 20 litros; Air bag; Comprimento total de no mínimo 5.932 mm; PBT mínimo: 4.000 KG; Vidros dianteiros elétricos; Trava elétrica; Iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios; Pintura sólida branca; Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. O veículo deverá ser dotado de sistema de ar-condicionado com cobertura total em seu interior. O fornecedor deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação, relatório técnico de ensaio de conforto térmico, realizado em nome da empresa transformadora e/ou da empresa licitante, com o objetivo de comprovar que o sistema de climatização, aliado

ao isolamento térmico do veículo, atende aos requisitos de desempenho térmico e conforto ambiental, assegurando condições adequadas de temperatura e ventilação no interior da cabine e salão, em conformidade com a NBR 15570 e outras normas vigentes.

Ar condicionado para cabine do motorista original de fábrica; Acessórios Obrigatórios Protetor de cárter; Jogo de tapetes de borracha completo da cabine; Rádio AM/FM digital e MP3 com conexão USB e sistema de alto-falantes para cabine; Air bag duplo frontal (motorista e passageiro); Freios ABS: a discos ventilados (dianteiros) e discos ou tambor (traseiros); Apoios de cabeça bancos dianteiros (motorista e passageiro); Cintos de segurança dianteiros de 03 pontos (motorista e passageiro); Travas elétricas das portas e vidros com acionamento elétrico (portas dianteiras). Emplacamento O veículo deverá ser entregue emplacado na categoria Motor Casa. Adaptação Interna: Deverá ser desenvolvida para atendimento odontológico com ambiente climatizado; O equipamento deverá ser projetado para promover um atendimento com segurança microbiológica no ambiente interno conforme estabelecido no termo de referência, desenvolvido de acordo com os requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).Documentação Técnica para projeto da Unidade: CAT – Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito do veículo ofertado na modalidade MOTOR CASA – DENATRAN em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 do SENATRAN; CCT - Certificado de Capacitação Técnico Operacional – INMETRO do veículo ofertado; CREA – Certidão de Registro de Pessoa Jurídica; CREA - Certidão de Registro Profissional no CREA; CREA - Certidão de Responsabilidade Técnica e Pessoa Jurídica no CREA; Os documentos acima deverão ser apresentados como forma de qualificação técnica da licitação; ART – Anotação de Responsabilidade Técnica; NR17 – Ergonomia; NR32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde; RDC-50 - (Aplicação a unidade móvel, considerando principalmente fluxos de operação evitando contaminação cruzada, assepsia e ergonomia, considerando limitações físicas e estruturais mecânicas do equipamento); ABNT NBR – 5410/2005 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão; NBR – 13570/1996 - Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público – Requisitos Específicos; NR – 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NBR- 5419/2015 – Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica;ABNT NBR 15465 (Eletrodutos); ABNT NRB NM 60868 (Disjuntores); ABNT NBR 8995-1 (Iluminação); ABNT NBR 16401-1 (Ar-condicionado); ABNT NBR 15465 e NBR 5410 (Elétrica - Cabos

flexíveis); Infraestrutura Elétrica; Desenvolvida para alimentação de equipamentos (internos) com 220 volts, alimentação externa através da concessionária na rede de baixa tensão, 220 volts bifásico. Comando Elétrico; Comando elétrico composto por DPS (dispositivo de proteção contra surtos) e Dispositivo de proteção elétrica ao Usuário, proteção contra contatos indiretos por seccionamento automático da alimentação, assegurada por dispositivos a corrente diferencial-residual e disjuntores bipolares térmicos contra curto-circuito e sobrecargas de energia, contatos especiais de prata, que atendam à norma NBR NM 60868, tensão de trabalho 220V, frequência 60Hz, temperatura ambiente -20°C, +50°C, grau de proteção IP 20, IP em painel e fixação de encaixe perfil DIN 35 mm; Tomada de sobrepor IP 67, blindada à prova de água, para receber o cabo de conexão à rede pública; Painel de Comando secundário (não estabilizado), composto por chave disjuntores de proteção, bipolar de entrada (geral), tipo blindados, curva e potência de acordo com a demanda de energia de cada tomada e dentro das normas ABNT, para o desligamento simultâneo, parcial ou total do comando; Sistema de visualização de consumo e tensão, com referência ao sistema das opções de entrada de energia, sendo previsto para cada fase de entrada; Cabos flexíveis antichamas dimensionados conforme especificações da ABNT 15465 e NBR 5410, instalações em todos os ambientes, embutidas e adequadas para cada ambiente; Condutor flexível de fios de cobre eletrolítico, tempera mole, isolação composta termoplástico polivinila PVC (105°C) com características especiais quanto à não propagação e auto extinção do fogo. 6.7 Tomadas de 220 volts, padrão NBR 14136 com identificador de tensão, placas em termoplástico isolante, módulos com bornes automáticos;8 Cabo externo para conexão à rede pública de energia elétrica: Extensão para conexão elétrica: desenvolvida para conexão na rede da concessionária, confeccionada com cabo PP 03 (três) vias, isolamento em dupla camada de composto de PVC flexível com elevada resistência mecânica e flexibilidade, 25m de comprimento, uma das extremidades com plug macho IP 67 blindado à prova de água e adaptador tipo garras para conexão no quadro elétrico externo. A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de conformidade das instalações elétricas do projeto apresentado, devendo conter minimamente dados de tensão, potência ativa, reativa, aparente, corrente elétrica, fator de potência, energia reativa, níveis de tensão e operação durante carga plena do sistema, avaliação de queda de tensão, avaliação das condições gerais das instalações conforme NBR 5410, NR10, vigentes ao ano de

fabricação, laudo das instalações do sistema de ar condicionado devendo conter corrente de operação e temperatura da unidade quando em funcionamento, apresentar laudo termográfico dos sistemas elétricos e todo e qualquer, quadros, cabeamento, disjuntores, transformadores, e todo e qualquer componente atrelado as instalações elétricas, o laudo deve ser elaborado por profissional habilitado (engenheiro eletricista) com registro ativo no Crea de sua região, e acompanhado de Anotação de responsabilidade técnica, atestando a completa regularidade do sistema. Deverá ser emitido novo laudo na entrega da Unidade Móvel contratada, o equipamento deve passar por perícia externa para verificação do dimensionamento de cabos e se existem vícios de operação, erros dos operadores ou qualquer problema de natureza semelhante, além de vícios ocultos por meio de medições dos sistemas e estudo termográfico que indicará qualquer tipo de mal contato ou componentes defeituosos, garantindo a liberação da unidade para operação com segurança e confiabilidade. Iluminação: Interna: Luminárias embutidas, do tipo Plafon LED SLIM (110-240v) Luz difusa, branco neutro 4000k, em quantidade adequada à dimensão e aplicação de cada ambiente conforme norma ABNT NBR 5413; Iluminação de emergência: Em cada ambiente no mínimo 01 luminária de led 12v 7,5w; Externa: 02 (dois) Refletores LED 20W bivolt IP66 (Resistente a água e poeira); Interruptores de placa em termoplástico isolante, acabamento branco ou outra cor que harmonize com o revestimento, 10 A – 250 V; Climatização dos Ambientes. Deverá conter um sistema de ar condicionado para a cabine do motorista (original de fábrica ou instalado por empresa homologada pela fabricante); Deverá conter um segundo sistema de ar condicionado para o compartimento traseiro, com capacidade para fornecer e manter o ar limpo no nível especificado de temperatura interna; O sistema deve ter a capacidade de manter a temperatura interna entre 22 a 24 graus Celsius quando a temperatura externa estiver acima desta marca com as portas fechadas; Aparelho de ar condicionado de teto tipo RV 'recreation vehicles', próprio para unidade móvel, sem dutos de refrigeração, para funcionamento com o veículo parado e motor desligado usando energia elétrica externa 220 volts, chicote elétrico e rede independente e com conectores selados, sendo vetado à instalação de ar condicionado residencial tipo split ou cassete; Capacidade de refrigeração mínima nominal de 15.000 BTUs; Controle remoto sem fio; Compressor rotativo; Montagem de scroll moldado que elimina as turbulências de ar que inibem o fluxo de ar, sem fugas de ar; Cobertura em polímero AES resistente a raios

	UV, com design aerodinâmico; Bandeja base pintada com pó com proteção contra corrosão, estrutura em aço industrial; Força elétrica 115V, 60 Hz, aproximadamente 3.500 watts; Consumo de energia 300 Ma max; Fluxo de ar (CFM), em alta velocidade, 325 l/min.A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de Eficiência e Conformidade do Sistema de Ar-Condicionado, atendendo às normas vigentes da ABNT, tais como a NBR 16401 e demais legislações aplicáveis. O laudo deverá conter, no mínimo, os seguintes dados: capacidade térmica (em BTU/h ou kW), consumo de energia elétrica (em kW), eficiência energética (COP - Coeficiente de Performance), temperatura de operação das unidades evaporadora e condensadora, pressão de trabalho (alta e baixa), corrente de operação, e condições de ventilação e exaustão.Além disso, o laudo deverá incluir a medição da temperatura do ambiente climatizado durante o funcionamento do sistema em carga plena, avaliação da uniformidade de temperatura, níveis de ruído e a verificação da qualidade do ar interno. A avaliação das condições gerais de instalação deve considerar as orientações da NBR 5410 e NBR 13971, relativas à adequação elétrica e de refrigeração. Deverá ser apresentado também um laudo termográfico dos componentes elétricos do sistema de ar-condicionado, incluindo o quadro de força, cabeamento, disjuntores e demais dispositivos, com a finalidade de identificar possíveis pontos de aquecimento ou falhas de contato. O laudo deve ser elaborado por profissional habilitado (engenheiro eletricista) com registro ativo no Crea de sua região, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atestando a conformidade e regularidade do sistema.Na entrega do equipamento, um novo laudo deverá ser emitido após perícia externa, para verificação do dimensionamento adequado de cabos e possíveis vícios ocultos, através de medições e estudo termográfico. Este laudo garantirá que o sistema de ar-condicionado esteja operando de forma segura, eficiente e de acordo com as normas aplicáveis, certificando a confiabilidade da unidade para operação. Tecnologia de Descontaminação Ativa do Ar. Para promover a segurança biológica da unidade contra microrganismos como bactérias e vírus (inclusive Covid-19), deverá ser previsto sistema de descontaminação ativa do ar para promover a desinfecção do ar e superfícies, sendo considerado para todos os ambientes;Deverá prover descontaminação do ar através de oxidação induzida por uma luz ultravioleta no espectro UV-C a uma frequência de 254 nanômetros em uma superfície alveolar impregnada de metais como o dióxido de titânio, prata e cobre, além de uma

	cobertura hidrofílica; Os oxidantes gerados nesse processo devem ser radicais hidroxilas, radicais hidroperóxidos, íons superóxidos e peróxido de hidrogênio no estado gasoso; A concentração desse composto gasoso, principalmente do gás peróxido de hidrogênio, não deve exceder 0,2 PPM (limite tolerado para promover a desinfecção do ambiente sem causar danos à saúde humana); Durabilidade mínima de 17.000 horas de uso ininterruptos; Elétrica: 120-220 V; Corrente 0,38A @ 120V; Potência máxima: 45 watts; Temperatura de operação: -5°C até 55°C; Cobertura: até 50 m² cada unidade. Prescrições: A licitante deverá apresentar em sua proposta de preços a marca e modelo, e anexar encartes técnicos do fornecedor do sistema ofertado, incluindo imagens, descrição, características, especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto; Apresentar estudo de validação de eficiência de órgãos oficiais nacionais; Apresentar Relatório de ensaio do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) comprovando redução de microrganismos atingindo no mínimo 80% de redução em 24 horas de funcionamento; Documentos estes que deverão ser apresentados com comprovação de vínculo com a empresa fornecedora da tecnologia e a licitante, garantindo o pleno atendimento aos pré-requisitos de proposta, fornecimento e garantias. Infraestrutura de Transmissão de Dados (Internet) e Rede. Deverá ser instalado 01 (um) roteador com as seguintes características: Velocidade mínima na rede Wireless local de 300 Mbps;01 Porta padrão ethernet RJ-45 10/100 Mbps POE MDX/MDIX - WAN; 04 Portas padrão ethernet RJ-45 10/100 Mbps POE MDX/MDIX - LAN; 01 Entrada de alimentação 12V DC; 01 Indicador Power - Alimentação; 01 Indicador CPU - Funcionamento do aparelho; 01 Indicador WLAN - Funcionamento da rede sem fio; 01 Indicador WAN - Funcionamento da porta WAN; 04 Indicadores LAN - Funcionamento das portas LAN; Deverá incluir 01 (uma) Antena (Recepção do sinal da operadora) para conexão de Internet de longo alcance (2G/3G/4G) com antena direcional de alto ganho integrada, desbloqueado para aceitar chip (micro) das operadoras; Velocidade de download de 70 Mbps; Conexão Ethernet para Roteador WiFi; Alimentação: 12 VDC;Tecnologia de Bandas de frequência: 4G: 700, 850, 900, 1700, 1800, 1900, 2100 e 2600 MHz; 3G: 850, 900, 1900 e 2100 MHz; 2G: 850, 900, 1800 e 1900 MHz; Produto protegido contra raios UV, entrada de água e poeira; Tomadas RJ45: Modelo 4x2 (na quantidade de pontos necessários a conexão dos equipamentos especificados em projeto). Infraestrutura Hidráulica: Estrutura hidráulica desenvolvida para alimentação das torneiras e equipamentos, composta por: Rede de tubos flexíveis

	monocamada (do tipo PEX), apropriados para suportar os esforços mecânicos da estrutura sem que ocorram trincas e vazamentos; Conexões em PVC reforçado e abraçadeiras em aço carbono. Cubas em Inox. Cubas de aço inox polido, fabricadas em Aço Inox 304, com 0,7 mm de espessura e acabamento acetinado; Bordas lisas e no mínimo 14 cm de profundidade, com no mínimo 300mm de diâmetro para assepsia. Torneiras Clínicas. 01 unidade de uso profissional, acabamento cromado, de mesa com acionamento por cotovelo que dispensa o contato manual, evitando contaminação cruzada; Torneira do tipo bica móvel com direcionamento e regulador de vazão removível, que atenda a norma NBR 5626 e NBR-9050; Conexão de ½"; Medidas aproximadas: Altura: 28,5 cm; Profundidade total: 18 cm; Largura: 4 cm.Tanques de Polietileno. Um tanque de polietileno de 45 litros para água limpa; um tanque de polietileno de 45 litros para água servida. Ponto para abastecimento de água limpa: Mangueira em PVC reforçado com malha interna de fios de poliéster com diâmetro de ½";10 (dez) metros de comprimento, utilizada para abastecimento de água limpa. Ponto para descarte de água utilizada: Mangueira em PVC com diâmetro mínimo de ¾"; 10 (dez) metros de comprimento, utilizada para descarte de água utilizada. Indicadores de nível com mangueira translúcida: Para água limpa e água servida. Bomba Auto Pressurizada Hidráulica. Tipo marinizada, com pressostato para água doce de no mínimo 2.9 GPM / 11,0 Litros por minuto; Pressão de saída de 40 PSI (2,7 Bar); Elevação vertical de no mínimo 1,8m; Corrente de 5,0 amperes – 12V. Mangueiras das Ligações Hidráulicas: Mangueira Cristal trançada, composta por tubo interno de PVC flexível (policloreto de vinila);reforçada com uma camada de fios de poliéster e cobertura externa em PVC flexível (policloreto de vinila). A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de conformidade das instalações hidráulicas do projeto apresentado, devendo conter minimamente, testes da rede de esgoto com escoamento por gravidade comprovando à estanqueidade e declividade, com avaliação de velocidades de escoamento e possíveis imperfeições executivas que causem deformidades às linhas permitindo o acúmulo de detritos e sedimentos no interior das tubulações. Testes da rede de esgoto com escoamento bombeado comprovando a estanqueidade quando pressurizada com água limpa com carga 50% superior à pressão estática máxima projetada para a instalação, devendo ser mantida nesta condição durante 2 horas sem vazamentos. Todos os testes e ensaios deverão ser registrados em formulários padronizados, os quais deverão conter basicamente a

identificação do teste, norma aplicável, dia e hora do ensaio, medições obtidas, parecer técnico, nome e CREA do responsável. Deverá ser emitido novo laudo no ato da entrega da Unidade Móvel contratada. Revestimento Interno: Composto de estrutura da carroceria e reforços em tubos de aço de no mínimo 30x30mm com parede de 1,2mm SAE 1010/1020 e chapas de aço 14 SAE 1020. Paredes e as caixas de rodas se expostas deverão possuir revestimento idêntico aos das paredes, que deverão ser revestidas de material lavável e resistente aos processos de limpeza e desinfecção comuns as superfícies hospitalares em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) termo formados com espessura mínima de 3mm moldada conforme geometria do veículo, todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do Contran Resolução Nº 498, de 29 de Julho de 2014 e a norma JIZ 2801:2000 (antimicrobiano) em sua composição; este material deverá ter aditivo antimicrobiano em sua composição comprovado por laudo de empresa regulamentada, fabricante vinculada também com a empresa fornecedora e a licitante, permitindo rastreabilidade; Forma da superfície deverá promover o melhor aproveitamento do espaço interno, em conformação com os ângulos, curvas e envolvendo todas as colunas e partes estruturais; Painéis Deverão possuir resistência química, baixo índice de absorção de água, estabilidade dimensional e apresentar alta resistência à abrasão. Cor branca; As arestas, junções internas, deverão ser construídas de forma que evite formações pontiagudas, a fim de aumentar a segurança e favorecer a limpeza local. O interior deverá estar isento de cantos vivos, todas as bordas devem ser arredondadas e/ou chanfradas. Tudo que constituir obstrução à cabeça e que possa ser perigoso a pessoas, deverá ser evitado. Os painéis deverão ser instalados de maneira que não ocorra flexão, deflexão, empenamento ou vibração; Sob o revestimento deverá ser previsto Isolamento Térmico/Acústico com a finalidade de reduzir o impacto da temperatura externa para dentro da unidade móvel, o isolamento térmico deverá ser aplicado através de isolante de P.U. (Poliuretano) em placas com no mínimo 30 mm de espessura e no mínimo 36 kgm³ de densidade, instaladas no teto, laterais (exceto janelas), traseira, entre a chapa externa e o revestimento interno; A licitante deverá apresentar a marca e modelo do material ofertado e anexar aos documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, características e especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto. Assoalho: Compensado Naval: Compensado naval revestido em Passadeira vinílica.

	Especificação Técnica: Lâminas de madeira selecionadas, sobrepostas em sentido alternado, uma a uma, em número ímpar, com capas no mesmo sentido. Capa (lâminas externas) e miolo (lâminas internas) de Pinus reflorestado; Coladas entre si com resina fenólica WBP certificação ISO 9001, resistente a água: LD 380 g/m² e com teor mínimo de sólidos em 35 pontos percentuais; Prensadas a uma temperatura média de 135°C e à pressão específica de 15 kg/cm².Passadeira Vinílica: Passadeira Vinílica - Deverá ter no mínimo as seguintes especificações: Alta resistência à abrasão; Possuir tratamento ante bactéria na superfície com índice de PU anti-contaminação. Que tenha composição heterogênea e não porosa. Resistência a intenso tráfego de pessoas e móveis sem alteração ou danificação do produto. Mantas de 2m de largura com espessura mínima de 1,5mm com capa de uso de 0.70mm (Wear Layer). Ambientes Internos:A01 - Sala de Atendimento Odontológico: Sala desenvolvida para atendimento odontológico, equipada com mobiliários e infraestrutura necessária para a função. A02 - Área Técnica: Área destinada para o comando elétrico da unidade e o compressor, com acesso pelas portas traseiras do veículo. Mobiliário: Mobiliários confeccionados em compensado multilaminado: Lâminas de madeira selecionadas, sobrepostas em sentido alternado, uma a uma, em número ímpar, com capas no mesmo sentido; Capa (lâminas externas) e miolo (lâminas internas) de Pinus reflorestado, coladas entre si com resina fenólica WBP certificação ISO 9001, resistente a água; Espessura mínima de 15 mm e 30 mm nas partes estruturais; Imunizado contra fungos e cupins, revestido interna e externamente com laminado melamínico contínuo de alta pressão e resistência, termo moldável, permitindo a confecção de bordas e cantos arredondados. Ferragens (dobradiças, corrediças, articuladores) em aço com tratamento antiferrugem de alta durabilidade e resistência. Características adicionais dos móveis: Deverão ser posicionados adequadamente no veículo, visando o máximo aproveitamento do espaço e segurança dos ocupantes; Mecanismo de travamento dispensando o trinco; Todas as prateleiras deverão ter batentes frontais, para evitar a queda de materiais quando o veículo estiver em movimento; puxadores do tipo embutidos, confeccionados em alumínio; Portas dos armários com chaves de segredo combinado. Projeto e arranjo dos armários: O projeto e o arranjo dos armários deverão ser aprovados pela Comissão Executora do Contrato, antes do início de sua manufatura. A01 – Sala de Atendimento Odontológico. Divisória: Divisória entre a cabine do motorista e o ambiente da sala, confeccionada em estrutura de compensado laminado naval

revestido em ACM. Porta de Acesso: Fechamento da porta de acesso estruturada em compensado laminado naval, revestido em ACM nas duas faces com porta em acrílico branco opaco e puxador metálico, para evitar entrada de massa de ar quente no ambiente. Bancada: Uma bancada em compensado naval revestido em fórmica, com alojamento para cuba de assepsia, compartimento com portas e gavetas, além de espaço para alojar um frigobar de 76 litros. Armário Aéreo: Um armário aéreo com portas de correr em compensado naval revestido de fórmica, com iluminação em LED e canaleta de alumínio extrudado com tampa de polietileno sob o tamponamento inferior.

Equipamentos Odontológicos

Cadeira Odontológica: Base com debrum antiderrapante; dispensa fixação no piso; Estrutura construída em aço maciço, com tratamento antioxidante e pintada em tinta epóxi proporcionando maior resistência e durabilidade ao conjunto; Sistema tipo pantográfico de elevação confeccionado em chapa de aço, oferece maior resistência, capacidade de elevação de até 200 kg; Caixa de ligação integrada otimizando espaço dentro do consultório; Apresenta o botão ON/OFF localizado na lateral da base da cadeira facilitando o acesso do profissional; Braço de apoio para o paciente fixo; Sistema de elevação eletromecânico acionado por moto-redutor de baixa tensão com 24 volts; Tensão de alimentação 127 ou 220V ~ 50/60Hz; Encosto de cabeça anatômico, removível, bi-articulável e com regulagem de altura, com movimentos anterior, posterior e longitudinal e sistema de trava por alavanca; Consultório ambidestro; Movimentos de elevação e inclinação automáticos e sincronizados; Desligamento automático do refletor ao pressionar a tecla "voltar a zero" Proteção do sistema elétrico contra oscilações de tensão e corrente. Equipo Odontológico: Braço articulável e com travamento pneumático, acionado por botão localizado sob o corpo do equipo na pega lateral proporcionando liberdade aos movimentos; Produzido em ABS injetado: confere maior durabilidade / resistência à corrosão e estabilidade de cor ao conjunto; Pedal Progressivo para o acionamento das peças de mão nos terminais do equipo, o que possibilita o controle da velocidade e com acionamento em qualquer ponto do pedal; Seringa tríplice: bico giratório, removível e autoclavável; Mangueiras: arredondadas, leves e flexíveis; Suporte das pontas: com acionamento pneumático individual; Tampo de inox removível: fácil de limpar, garante mais praticidade e resistência à corrosão; Puxador Bilateral; Equipo com

	no mínimo 03 terminais: 01 seringa tríplice; 01 terminal sem spray para baixa rotação; 01 terminal para alta rotação; Jato bicarbonato e ultrassom acoplado ao equipo. Refletor Odontológico: Monofocal para uso odontológico com sistema óptico com 1 LED; 19.3.2 Espelho multifacetado com tratamento multicoating; Dupla proteção do espelho, em material resistente, transparente; Puxadores bilaterais em forma de alça que possibilitam isolamento, evitando o risco de contaminação cruzada; Cabeçote produzido em material resistente, com giro de 620°;Intensidade: 8.000 a 35.000 LUX (escolha de intensidade pelo pedal); 19.4 Unidade de Água: Produzido em ABS injetado, conferindo maior durabilidade e resistência à corrosão; Cuba em cerâmica, profunda, removível, com ralo e filtro para retenção de sólidos, além de uma cobertura para evitar respingos; Filtro de detritos localizado na base do sugador; Sistema de regulagem da vazão da água: permite a regulagem fina do fluxo de água; Reservatórios translúcidos de 1000 ml para: água das peças de mão, seringa tríplice; Unidade de água e cuba rebatível em 90°, possibilitando uma ampla mobilidade que permite 19.4.7 Porta copo com sensor de proximidade: apresenta um exclusivo sensor de aproximação que aciona automaticamente o fluxo de água na cuspideira, proporcionando maior praticidade, conforto para o paciente, segurança e economia de água; Temporizador programável de água com interruptor de acionamento elétrico (até 60 segundos); Terminal Sugador Venturi; Terminal Sugador Bomba de Vácuo; Raio-X Odontológico portátil; Tensão da Ampola 60KVp; Corrente da Ampola 2,5 mA; Distância foco-pele 200 mm; Distância foco-receptor 220 mm; Eixo de Referência no centro do cone de posicionamento; Energia Máxima Acumulada em 1h 150 mAs; Faixa Selecionável de Tempo de Irradiação 0,01 a 1s (segundo) (com passos de 0,01s); Peso 2.2 kg; Ponto Focal 0,4 x 0,4 mm; Potência na Saída Máxima 150 W (60kV x 2,5mA), tensão de carregamento 24V tipo Li-ion recarregável. Acessório: sensor para radiografia digital. Especificação: Teste de calibração do monitor, para visualização das imagens, dispensando filmes, reveladoras, reveladores e fixadores. Diminuindo assim descartes de químicos. Atendimentos mais rápidos, sem interrupção para revelação das radiografias, ferramentas de edição para elaboração de diagnósticos precisos: rotação, zoom, ajuste de brilho, contraste e gama, inversão de cores, inserção de texto, símbolos, seleção e recorte de áreas, medição de ângulos e segmentos, barra para laudos/diagnóstico, odontograma e comparação de imagens. Software completo e de

	fácil utilização para cadastro de pacientes, arquivamento e edição de imagens, ferramentas para laudos. Sensor tipo CMOS, exportação no sistema DICOM. Bomba de Vácuo: Capacidade para até 01 consultório odontológico; Potência: 1/3 HP; 19.5.3 Comando de acionamento eletrônico; Rotações do motor: 1755-60 Hz; Vazão máxima de ar: 150L/min; Consumo de água: 0,30L/min; Vácuo máximo: 330 mmHg/12,92 inHg; Temporalizador de varredura. 01 Autoclave: Especificações Técnicas: Alimentação: 127/220 V (com chave reversora);Frequência: 50/60 Hz; Proteção elétrica: Fusíveis; Potência: 1600 VA; Corrente nominal: 12 Amperes; Tanque de pressão: Alumínio; Anel de vedação da porta: Silicone; Sistema eletrônico: Microcontrolado (tempo e temperatura);Inserção de água: Manual, com copo dosador; Bandejas e suporte: Alumínio; Proteção sobre pressão: Selo de segurança; Proteção subpressão: Válvula de antivácuo ;Indicação de monitoramento: Manômetro (pressão/temperatura);Painel de comando: Posicionado na parte frontal, indicando operações e teclas de comando; Abertura da porta: Sistema de despressurização por alavanca; Capacidade: 12L. 01 Banco Mocho: Mocho com encosto anatômico, acabamento liso e cantos arredondados para fácil limpeza e assepsia; Estofamento em material rígido e resistente, com revestimento sem costura, densidade adequada e anti-deformante; Base com 5 rodízios de poliamida, proporcionando excelente estabilidade e fácil mobilidade; Possui ajuste de altura com sistema central de elevação a gás, acionado por alavanca lateral, promovendo movimentos suaves; Regulagem da inclinação do encosto por meio de alavanca. 01 Compressor Odontológico: Capacidade para um consultório odontológico; Capacidade do reservatório de ar: 40 litros; Classificação segundo norma NBR IEC 60601-1: Proteção contrachoque elétrico - Equipamento Tipo BF e Classe II; Consumo de energia:127V: 1,65 KW/h; 220V: 1,47 KW/h; Corrente: 127V: 13 A; 220V: 6,7 A; Deslocamento teórico: 283 l/min - 10 pcm; Dimensões com embalagem (L x C x A): 528 x 528 x 800 mm; Frequência: 60 Hz; Modo de operação: Operação contínua; Número de cilindros: 2; Peso com embalagem: 48 Kg; Peso do cabeçote: 15 Kg; Potência do motor: 2 HP; Pressão máxima: 120 psi - 8,3 bar; Proteção contra penetração nociva de água/material particulado: IPX 0; Tempo de enchimento: 1'53"; Tensão de alimentação: 220V ±10% / 127V ±10%. 01 Kit Acadêmico: Especificação; Um Micromotor,

	um Contra ângulo: Transmissão 1:1 Sistema Intra giratório Rotação máxima 13.600 r/min Sistema de fixação da broca (LT) Latch Type (PB) Push Button Tipo de broca FG Standard Esterilização Autoclavável até 135°C Tipo de acoplamento Tipo 2 Comprimento X2 Tipo longo - min. 32mm. Torque 0,350 - 1,000 N.cm. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Características gerais Especificações da Broca De acordo com a ISO 1797.1:2017 e fabricados em aço ou metal duro. Brocas Standard Tipo Haste tipo 1 Dimensões da broca Diâmetro de trabalho: 2,35mm ±0,01 Comprimento mínimo de encaixe da haste: 9 até 12mm Comprimento da broca: Mínima 22mm - Máxima 28mm Uma Peça reta; 8 Transmissão 1:1 Sistema Intra giratório Rotação máxima 12.400 r/min Sistema de fixação da broca Giro de anel - extrema simplicidade e rapidez Tipo de broca FG Standard Esterilização Autoclavável até 135°C Tipo de acoplamento Tipo 2 Comprimento X2 Tipo longo - min. 32mm. Torque 0,350 - 1,000 N.cm. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Características gerais Especificações da Broca Pesos De acordo com a ISO 1797.1:2017 e fabricados em aço ou metal duro. Brocas Standard Tipo Haste tipo 2 Dimensões da broca Diâmetro de trabalho: 2,34mm ±0,01 Comprimento mínimo de encaixe da haste: Mínima 30mm Comprimento da broca: Máxima 44,5mm Uma Alta rotação, especificação técnica: Classificação da peça de mão

	Classe 1 - 1:1 – Constant Pressão de trabalho de ar e água (Recomendadas) Ar: Mínima 220 kpa = 2,2 bar = 32 psi / Máxima 241 kpa = 2,4 bar = 35 psi Água: Mínima= 28.15mH2O (Metros coluna de água) Consumo de ar e água Ar: 32 l/min, Água: 42 ml/min, Rotação 335.000 r/min (Rotação máxima) Torque (parada): 0,05 - 0,18 N.cm Terminal de encaixe Tipo Borden 02 furos / Tipo Midwest 04 furos / Tipo Midwest 04 furos + dois pinos Tipo de broca FG Standard Esterilização Autoclavável até 135°C Alimentação LED / UV Tensão: 3,0V ±0,2 Corrente: 20mA Comprimento de onda: 390 - 410 nm Parte aplicada Tipo B. Especificações da Broca De acordo com a ISO 1797.1:2017 e fabricados em aço ou metal duro. Brocas Standard Tipo Haste tipo 3 Dimensões da broca: Diâmetro: Ø1,59 - 1,60mm, Comprimento mínimo de encaixe da haste: 9mm. Comprimento da broca: Mínima 19mm - Máxima 22mm Um micromotor: Pressão de trabalho de ar e água (Recomendadas) Ar: Máxima 275,79 kpa = 40 psi = 2,75 bar Água: Mínima= 28.15mH2O (Metros coluna de água) Consumo de ar e água Ar: 54 l/min Água: 42 ml/min Rotação De 5.000 à 20.000 r/min Terminal de encaixe Tipo Borden 02 furos Tipo Midwest 04 furos Acoplamento Através de sistema INTRA Peça Reta e Contra Ângulo Esterilização Autoclavável até 135°C Tipo de motor Tipo 2 (Conforme ISO 3964) Comprimento X1 Tipo longo - max. 31,8mm (Conforme ISO 3964) Torque 0,350 - 1,000 N.cm. Alta rotação: 9 Classificação da peça de mão Classe 1 - 1:1 - Constant Pressão de trabalho de ar e água (Recomendadas) Ar: Mínima 220 kpa = 2,2 bar = 32 psi / Máxima 241 kpa = 2,4 bar = 35 psi Água: Mínima= 28.15mH2O (Metros coluna de água) Consumo de ar e água Ar: 32 l/min Água: 42 ml/min Rotação 335.000 r/min (Rotação máxima) Torque (parada): 0,05 - 0,18 N.cm Terminal de encaixe Tipo Borden 02 furos / Tipo Midwest 04 furos / Tipo Midwest 04 furos + dois pinos Tipo de broca FG Standard Esterilização Autoclavável até 135°C Alimentação LED / UV Tensão: 3,0V ±0,2 Corrente: 20mA Comprimento de onda: 390 - 410 nm Parte aplicada Tipo B

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Características gerais

Especificações da Broca

De acordo com a ISO 1797.1:2017 e fabricados em aço ou metal duro.

Brocas Standard Tipo Haste tipo 3

Dimensões da broca

Diâmetro: Ø1,59 - 1,60mm

Comprimento mínimo de encaixe da haste: 9mm

Comprimento da broca: Mínima 19mm - Máxima 22mm

01 Fotopolimerizador. Tensão de Alimentação: Bivolt: 100 - 240V~; Tensão de Saída: 5 V; Corrente Elétrica: 1,5 A; Frequência: 50/60 Hz; Potência da Fonte: 8 VA; Potência da Luz: 1200 mW/cm² ± 200 mW/cm²; Comprimento da Onda: 450 nm - 470 nm; Bateria de Li-ion: DC: 3,7V - 2200 mAh; Condutor de Luz: Fibra ótica 100% coerente que garante a passagem de luz sem perdas (Ø8 mm - 60° curva); Programas: Contínuo, rampa e pulsado; Tempo de Observação: 5, 10, 15 e 20 segundos; Sinal Sonoro: Um "bip" a cada 5 segundos; Acionamento: Botão na peça de mão; Tempo para Recarga da Bateria: 4 horas; Corpo da Peça de Mão: Injetado em ABS; Peso Líquido: 0,389 kg;Peso Bruto: 0,640 kg; Proteção contrachoque Elétrico: Equipamento Classe II - Parte aplicada de tipo B; Proteção contra Penetração Nociva de Água: IPX Prescrições dos Equipamentos Odontológicos. A licitante deverá apresentar a marca, modelo e descrição do material ofertado e anexar aos documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, características e especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto. Apresentar Registro no Ministério da Saúde emitido pela ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF) conforme Resolução: RDC 59- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do fabricante. A empresa licitante ou implementadora, não sendo fabricante dos equipamentos odontológicos, deverá apresentar Carta de Solidariedade do fabricante, garantindo o cumprimento da garantia e autorização para implementação em unidade móvel. Documentos deverão ser apresentados juntamente com o descritivo técnico do veículo, sob pena de desclassificação.: Acessórios: 1 Frigobar com capacidade mínima de 76 litros. Um extintor de incêndio com suporte metálico. Um porta álcool gel em aço inox. Um porta sabonete líquido em aço inox. Um porta papel toalha em aço inox. Uma lixeira de 10 litros em aço inox. Área Técnica: Divisória Interna: Entre os ambientes,

	confeccionada em estrutura tubular, revestida em ACM com no mínimo 35mm de espessura; Área destinada para instalação do comando elétrico da unidade e compressor com acesso pelas portas traseiras do veículo. Área Externa: Toldo: O toldo deverá ser instalado na lateral direita do veículo, do tipo Box, com acionamento manual; Lona em cor a ser definida pela contratante, confeccionada em tecido de poliéster de alta tenacidade, conferindo maior resistência mecânica, e revestida com filme de PVC flexível, totalmente impermeável, com aditivos antioxidantes, contra raios ultravioleta (para retardar o desbotamento das cores ao longo do tempo) e proteção contra fungos (inibe a formação de bolores e proliferação de fungos); Lona impermeabilizada e vedada com selante elástico, monocomponente, de baixo módulo, à base de poliuretano de cor branca; Estrutura com braços retráteis e barra frontal com acoplamento total para proteção da lona; Quando recolhido, o toldo deverá ocultar completamente a lona em uma caixa de alumínio; Peças metálicas e carenagem com pintura eletrostática na cor branca; Manivela com haste para abertura e fechamento do toldo; Dimensões mínimas: 3.000 mm de comprimento por 2.000 mm de avanço; O toldo deverá ser robusto o suficiente para suportar rajadas de vento de 29 a 39 km/h; Projetado para atender os requisitos da classe de resistência ao vento, conforme a identificação de conformidade CE (declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e testado para uso em área externa – Classe 2 de resistência ao vento). Prescrições: A licitante deverá apresentar a marca e o modelo do toldo ofertado, anexando os documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, características e especificações técnicas que demonstrem claramente a compatibilidade do produto com os requisitos estabelecidos (declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e resistência ao vento classe 2). Mobiliário Externo: 04 Cadeiras Dobráveis dobráveis; confeccionadas em estrutura metálica tubular, com assento e encosto acolchoados e revestidos em courvin; Pés com acabamento em borracha; Estrutura com capacidade para no mínimo 120kg. Identificação Visual; Execução da Identificação Visual da Área Externa: A identificação visual deverá abranger 60% da área externa da carroceria da Unidade Móvel; O escopo de fornecimento inclui a execução do grafismo externo do veículo. Especificação Técnica Mínima do Grafismo- Envelopamento Parcial: O envelopamento deverá cobrir o capô, parte frontal superior ao para-brisa, laterais e parte traseira do veículo, conforme a arte fornecida pela contratante; Carroceria: Impressão digital em 4 cores,

em Película 3M Scotchal D5000 ou modelo superior, para aplicação de longa duração em superfícies com elevado grau de curvaturas; Garantia mínima de 2 anos em uso externo contínuo. Procedimentos para Aplicação das Películas Adesivas: Tecnologia e Aplicação: Recorte eletrônico da película; Aplicação manual, seguindo as instruções fornecidas pelo fabricante; Recortes em todas as regiões de baixo relevo; Ausência completa de cantos vivos; Não aplicação das películas em regiões de borracha; Uso de soprador térmico em toda a película durante a aplicação; Limpeza da superfície com água e detergente, seguida de desengraxante comercial; A superfície de aplicação (pintura do veículo) deverá estar em perfeitas condições de ancoragem da tinta/verniz ao metal; A aplicação deverá ser feita em local coberto e limpo, sem poeira. A CONTRATADA deverá entregar juntamente com o objeto do presente Termo de Referência, os certificados de garantia e os respectivos manuais técnicos de funcionamento e operação constando todas as etapas da operação, registros dos testes realizados, rede credenciada de assistência técnica bem como todas as informações necessárias para uso adequado e manutenção dos equipamentos, escritos em língua portuguesa e disponibilizados em mídia digital. Caso os referidos documentos sejam apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa;

HABILITAÇÃO TÉCNICA: Atestado de Capacidade Técnica: Pertinente e compatível com o objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado; O(s) atestados(s) deverá(ão) constar ainda: nome da empresa onde foram fornecidos os objetos, e o período da prestação de serviços, nome completo, cargo, telefone e assinatura do responsável da empresa que está fornecendo o atestado; Havendo dúvidas acerca da veracidade do Atestado apresentado, a CPL poderá realizar diligência para confirmação da veracidade do Atestado. O licitante deverá apresentar Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Garantia: 12 meses. Apresentar CR IBAMA em nome da empresa licitante.Comprovar que a empresa licitante e a responsável pelo implemento e customização, possuem registro no CREA; Comprovar registro no CREA do engenheiro mecânico responsável técnico pela implementação e engenheiro eletricista; Comprovar vínculo do licitante ou empresa responsável pelo implemento e customização com o engenheiro responsável técnico, a comprovação poderá ser feita por meio dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho e Previdência

Social (CTPS) devidamente assinada, contrato social atualizado comprovando a participação do profissional na sociedade ou contrato de trabalho, comprovar o vínculo através de ART DE CARGO E FUNÇÃO com o respectivo registro de cargo e função no CREA; Apresentar, o Acervo Técnico do responsável técnico, comprovando experiencia anterior com a execução de unidades móveis de Saúde, através do CAT-Certificado de Acervo Técnico, do profissional, com registro de atestado, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do CONFEA, que consta dos assentamentos do CREA-Conselho Regional de Engenharia; Este profissional será elemento de ligação entre a Contratada e a Contratante durante a execução do contrato e deverá participar diretamente do desenvolvimento das atividades, em todas as etapas do objeto em questão; Apresentar CAT– Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito emitido pelo Denatran, do veículo ofertado na modalidade Motor Casa; em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 da SENATRAN; Apresentar CCT– Certificado de Capacitação Técnica emitido pelo INMETRO, do veículo ofertado na modalidade Motor Casa;

Subcontratação:

Sendo necessário a subcontratação da implementação / customização, a licitante deverá comprovar vínculo através de contrato de prestação do serviço. Serão aceitos documentos técnicos com exemplo, atestados, certidões, declarações da subcontratada.

A licitante deverá informar na proposta de preços: A marca, modelo e versão do veículo e dos equipamentos embarcados, apresentar encartes técnicos dos fornecedores, incluindo imagens, número ANVISA, de acordo com a especificação do equipamento e prescrições, descritivo, características, especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados; sendo vedada a simples transcrição das especificações constantes do termo de referência; Declaração que prestará assistência técnica para o veículo, no Estado de destino, em local apropriado, com pessoal e equipamentos adequados para o serviço; De forma complementar aos requisitos do item (tecnologia de descontaminação ativa do ar contra microrganismos) das especificações do produto, a licitante deverá apresentar: - Estudo de validação de eficiência de órgãos oficiais nacionais;- Relatório de ensaio do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) comprovando redução de microrganismos atingindo no mínimo 80% de redução em 24horas de funcionamento; De forma

	complementar aos equipamentos odontológicos, a licitante deverá apresentar: - Apresentar Registro no Ministério da Saúde emitido pela ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF) conforme Resolução: RDC 59- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do fabricante.- A Empresa Licitante ou implementadora, não sendo fabricante dos equipamentos odontológicos, terá que apresentar Carta de Solidariedade do fabricante, no cumprimento da garantia com autorização para implementação em unidade móvel, documentos estes que deverão ser apresentados juntamente com o descritivo técnico do veículo sob pena de desclassificação; De forma complementar aos requisitos do item (toldo) das especificações do produto, a licitante deverá apresentar: - Declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e testado para uso em área externa. Resistência ao vento: classe 2. Apresentar com os documentos de Habilitação, projeto preliminar, no mínimo em formato A3, considerando planta baixa, vistas e cortes. Planta de distribuição elétrica, esquema elétrico preliminar para análise técnica da Comissão; Projeto deverá ser assinado pelo engenheiro responsável técnico. Garantia do Veiculo: 24 (Vinte e Quatro) meses;
9	***VEÍCULO TIPO MINIVAN 7 LUGARES*** . Veículo tipo utilitário 7 lugares, zero km, ano modelo 2025, com capacidade mínima de 7 lugares (6+1), com alarme antifurto, com sistemas de freio abs/ebd, com airbag duplo, com ar-condicionado, direção elétrica ou hidráulica, com transmissão manual ou automática, mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 1 a ré, com motor mínimo 1.6, com kit multimídia, com travas elétricas das portas e fechamento automático pela chave, cor do veículo preferencialmente na cor branca. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos. O fornecedor deverá apresentar,juntamente aos documentos de habilitação, laudo que comprove as caracteristicas solicitadas do produto e sua funcionalidades. No momento da entrega

	do produto, apresentar a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Garantia do fabricante de 36 meses.
10	**Veículo tipo Pickup – 4x4 – Zero KM- Cabine Dupla.** Veículo Automotor Novo, 0km, Ano E Modelo Mínimo 2025/2025, Motor De No Mínimo 2.8, Capacidade para 5 passageiros, Cabine Dupla, Turbo Diesel, Potência Mínima 204 Cv, Torque De No Mínimo 50,9 Kgf.M, Câmbio Automático De 6 Marchas, Tração 4×2, 4×4 E 4×4 Reduzida Com Acionamento Eletrônico, Vsc (Controle Eletrônico De Estabilidade) E A-Trc (Controle Eletrônico De Tração) Com Bloqueio Do Diferencial Dimensões Mínimas: Comprimento: 5.325 Mm, Largura: 1.855 Mm, Altura: 1.815 Mm, Entre-Eixos: 3.085 Mm, Capacidade Do Tanque: 80 Litros, Capacidade Da Caçamba: 1.000 Litros, Rodas De Liga Leve De 17". Os Pneus mínimo de 265/65 R17. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos. O fornecedor deverá apresentar,juntamente aos documentos de habilitação, laudo que comprove as caracteristicas solicitadas do produto e sua funcionalidades. No momento da entrega do produto, apresentar a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá Possuir: Controle De Velocidade De Cruzeiro Adaptativo, Sistema De Alerta De Mudança De Faixa, 8 Alças De Segurança, Sistema Auxiliar Bas (Sistema De Assistência Em Frenagem De Emergência) Nas 4 Rodas, Faróis De Led, Faróis De Neblina Dianteiros Em Led, Banco Do Motorista Com Ajuste De Altura Elétrico, deverá possuir todo os itens de segurança conforme o Contran. Garantia mínima 36 meses.
11	**Veículo tipo sedan – novo- zero km.** Veículo automotor novo, 0km, ano e modelo mínimo 2025/2025 - tipo sedan. Lugar para 05 (cinco) ocupantes, incluído o motorista; cor branca; veículo 0 km (zero-quilômetro); ano de fabricação e modelo 2025 ou superior; motor: 2.0 ou superior; potência: 150 cv ou superior. Bicombustível (etanol e gasolina) ou híbrido (elétrico e a combustão); câmbio automático, direção elétrica ou eletro-assistida progressiva freios abs (ou superior) nas 4(quatro) rodas; pneu estepe de emergência; ar-condicionado, acessórios obrigatórios de segurança (triângulo de emergência, macaco hidráulico modelo jacaré, chave de roda, extintor de incêndio tipo abc novo e com validade mínima de 4 anos); rodas de liga leve; capacidade mínima do tanque de combustível: 50 litros; mínimo 06 (seis) air bags; apoios de cabeça dianteiros e traseiros (individual para cada passageiro) com regulagem manual de altura; barra de proteção contra impactos laterais nas portas; cintos de segurança: 02 (dois) dianteiros e 03 (três) traseiros com 03 pontos; desembaçador do vidro traseiro; faróis de neblina dianteiros (dois); luz auxiliar de freio em led (brake light); trava automática das portas ativadas pelo movimento do

	veículo (acima de 15km/h); trava de segurança para portas traseiras; travas elétricas nas quatro portas com acionamento a distância; vidros elétricos e sistema antiesmagamento; banco do motorista com ajuste de altura, distância e inclinação (elétrico ou manual); banco traseiro bipartido/rebatível; espelhos retrovisores externos com regulagem elétrica e eletro retráteis ou rebatíveis; sistema multimídia com áudio compatível com mp3, rádio am/fm, entrada usb, sistema de navegação (gps), câmera de ré e sistema bluetooth; volante com controles de áudio, computador de bordo. Película de controle solar em todos os vidros, com transparência máxima permitida pela legislação vigente. Dimensões mínimas: comprimento: 4.630 mm, largura: 1.780 mm, altura: 1.455 mm, entre-eixos: 2.700 mm, capacidade do porta-malas: 470 litros. Rodas de liga leve aro 17 e pneus 215/50 r17, os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cp), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, kevlar, aramida e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°c, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores tpms, deve ser homologado para trabalhar com sensores tpms sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de ph deverá ser entre 7 a 8 ph. . O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos. O fornecedor deverá apresentar,juntamente aos documentos de habilitação, laudo que comprove as caracteristicas solicitadas do produto e sua funcionalidades. No momento da entrega do produto, apresentar a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Garantia mínima 36 meses.
12	**VEICULO DE PASSEIO TIPO HATCH :** motorização mínimo 1.0, 4 portas, sistema opcional de abastecimento de combustível flex (gasolina ou álcool), ar condicionado, vidro e trava elétrico, injeção eletrônica de combustível, potência mínima do motor 82 (cv), capacidade para 5 passageiros, câmbio manual de 5 velocidades, direção hidráulica ou elétrica, freio com sistema abs dianteiro a disco e traseiro a disco ou tambor, protetor de cárter, desembaçador e limpador de vidro traseiro, lavador e limpador do vidro traseiro, lux auxiliar de freio (brake-light), jogo de tapete de borracha interno, para-choque na cor do veículo, película protetora (insufilme) permitido por lei ano de fabricação: ano corrente; 2025/2025; cor: branca. Banco traseiro bipartido e rebatível; capacidade mínima do porta malas: 270 (duzentos e setenta) litros. Capacidade mínima do tanque de combustível: 44 (quarenta e quatro) litros. 6 (seis) airbags. Toda a documentação de emplacamento incluída em nome da contratante, bem como do licenciamento e seguro obrigatório quitados e registrados no detran/al, com chave adicional e manual do usuário, com cinto de segurança e pneu estepe, os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cp), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, kevlar, aramida e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de 13 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em

	toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°c, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores tpms, deve ser homologado para trabalhar com sensores tpms sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de ph deverá ser entre 7 a 8 ph., o composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado, relatório técnico de ensaio de selante para pneus em nome da empresa licitante deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação. Conter todos os equipamentos de segurança determinados por lei, conforme detran/al e código nacional de trânsito. Garantia mínima de 36 meses.

3.4. Em atendimento ao art. 20 de Lei nº 14.133/2021, certificamos que o objeto da futura contratação não se enquadra como bem de luxo.

3.5. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do Fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.6. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.7. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos de cada município participante.

3.8. A contratação com os fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.10. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

3.11. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.12. Após a homologação da licitação, o fornecedor mais bem classificado, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.14. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.15. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital e observado o disposto no item 3.26, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.16. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

4- DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

4.1. A falta de pavimentação adequada nas vias e o baixo investimento em infraestrutura de transporte obrigam muitas comunidades a buscarem soluções de transporte individuais, o que nem sempre é viável do ponto de vista econômico ou logístico.

4.2. A aquisição de diferentes unidades móveis representa um avanço na política de descentralização e universalização dos serviços públicos, permitindo que a administração municipal leve acesso direto a comunidades que, de outra forma, teriam seu acesso comprometido por barreiras geográficas e socioeconômicas.

4.3. A necessidade de aprimoramento do tranporte público se apresenta essencial para o fim de proporcionar o acesso aos serviços públicos da população, mas sua eficácia depende da disponibilidade de veículos em boas condições. Por isso, a renovação da frota por veículos novos, adaptados e zero quilômetros é fundamental para oferecer um serviço seguro, eficiente e economicamente sustentável. A decisão de adquirir esses veículos foi deliberada e aprovada em Assembleia Geral do CIDASG, com base nas demandas apresentadas pelos municípios consorciados.

4.4.1-Ambulâncias

4.4.1.1. A aquisição de ambulâncias pelos municípios representa uma solução estratégica para enfrentar os desafios de mobilidade e garantir o atendimento de urgência e emergência de forma

eficiente. Grande parte dos municípios brasileiros, especialmente aqueles de pequeno porte e áreas rurais, enfrenta dificuldades decorrentes da precariedade das vias de acesso e da ausência de transporte público adequado, comprometendo o deslocamento rápido e seguro de pacientes. Essa realidade agrava as desigualdades no acesso à saúde e expõe a necessidade de veículos adaptados às condições locais.

4.4.1.2. As ambulâncias desempenham um papel crucial no transporte de pacientes críticos, como vítimas de acidentes, gestantes em trabalho de parto, pessoas em tratamentos contínuos (hemodiálise, oncologia) e outras emergências médicas. Veículos modernos e devidamente equipados com suporte vital permitem não apenas o transporte seguro e adequado, mas também reduzem os tempos de resposta, fator determinante para a sobrevivência em muitos casos. Além disso, a renovação da frota contribui para a redução de custos com manutenções constantes de veículos antigos e sucateados, promovendo a sustentabilidade financeira da gestão pública.

4.4.1.3. Ao descentralizar a gestão e manutenção das ambulâncias, os municípios garantem maior flexibilidade no atendimento às suas demandas específicas, integrando os serviços de atenção básica e especializada. Isso está em conformidade com os princípios constitucionais de universalidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando que mesmo as comunidades mais afastadas possam acessar serviços essenciais.

4.4.1.4. A presença dessas ambulâncias não apenas fortalece a rede local de saúde, mas também contribui para a inclusão social e a promoção do bem-estar coletivo, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3) da ONU.

4.4.1.5. Assim, a aquisição de ambulâncias modernas e adaptadas não é apenas uma resposta às necessidades logísticas, mas uma medida de impacto social significativo, reduzindo a mortalidade evitável, promovendo a eficiência do sistema de saúde municipal e garantindo que o direito fundamental à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal, seja plenamente exercido por todos os cidadãos.

4.4.2- Unidades Móveis

4.4.2.1. O acesso restrito a serviços de saúde e assistência social em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos é uma barreira significativa ao desenvolvimento social e econômico dessas regiões. As unidades móveis de atendimento representam uma solução eficaz para descentralizar os serviços e alcançar as populações mais vulneráveis, garantindo a efetividade dos princípios de universalidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.4.3- Unidades Móveis Odontológicas

4.4.3.1. A saúde bucal tem um impacto direto no desenvolvimento físico e social das crianças. Dados do Ministério da Saúde indicam que 53% das crianças brasileiras de 12 anos já sofreram com cáries, uma condição que pode causar dor e afetar a capacidade de concentração e aprendizado em sala de aula. Crianças que enfrentam problemas odontológicos têm maior tendência ao absenteísmo escolar e menor desempenho acadêmico. Estudos conduzidos pela

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) apontam que o tratamento adequado melhora significativamente a qualidade de vida e a autoestima das crianças, favorecendo o aprendizado e a interação social. Igualmente não se desconhece que problemas odontológicos por vezes são causados pela falta de políticas públicas preventivas eficazes.

4.4.3.2. A presença de unidades móveis odontológicas nas escolas e em comunidades vulneráveis é uma medida de prevenção e cuidado essencial, garantindo a detecção precoce de problemas bucais e o tratamento imediato. Isso está em conformidade com o princípio da universalidade do SUS, que busca oferecer acesso a todos aos serviços de saúde. O atendimento odontológico no ambiente escolar promove a saúde bucal infantil, reduzindo a incidência de doenças e melhorando o desempenho escolar. Dessa forma, cumpre-se a função social do Estado prevista nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal.

4.4.3.3. Busca-se, portanto, oferecer aos Municípios consorciados, condições que permitam aproximar o implemento de políticas públicas preventivas eficazes à população, sobretudo, aos munícipes residentes em áreas ruais e de difícil acesso, cujo atendimento por unidades móveis se mostra como um vetor que possibilitará melhor desempenho e oferta dos serviços públicos.

4.4.4- Unidades Móveis Oftalmológicas

4.4.4.1. Problemas de visão são uma das principais causas de baixo desempenho escolar. Estima-se que 10 a 15% das crianças em idade escolar no Brasil apresentem dificuldades visuais não diagnosticadas, como miopia, hipermetropia e astigmatismo. Segundo o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), essas condições podem dobrar as chances de uma criança repetir o ano escolar e aumentar o risco de evasão. Um estudo realizado pelo Instituto Penido Burnier em Campinas revelou que 30% dos alunos com dificuldades de aprendizado tinham problemas visuais não corrigidos.

4.4.4.2. Unidades móveis oftalmológicas nas escolas e em comunidades vulneráveis, garantem o acesso ao diagnóstico e ao tratamento precoce de deficiências visuais, melhorando significativamente o desempenho acadêmico das crianças e qualidade de vida dos munícipes. Ao corrigir problemas de visão que afetam a leitura e a participação em sala de aula, essas unidades promovem a inclusão educacional, em conformidade com o artigo 208 da Constituição Federal, que garante atendimento especializado para crianças com necessidades especiais, como as que têm deficiência visual.

4.4.4.3. Igualmente, em comunidades mais distantes, em que a oferta do serviço de saúde nem sempre é frequente e efetiva para fins preventivos, o atendimento oftalmológico móvel se mostra essencial sobretudo, porque, supera barreiras geográficas e econômicas, permitindo acesso à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças oculares que podem levar à cegueira evitável. Essa iniciativa melhora a qualidade de vida ao restaurar a visão, impactando positivamente na saúde, bem estar e inclusão social.

4.4.5- Unidades Móveis de Vacinação

4.4.5.1. A vacinação é uma das ferramentas mais eficazes de prevenção de doenças, essencial para garantir a saúde pública e proteger o ambiente escolar. O Programa Nacional de Imunizações (PNI) recomenda que todas as crianças recebam as vacinas obrigatórias, como as que previnem o sarampo, caxumba, rubéola e poliomielite. No entanto, a cobertura vacinal infantil caiu de 95% em 2015 para 75% em 2022, conforme relatório do Ministério da Saúde, o que aumenta o risco de surtos de doenças evitáveis.

4.4.5.2. A implementação de unidades móveis de vacinação nas escolas e em comunidades vulneráveis, facilita o acesso dos munícipes à imunização, garantindo que o calendário vacinal seja seguido e a prevenção de doenças, o que impacta diretamente na saúde pública. A Lei nº 13.979/2020, sancionada durante a pandemia de COVID-19, reforça a importância de medidas profiláticas como a vacinação para proteger a saúde coletiva. No ambiente escolar a vacinação reduz o absenteísmo causado por doenças e protege toda a comunidade escolar, em conformidade com o artigo 196 da Constituição, que garante a saúde como direito de todos.

4.4.6- Unidades Móveis de Atendimento Médico Clínico

4.4.6.1. A atenção primária à saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsto na Lei nº 8.080/1990, que estabelece o atendimento médico clínico como fundamental para a promoção da saúde, prevenção de doenças e identificação precoce de agravos à saúde. Muitos alunos sofrem de condições que poderiam ser facilmente tratadas se diagnosticadas precocemente, como doenças respiratórias, dermatológicas e digestivas, além de problemas relacionados à nutrição e desenvolvimento físico.

4.4.6.2. As unidades móveis de atendimento médico clínico têm como objetivo oferecer consultas de rotina, diagnósticos precoces e encaminhamentos para tratamentos especializados, quando necessário. Esse atendimento preventivo no ambiente escolar e comunidades vulneráveis é essencial para reduzir o absenteísmo causado por doenças e melhorar o bem-estar físico e mental dos alunos e população, garantindo que tenham condições de aproveitar plenamente o ambiente educacional. O artigo 196 da Constituição Federal assegura que a saúde é um direito de todos, e a presença dessas unidades facilita o acesso a esse direito, particularmente em comunidades com dificuldade de acesso a serviços médicos.

4.4.7- Unidades Móveis de Atendimento Social

4.4.7.1.A assistência social é um direito garantido pela Lei nº 8.742/1993 (LOAS), que estabelece a prestação de serviços de proteção social para famílias em situação de vulnerabilidade. Muitos munícipes seja, no ambiente escolar, ou no convívio social, enfrentam desafios decorrentes de questões socioeconômicas, como violência doméstica, desemprego e falta de acesso a recursos básicos. As unidades móveis de atendimento social podem atuar na identificação precoce dessas situações, oferecendo apoio psicológico, mediação de conflitos e encaminhamento para programas sociais.

4.4.7.2. Ao proporcionar atendimento social no ambiente escolar e em comunidades vulneráveis, o projeto facilita a inclusão de crianças, adolescentes e famílias em políticas públicas de proteção social, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o artigo 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como um direito fundamental, associado à proteção social. Esses serviços permitem que as crianças desenvolvam suas potencialidades em um ambiente escolar e comunitário mais seguro e inclusivo.

4.4.7.3. O mesmo ocorre no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, pois reforça o papel protetivo do Estado, promovendo a equidade social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

4.4.8- Unidades Móveis Veterinárias para Castração de Animais
4.4.8.1. A saúde pública também é impactada pelo controle da população de animais de rua, o que exige políticas preventivas. O artigo 225 da Constituição Federal assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que inclui o controle adequado da população de animais. A castração é uma medida preventiva essencial para evitar o aumento do número de animais em situação de abandono e para controlar zoonoses, como raiva e leishmaniose.

4.4.8.2. A implementação de unidades veterinárias móveis para castração de animais de rua contribui diretamente para a saúde pública e o bem-estar animal, promovendo o controle populacional e reduzindo os riscos de transmissão de doenças. Cidades como São Paulo já implementaram com sucesso programas de castração por meio de clínicas móveis, reduzindo significativamente o número de animais abandonados e promovendo a saúde coletiva. Este projeto está em consonância com o Programa Nacional de Controle de Zoonoses do Ministério da Saúde, que visa prevenir doenças transmitidas por animais.

4.4.8.3. A aquisição de ambulâncias, veículos adaptados e unidades móveis de atendimento é uma medida estratégica para enfrentar os desafios de mobilidade enfrentados pelas pequenas cidades brasileiras. Essa solução, além de promover a inclusão social e a saúde pública, está alinhada aos princípios constitucionais e aos compromissos de desenvolvimento sustentável do Brasil, garantindo que mesmo as comunidades mais distantes possam usufruir de seus direitos fundamentais

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Pretende-se adquirir os itens descrito neste Termo de Referência pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, garantia mínima conforme especificada para cada item, especificações e exigências descritas nesse instrumento, objetivando a melhoria no atendimento de cada Município Consorciado.

5.2. A aquisição será realizada por meio de licitação, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, por disputa aberta, com critério de julgamento

de **menor preço por item**, nos termos dos artigos 6°, inciso XLI, 17, § 2°, e 34, todos da Lei Federal n° 14.133/2021.

5.3. Conforme estabelece o art. 86, § 4° da lei 14.133/2021, "É facultada, durante a vigência da ata, a adesão de outros órgãos ou entidades da administração pública que não tenham participado do certame licitatório, desde que haja previsão no edital e seja comprovada a vantagem da adesão".

5.3.1. Esta disposição representa o reconhecimento da utilidade do instituto da adesão para além do âmbito da União, estimulando a contratação por meio de Atas de Registro de Preços elaboradas por qualquer ente federativo, desde que o Edital contenha a permissão expressa.

5.3.2.A inserção da cláusula de adesão visa transformar a Ata de Registro de Preços do CIDASG em um instrumento de ampla utilidade interfederativa, permitindo que outros entes, sejam eles estaduais, distritais, municipais ou mesmo consórcios congêneres, possam acessar os preços e as condições negociadas pelo Consórcio, sem a necessidade de dispender tempo e recursos financeiros na realização de um novo processo licitatório para a aquisição do mesmo bem especializado.

5.3.3.A adesão de novos entes à Ata de Registro de Preços do CIDASG, que já representa a união de demandas de doze municípios, potencializa o volume total de aquisição dos veículos especiais, reforçando o poder de barganha da Administração Pública frente ao mercado fornecedor.

5.3.4.Esta previsibilidade de aumento da demanda, comunicada ao mercado desde a publicação do Edital, atua como um fator de atratividade para a participação de empresas de maior porte e com maior capacidade operacional, resultando em propostas iniciais mais competitivas e preços finais mais reduzidos na sessão pública do Pregão.

5.3.5. Dessa forma, a faculdade de adesão não apenas beneficia aos órgãos a carona, mas também serve ao interesse direto do CIDASG e de seus municípios consorciados, pois a possibilidade de grande volume de vendas incentiva os licitantes a oferecerem o menor preço por item, convergindo com o princípio da economicidade.

5.3.6. É imperativo sublinhar que a autorização de adesão não se configura como um ato discricionário ilimitado, pois está rigidamente vinculado à satisfação de requisitos de controle e validação.

5.3.7. O Edital e a minuta da Ata de Registro de Preços, em observância ao art. 86 da Lei n° 14.133/2021, condicionarão a adesão à anuência prévia do órgão gerenciador (CIDASG), à autorização legislativa (quando exigível pelo ente aderente) e, principalmente, à *comprovação da vantajosidade da adesão* pelo órgão não participante. Este último requisito, de cunho material, exige que o órgão carona demonstre, por meio de pesquisa de mercado detalhada, que os preços registrados na Ata do CIDASG são compatíveis e, preferencialmente, inferiores aos valores praticados pelo mercado, ou que a contratação direta mediante a adesão representa uma solução mais rápida e eficiente, especialmente em situações de urgência.

5.3.8. Adicionalmente, para salvaguardar o interesse primário dos órgãos participantes originais e a capacidade de fornecimento do Detentor da Ata, o Edital deverá incorporar as regras de controle quantitativo previstas na legislação, assegurando que: a) as aquisições ou contratações adicionais de cada órgão ou entidade não participante não poderão exceder 50% dos quantitativos registrados para o órgão gerenciador e os participantes; e b) o quantitativo total decorrente de todas as adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata. Tais limites atuam como balizas de prudência administrativa, impedindo o desvirtuamento do Sistema de Registro de Preços em detrimento das necessidades das entidades que efetivamente participaram do planejamento da licitação, garantindo a sustentabilidade do fornecimento ao longo da vigência da Ata.

5.3.9. A exclusão da possibilidade de adesão por órgãos federais, quando a Ata é gerenciada por ente municipal ou consórcio (como o CIDASG), na forma do §8º do art. 86 da Lei n. 14.133/2021 como mera observância a regulamentação federal específica sobre o tema, que restringe a atuação do carona federal em Atas não gerenciadas pela União.
5.3.10Contudo, essa ressalva factual não interfere na ampla permissão de adesão recíproca entre estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, que é o principal objetivo da presente cláusula, fomentando, em última análise, o uso racional e eficiente de recursos públicos no país.
5.4. Para a o fornecimento de bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A presente aquisição justifica-se pela substituição de veículos que se tornaram antieconômicos e sucateados, em razão dos custos crescentes de manutenções corretivas e consumo de combustíveis, bem como pela expiração do período de garantia.

5.6- DA JUSTIFICATIVA PARA A EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

5.6.1. A exigência de garantia de proposta, impondo aos licitantes o recolhimento do valor correspondente ao valor total estimado para o item de participação como requisito de pré-habilitação, constitui uma medida de gestão de risco e de filtragem da seriedade das propostas, absolutamente necessária à segurança e à eficiência de um certame que envolve a contratação de bens de alta complexidade e elevado valor global. Esta exigência encontra amparo legal no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, que faculta à Administração, em caráter excepcionalíssimo e mediante justificativa, a exigir a prestação de garantia de proposta.
5.6.2. A decisão de exigir a garantia de proposta, a 1% (um por cento) sobre o valor do contrato neste caso, transcende a mera prerrogativa legal, configurando-se em um imperativo prudencial e de segurança jurídica. 5.6.3. O objeto licitado, qual seja, *Veículos Especiais Novos e Transformados*, conforme já amplamente delineado no contexto fático do processo (ETP e Termo de Referência), demanda um alto custo de preparação para as licitantes, incluindo a elaboração de projetos técnicos especializados de transformação veicular (com ART/CREA), a obtenção de laudos de conformidade (sanitários, térmicos, de segurança) e a comprovação de certificações específicas (CAT, CCT, PROCONVE/Fase 8), configurando um investimento considerável em documentação técnica e mobilização inicial.
5.6.4. Diante do valor robusto da contratação e da natureza crítica dos bens, que são vitais para a implementação de políticas públicas de saúde e assistência nos municípios consorciados, a desistência ou o abandono do certame pelo licitante classificado em primeiro lugar, ou a sua recusa em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato dela decorrente, geraria um prejuízo incalculável à Administração.
5.6.5. Não se trata apenas do custo administrativo para a convocação dos remanescentes ou a realização de nova licitação, mas sim do grave comprometimento da prestação de serviços públicos essenciais, resultando em um atraso substancial na entrega de ambulâncias e unidades móveis de saúde que impactam diretamente a vida da população. A garantia de proposta, neste panorama, atua como um sério desincentivo à participação de licitantes aventureiros ou de má-fé, que poderiam apresentar propostas inexequíveis ou sem intenção real de contratação.
5.6.6. A justificação para a garantia de proposta é ainda mais intrinsecamente ligada à peculiaridade do rito processual adotado neste Pregão, conforme previsto no item 8.1 do Edital.
5.6.7 Neste contexto, a garantia de proposta exerce uma função complementar ao filtro da habilitação prévia. Enquanto a habilitação técnica e econômico-financeira atesta a capacidade

potencial do licitante, a garantia de proposta atesta a sua *seriedade e compromisso* contratual. Exigir o recolhimento deste montante antes mesmo da fase competitiva e da assinatura da Ata de Registro de Preços assegura, desde o início, que o licitante está disposto a arcar com as consequências de sua eventual inação ou recusa injustificada, fortalecendo a segurança jurídica e a lisura do processo licitatório.

5.6.8.O percentual estabelecido de 1% (um por cento) do valor total estimado para o item de participação se mostra razoável e proporcional à complexidade e ao valor global do certame. Este percentual está muito aquém do limite máximo de 5% permitido pelo art. 58, § 2º, I, da Lei nº 14.133/2021, evitando onerosidade excessiva que pudesse restringir indevidamente a competitividade, mas sendo suficiente para dissuadir propostas sem respaldo ou compromisso.

5.6.9.A exigência da garantia de proposta (item 8.21 do Edital) assegura que, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual dela decorrente, a Administração Pública poderá executar o valor integral da garantia.

5.6.10. Esta execução destina-se a ressarcir o Consórcio CIDASG pelas despesas administrativas e temporais incorridas com a licitação, repondo parcialmente os custos gerados pela necessidade de retomar os atos licitatórios, cumprindo a função indenizatória da garantia.

5.6.11. A aceitação expressa das modalidades de garantia previstas na lei (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária) oferece flexibilidade ao licitante, mas mantém a rigorosa obrigação de manutenção da validade da proposta, conforme a vigilância mínima de 90 (noventa) dias especificada no Edital, resguardando o CIDASG durante as etapas de processamento e homologação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da Contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. O veículo deverá ser novo, 0 km (zero quilometro) e deverá estar de acordo com aquele adjudicado e especificado na Proposta de preço e termo de referência.

7.2. A empresa considerada vencedora do certame terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, ou de acordo com a ordem de fornecimwento, para a entrega do bem licitado, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Município requisitante.

7.3. A entrega do bem deverá ser efetuada pela empresa vencedora do certame no endereço mencionado na autorização de fornecimento (pelo município requisitante).

7.4. O Licitante vencedor deverá cumprir o Termo de Referência e emitir nota fiscal.

7.5. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do veículo e seus equipamentos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta;

7.6. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas, sem qualquer ônus para os municípios consorciados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, o veículo que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação;

7.7. A nota fiscal/fatura eletrônica, sem qualquer rasura, deve ser emitida pelo licitante vencedor do certame, em nome da Prefeitura Municipal requisitante, e deverá, obrigatoriamente, constar o nº da Autorização de Fornecimento.
7.8. O recebimento não exclui a responsabilidade do Licitante vencedor pelo perfeito desempenho do bem fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua efetiva utilização dentro do prazo de garantia.
7.9. No ato da entrega do veículo, todos os impostos, taxas, multas e seguro obrigatório, entre outros, deverão estar devidamente quitados, para que o veículo esteja livre e desembaraçado de qualquer ônus para a sua transferência.
7.10. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Prefeitura, encarregada de acompanhar a entrega do veículo, prestando esclarecimentos solicitados;
7.11. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº. 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.
7.12. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
7.13. É de total responsabilidade da licitante todas as despesas com a entrega do veículo no local indicado, como taxas, encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas administrativas incidentes no preço apresentado na licitação.

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA

8.1 A Garantia mínima deverá observar os descritivos dispostos em cada item, destacado para individualmente para cada objeto nas especificações.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, indicados no documento de formalização de demanda.
9.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
9.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
9.5 A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
9. 6 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.7 A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
9.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
9.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e o credenciado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de e-mail para este fim.
9.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
9.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa quanto a regularidade fiscal e trabalhista.
9.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10- CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO.

10.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.2 - O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, a partir da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 10.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.
10.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelos serviços e pela perfeita execução do contrato
10.7. O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo e seus anexos;
11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
12.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
12.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
12.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
12.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
12.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma Eletrônica, mediante sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

13.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça.
13.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
13.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
13.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
13.6 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
13.6.1 Habilitação Jurídica: (Conforme Edital).
13.6.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista: (Conforme Edital).
13.6.3. Qualificação Econômica – Financeira: (Conforme Edital):
13.6.4 Habilitações Técnicas: (Conforme o descritivo constante em cada item da planilha deste TR e de acordo com Edital).

14- DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, cujo levantamento orçamentário (planilha) é também parte integrante do presente ETP e do Termo de Referência com base nas especificações apresentadas no item 4, supra.

14.2. Foram levados em consideração certames realizados do objeto, disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como levantamentos orçamentários de fornecedores de veículos conforme especificações técnicas apresentadas neste documento.

14.3. Considerando que a precificação se encontra ainda na fase de planejamento, os custos estimados deverão ser aprovados por cada Município Consorciado, sob pena de haver arquivado o presente relatório de viabilidade.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	M UNT	M TOTAL
1	**VAN / FURGÃO PARA TRANSPORTE DE 15+1 PASSAGEIROS** (VEÍCULO TIPO VAN / FURGÃO 15+1 PASSAGEIROS)	25	R$ 432.500,00	R$ 10.812.500,00

2	**VAN / FURGÃO PARA TRANSPORTE DE 15+1 PASSAGEIROS COM ACESSIBILIDADE:** (VEÍCULO TIPO VAN / FURGÃO 15+1 PASSAGEIROS COM DPM)	30	R$ 462.250,00	R$ 13.867.500,00
3	**Veículo tipo Furgoneta – Adaptado para Ambulância Simples Remoção 0 km:** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 6M³)	28	R$ 358.333,33	R$ 10.033.333,33
4	**(VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO D (ADULTO/NEONATAL), COMPLETA COM EQUIPAMENTOS)** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA UTI COM EQUIPAMENTOS 14M³)	19	R$ 650.333,33	R$ 12.356.333,33
5	**VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO B – SEM EQUIPAMENTOS** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA UTI SEM EQUIPAMENTOS 14M³)	19	R$ 511.000,00	R$ 9.709.000,00
6	***VEÍCULO TIPO PICKUP 4X2 - PEQUENO PORTE -ADAPTADA PARA AMBULÂNCIA TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO.***	34	R$ 173.666,67	R$ 5.904.666,67

	(VEÍCULO TIPO FURGONETA TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO)			
7	**UNIDADE MÓVEL VETERINÁRIA (CASTRAMÓVEL) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, 0KM, TIPO FURGÃO. ANO/MODELO MÍNIMOS 2025/2026** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA UNIDADE MÓVEL VETERINÁRIA (CASTRAMÓVEL)	12	R$ 683.333,33	R$ 8.200.000,00
8	***UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL: VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, 0 KM, TIPO FURGÃO, ANO/MODELO MÍNIMOS 2025/2026*** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA UNIDADE MÓVEL ODONTOLÓGICA)	12	R$ 694.333,33	R$ 8.332.000,00
9	***VEÍCULO TIPO MINIVAN 7 LUGARES.*** (VEÍCULO TIPO MINIVAN 7 LUGARES)	36	R$ 165.750,00	R$ 5.967.000,00
10	**Veículo tipo Pickup – 4x4 – Zero KM- Cabine Dupla.** (VEÍCULO TIPO PICKUP CABINE DUPLA -4X4)	26	R$ 398.250,00	R$ 10.354.500,00
11	**Veículo tipo sedan – novo- zero km.** (VEÍCULO TIPO SEDAN)	30	R$ 186.666,67	R$ 5.600.000,00
12	**VEICULO DE PASSEIO TIPO HATCH:** (VEÍCULO TIPO HATCH)	49	R$ 109.622,50	R$ 5.371.502,50

VALOR GLOBAL				**106.508.335,83**

14.4. O valor global estimado da contratação, conforme média a partir de levantamento orçamentário, será R$ 106.508.335,83 (cento e seis milhões quinhentos e oito mil trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos).

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Nos termos do disposto no art. 17 do Decreto Federal n. 11.462, de 31 de março de 2023: "A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil."

São Pedro do Suaçui/MG, 02 de Outubro de 2025.

Patrícia de Lima Monteiro Silva
Equipe técnica

JUSTIFICATIVA PARA OPTAR PELA COTAÇÃO DIRETA COM FORNECEDORES.

I – DA COTAÇÃO DIRETA COM FORNECEDORES

Conforme a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, especialmente o Art. 5º, inciso IV, escolheu-se o processo de cotação direta com fornecedores para estabelecer o preço estimado em processos licitatórios destinados à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEÍCULOS TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDASG, considerando a " MEDIA DE PREÇO". As razões para esta decisão são:

1. **Inexistência de Ata de Registro de Preços na Região**: Não se encontrou uma Ata de Registro de Preços na região que atendesse plenamente às necessidades do Consórcio no momento da elaboração dos documentos pertinentes.
2. **Capacidade Logística dos Fornecedores**: A capacidade logística dos fornecedores é vital para a eficiência do fornecimento dos produtos no Consórcio. A cotação direta permite uma avaliação mais minuciosa destas capacidades.
3. **Flexibilidade e Natureza da entrega**: A flexibilidade para estender a contratação e a natureza da entrega parcial dos produtos, que serão solicitados de acordo com a demanda. A cotação direta possibilita uma melhor adequação às demandas que são especificas do Consórcio.
4. **Agilidade na Contratação**: A cotação direta permite uma resposta mais rápida às necessidades do fornecimento.
5. **Conhecimento do Mercado Local/Regional**: Permite conhecer os preços locais e regionais, garantindo a participação equitativa.
6. **Condições de Entrega**: O Termo de Referência ressalta condições do fornecimento e da entrega que são essenciais para a contratação bem-sucedida.
7. **Inexistência de banco de preços**: Não foi possível identificar em bancos de preços governamentais preços em que demonstrem similaridade do objeto o qual pretendemos contratar, isso inclui detalhamento do objeto, local da execução do objeto, prazo de entrega, unidade de medida, entre outros fatores.
8. **Condições da execução:** Certas condições de fornecimento que são peculiares para o sucesso da contratação, por se tratar da peculiaridade do produto.

Diante do exposto, conclui-se que a cotação direta com fornecedores é a metodologia mais adequada para a determinação do preço estimado para a

referida contratação, em razão da inadequação das pesquisas de preços em bancos de preços. Essa metodologia permite obter preços atualizados, confiáveis e mais precisos, além de agilizar o processo de contratação.

São Pedro do Suaçuí/MG, 03 de Outubro de 2025.

Islaê Alves de Oliveira Pires

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Exmo Sr.

Euzébio Teixeira de Souza, Presidente

Solicito de V.Exa. Autorização para dar prosseguimento na **abertura do pregão eletrônico nº 004/2025, sob o Processo Administrativo e Licitação nº 013/2025, nos termos**, da Lei 14.133/2021, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEÍCULOS TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDASG.

São Pedro do Suaçuí/MG, 09 de Outubro de 2025.

Islaê Alves de Oliveira Pires
Agente de contratação

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEÍCULOS TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDASG.

Considerando a solicitação apresentada pela Agente de Contratação referente a aquisição e a necessidade de cumprir com os preceitos estabelecidos na legislação pertinente;

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e eventuais alterações posteriores, determino que seja conduzido o procedimento cabível com o objetivo de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEÍCULOS TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDASG.

Por oportuno, e considerando que já foi verificada a Disponibilidade Orçamentária e Provisão Financeira, determino que o presente documento seja encaminhado ao Agente de Contratação, devidamente nomeado, para que seja autuado, enumerado e dado prosseguimento, mantendo sempre a conformidade com as normas legais vigentes.

Dado e passado nesta data, reitero meu compromisso com a integridade e transparência deste procedimento, confiando que todas as ações sejam realizadas com a máxima eficiência e probidade.

São Pedro do Suaçuí/MG, 10 de Outubro 2025.

Euzébio Teixeira de Souza

Presidente

AUTUAÇÃO

Aos 13 (Treze) dias do mês de Outubro do ano de 2025, no Consórcio CIDASG; eu, Islaê Alves de Oliveira Pires, Agente de Contratação, legalmente designado(a) pela Portaria Nº 023/2025, **AUTUO** os documentos de licitação que adiante seguem. E para constar, firmo esta autuação.

LICITAÇÃO:
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

OBJETO:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEÍCULOS TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDASG.

São Pedro do Suaçuí/MG, 13 de Outubro de 2025.

Islaê Alves de Oliveira Pires
Agente de Contratação

PORTARIA Nº. 23/ 2025

"Nomeia agente de contratação, pregoeiro, designa comissão de contratação e equipe de apoio no âmbito CIDASG - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande".

O Presidente do CIDASG, do Município de São Pedro do Suaçuí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º LX, da Lei 14.133/2021, tendo em vista ainda o disposto no art. 8º e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, bem como da Portaria nº 2534/2025 de seção de servidor do Município de São Pedro do Suaçuí/MG.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada para o exercício simultâneo das funções de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRA, do *CIDASG - Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande, a* servidora Islae Alves de Oliveira Pires CPF:561.785.146-20, afim de conduzir os atos dos processos licitatórios derivados da lei 14.133/2021.

§ 1º. A coordenação e de distribuição dos trabalhos entre os designados, inclusive substituições ou atuações recíprocas, ocorrerá mediante ajuste entre os mesmos, de maneira a preservar a equidade e a competência dos demais agentes de contratação indicados nesta portaria.

§ 2º. A servidora atuará nas licitações na modalidade pregão, sendo o agente responsável pela condução do certame é designado Pregoeiro.

Art. 2º. Os trabalhos deverão ser executados conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e subsidiariamente a portaria nº 23/2025.

§ 1º. As atribuições do Pregoeiro consiste na condução de processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico e presencial, coordenar o pregão em todas as suas etapas, abrir as propostas iniciais, iniciar a disputa da fase competitiva, suspender o pregão temporariamente e reiniciá-lo, decidir a respeito de eventuais impugnações ao edital de licitação, imprevistos ou questões apresentadas durante o certame, receber recursos e adjudicar o objeto da licitação ao vencedor.

§ 2º. As atribuições do agente de contratação constitui na tomada de decisões, acompanhamento do tramite da licitação listados no art. 28 da lei nº 14.133/2021 e nos processos de

Dispensa e/ou Contratações Direta, dar impulso ao procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

Art. 3º. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO formada por três membros designados nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, com atuação restrita às licitações que envolvam bens ou serviços especiais fica assim composta:

I - Presidente: Islaê Alves de Oliveira Pires, detentora do cargo / função de secretaria executiva do CIDASG.

II - Vice-Presidente: Andrea Gonçalves Pereira, detentora do cargo / função de Chefe do Departamento Financeiro;

III - Membro: Patrícia de Lima Monteiro Silva, detentora do cargo / função de Agente de Fiscalização.

§ 1º. O vice-Presidente substituirá o presidente, assim como o membro substituirá o vice-presidente nas respectivas faltas ou impedimentos, circunstância que demandará a atuação o suplente.

§ 2º. Atuará como suplente ou substituto do(a) membro da comissão de contratação o(a) servidor(a) Andrea Gonçalves Pereira, detentora do cargo de Chefe do Departamento Financeiro;

Art. 4º. A EQUIPE DE APOIO destinada a auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições, formada por três membros, fica assim composta:

I - Islaê Alves de Oliveira Pires, detentor(a) do cargo / função de secretaria executiva;

II - Andrea Gonçalves Pereira, detentora do cargo / função de Chefe do Departamento Financeiro;

III - Patrícia de Lima Monteiro Silva, detentora do cargo / função de Agente de Fiscalização.

Art. 5º. Será admitida a contratação de serviço de assessoria e consultoria por empresa ou profissional especializado visando subsidiar a atuação dos agentes designados por esta Portaria e dos próprios órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do ente contratante.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

São Pedro do Suaçuí/MG, 26 DE MAIO DE 2025.

EUZEBIO TEIXEIRA DE SOUZA:08566452658

EUZÉBIO TEIXEIRA DE SOUZA
Presidente do CIDASG

SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO

Exmo Sr.

Procurador Municipal

Solicito do Procurador Jurídico, parecer jurídico no que se diz respeito à necessidade de abertura de processo licitatório ou não, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEÍCULOS TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDASG.

São Pedro do Suaçuí/MG, 14 de Outubro de 2025.

Islaê Alves de Oliveira Pires
Agente de contratação

PARECER JURÍDICO COM FULCRO NA LEI FEDERAL DE N° 14.133/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 004/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS NOVOS, TRANSFORMADOS, ZERO QUILÔMETROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES VOLTADAS ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUI GRANDE – CIDASG, de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, no Termo de Referência e demais disposições previstas no Edital.

Origem: Agente de contratação, e comissão de contratação;

Assunto: Exame prévio do edital de licitação e minuta contratual para efeitos de cumprimento do art. 53 da nova lei de licitações, (lei federal 14.133/2021). CONSTATAÇÃO DE REGULARIDADE. APROVAÇÃO.

Exmo., Agente de contratação

Acuso o recebimento à esta Assessoria Jurídica, pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira e comissão de contratação relativo ao Processo licitatório nº 013/2025, Pregão SRP nº 004/2025 que trata do registro de preços, na forma de licitação compartilhada, para futura e eventual aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçui Grande – CIDASG, de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, no Termo de Referência e demais disposições previstas no Edital.

Consulta-nos sobre a legalidade do instituto adotado para o processo em questão, (PREGÃO SRP), e solicita aprovação jurídica da minuta do edital para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 53 da nova Lei das Licitações.

1- RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a este órgão consultivo, para análise da regularidade jurídica do procedimento e da minuta de Edital de Pregão Eletrônico, processado sob o Sistema de Registro de Preços, que tem por objeto a aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados - CIDASG, de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, no Termo de Referência e demais disposições previstas no Edital, no valor estimado de R$ 106.508.335,83 (cento e seis mil quinhentos e oito reais trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos), conforme especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

O parecer jurídico será instruído com os seguintes documentos, pertinentes para a análise:

1. documento de formalização de demandas;
2. autorização da autoridade administrativa;
3. estudo técnico preliminar;
4. mapa de riscos;
5. pesquisa de preços;
6. termo de referência;
7. divulgação de intenção de registro de preços;
8. ato de designação do pregoeiro e equipe de apoio;
9. indicação da disponibilidade orçamentária;
10. minuta de edital com anexos;
11. lista de verificação da regularidade processual;
12. certificado de adoção das minutas padronizadas.

Visando a economia processual, os documentos não mencionados acima serão devidamente referenciados ao longo do parecer.

É o relatório.

2- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1 DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica, solicitada pelo Setor de Licitações do Consórcio, tem como objetivo analisar os trâmites e documentos relacionados ao procedimento licitatório em epígrafe.

Trata-se de um ato ínsito à fase preparatória da licitação, cujo fundamento está previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
>
> § 1° Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I – apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
>
> II – redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;
>
> 3° Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.
>
> 4° Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.
>
> 5° É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, trata-se de controle prévio de legalidade dos atos administrativos a serem praticados, de modo a apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, visando salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Diante do caráter não vinculativo do parecer jurídico proferido previamente na fase interna do certame, aplica-se a Boa Prática Consultiva n° 5, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, que indica a desnecessidade de o processo de contratação retornar ao órgão de assessoramento jurídico para que seja verificado o cumprimento das recomendações consignadas.

Ademais, vale ressaltar que o parecer jurídico terá como base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data no requerimento anexo, que serão considerados como verossímeis, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

Ainda, à luz do que dispõem a Constituição Federal e demais legislação pertinente ao caso, o exame aqui empreendido se restringe ao prisma estritamente jurídico intrínseco ao procedimento, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito do requerente, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa envolvidas no objeto/serviço solicitado pelo órgão demandante.

Por fim, importante repisar que diante da exclusão da análise técnica, ainda que sobre estes realize eventualmente sugestões de atuação, se adotará a premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis, sendo de responsabilidade exclusiva da Administração.

2.2 DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

O Pregão consiste em modalidade licitatória obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, consoante o disposto no art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Ainda, à luz do art. 6º, XIII, da referida lei, bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Da análise da documentação correlata ao processo licitatório, verifica-se que os bens e serviços a serem adquiridos e contratados foram qualificados como comuns, uma vez tratarem-se de objetos usualmente identificados no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade foram definidos de forma objetiva no instrumento convocatório, nos moldes do disposto no Termo de Referência.

Assim, no caso em epígrafe, constata-se que o objeto a ser licitado enquadra-se na modalidade pregão, nos termos do art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conforme dispõe o art. 6º, XLV, da Lei nº 14.133/2021, o sistema de registro de preços consiste em um conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades: pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, foi promulgado o Decreto nº 48.779, de 23 de fevereiro de 2024, que regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, dispondo que o instrumento auxiliar

poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial os casos abaixo elencados:

> Art. 3º – O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:
>
> I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
>
> II – **quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa**;
>
> III – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
>
> IV – para atender a execução descentralizada de programa ou projeto estadual, por meio de compra estadual; ou
>
> V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso em apreço, verifica-se que o Consórcio indicou, no termo de referência que o Sistema de Registro de Preços foi adotado sob o fundamento de que se adequava melhor ao caso, enquadrando a contratação na hipótese do art. 3º, *caput*, inciso II do Decreto nº 48.779/2024.

Assim, com amparo nas disposições legais, considera-se cabível a adoção do Sistema de Registro de Preços.

2.4 DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Conforme dispõe o art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto nº 48.779/2024, a adoção do Sistema de Registro de Preços pressupõe, como regra geral, a divulgação da intenção de registro de preços perante possíveis órgãos participantes.

Será, todavia, dispensável essa divulgação quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante, conforme § 1º do art. 86 da Lei de Licitações.

Vale destacar que em se tratando de registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas hipóteses do art. 7º do Decreto nº 48.779/2024, (conforme termo de referência), é vedada a participação de outro órgão ou

entidade na ata de registro de preços, conforme art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 7º, § 1º, do Decreto nº 48.779/2024.

No caso em apreço, verifica-se que houve a referida divulgação da intenção de registro de preços, conforme disposições legais supra citadas.

2.5 PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Da recomendação para adoção do instrumento de padronização dos procedimentos de contratação (IPP)

Inicialmente, convém destacar que a Advocacia-Geral da União, em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, elaborou o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), que trata-se de referência técnico-jurídica para as contratações públicas em todos os órgãos e entidades do País.

Nesse sentido, sob o prisma da supremacia do interesse público e da eficiência administrativa nas contratações públicas, recomenda-se que o planejamento da contratação seja realizado em conformidade com as diretrizes constantes do referido instrumento[1].

Documentos necessários ao planejamento da contratação

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, dentre as demais fases do processo licitatório, a fase preparatória, que é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata inciso VII do *caput* do art. 12 do referido instrumento normativo e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, nos moldes do disposto no art. 18, *caput*, da lei de licitações.

O art. 18 acima citado prevê as seguintes providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, *in verbis*:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

[1] https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos.pdf. Publicado em 20 de junho de 2023.

> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo**, conforme o caso;
> III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;
> IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
> V - a elaboração do **edital de licitação**;
> VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
> VII - o **regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços** ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
> VIII - a **modalidade de licitação**, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, **considerado todo o ciclo de vida do objeto**;
> IX - **a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;**
> X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
> XI - a **motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei. (grifou-se)

Assim, o planejamento da contratação busca compreender o que fundamenta a requisição administrativa, a fim de suprir a necessidade do ente público.

A seguir, serão analisados alguns elementos essenciais para o planejamento da contratação:

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

O Estudo Técnico Preliminar da contratação deve constar, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação de modo a demonstrar o interesse público envolvido. Deverão estar presentes os seguintes elementos previstos no artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a

avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Convém destacar que o § 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 estabelece elementos obrigatórios que deverão constar dos estudos preliminares, vejamos:

> - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inc. I);
>
> - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inc. V);
>
> - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inc. VI);
>
> - justificativas para o parcelamento ou não da solução (inc. VII);
>
> - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (inc. XIII).

Ressalta-se, todavia, que eventual não previsão dos demais elementos dispostos no art. 18, § 1º, imputa à Administração apresentar as devidas justificativas.

No caso em apreço, verifica-se que o estudo técnico preliminar consta dos documentos colacionados aos autos, atendendo os requisitos legais.

Ademais, percebe-se que o referido documento contém, em geral, as exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

Gerenciamento de riscos

A princípio, ressalta-se que o gerenciamento de riscos se materializa pelo denominado "Mapa de Riscos", previsto no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, e deverá ser confeccionado no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, conforme orientação da AGU.

Quanto ao mapa de riscos, percebe-se que foi confeccionado no módulo de Gestão de Riscos, consoante o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, com indicação do risco, da probabilidade, do impacto, do responsável e das ações preventivas e de contingência, atendendo os requisitos legais.

Termo de Referência

O art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021, define o termo de referência como documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes elementos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> [...]
>
> XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
>
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
>
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
>
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
>
> d) requisitos da contratação;
>
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
>
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
>
> g) critérios de medição e de pagamento;
>
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
>
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
>
> j) adequação orçamentária;

Em se tratando de planejamento de compras, o art. 40, § 1º, do referido instrumento normativo, prevê, além dos elementos supracitados, as seguintes informações que deverão constar do termo de referência:

> Art. 40 O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6o desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

Vale destacar que o catálogo eletrônico de padronização previsto no inciso I supra diz respeito ao sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos e que estarão disponíveis para a licitação.

Assim, a especificação do produto que se deseja adquirir deve ser realizada nos moldes do catálogo eletrônico de padronização, caso contrário, a sua não utilização deve ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação, conforme disposto no art. 6º, LI, c/c art. 19, II, e § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, com amparo no art. 19, IV, da Lei nº 14.133/2021, recomenda-se a utilização do modelo de termo de referência disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, a fim de garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise.

Por fim, recomenda-se também que as alterações realizadas no modelo padronizado de termo de referência sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo, conforme previsto no art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

No caso vertente, o Termo de Referência elaborado pelo órgão assessorado contemplou, em geral, as exigências contidas nos normativos acima citados, bem como os moldes da minuta padronizada e disponibilizada pela Advocacia-Geral da União.

Para registro formal, destacamos que o valor estimado da contratação foi fixado com base nos preços máximos para cada item do termo de referência, em atenção ao disposto no art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Caso o Consórcio julgue necessário, poderá exigir amostras no termo de referências/edital.

O art. 17, § 3°, da Lei n° 14.133/2021 prevê que o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e provas de conceito, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Ressalta-se que tal exigência é medida excepcional e, portanto, deve ser justificada à luz do caso concreto.

Vale destacar que, tratando-se de sistema de registro de preços, é permitida a realização do certame com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas seguintes situações previstas no art. 7° do Decreto n° 48.779/2024:

> Art. 7° – É permitido realizar registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:
>
> I – quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou a entidade não tiver registro de demandas anteriores;
>
> II – no caso de alimento perecível;
>
> III – no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.
>
> § 1° – Nas situações referidas no caput, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ARP.
>
> § 2° – A vedação disposta no § 1° não se aplica às hipóteses de compras centralizadas e compras estaduais.

Assim, em se tratando de pregão eletrônico objetivando o registro de preços, com indicação limitada a unidades de contratação, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa, o que consta da documentação dos autos.

Necessidade da contratação e vedações às especificações restritivas

Em análise dos documentos arrolados aos autos, verifica-se que a necessidade da contratação foi devidamente justificada, tendo sido estimados os quantitativos a serem licitados, com a respectiva memória de cálculo.

Ademais, observa-se que a Lei n° 14.133/2021 prevê em seu art. 9° uma série de vedações ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, vejamos:

> Art. 9° É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

> I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
>
> a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
>
> b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
>
> c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
>
> II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
>
> III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Conforme exposto, nas especificações do objeto a ser licitado, são vedadas aquelas que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competitividade ou a sua realização.

Após análise do edital/termo de referência, constatamos que o gestor apresentou a devida justificativa para a necessidade da contratação, assim como as especificações adequadas ao atendimento das necessidades da Administração e do interesse público.

Parcelamento da contratação e regra geral da necessária adjudicação por itens

Tratando-se de planejamento de compras, o art. 40, V, da Lei nº 14.133/2021 prevê o atendimento de alguns princípios, dentre eles, o do parcelamento, quanto tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Quando da aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser consideradas três regramento dispostos no § 2º do art. 40 do referido instrumento normativo, vejamos:

> Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
>
> [...]
>
> § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:
>
> I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

> II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
>
> III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Conforme entendimento sumulado do Tribunal de Contas da União, havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é adjudicação por itens, vejamos:

> ***Súmula TCU nº 247:***
>
> ***É obrigatória a admissão da adjudicação por item*** *e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações,* ***cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala****, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (grifou-se)*

Por fim, cabe destacar que o parcelamento não será adotado nas seguintes hipóteses:

> § 3º O parcelamento não será adotado quando:
>
> I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
>
> II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
>
> III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Não configurada as hipóteses acima, a concentração do objeto deve ser justificada quando perfeitamente possível o parcelamento da contratação.

Dito isso, percebe-se que o parcelamento dos itens em lotes foi justificado e fundamentado nos documentos internos do processo.

Critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações

É certo que a nova Lei de Licitações ampliou o rol dos princípios a serem observados nas licitações e contratações públicas. Dentre eles, destaca-se o do desenvolvimento nacional sustentável, vejamos:

> Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o **desenvolvimento nacional sustentável**. (grifou-se)

Ademais, dentre os elementos constantes do estudo técnico preliminar, o art. 18, § 1°, XII, da Lei nº 14.133/2021 prevê a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Nesse sentido, as especificações do objeto devem conter critérios de sustentabilidade ambiental, devendo a Administração formular as exigências de forma a não frustrar a competitividade. Caso contrário, deverá apresentar justificativas para a aquisição de bens que eventualmente não se sujeitam aos critérios de sustentabilidade.

Assim, para a definição dos critérios e práticas de sustentabilidade, recomenda-se, para tanto, a consulta ao "Guia Nacional de Contratações Sustentáveis", disponibilizado pela Advocacia-Geral da União em seu sítio eletrônico.

No caso em apreço, verifica-se que o Consórcio incluiu como assim considerou no termo de referência/estudos preliminares/edital, critérios e práticas de sustentabilidade.

Do orçamento da contratação e da obrigatoriedade de elaboração de planilhas

No que se refere ao orçamento, o art. 6°, XXIII, alínea "i" e o art. 18, IV, e § 1°, VI, todos da Lei nº 14.133/2021, atribuem à Administração a elaboração de planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação.

Haja vista a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar o valor de mercado do objeto contratual deixará de ser examinada por este órgão jurídico, posto que sua atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade.

Considera-se prudente, contudo, ressaltar que a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com a IN SEGES/ME nº 65/2021. Em especial, deverão ser cumpridas as orientações abaixo:

- a pesquisa de preços deve contemplar bens cujas especificações guardam identidade com as daqueles efetivamente desejados, evitando a comparação entre bens que não sejam equivalentes;
- a pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo: identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; caracterização das fontes consultadas; série de preços coletados; método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte, justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta (art. 3°);
- na pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros, empregados de forma combinada ou não (art. 5°);
- quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, deverá ser observado o prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado e obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: descrição do objeto, valor unitário e total; número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; endereço físico e eletrônico e telefone de contato; data de emissão e nome completo e identificação do responsável, bem como registro nos autos da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação (art. 5°, § 2°);
- os preços pesquisados devem ser examinados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados, por meio de manifestação técnica fundamentada, cumprindo à Administração o discernimento sobre os efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais (art. 6°, §§ 3° e 4°);
- entre as fontes da pesquisa de preços, devem ser priorizadas a "composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente" e as "contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente", **em detrimento** da "pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo" (desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso), de "pesquisa direta" com fornecedores (desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital) e de "pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas (desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano

anterior à data de divulgação do edital), cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar, conforme art. 5°, § 1°;

- na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 4°);
- somente em casos excepcionais, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente (art. 6°, § 5°);
- justificar a metodologia empregada para a estimativa dos custos da contratação (art. 6°, §§ 1°, 2° e 3°); e
- o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço (art. 6°, §2).

Da documentação concernente aos autos, verifica-se que foram estimados os custos unitário e total da contratação, a partir dos dados coletados pelo Consórcio por meio de pesquisa de preços, com manifestação técnica conclusiva.

Designação formal da pregoeira e da equipe de apoio

Conforme o disposto no art. 8°, §§ 1° e 5°, da Lei 14.133/2021, o agente de contratação, responsável pela condução do certame, será auxiliado por equipe de apoio.

No caso de licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Assim, houve a designação da pregoeira e da equipe de apoio para a condução do presente certame.

Participação de ME, EPP e Cooperativas

O Decreto n° 8.538/2015 prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

Conforme disposto no art. 6° do referido decreto, os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório exclusivamente destinado à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$80.000,00 (oitenta mil reais).

A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, dispõe a forma de aferição do valor de R$80.000,00, como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

Adicionalmente, vale lembrar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU n. 47/2014, é obrigatória a participação exclusiva de ME e EPP na licitação quando os itens ou lotes/grupos tiverem valor igual ou inferior a R$80.000,00.

Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

> i) de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;
>
> ii) de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

Por força do art. 34 da Lei nº 11.488/2007, os tratamentos diferenciados previstos no presente tópico também se aplicam às cooperativas com receita bruta equivalente à das empresas de pequeno porte.

Por fim, os tratamentos diferenciados devem ser afastados quando incidir alguma das situações previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, o que requer a devida justificativa. Dispõe referido artigo:

> Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:
>
> I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
>
> II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
>
> III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou
>
> IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.
>
> Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

No caso, verifica-se que a estimativa do valor da contratação ultrapassa R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Foi acertada, portanto, a não exigência da participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame.

Da utilização de minutas padronizadas - Edital e contrato

De acordo com o art. 19, IV, e § 2º, c/c art. 25, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão instituir modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos.

Nesse sentido, recomenda-se a utilização das minutas disponibilizadas pela Advocacia-Geral da União como medida de eficiência e celeridade administrativa.

Ademais, cabe frisar que as alterações realizadas nos modelos devem ser destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo licitatório.

No caso em epígrafe, consta dos autos que foram seguidas as disposições de padronização de edital e contrato disponibilizadas pela Advocacia-Geral da União, tendo sido seguida padronização própria do órgão de assessoramento jurídico. Nestes termos, foi revisado e analisado as minutas do edital e contrato apresentada, tendo sido atendido os requisitos legais, não havendo óbice jurídicos.

Por fim, destaca-se que, respeitadas as especificidades de cada contratação, os requisitos e elementos a serem contemplados na minuta de edital estão previstos no art. 25, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, quais sejam: (i) objeto da licitação; (ii) regras relativas à convocação; (iii) julgamento das propostas; (iv) habilitação; (v) recursos, (vi) penalidades da licitação; (vii) fiscalização e gestão do contrato; (viii) entrega do objeto e (ix) condições de pagamento.

Neste sentido, tendo em vista que foi seguido as recomendações elencadas na legislação vigente, conforme lei 14.133/2021, não há ressalvas a se fazer, quando ao prosseguimento do certame licitatório.

Da publicação do edital e da lei de acesso à informação

No que diz respeito à publicidade, princípio basilar da Administração, o art. 54, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, prevê que a publicidade do edital será realizada mediante divulgação e

manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Vide art. 176 da lei 14.133/2021.

Ademais, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação, conforme § 1º do referido artigo.

Quanto à apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, o art. 55, I, alínea "a", da lei de licitações, determina o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.

Ademais, destaca-se que após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, nos termos do art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Vide art. 176 da lei 14.133/2021.

Por fim, de acordo com o art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, deverão ser disponibilizados os seguintes documentos e informações no sítio oficial do órgão licitante na internet:

a) cópia integral do edital com seus anexos;

b) resultado da licitação;

c) contratos firmados e notas de empenho emitidas.

3- CONCLUSÃO

Em face do exposto, manifesta-se esta ASSESSORIA JURÍDICA, pela **REGULARIDADE JURÍDICA** dos atos praticados, devendo ser norteado pelos princípios elencados no *caput* do art. 37, da Constituição Federal, e nos termos da Lei nº 14.133/2021 e seus regulamentos, o que o reveste de licitude, razão pela qual opina-se pela aprovação do Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2025, e demais atos e procedimentos adotados até o presente, encontrando-se o certame dentro dos parâmetros referidos na lei de licitações e seus regulamentos, ressalvado o juízo de mérito do Consórcio e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão.

Registre-se, que não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas. Eis o teor do BPC nº 05: "Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas".

Oportunamente recomendando-se que a comissão de contratação observe as disposições legais pertinentes às demais fases do processo licitatório, recomenda-se à publicação do edital, nos termos do §1° do art. 54, para que seja respeitado o princípio da publicidade e para que eventuais interessados em participar do processo licitatório possam ter acesso ao edital e seus anexos.

Portanto, não se verificam óbices jurídicos ao prosseguimento do processo licitatório, pelo que assim opina-se pelo prosseguimento do certame.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São Pedro do Suaçuí, 15 de Outubro de 2025.

EVERTON RENAN PEREIRA COELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL:41489647000106

Assinado de forma digital por EVERTON RENAN PEREIRA COELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL:41489647000106
Dados: 2025.10.15 08:57:30 -03'00'

Everton Renan Pereira Coelho
OAB/MG – 189.432
Assessoria Jurídica

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/ 2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R$ **106.508.335,83** (cento e seis milhões. quinhentos e oito mil trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS NOVOS, TRANSFORMADOS, ZERO QUILÔMETROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES VOLTADAS ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUI GRANDE – CIDASG.

De acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, no Termo de Referência e demais disposições previstas no Edital.

INTERESSADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

RECEBIMENTO DA PROPOSTAS: Até as **09:00** HORAS DO DIA 04/11/2025.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 04 DE NOVEMBRO DE 2025.

HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:00 HORAS.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br

ESCLARECIMENTOS: Diretamente pela plataforma de licitações –

www.licitardigital.com.br > edital Pregão Eletrônico 004/2025> esclarecimentos. Horário de funcionamento: 08h. às 11:00 e de 12:00 às 17:00.

E também na Sede do Consórcio CIDASG , na Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG, em horário normal de expediente, ou pelo telefone (33) 9 9733-5600.

E também, no site do Oficial do CIDASG – https://cidasg.com.br/licitacoes e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

São Pedro do Suaçuí – MG, 15 de Outubro de 2025.

EUZEBIO TEIXEIRA DE SOUZA:08566452658 Assinado de forma digital por EUZEBIO TEIXEIRA DE SOUZA:08566452658 Dados: 2025.10.17 12:13:46 -03'00'

Euzébio Teixeira de Souza

Presidente

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004//2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

PREÂMBULO

Pregão Eletrônico nº **004/2025**
Modalidade: **Registro de Preços na forma de licitação compartilhada**
Órgão Requisitante: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG.**
RECEBIMENTO DA PROPOSTAS: **Até as 09:00 HORAS**
DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: **04/11/2025**
HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **09:00 HORAS.**
REFERÊNCIA DE TEMPO: **Horário de Brasília.**
LOCAL DA SESSÃO: **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL –** www.licitardigital.com.br

Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.1. O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG**, por intermédio da Divisão de Compras e Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços na forma de licitação compartilhada, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), conforme especificado no ANEXO II, deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Licitação, integrada por: **Islaê Alves de Oliveira Pires, Andrea Gonçalves Pereira e Patrícia de Lima Monteiro Silva**, designados através da **Portaria nº. 023, de 26 de Maio de 2025**, anexado aos autos do procedimento e regido pelas Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site do CIDASG, através do endereço eletrônico www.cidasg.com.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br , no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e pelo e-mail licitacao@cidasg.com.br, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br , no site do Consórcio, através do endereço eletrônico www.cidasg.com.br e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

1.5 O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG** não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-

mail informado ou não visualize a alteração nos Sites supracitados consequentemente

desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

DO OBJETO

2.1. Constitui objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS NOVOS, TRANSFORMADOS, ZERO QUILÔMETROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES VOLTADAS ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUI GRANDE – CIDASG.**

2.2. De acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, no Termo de Referência e demais disposições previstas no Edital.

2.3. A Detentora da Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a vigência.

DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

3.1. O fornecimento do objeto/ prestação do serviço se dará nas condições previstas no Termo de Referência.

3.2. A empresa vencedora somente fornecerá o objeto ora licitado mediante solicitação através de Empenho ou Ordem de Fornecimento, emitida pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, no local indicado e no prazo indicado na ordem de serviços.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 A despesa referente ao objeto desta licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

São Pedro do Suaçui/MG, 15 de Outubro de 2025.

EUZEBIO TEIXEIRA DE SOUZA:08566452658 Assinado de forma digital por EUZEBIO TEIXEIRA DE SOUZA:08566452658 Dados: 2025.10.17 12:14:10 -03'00'

Euzébio Teixeira de Souza

Presidente

EDITAL

Pregão Eletrônico nº **004/2025**
Modalidade: **Registro de Preços na forma de licitação compartilhada**
Órgão Requisitante: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG.**
RECEBIMENTO DA PROPOSTAS: **Até as 09:00 HORAS DE 04/11/2025.**
DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: **04/11/2025.**
HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **09:00 HORAS.**
REFERÊNCIA DE TEMPO: **Horário de Brasília.**
LOCAL DA SESSÃO: **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL –** www.licitardigital.com.br

Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, devidamente inscrita no CNPJ nº 47.100.634/0001-80, com endereço constante no rodapé, doravante denominado de ÓRGÃO GERENCIADOR, através de sua comissão nomeada, usando das atribuições que lhe são conferidas, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos.

O presente processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas do CIDASG, nos termos do artigo 82 ao 86, da Lei Federal nº 14.133/2021, e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados ÓRGÃOS PARTICIPANTES que são:

Município	CNPJ
FREI LAGONEGRO	01.615.008/0001-25
JOSÉ RAYDAN	01.613.072/0001-77

JOSÉ DO JACURI	18.409.201/0001-02
SÃO PEDRO DO SUAÇUI	18.409.243/0001-43
COLUNA	18.307.397/0001-24
SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	18.409.177/0001-01
SABINÓPOLIS	18.307.454/0001-75
ÁGUA BOA	18.085.563/0001-95
PEÇANHA	18.409.227/0001-50
SANTA MARIA DO SUAÇUI	18.409.219/0001-04
CANTAGALO	01.617.441/0001-08
CAPELINHA	19.229.921/0001-59

DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste PREGÃO o **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS NOVOS, TRANSFORMADOS, ZERO QUILÔMETROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES VOLTADAS ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUI GRANDE – CIDASG, de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, no Termo de Referência e demais disposições previstas no Edital.**

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1 - Até **03 (dois) dias úteis** antes da data e horário fixados para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo À comissão decidir sobre a petição no prazo de **03(dois) dias úteis, limitado ao último dia útil e horário, anterior à data da abertura do certame**. nos termos do parágrafo único do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

2.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

2.4 Quando do acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, afetando a formulação das propostas, será designado nova data de abertura deste **PREGÃO.**

2.5 **Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail**.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo aos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. A prorrogação do prazo da ata de registro de preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

3.4. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. OS **ÓRGÃOS: GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE** não estarão obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revoga-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA.** Todavia, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6. Será autorizada à adesão da ata de registro de preços por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, Estadual, Distrital ou Municipal, bem como de consórcios públicos regularmente constituídos, ainda que não tenham participado do certame licitatório, desde que haja anuência prévia do órgão gerenciador, autorização legislativa e comprovação da vantagem da adesão.

3.7. Das Limitações e Observações:

3.8. A presente autorização não se aplica exclusivamente a órgãos federais e estaduais que, por força de regulamentação própria (Decreto Federal nº 7.892/2013, art. 22, §3º e outros atos reguladores), estejam impedidos de aderir a atas gerenciadas por entes Estaduais ou Municipais.

3.9. Entretanto, órgãos Estaduais, Distritais, Municipais e Consórcios Públicos poderão aderir reciprocamente entre si, sem qualquer impedimento legal, desde que observadas as condições acima descritas e os princípios da economicidade e da eficiência.

3.10. Da Transparência e Publicidade:

3.11. Toda adesão autorizada deverá ser formalmente registrada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos meios oficiais do órgão gerenciador, contendo:

3.12. identificação do órgão aderente;

3.13. número e objeto da ata;

3.14. quantidade e valor do objeto contratado;

3.15. justificativa de vantajosidade.

3.16. □ Nota Explicativa para Inserção no Edital

3.17. Este dispositivo em conformidade e nos limites direcionados na Consulta TCE/MG n. 1120126 tem por finalidade estimular a cooperação federativa e o uso racional de recursos públicos, permitindo que órgãos e entidades de qualquer esfera (inclusive consórcios) possam aderir às atas de registro de preços, mesmo não tendo participado da licitação original, desde que mantida a vantajosidade e a concordância do órgão gerenciador, conforme autoriza a Lei nº 14.133/2021.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste PREGÃO as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

4.1.1. Pessoa jurídica poderá participar desta licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - Para efeito de habilitação técnica econômico-financeiro, a empresa consorciada deverá apresentar na habilitação, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

IV – Fica impedida a empresa consorciada de participar, nesta mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V – A responsabilidade é solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

4.2. Não poderão participar do presente certame a empresa:

4.2.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

4.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.2.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o **CIDASG**, durante o prazo da sanção aplicada;

4.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8°, V, da Lei n.° 9.605/1998;

4.2.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.° 8.429/1992;

4.2.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9°, §1°, da Lei n.° 14.133/2021;

4.2.6.1. Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9° §1°, da Lei n.° 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

4.2.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.2.8. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.2.9. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

4.2.9.1. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei n° 11.101/2005, bem como dos demais requisitos exigidos no edital, se for o caso, relacionados à comprovação da capacidade econômico-financeira do proponente.

4.2.10. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.2.11. Empresas das quais participe, seja a que a título for servidor público municipal dos municípios que integram o **Consórcio CIDASG**,

4.2.12. Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico

seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

4.2.13. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que demonstrada a regularidade de sua constituição e funcionamento, e a observância de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais inerentes à disponibilização de mão de obra e a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.2.13.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.2.14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

4.4. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br.

4.5. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **Consórcio CIDASG**, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5. A participação no Pregão se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente

por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7. **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:**

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalhodegradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

( ) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.

( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) Responder as questões formuladas pelos licitantes, pedidos de esclarecimentos, impugnações relativas ao certame;

c) Abrir as propostas de preços;

d) Analisar a aceitabilidade das propostas;

e) Desclassificar as propostas indicando os motivos;

f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de **MENOR POR ITEM, na modalidade de disputa em ABERTO;**

g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) Declarar o vencedor;

i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência de recursos;

j) Elaborar a ata da sessão;

k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o Registro de Preços;

l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

DA ABERTURA DA SESSÃO

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, preferencialmente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o **MENOR PREÇO POR ITEM**, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.1.1. **No menor preço por item proposto** serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da **CONTRATADA** o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

8.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

8.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

8.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.14. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de contato junto a Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

8.15. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

8.16. O critério de julgamento das propostas **será o de menor preço por item**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

8.17. Da apresentação da garantia de proposta

8.17.1. Será exigida a comprovação do recolhimento a título de garantia de proposta nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei n. 14.133/2021, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado para o item de participação como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58, e seguintes da lei federal nº 14.133/2021.
8.17.2. O comprovante da garantia de proposta deverá ser anexado no momento do lançamento da proposta comercial de abertura do certame, em campo específico junto a plataforma de licitações licitar digital (www.licitardigital.com.br).
8.17.3. As garantias de propostas prestadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão conter vigência mínima de 90 (noventa) dias contados a partir da data designada para apresentação proposta comercial.
8.17.4. Caso haja prorrogação da data de apresentação proposta deverão as empresas participantes observar o prazo de vigência da garantia recolhida.
8.17.5. O vencimento da apólice de seguro-garantia e fiança bancária que dispense renovação implicará liberação automática e imediata da garantia prestada, dispensados atos de liberação por parte do CIDASG.

8.17.6. A recusa em assinar o ata de registro de preços ou a não apresentação dos documentos para a contratação implicarão na execução do valor integral da garantia de proposta.

DO PROCEDIMENTO

9.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica.

9.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.3. Após cumprido os procedimentos dispostos no item 9.1.1, a Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3.1. **Serão desclassificadas as propostas:**

a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) Que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

c) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;

d) Cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/cientificação exigida no Termo de Referência, quando exigido.

9.3.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR POR ITEM.**

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. **O intervalo mínimo entre lances será de R$ 1,00 (um real).** Não há prazo de tempo para envio entre um lance e outro. Podendo ser enviados lances imediatamente um após o outro. O sistema não descarta lance de forma automática, apenas o pregoeiro pode descartar lances.

9.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registro em primeiro lugar.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

9.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção de lances.

9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.18. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta. Caso essa não seja superior ao valor máximo para cada item estabelecido em edital.

9.19. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechado do modo de disputa aberto.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. §1°, do artigo 60 da Lei Federal n° 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos: a) a empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; b) empresas brasileiras; c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n° 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) **PREGOEIRO(A)** poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.22.2. O(A) **PREGOEIRO(A)** solicitará ao licitante melhor classificado que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.23. Após a negociação de preço, o(a) **PREGOEIRO(A)** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.24. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificadas.

9.25. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) **PREGOEIRO(A)** examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) **PREGOEIRO(A)** poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9.26. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a realização do Registro de Preços.Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de **Menor preço por item.**

9.39. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será(ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

9.30. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, nos termos previstos nos itens 12.1 a 12.12, deste Edital.

9.31. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

9.32. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

9.33. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

9.34. É facultado ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, **na ordem de classificação**, para fazê-lo em igual prazo, e preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** dos produtos ofertados. A não inserção de especificações dos produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

10.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

A) Quantidade/Valor unitário/Valor Total;

10.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Detentora.

10.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.

10.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, devendo ser observado o

desconto linear em todos os itens.

10.5. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo na **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL** – www.licitardigital.com.br, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

10.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte das detentoras pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Detentora ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da Ata de Registro de Preços.

10.8. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

10.9. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.10. Durante a fase de julgamento das propostas e lances, será assegurado o sigilo da identidade dos licitantes, como medida de preservação da isonomia entre os participantes.

10.11. Somente será classificada a proposta de menor preço que atenda todas as características exigidas no neste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

10.12. Não será aceita proposta que apresente menor preço simbólicos, irrisórios ou de valor zero, bem como aquelas que ultrapassarem o valor máximo estabelecido.

10.13. Será desclassificada a proposta que venha a ser considerada inexequível pela Comissão de Licitação, quando for razoável concluir que a proponente não seria capaz de fornecer o objeto desta licitação ao maior desconto de preço de sua oferta.

10.14. O(A) PREGOEIRO(A) e a Comissão de Apoio poderão em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedado a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

10.15. O(A) PREGOEIRO(A e a equipe de apoio poderão estabelecer prazo para definir a classificação final das propostas, suspendendo em consequência a reunião.

10.16. Serão publicados no Site Eletrônico do Consórcio CIDASG, na aba Diário Oficial, a ata da sessão, a adjudicação, a homologação e Ata de Registro de Preços; no Diário oficial da União, no Jornal de grande circulação local e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP os

extratos da adjudicação, da homologação e da Ata de Registro de Preços.

10.17. Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento (devidamente justificado e aceito pela Administração) as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer o objeto licitado, desde que o menor preço se encontre dentro dos praticados no mercado.

10.18. Caso os preços das licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão publicados no Diário Oficial do Consórcio CIDASG.

10.19. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do(a) **PREGOEIRO(A)** no sistema eletrônico e deverá:

10.19.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

10.20. A Empresa vencedora, deverá enviar para o(a) PREGOEIRO(A), a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária.

10.21. Na proposta final, deverá conter:

a) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

b) Especificação dos produtos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no termo de referência;

c) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

d) Os valores readequados.

10.22. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

DA HABILITAÇÃO

11.1. A documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade de realização do objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/21 será exigida do licitante classificado em primeiro lugar.

11.1.1. Os Documentos de Habilitação das Empresas deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

11.1.2. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

11.2 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1. Cópia da cédula de identidade e CPF do(s) sócio(s) ou de seus administradores, conforme o caso;
11.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual ou Inscrição de Microempreendedor Individual, conforme o caso;
11.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado ou, caso não esteja consolidado, apresentar o contrato social acompanhado de todas as alterações contratuais, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos relativos à eleição de seus administradores;
11.2.4. Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, emitida a no máximo trinta dias.
11.2.5. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
11.2.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

11.3.DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.3.1. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias e de terceiros (Prova de regularidade relativa à seguridade social);
11.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda do Estado ou do Distrito Federal, se for o caso, onde a Empresa tiver sede;

11.3.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, sede da Empresa participante e sede da obra;
11.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
11.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho ou comprovação de regularidade perante a Justiça através da Certidão Positiva com efeitos de

Negativa. A Certidão deve ser emitida em caráter Nacional.
11.3.7. Certidão Negativa Correcional (CGU-PJ, CEIS, CNPE E CEPIM) mantidos pela Controladoria Geral da União, de que não constam registros de penalidade vigentes relativas à Empresa.

11.4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.4.1. Os documentos relativos a qualificação técnica, estão parametrizado no Termo de Referência, devendo o licitante cumprir os requisitos legais exigidos, de acordo com a exigência de qualificação técnica exigida em cada item, que deseja participar do processo licitatório.

11.4.2. **Da Comprovação da Capacidade Técnica:**

Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar possuir aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante apresentação de, no mínimo, um (1) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de objeto de natureza semelhante ou equivalente ao ora licitado, observando-se os seguintes parâmetros:

O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante executou com desempenho satisfatório quantitativo mínimo equivalente a 30% (trinta por cento), por item do objeto ora licitado.

O percentual de 30% tem como finalidade assegurar a aptidão do licitante sem restringir indevidamente a competitividade.

O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da contratante, conter a identificação do signatário, CNPJ, descrição do objeto, local e período da execução, bem como estar devidamente assinado e datado.

De acordo com o Art. 67, §§1° e 2°, da Lei n° 14.133/2021 e a legislação vigente:

A Administração poderá exigir a comprovação de aptidão mediante atestados, limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo, sendo restrita ao necessário e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante.

TCU Acórdão n° 1.214/2013 – Plenário

É possível exigir percentual de execução anterior desde que tecnicamente justificado e proporcional ao risco contratual. Percentuais de até 30% são usualmente aceitos como razoáveis.

TCU Acórdão n° 1933/2015 – Plenário

A exigência de atestados técnicos deve guardar pertinência com as parcelas de maior relevância e não deve restringir a competitividade.

Considerando a natureza e complexidade do objeto licitado, bem como o interesse público em

assegurar a contratação de empresa com experiência comprovada, justifica-se a exigência de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de quantitativo mínimo de 30% do objeto licitado, entendendo-se esse percentual como adequado e proporcional ao risco contratual. A limitação às parcelas de maior relevância e valor significativo atende ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, garantindo equilíbrio entre a segurança na execução contratual e a ampla competitividade.

11.7. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA DAS EMPRESAS:

11.7.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.7.1.1 Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

11.7.1.2 As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

11.7.1.3 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em Jornal; ou

c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

11.7.1.4 Os documentos relativos ao subitem 11.7.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

11.7.1.5 A capacidade financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

ILG =Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo /
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
= ou > 1,00
Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:
Ativo Circulante/Passivo Circulante
= ou > 1,00.
Passivo Circulante Grau de endividamento (GE) expressado da forma seguinte:

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo/Ativo Total
= ou < 1,00

11.7.1.6 Para fins de avaliação da capacidade financeira, o Licitante deverá apresentar, juntamente com a documentação prevista no item 11.7.1, memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no C.R.C.

11.7.1.7 Será exigido que seja apresentado o memorial dos cálculos realizados e assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador, inclusive com a indicação do CRC.

11.7.2 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.8.1. Havendo alguma restrição à comprovação de regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do Consórcio CIDASG, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

11.8.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4°, caput, da Lei Federal n° 14.133/2021.

11.9. As certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo de validade serão aceitas com até 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

11.10. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

11.11. Todas as empresas licitantes, no ato de cadastrar a proposta do Pregão na plataforma de licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), deverão anexar em local apropriado toda a documentação de habilitação de forma digital.

DOS RECURSOS

12.1. Após a declaração de habilitação e inabilitação, o Agente de Contratação informará via chat que está aberto o prazo para intenção de recurso quanto a decisão;

12.2. Decorrido o prazo de **05 (cinco) minutos**, será aberto campo de anexo para a inclusão das razões no prazo de **3 (três) dias úteis**, e após esse prazo, será aberto campo de anexo para inclusão das contrarrazões no mesmo prazo, dos recursos contra habilitação/inabilitação que tenham sidos aceitos pelo juízo de admissibilidade.

12.3. As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no Diário Oficial do **Consórsio CIDASG** que disporá a data da sessão de continuidade do certame com o julgamento das propostas.

12.4. Após a declaração de vencedor, ou seja, após a etapa de lances e julgamento da proposta vencedora, será concedido o prazo de **(05) cinco minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.5. Havendo quem se manifeste em qualquer das fases recursais, caberá ao Agente de contratação/Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, juízo de admissibilidade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.6. Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.7. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.8. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo- lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9. Decorrido o prazo de razões e contrarrazões, será publicada a decisão no Diário Oficial do **Consórsio CIDASG.** Na decisão poderá ser informada a data de sessão de continuidade.

12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital, ou mediante envio de forma digitalizada, mediante solicitação.

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF ou da proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.4.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.4.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES

15.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante dele vencedora.

15.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

15.3. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de 1 (um) ano, contado da

data da apresentação da proposta comercial, após esse período sofrendo **reajuste pelo índice IGPM**, em caso de prorrogação da ata de registro de preços.

15.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando situação econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora Ata de Registro de Preços e a retribuição do **ÓRGÃO PARTICIPANTE** para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

15.5. A revisão de preços se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

15.6. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da prestação do serviço ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude ocorrência de fato excepcional.

15.7. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

15.8. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

15.9. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela empresa contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contatado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

15.10. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

15.11. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços.

15.12. Fica facultada ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

15.13. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do **Consórsio CIGASG.**

15.14. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá, quando autorizada à revisão de preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

15.15. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do produto por ventura entregue entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. As obrigações resultantes deste processo de Pregão Eletrônico, constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do Anexo V.

16.2. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da lei 14.133/2021, desde que os preços sejam vantajosos.**

16.3. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços será de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

16.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante. Podendo ser prorrogado esse prazo, a critério do **Consórcio CIDASG.**

16.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II- demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

16.6. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

16.7. Após a autorização, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

16.8. O prazo previsto no item 16.7 poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

16.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

16.10. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item;

I- as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II- o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.18. Será autorizada à adesão da ata de registro de preços por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, Estadual, Distrital ou Municipal, bem como de consórcios públicos regularmente constituídos, ainda que não tenham participado do certame licitatório, desde que haja anuência prévia do órgão gerenciador, autorização legislativa e comprovação da vantagem da adesão.

3.19. Das Limitações e Observações:

3.20. A presente autorização não se aplica exclusivamente a órgãos federais e estaduais que, por força de regulamentação própria (Decreto Federal nº 7.892/2013, art. 22, §3º e outros atos reguladores), estejam impedidos de aderir a atas gerenciadas por entes Estaduais ou Municipais.

3.21. Entretanto, órgãos Estaduais, Distritais, Municipais e Consórcios Públicos poderão aderir reciprocamente entre si, sem qualquer impedimento legal, desde que observadas as condições acima descritas e os princípios da economicidade e da eficiência.

3.22. Da Transparência e Publicidade:

3.23. Toda adesão autorizada deverá ser formalmente registrada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos meios oficiais do órgão gerenciador, contendo:

3.24. identificação do órgão aderente;

3.25. número e objeto da ata;

3.26. quantidade e valor do objeto contratado;

3.27. justificativa de vantajosidade.

3.28. Este dispositivo em conformidade e nos limites direcionados na Consulta TCE/MG n. 1120126 tem por finalidade estimular a cooperação federativa e o uso racional de recursos públicos, permitindo que órgãos e entidades de qualquer esfera (inclusive consórcios) possam aderir às atas de registro de preços, mesmo não tendo participado da licitação original, desde que

mantida a vantajosidade e a concordância do órgão gerenciador, conforme autoriza a Lei nº 14.133/2021.

DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

17.1. Firmar os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

17.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

17.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

17.4. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

17.5. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

17.6. Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

10.1. A Proponente Vencedora obriga-se a cumprir integralmente as disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços, do Termo de Referência, Contrato e dos demais documentos que integram o processo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e encargos decorrentes do fornecimento dos bens, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:
a) Manter preposto formalmente indicado e aceito pelo Consórcio CIDASG para representá-la durante o cumprimento das ordens de fornecimento, sempre que solicitado;
b) Substituir o preposto, quando recusado de forma motivada pela Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização;
c) Cumprir as instruções da fiscalização e prestar prontamente todos os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitados;
d) Fornecer os bens objeto deste contrato em perfeitas condições de uso, novos, sem uso anterior, acompanhados de toda a documentação exigida (manual, certificado de garantia, nota fiscal, laudos técnicos, documentos de registro veicular e demais exigências previstas no Termo de Referência);
e) Arcar com os custos e providências necessários para sanar eventuais falhas, defeitos ou desconformidades constatadas no ato da entrega ou durante o período de garantia legal ou contratual, responsabilizando-se pela substituição do item, se for o caso;
f) Responder por todos os danos materiais e morais causados à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento dos bens, independentemente da existência de fiscalização por parte do Consórcio;
g) Apresentar, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidos na contratação;
h) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

i) Observar as normas técnicas, ambientais, de segurança e de saúde aplicáveis aos bens fornecidos, inclusive aquelas estabelecidas pela ABNT, pelo CONTRAN, pela Anvisa, Inmetro e demais órgãos competentes, conforme aplicável;
j) Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer anormalidade relevante relacionada ao fornecimento dos bens;
k) Preservar o sigilo sobre todas as informações que tiver acesso em razão da execução contratual, quando classificadas como sigilosas nos termos da legislação vigente;
l) Cumprir integralmente as disposições técnicas, operacionais e administrativas previstas no Termo de Referência, bem como nas ordens de fornecimento emitidas pelo Consórcio CIDASG;
m) Assumir inteira responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de erro na formulação de sua proposta, exceto nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro previstos em lei (art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021);
n) Observar, quando aplicável, as normas legais referentes à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados ou aprendizes, comprovando o cumprimento se exigido.

DOS PAGAMENTOS

19.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

19.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.3. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**.

19.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

19.5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM= I x N x VP, onde: EM: Encargos Moratórios devidos; N: Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I: Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP: Valor da prestação em atraso.

DAS PENALIDADES

20.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da **CONTRATADA**;

d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

20.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 10 (dez) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

20.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

20.4. As aplicações das sanções de multas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista de até 20% (vinte por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

c) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da **CONTRATADA**;

20.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso de prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

20.7. As sanções previstas de advertência, as multas e a declaração de inidoneidade/impedimento para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com as outras multas, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

20.8. As multas previstas não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

20.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à **CONTRATADA** mediante requerimento expresso nesse sentido.

20.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

20.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

DAS PRERROGATIVAS DO CONSÓRCIO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

21.1. A Lei Federal nº. 14.133/2021, em relação aos contratos confere ao Contratante, as prerrogativas de:

a) Modifica-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
b) Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei Federal nº 14.133/2021;
c) Fiscalizar sua execução;
d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

21.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses elencadas nos artigos 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

22.1. O **ORGÃO PARTICIPANTE** indicará funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

22.2. O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE**, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

23. Poderá ser feita a subcontratação: "Sendo necessário a subcontratação da implementação /

customização, a licitante deverá comprovar vínculo através de contrato de prestação do serviço. Serão aceitos documentos técnicos com exemplo, atestados, certidões, declarações da subcontratada.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

24.1.1. **O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar amostras dos produtos/itens que compõem os lotes e também os respectivos laudos técnicos, em caso de previsão na especificação técnica.**

24.1.2. É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.2. O presente pregão poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses previstas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

24.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos, todas as condições de habilitação.

24.4. Com base nos artigos 12, inciso III, 59, inciso IV e 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, são facultadas ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio.

24.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

24.7. Caberá à **CONTRATADA**, sem prejuizo das demais obrigações e responsabilidades específicas insertas neste Termo de Referência e no Edital:

I – Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta licitação;

II – Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

III – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

IV – Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela **CONTRATANTE**;

V – Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;

VI – Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da **CONTRATANTE**, inclusive por danos causados a terceiros;

VII – Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;

VIII – Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – Atender integralmente às determinações/obrigações dispostas no Edital, neste Termo de Referência e em outras cláusulas contratuais decorrentes desta.

X – Nas contratações o prazo será estipulado de acordo ao previsto no artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.8. O(A) **PREGOEIRO(A)**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.9. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

24.10. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo **PREGOEIRO** de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

24.11. Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico http://www.licitardigital.com.br ou e-mail: licitacao@cidasg.com.br.

24.12. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

24.13. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

24.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início. e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.15. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2° c/c art. 64 da Lei Federal n° 14.133/21.

24.16. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal n° 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

24.17. O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

24.18. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.19. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

24.20. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 08:00h às 11:00h e das 12:00h às 17:00h ou pelo telefone (33) 9 9733-5600 e e-mail:licitacao@cidasg.com.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico http://www.licitardigital.com.br.

DOS ANEXOS

25.1. Constituem anexos deste Edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ;

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

São Pedro do Suaçui /MG, 14 de Outubro de 2025.

EUZEBIO TEIXEIRA DE SOUZA:08566452658

Assinado de forma digital por EUZEBIO TEIXEIRA DE SOUZA:08566452658
Dados: 2025.10.17 12:15:38 -03'00'

Euzébio Teixeira de Souza

Presidente do CIDASG

Documento assinado digitalmente
gov.br
ISLAE ALVES DE OLIVEIRA PIRES
Data: 17/10/2025 12:07:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Islaê Alves de Oliveira Pires

Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados - **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande - CIDASG**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente justificativa tem por finalidade respaldar a realização de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico com Registro de Preços**, visando à aquisição de ambulâncias e unidades móveis de saúde, conforme as necessidades dos **municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande – CIDASG**.

2.2 Acomplexidade e a abrangência da necessidade decorrem de múltiplos fatores. Primeiramente, muitos dos municípios integrantes do consórcio, caracterizados por serem de pequeno porte e localizados em áreas rurais ou com limitado desenvolvimento urbano, sofrem com a carência de infraestrutura viária, a escassez de especialidades médicas e a precarização dos meios de transporte existentes. O quadro é agravado pela obsolescência e pelo sucateamento das frotas municipais, demandando investimentos urgentes em veículos que não apenas atendam às necessidades imediatas, mas que também garantam a segurança, a eficiência e a sustentabilidade a longo prazo.

2.3 A aquisição de veículos novos, zero quilômetros, emerge como a solução mais adequada, economicamente vantajosa e tecnicamente viável para enfrentar tais desafios. Essa escolha não se limita à renovação da frota, mas representa um investimento em melhoria contínua dos serviços públicos, assegurando a mobilidade de pacientes que necessitam de transporte especializado (ambulâncias), o deslocamento de equipes para atendimento em áreas remotas (unidades móveis) e o suporte a atividades administrativas e correlatas da administração municipal. A decisão foi formalizada e aprovada em Assembleia Geral do CIDASG, após um levantamento criterioso das demandas apresentadas pelos municípios por meio de ofícios, demonstrando um processo de planejamento participativo e alinhado às reais necessidades locais.

2.4 A relevância socioeconômica e sanitária dessa contratação é inegável. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 196, consagra a saúde como direito fundamental e dever do Estado, e os desafios de mobilidade no interior do Brasil comprometem gravemente o acesso a esses serviços. O Observatório da Mobilidade SAE Brasil aponta que 50% da população brasileira reside em municípios com menos de 150

mil habitantes, onde a infraestrutura viária é deficiente e o transporte público, muitas vezes, é inexistente. Essa realidade impede o acesso a hospitais em centros urbanos maiores para pacientes que necessitam de tratamentos especializados, como hemodiálise, ou que possuem mobilidade reduzida. Portanto, aprimorar a capacidade logística e de transporte é uma medida que se alinha diretamente com a promoção da dignidade humana, a redução das desigualdades regionais e a efetivação de direitos sociais, conforme preconizado pela Carta Magna.

2.5 Considerando os desafios logísticos, estruturais e orçamentários enfrentados pelos municípios consorciados, é de suma importância a contratação de veículos apropriados para atendimento da população, das secretarias dos Municípios Consorciados Participantes e unidades de saúde que necessitam do deslocamento para execução de suas atividades administrativas e correlatas à Administração.

2.6 Nesse cenário, identificou-se a aquisição de veículos novos, zero quilômetros, como solução disponível no mercado mais adequada às necessidades dos municípios consorciados do **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande** , conforme deliberação e aprovação em Assembleia Geral, bem como pelo levantamento junto ao Municípios por ofício enviado pelo Consórcio com a intenção de registro de preços.

2.7 Assim sendo, a aquisição de ambulâncias modernas e unidades móveis especializadas (odontológicas, oftalmológicas, de vacinação, atendimento clínico, social e veterinárias) é fundamental. As ambulâncias são indispensáveis para o transporte de pacientes críticos, vítimas de acidentes, gestantes e indivíduos em tratamentos contínuos, garantindo tempos de resposta adequados e transporte seguro. As unidades móveis, por sua vez, permitem a descentralização de serviços, alcançando populações vulneráveis e promovendo a saúde bucal e visual infantil, a imunização, o atendimento clínico e social em comunidades afastadas, além do controle de zoonoses por meio de castração animal. Essas ações representam um impacto social significativo, fortalecendo as redes locais de saúde e assistência, e contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 4) da ONU, que preconizam saúde e bem-estar, e educação de qualidade.

2.8 A renovação da frota, com a aquisição de veículos novos e adaptados, é, ademais, uma medida de sustentabilidade econômica para a gestão pública. A frota antiga e sucateada gera custos elevados com manutenções corretivas e preventivas, além de maior consumo de combustível, tornando-se antieconômica. A aquisição de veículos zero quilômetros, com as devidas adaptações e garantias de fábrica, não só reduzirá esses custos operacionais, como também proporcionará maior eficiência na prestação dos serviços. Todo esse cenário evidencia a imperiosa necessidade e a robusta justificativa para a presente contratação, que será detalhada e fundamentada com base nos princípios da Administração Pública e na legislação aplicável.

2.9 A aquisição de veículo, a partir do cenário acima apresentado, em relação aos 12 (doze) municípios, para fins de gestão pública, controle orçamentário, garantia decorrente de se tratar de veículos novos, zero quilômetros, adaptações exigidas para atendimento de políticas públicas de educação, saúde, infraestrutura e segurança, apresenta-se como solução de melhor custo-benefício e eficiência para consecução do interesse público buscado pela Administração Pública.

3. DO DESCRITIVO

3.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com o objetivo de possibilitar economia de escala, conforme previsto no inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso V, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020.

3.2 O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçui Grande – CIDASG, em virtude de sua finalidade estatutária de promover o desenvolvimento socioambiental e econômico regional, em especial nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança, justifica a presente contratação, visto que a aquisição de veículos especiais e utilitários é fundamental para a execução de políticas públicas municipais.

3.3 Para tanto, o critério quantitativo foi definido a partir das demandas apresentadas pelos municípios consorciados, consolidadas pelo Consórcio, resultando na fixação de unidades por item, com possibilidade de atendimento a diferentes municípios participantes. Considerando que se trata de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com Registro de Preços, a quantidade estimada e o prazo de vigência da ata atenderão plenamente aos interesses dos municípios consorciados interessados em contratar.

ITEM	*DESCRIÇÃO*
1	**VAN / FURGÃO PARA TRANSPORTE DE 15+1 PASSAGEIROS** O veículo automotor deverá ser novo (zero quilômetro), ano/modelo 2025/2026; tipo van/furgão, na cor branca, com motor a diesel, adaptado para 16 lugares, sendo 15 para passageiros e 1 para motorista. A cilindrada mínima do motor seja de 2.000 cm³, com potência mínima de 170 cve torque de 40 Kgf.m. A transmissão seja manual, com pelo menos 6 marchas à frente e 1 marcha à ré, teto alto; tração traseira e freio a disco nas 4 rodas. O tanque de combustivel tenha capacidade mínima de 70 litros e o de Arla 32, 20 litros. O comprimento total seja de no mínimo 5.932 mm e o PBT (Peso Bruto Total) de 4.100 kg. A distância entre eixos seja de no mínimo 3.665 mm. O veículo conte com: airbag, direção hidráulica, Volante com Regulagem de Altura e profundidade; vidros elétricos dianteiros com trava, iluminação internae externa, rádio básico com alto-falante no salão, tapetes de borracha para cabine, protetor de cárter e câmbio, e seja equipado com quatro martelinhos de segurança nas laterais, com capa de proteção, quatro luzes vigia (duas amarelas e duas vermelhas) no teto e demais equipamentos obrigatórios.Os pneus utilizados devem ser conforme especificaçõesdo fabricante. Além disso, seránecessárioque os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do

mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante.Os bancos dos motoristas e passageiros deverão ser revestidos em courvin de alta qualidade ou tecido, mantendo o padrão das poltronas traseiras, com apoio de cabeça. Todos os bancos precisarão estar equipados com cintos de segurança, em conformidade com as normas da ABNT e do CONTRAN. Os bancos do salão terão de ser fixados integralmente por trilhos de alumínio extrusado, devidamente alinhados. O sistema de fixação dos bancos por trilhos de alumínio extrusado oferece maior segurança, promovendo a distribuição eficiente das forças de impacto em situações de frenagens bruscas ou colisões, garantindo a estabilidade dos bancos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CONTRAN 939/2022, que regulamenta a ancoragem de bancos em veículos de transporte coletivo. Este sistema deverá proporcionar flexibilidade no layout interno do veículo, permitindo a remoção e reorganização dos bancos conforme a demanda operacional, seja para o transporte de passageiros ou carga. O sistema de fixação deverá ser fabricado com alumínio extrusado 6061, tempera T6, e deverá atender às exigências normativas de segurança, sendo submetido a ensaios de impacto e resistência para assegurar a integridade estrutural e a conformidade com as normas vigentes.Ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalado por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão de passageiros:O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm³, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correia do tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em vans de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da van. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.A unidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, composta por condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimizaa dissipação térmicae melhoraa eficiênciado sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estrutura deverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da van, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmicado veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de altaperformance, com vazão mínima de 2.800 m³/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de alta absorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da van.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m³/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da van. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da van tenha pleno comando sobre as condições internas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser

	fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e resistência mecânica ao conjunto.A unidade também deverá estar equipada com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da van, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistema deverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistema de climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor – , oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverá contar ainda com um sistema de diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistemade climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficaz de vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de al ta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da van e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Esta câmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistemade purificação deverá funcionar de formasimultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). O fornecedor deverá apresentar, na documentação de habilitação, relatório técnico de ensaio de conforto térmico, realizado em nome da empresa transformadora e/ou da empresa licitante, com o objetivo de comprovar que o sistema de climatização, aliado ao isolamento térmico do veículo, atende aos requisitos de desempenho térmico e conforto ambiental, assegurando condições adequadas de temperatura e ventilação no interior da cabine e salão, em conformidade com a NBR 15570 e outras normas vigentes. O fornecedor deverá apresentar na habilitação Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log (90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente;O ar-condicionado da cabine de passageiros deverá contar com 36 meses de garantia.O revestimento interno do salão, incluindo teto e laterais direita e esquerda, deverá ser confeccionado em ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) termoformado, com acabamento de alta resistência e

durabilidade, atendendo aos critérios de segurança e higiene exigidos para veículos de transporte coletivo. O material deverá apresentar características de fácil limpeza, alta resistência ao impacto e ao desgaste, garantindo longevidade e manutenção simplificada. O material também deverá ser classificado conforme as exigências de segurança contra incêndio, podendo ser não inflamável ou autoextinguível, de acordo com as normas aplicáveis, como a Norma NBR 9441 e em conformidade com a Resolução CONTRAN 498/2014, que estabelece as normas de segurança para os componentes internos do veículo. Todos os vidros do salão deverão estar em conformidade com a portaria INMETRO 34/2021, e o certificado de conformidade deverá ser apresentado na proposta comercial.O piso deverá ser composto por chapa de compensado naval de 12 mm de espessura, revestido com manta vinílica antiderrapante, sem emendas ou frestas, para evitar infiltração de líquidos e garantir a perfeita assepsia do ambiente. O revestimento deverá possuir características antideslizantes, atendendo às normas de segurança vigentes, assegurando estabilidade e conforto para os ocupantes do veículo. Os acabamentos deverão ser realizados com perfis de alumínio ou plástico, garantindo a resistência e acabamento adequado, com vedação eficiente, evitando a entrada de sujeira ou líquidos nas junções.A iluminação interna do veículo será composta por duas luminárias LED embutidas no duto central do ar-condicionado, projetadas para fornecer iluminação uniforme e eficiente no interior do veículo. O acionamento das luminárias será feito por interruptor instalado no painel do motorista, com a funcionalidade adicional de acendimento automático ao abrir e fechar as portas, garantindo visibilidade adequada durante o embarque e desembarque de passageiros. As luminárias deverão atender aos padrões de eficiência energética e durabilidade, proporcionando uma iluminação suave, porém eficaz, sem gerar desconforto para os ocupantes. O veículo deverá estar equipado com tacógrafo digital, garantindo a conformidade com as normativas de transporte coletivo. Toda a fiação elétrica deverá ser instalada de acordo com as normas de segurança elétrica vigentes, protegida por conduites de fácil acesso para manutenção, permitindo uma troca rápida e eficiente de componentes, quando necessário. Os cabos deverão ser antichamas, atendendo à Norma NBR 14988 para sistemas elétricos de veículos, e deverão possuir terminais clipados nas extremidades dos fios, assegurando uma conexão segura e resistente à vibração e ao desgaste, evitando falhas de contato ou curtos-circuitos.

Será exigida a atualização no RENAVAM para a alteração de tipo, espécie e lotação do veículo.

Documentação necessária na habilitação:

O licitante deverá apresentar Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão dos passageiros, em nome da empresa licitante. Apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50.

O licitante deverá apresentar CR IBAMA em nome da empresa licitante.

O licitante deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação, o CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, podendo tais documentos estar em nome da própria licitante ou da empresa transformadora contratada. Caso estejam em nome da empresa transformadora, deverão estar acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante. Quanto as notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, devem ser apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresavinculada no contrato apresentado, sobpena de recusado objeto.

O licitante deverá apresentar o registro válido no CREA do engenheiro responsável pela adaptação, acompanhado de

	comprovação de vínculo com a empresa, por meio da certidão de registro da pessoa jurídica no CREA. O registro válido deverá corresponder à empresa que detém o CAT, seja esta a licitante ou a empresa transformadora contratada. O licitante deverá apresentar, na proposta comercial, relatório técnico de ensaio de ancoragem do cinto de segurança, conforme as normas CONTRAN 939/2022 e UN/ECE R14 devidamente referenciadas. O relatório deverácomprovar, por meio de imagens, a fixação dos bancos ao assoalho do veículo, utilizando o sistema de trilhos em alumínio, com a indicação da liga de alumínio utilizada na fixação dos bancos. O relatório deverá ser emitido em nome da empresa detentora do CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito), seja esta a licitante ou a empresa transformadora contratada. Deverá ser apresentado, ainda, projeto técnico detalhado, que contemple todos os itens exigidosnadescrição do objeto, acompanhado de memorial descritivo devidamente assinado pelo engenheiro responsável. Todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN devem estar presentes no veículo, e a garantia mínima do veículo deverá ser de 24 meses.
2	**VAN / FURGAO PARA TRANSPORTE DE 15+1 PASSAGEIROS COM ACESSIBILIDADE:** O veiculo automotor deverá ser novo (zero quilômetro), ano/modelo 2025/2026; tipo van/furgão, na cor branca, com motor a diesel, adaptado para 16 lugares, sendo 14 para passageiros, 1 para motorista e 1 para cadeirante. A cilindrada mínima do motor sejade 2.000 cm³, com potênciamínima de 170 cve torque de 40 Kgf.m. A transmissão seja manual, com pelo menos 6 marchas à frente e 1 marcha à ré, teto alto; tração traseira e freio a disco nas 4 rodas. O tanque de combustível tenha capacidade mínima de 70 litros e o de Arla 32, 20 litros. O veículo deverá ser adaptado para garantir acessibilidade, com a instalação de um Dispositivo de Poltrona Móvel (D.P.M.) e outras adaptações conforme as normas vigentes. O comprimento total seja de no mínimo 5.932 mm e o PBT (Peso Bruto Total) de 4.100 kg. A distância entre eixos seja de no mínimo 3.655 mm. O veículo conte com: airbag, direção hidráulica, Volante com Regulagem de Altura de Profundidade; vidros elétricos dianteiros com trava, iluminação interna e externa, rádio básico com alto-falante no salão, tapetes de borracha para cabine, protetor de cárter e câmbio, e seja equipado com quatro martelinhos de segurança nas laterais, com capa de proteção, quatro luzes vigia (duas amarelas e duas vermelhas) no teto e demais equipamentos obrigatórios. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, cerâmica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser

apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. Os bancos dos motoristas e passageiros deverão ser revestidos em courvin de alta qualidade ou tecido, mantendo o padrão das poltronas traseiras, com apoio de cabeça. Todos os bancos precisarão estar equipados com cintos de segurança, em conformidade com as normas da ABNT e do CONTRAN. O banco destinado ao cadeirante deverá ser equipado com apoios de braço duplo e cintos de segurança de três pontos. Os bancos do salão terão de ser fixados integralmente por trilhos de alumínio extrusado, devidamente alinhados. O sistema de fixação dos bancos por trilhos de alumínio extrusado oferece maior segurança, promovendo a distribuição eficiente das forças de impacto em situações de frenagens bruscas ou colisões, garantindo a estabilidade dos bancos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CONTRAN 939/2022, que regulamenta a ancoragem de bancos em veículos de transporte coletivo. Este sistema deverá proporcionar flexibilidade no layout interno do veículo, permitindo a remoção e reorganização dos bancos conforme a demanda operacional, seja para o transporte de passageiros ou carga. O sistema de fixação deverá ser fabricado com alumínio extrusado 6061, tempera T6, e deverá atender às exigências normativas de segurança, sendo submetido a ensaios de impacto e resistência para assegurar a integridade estrutural e a conformidade com as normas vigentes.Ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalado por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão de passageiros:O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm^3, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correia do tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em vans de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da van. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.A unidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, composta por condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmicae melhoraa eficiênciado sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estrutura deverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da van, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmicado veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de altaperformance, com vazão mínima de 2.800 m^3/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de alta absorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da van.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m^3/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da van. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da van tenha pleno comando sobre as condições internas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e

	resistência mecânica ao conjunto.A unidade também deverá estar equipada com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da van, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistema deverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistema de climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor – , oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverá contar ainda com um sistema de diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistemade climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficaz de vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da van e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Esta câmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistemade purificação deverá funcionar de formasimultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). O fornecedor deverá apresentar, na documentação de habilitação, relatório técnico de ensaio de conforto térmico, realizado em nome da empresa transformadora e/ou da empresa licitante, com o objetivo de comprovar que o sistema de climatização, aliado ao isolamento térmico do veículo, atende aos requisitos de desempenho térmico e conforto ambiental, assegurando condições adequadas de temperatura e ventilação no interior da cabine e salão, em conformidade com a NBR 15570 e outras normas vigentes. O fornecedor deverá apresentar na habilitação Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log (90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente;O ar-condicionado da cabine de passageiros deverá contar com 36 meses de garantia.O revestimento interno do salão, incluindo teto e laterais direita e esquerda, deverá ser confeccionado em ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) termoformado, com acabamento de alta resistência e durabilidade, atendendo aos critérios de segurança e higiene exigidos para veículos de transporte coletivo. O material

	deverá apresentar caracteristicas de fácil limpeza, alta resistência ao impacto e ao desgaste, garantindo longevidade e manutenção simplificada. O material também deverá ser classificado conforme as exigências de segurança contra incêndio, podendo ser não inflamável ou autoextinguivel, de acordo com as normas aplicáveis, como a Norma NBR 9441 e em conformidade com a Resolução CONTRAN 498/2014, que estabelece as normas de segurança para os componentes internos do veiculo. Todos os vidros do salão deverão estar em conformidade com a portaria INMETRO 34/2021, e o certificado de conformidade deverá ser apresentado na proposta comercial. O piso deverá ser composto por chapa de compensado naval de 12 mm de espessura, revestido com manta vinílica antiderrapante, sem emendas ou frestas, para evitar infiltração de liquidos e garantir a perfeita assepsia do ambiente. O revestimento deverá possuir caracteristicas antideslizantes, atendendo às normas de segurança vigentes, assegurando estabilidade e conforto para os ocupantes do veiculo. Os acabamentos deverão ser realizados com perfis de alumínio ou plástico, garantindo a resistência e acabamento adequado, com vedação eficiente, evitando a entrada de sujeira ou liquidos nas junções. A iluminação interna do veiculo será composta por duas luminárias LED embutidas no duto central do ar-condicionado, projetadas para fornecer iluminação uniforme e eficiente no interior do veiculo. O acionamento das luminárias será feito por interruptor instalado no painel do motorista, com a funcionalidade adicional de acendimento automático ao abrir e fechar as portas, garantindo visibilidade adequada durante o embarque e desembarque de passageiros. As luminárias deverão atender aos padrões de eficiência energética e durabilidade, proporcionando uma iluminação suave, porém eficaz, sem gerar desconforto para os ocupantes. O veiculo deverá estar equipado com tacógrafo digital, garantindo a conformidade com as normativas de transporte coletivo. Toda a fiação elétrica deverá ser instalada de acordo com as normas de segurança elétrica vigentes, protegida por conduites de fácil acesso para manutenção, permitindo uma troca rápida e eficiente de componentes, quando necessário. Os cabos deverão ser antichamas, atendendo à Norma NBR 14988 para sistemas elétricos de veiculos, e deverão possuir terminais clipados nas extremidades dos fios, assegurando uma conexão segura e resistente à vibração e ao desgaste, evitando falhas de contato ou curtos-circuitos. Será exigida a atualização no RENAVAM para a alteração de tipo, espécie e lotação do veiculo. Documentação necessária na habilitação: O licitante deverá apresentar Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veiculo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão dos passageiros, em nome da empresa licitante. Apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50. O licitante deverá apresentar CR IBAMA em nome da empresa licitante. O licitante deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação; o CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, podendo tais documentos estar em nome da própria licitante ou da empresa transformadora contratada. Caso estejam em nome da empresa transformadora, deverão estar acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante. Quanto as notas fiscais de transformação e de faturamento do veiculo, devem ser apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresavinculada no contrato apresentado, sobpena de recusado objeto. O licitante deverá apresentar o registro válido no CREA do engenheiro responsável pela adaptação, acompanhado de comprovação de vínculo com a empresa, por meio da certidão de registro da pessoa jurídica no

	CREA. O registro válido deverá corresponder à empresa que detém o CAT, seja esta a licitante ou a empresa transformadora contratada. O licitante deverá apresentar, na propostacomercial oudocumentos de habilitação; relatóriotécnicode ensaio de ancoragem do cinto de segurança, conforme as normas CONTRAN 939/2022 e UN/ECE R14 devidamente referenciadas. O relatório deverá comprovar, por meio de imagens, a fixação dos bancos ao assoalho do veic ulo, utilizando o sistema de trilhos em alumínio, com a indicação da liga de alumínio utilizada na fixação dos bancos. O relatório deverá ser emitido em nome da empresa detentora do CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito), seja esta a licitante ou a empresa transformadora contratada. A empresa licitante deverá apresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação; relatório técnico de ensaio de ancoragem e performance do Dispositivo de Poltrona Móvel (D.P.M.), emitido em nome da e mpresa adaptadora ou da própria licitante, caso esta seja a transformadora, com as normas ABNT NBR 6091/2015 e CONTRAN 939/2022 devidamente referenciadas no documento. Deverá ser apresentado, ainda, projeto técnico detalhado, que contemple todos os itens exigidos na descrição do objeto, acompanhado de memorial descritivo devidamente assinado pelo engenheiro responsável. Todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN devem estar presentes no veiculo, e a garantia mínima do veículo deverá ser de 24 meses.
3	**Veículo tipo Furgoneta – Adaptado para Ambulância Simples Remoção 0 km**: Veículo tipo furgoneta, adaptado para ambulância 6 m³, simles remoção – Tipo A, com motor mínimo 2.0, diesel, cilindrada mínima: 1.900 cm ³, ano/modelo de no mínimo 2025/2025, com ar condicionado dianteiro original de fábrica, banco para motorista e dois acompanhantes na cabine, potência mínima 150 cv, torque mínimo 30kgfm – proconve8, volume útil mínimo do compartimento de carga: 6m³; câmbio manual, tração dianteira, direção hidráulica ou elétro-hidráulica, freios dianteiros a discos ventilados e traseiros a discos sólidos, capacidade mínima do tanque de combustível de 69 litros, entre eixo mínimo 3.275mm, sistema de segurança com abs, air bag dupla frontal com três pontos de proteção, esp (controle de estabilidade), hill-assist - sistema auxiliar de partida em rampa, indicador de ausência de enfivelamento do cinto de segurança, equipamentos originais de fábrica: rádio am/fm/mp3 com entrada usb e bluetooth, trava elétrica e vidros elétricos e retrovisor elétrico. Garantia do veículo conforme manual do fabricante. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, cerâmica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contrafuros de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento

da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. Garantia do veículo conforme manual do fabricante. Descritivo da transformação: revestimento interno: instalação de isolamento térmico-acústico com ação retardante quanto à propagação de chamas (CONTRAN 498/14);ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante, ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão do paciente: O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm³, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correiado tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em ambulâncias de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da ambulância. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.Aunidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, compostapor condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmica e melhora a eficiênciado sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estruturadeverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da ambulância, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmica do veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de alta performance, com vazão mínima de 2.800 m³/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de altaabsorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da ambulância.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m³/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da ambulância. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da ambulância tenha pleno comando sobre as condiçõesinternas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de al ta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e resistência mecânica ao conjunto. A unidade também deverá estar equipada com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da ambulância, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistemadeverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistemade climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor –, oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deveráconter ainda com um sistemade diagnóstico eletrônico avançado, capaz

de detectar falhas nos componentes criticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistema de climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veiculo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficazde vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma continua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veiculo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da ambulância e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Estacâmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistemade purificação deverá funcionar de formasimultânea e continua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veiculo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e continua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nivel de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/critico). Deverá contar com garantia de 36 meses. O fornecedor deverá apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log(90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente; o assoalho do salão do paciente deverá conter revestimento em poliuretano, com aplicação no piso do veiculo, puro 100%, auto e xtinguível, 100% sólido sem voláteis, aplicado por spray, monolítico, sem juntas, impermeável, moldado ao assoalho com dureza shore d entre 83 e 93, segundo a norma astm a-2240, resistente a abrasão com perda de massa máxima de 20 gramas segundo a norma astm d- 4060, que proporcione redução de ruídos e vibrações e não gere energia estática, atóxico, que permita limpeza pesada com jato de alta pressão e utilização de hipoclorito de sódio à 3% de concentração, com elastômero bicomponente de alta tecnologia, que oferece várias vantagens, como cura rápida, resistência à corrosão, abrasão e produtos químicos, além de selar a superficie. O produto aplicado puro é um revestimento elastomérico bicomponente que proporciona diversas vantagens: cura rápida: o produto seca rapidamente, o que facilita e agiliza a instalação. Resistência: é resistente a corrosão, abrasão e produtos químicos, o que a torna ideal para ambientes que exigem durabilidade e proteção. Selamento: o produto sela a superficie, impedindo a passagem de água e a infiltração de líquidos. Aderência: adere a diversos tipos de substratos, o que a torna versátil e fácil de aplicar. Beneficios do piso: o piso revestido em poliuretano puro oferece umacombinação de resistência, durabilidade e facilidade de manutenção. É uma solução ideal para ambientes que necessitam de proteção contra intempéries, produtos químicos e abrasão, tais como áreas de trabalho, garagens, áreas industriais e áreas externa. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação: ensaio de flamabilidade do piso conforme a resolução do contran 498/2014 em nome da empresa licitante; Ensaio de Migração Global conforme a Resolução 105/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em

nome da empresa licitante; Ensaio de Coeficiente de Atrito Estático do Revestimento do Piso, conforme ABNT NBR 15570/2011 em nome da empresa licitante; Carta de Solidariedade da empresa fabricante para a empresa licitante; revestimento interno nas laterais e teto em (prfv) fibra de vidro ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), sem emendas, conforme ABNT NBR 14.561/2000; Armários: armário superior na lateral esquerda confeccionado em fibra de vidro ou compensado naval formicado com portas de correr em acrílico; uma bancada para acomodação de equipamentos e medicamentos, com aproximadamente 1 m de comprimento por 0,40 m de profundidade e 0,70 m de altura do piso a bancada, sendo de total higienização conforme ABNT NBR 14.561/2000; Bancos: 01 banco fixo médico ao lado da maca, estofamento em courvin de alta resistência, com cinto de segurança de 03 pontos, conforme ABNT NBR 6091:2015; 01 banco baú confeccionado em fibra de vidro, ou compensado naval formicado as 2 faces na lateral para 02 pessoas com cintos de segurança individuais, estofamentos em courvin de alta resistência, com encosto de cabeça, assentos reclináveis e encostos das costas individuais, conforme ABNT NBR 14.561/2000; Maca: maca retrátil com comprimento mínimo de 1.900 mm, cabeceira voltada para frente do veiculo, com pés dobráveis, sistema escamoteável, provida de 04 rodízios giratórios confeccionados em materiais resistentes a oxidação, pneus de borracha maciça, sistema de freios. Com trava de segurança para evitar o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida, projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vitima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa, 03 cintos de segurança fixos à mesma, sendo um deles com sistema de 04 pontas para fixação dos ombros e tórax do paciente, equipada com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vitima, provida de sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e com garantia mínima de 24 meses. Com colchonete impermeável, lavável, sem ziper, com espuma internade densidade 33 kgf/m³.sistemaelétrico: iluminação internacom 03 luminárias no teto em led;01 farol de embarque instalado sobre a porta traseira, com acionamento independente e regulagem manual no sentido vertical de 180°;02 tomadas internas 2p+t 110 vca;02 tomadas internas 12 vcc; inversor de voltagem 400 watts; sinalizador frontal em barra em arco com lente inteiriça ou linear com 03 lentes injetadas de policarbonato na cor vermelha, comprimento mínimo de 690 mm, largura mínima de 290 mm, mínimo de 05 blocos dianteiros, 05 blocos traseiros e 02 blocos laterais sendo que cada bloco contém 04 leds de no mínimo 1 wat lente colimadora ou defletora em cada leds; o modulo de controle deverá permitir a geração de efeitos luminosos que caracterizem o veiculo parado, em deslocamento e em situação de emergência com no mínimo de 10 efeitos luminosos de flash distintos; sinalizador acústico com amplificador de no mínimo 100 w rms de potência, @ 13,8 vcc, 03 (três) tons distintos, resposta de frequência de 300 a 3000 hz e pressão sonora a 01 (um) metro de no mínimo 110 db @ 13,8 vcc com um único autofalante;02 sinalizadores na parte traseira da ambulância na cor vermelha, com frequência mínima de 90 flashes por minuto, quando acionado, com lente injetada de policarbonato; oxigenoterapia: sistema de oxigênio com suporte para cilindro de 03 litros; instalação de um cilindro de oxigênio de 03 litros com válvula e manômetro; régua de oxigênio de 03 pontas com fluxômetro / aspirador / umidificador; ventilação/vidros: ar condicionado no compartimento do paciente, derivação do Sistema de Ar Condicionado Frontal Original através de bloco de alumínio, mangueiras homologadas para Gás 134A e Caixa Evaporadora de Expansão Capilar com 4 difusores, atendendo a capacidade térmica de 20.000 BTUs. Derivação do Sistema Elétrico Original através de chicote elétrico automotivo, com comando de velocidade independente, fixado de acordo com a necessidade do cliente. Medidas da Caixa

	(AxCxL): dimensões máximas 145mm x 340mm x 410mm Material: Plástico Cor: Preta/Cinza Capacidade Aprox: 20.000 Btus Conexões: Vedação O'ring), Válvula De Expansão: Tipo Universal De 1 Capilar Evaporador: Tipo Serpentina De Alumínio Painel De Controle: Botões Plásticos; Seletor De Velocidade 3 Posições;; instalação de 01 exaustor com cúpula de proteção em fibra de vidro; janela com vidro de correr e com película jateada na porta lateral; janela de comunicação com vidro de correr junto àdivisóriaentre a cabine do motoristae o compartimento do paciente; demais itens: balaústre fixado no teto; instalação de 01 suporte para soro fixado no balaústre; acabamentos em sicaflex (vedação de todos os cantos existentes); reforço fixado no piso, embaixo de todas as rodas da maca em alumínio; alarme sonoro de marcha ré; plotagem padrão ambulância; entrega da ambulância via plataforma (guincho), entregue 0 km. Qualificação técnica: a empresa deverá apresentar na proposta comercial ou documentos de habilitação; CR IBAMA - Certificado de Regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em nome da empresa licitante;o CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, podendo tais documentos estar em nome da próprialicitante ouda empresatransformadoracontratada. Caso os documentos estejam em nome da empresa transformadora, deverão ser acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, do contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante, bem como das notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, a serem apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado. Deverá ser fornecido laudo que comprove o atendimento à norma sae j575 e sae j595 (society of automotive engineers), ACREDITADA no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1 para o sinalizador luminoso e luzes auxiliares na cor rubi e classe 2 para as luzes auxiliares das demais cores, quando for exigido; deverá ser apresentado junto catálogo e/ou prospecto do sinalizador redigido em língua portuguesa. Deverão apresentar laudos de flamabilidade para atender o CONTRAN 498/2014 no que se refere a revestimentos internos não metálicos do compartimento de atendimento para os seguintes itens: isolamento térmico, revestimento de parede lateral, revestimento do teto, do piso, das portas, da divisória e do estofamento dos bancos; ensaios de ancoragem da maca e registro na ANVISA; Ensaio de ancoragem do cinto de segurança do banco baú instalados no compartimento de atendimento na carroceria do veículo, conforme disposto na ABNT NBR 14561;2000; Ensaio de ancoragem do cinto de segurança de três pontos do banco do médico conforme norma ABNT NBR 6091;2015. Comprovação de registro ou certidão de inscrição da empresa licitante no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Certidão de registro do CREA do engenheiro responsável pela empresa; Laudo da mangueira de oxigênio; Strobos - Ensaio realizado por laboratório comprovando que os strobos a serem instalados nos faróis atendem as normas sae j575 e sae j595;Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50; Relatório Técnicode Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão do paciente, em nome da empresa licitante. Dimensionar o espaço interno, visando posicionar, de forma acessível e prática, a maca, bancos, equipamentos e aparelhos a serem utilizados no atendimento às vítimas. Fornecer de vinil adesivo p/ grafismo do veículo, composto por cruzes e palavra Ambulância no capô, vidros laterais e traseiros, bem como, as marcas do Governo Federal, SUS e Ministério da Saúde.Garantia: 12 meses.
4	**VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO D (ADULTO/NEONATAL), COMPLETA**

COM EQUIPAMENTOS

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO VEÍCULO:

Veículo tipo furgão novo, 0 KM, adaptado para Ambulância UTI, com potência de no mínimo de 160 cv, torque de no mínimo 40,8kgfm; compartimento de carga de no mínimo 14 m³; Peso bruto total (PBT) de no mínimo 4.000 kg; tração traseira , teto alto, capacidade para 01 (um) motorista e 01 passageiro na cabine, volante com regulagem de altura e profundidade, vidros elétricos nas portas dianteiras, porta lateral com corrediçae portas traseiras duplas, rodas em aço e pneus com capacidade de carga originais de fábrica. Tanque de combustível com capacidade mínima de 70 L, tanque ARLA32 mínimo: 22 Litros, transmissão manual de no mínimo 6 (seis) marchas à frente e 1 (uma) ré, cor Branca; Trava elétrica, rádio com Bluetooth, devendo atender as normas vigentes que versa sobre o controle de gases poluentes (PROCONVE P8); Especificações Técnicas exigidas pelo CONTRAN ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante, ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão do paciente: O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm³, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correiado tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em ambulâncias de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da ambulância. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.Aunidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, compostapor condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmica e melhora a eficiênciado sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estruturadeverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da ambulância, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmica do veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de alta performance, com vazão mínima de 2.800 m³/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de altaabsorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da ambulância.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m³/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da ambulância. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da ambulância tenha pleno comando sobre as condiçõesinternas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologia de vacuum forming, conferindo leveza e resistência mecânica ao conjunto. A unidade também deverá estar equipada com o sistema de purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital

	do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do painel da ambulância, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistemadeverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistemade climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor –, oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverácontar ainda com um sistemade diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistema de climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficazde vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da ambulância e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Estacâmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistemade purificação deverá funcionar de formasimultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). Deverá contar com garantia de 36 meses. O fornecedor deverá apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log(90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), àbase de polímeros e mixde fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, cerâmica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e

	da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. Veiculo deverá atender as normas vigentes sobre o controle de gases poluentes; PROCONVE P8 e especificações técnicas exigidas pelo CONTRAN. Garantia mínima de 24 (Vinte e Quatro) meses. DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO: 1. Dois extintores de incêndio, do tipo pó químico, preferencialmente classe ABC com capacidade de no mínimo 2 kg para o compartimento do motoristae 4 kg para o compartimento do paciente. Ambos os extintores devem estar montados em um suporte seguro e de fácil remoção; 2. Aviso, com os dizeres: "NÃO FUMAR - EQUIPADO COM OXIGÊNIO" e "PRENDER CINTOS DE SEGURANÇA", no compartimento do paciente; Corrimão de teto, com pelo menos 152 cm de comprimento e sobressaindo no máximo 10 cm do teto, montado sobre a área do paciente primário. O corrimão deve ser em aço inoxidável, alumínio ou outro material resistente à corrosão, possuindo terminais curvos ou protegidos e cantos arredondados. Os suportes de montagem devem ser cromados, em aço inoxidável, alumínio fundido e polido ou outro material com resistência mecânica similar e resistente à corrosão. O corrimão deve ser instalado de forma a minimizar a possibilidade de soltar-se e deve atender a um ensaio de tração de 136 kg nos três eixos.; Trava elétrica para todas as portas (cabine e compartimento traseiro) acionadas remotamente. 3. CABINE / CARROCERIA: A estrutura da cabine e da carroceria será original do veículo, construida em aço. Altura interna mínima após transformação deverá ser de 1.800 mm no salão de atendimento (compartimento de carga), com capacidade volumétricanão inferior a 14m³metros cúbicos no total, servido com duas portas traseiras com abertura horizontal de 90 a 270 graus, tendo como altura mínima 1.700 mm, com dispositivo automático para mantê-las abertas, impedindo seu fechamento espontâneo no caso de o veículo estacionar em desnível. 4. Dotada de estribo revestido em aço com tratamento superficial, estribos antiderrapante, ambos de no mínimo 2mm, sob as portas laterais (motorista e passageiro na cabine e porta lateral de acesso ao salão de atendimento), para facilitar a entrada de passageiros sempre que a distânciado solo ao piso for maior que 40 cm, estribo este de dimensões compatíveis com o veículo de acordo com norma da ABNT. 5. Portas em chapa, com revestimento interno inferior e superior em poliestireno ou ABS, com fechos, tanto interno como externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. Na carroceria, o revestimento interno entre as chapas (metálica - externa e laminado - interna) será em poliuretano, com espessura de até 4 cm conforme o veículo permitir, com finalidade de isolamento termo acústico, não devendo ser utilizado para este fim isopor. 6. A intercomunicação entre acabine e o salão de atendimento deverá se dar por meio de abertura que possibilite a passagem de uma pessoa, de formaconfortável ergonomicamente, com acabamento sem arestas ou pontos cortantes. Sendo assim os veículos deverão ser fornecidos com 2 bancos 1/3 na cabine. 7. Deverá ser dotada de degrau ou estribo revestido em alumínio antiderrapante para acesso ao salão de atendimento na porta traseira da ambulância com previsão para entrada da maca retrátil, sempre que a distância do solo ao piso do salão de atendimento for maior que 50 cm para entrada da maca; com dimensões compatíveis com o veículo de acordo com as normas da ABNT, O pneu estepe não deverá ser acondicionado no salão de atendimento.

Será o original do veículo, com montagem de bateria adicional.

8. A alimentação deverá ser feita por duas baterias, sendo a do chassi original do fabricante e uma outra, independente, para o compartimento de atendimento. Essa segunda bateria deverá ser do tipo ciclo profundo e ter no mínimo 150 A, do tipo sem manutenção, 12 volts, instalada em local de fácil acesso, devendo possuir dreno de proteção para evitar corrosão caso ocorra vazamento de solução da mesma. O sistema elétrico deverá estar dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens do veículo e equipamentos especificados neste descritivo técnico para ambulância Tipo D, quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores. O veículo deverá ser fornecido com alternador, original de fábrica, com capacidade de carregar ambas as baterias a plena carga simultaneamente e alimentar o sistema elétrico do conjunto. Independente da potência necessária do alternador não será admitido alternadores menores que 140 A. O sistema deverá contemplar um carregador flutuador de bateria, mínimo 16A bivolt automático, para recarga da bateria auxiliar, quando o veículo não estiver em utilização, este carregador deve ser ligado à tomada de captação externa. Deverá haver um sistema que bloqueie automaticamente o uso da bateria do motor para alimentar o compartimento de atendimento e as luzes adicionais de emergência, quando o veículo estiver com o motor desligado. Este sistema deverá possuir chave solenoide com corpo em material metálico. O compartimento de atendimento e o equipamento elétrico secundário devem ser servidos por circuitos totalmente separados e distintos dos circuitos do chassi da viatura. A fiação deve ter códigos permanentes de cores ou ter identificações com números/letras de fácil leitura, dispostas em chicotes ou sistemas semelhantes, confeccionados com cabos padrão automotivo com resistência à temperatura mínima de 105°C. Eles serão identificados por códigos nos terminais ou nos pontos de conexão. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser fixadas ao compartimento de atendimento ou armação por braçadeiras plásticas isoladas a fim de evitar ferrugem e movimentos que podem resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os diagramas e esquemas de fiação em português, incluindo códigos e listas de peças padrão, deverão ser fornecidos em separado. Todos os componentes elétricos e fiação devem ser facilmente acessíveis através de quadro de inspeção, pelo qual se possam realizar verificações e manutenção. As chaves, dispositivos indicadores e controles devem estar localizados e instalados de maneira a facilitar a remoção e manutenção. Os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas, devem ser à prova de corrosão e de intempéries. Os equipamentos eletroeletrônicos devem incluir filtros, supressores ou protetores, a fim de evitar radiação eletromagnética e a consequente interferência em rádios e outros equipamentos eletrônicos.

9. Deverá conter um Inversor de corrente contínua (12 v) para alternada (110 v) com capacidade mínima de 1.000W de potência máxima contínua (não de pico), com onda senoidal pura.

10. O painel elétrico interno, localizado na parede sobre a bancada próxima à cabeceira do paciente, deverá possuir uma régua integrada com no mínimo oito tomadas, sendo seis tripolares padrões USB, além de interruptores com teclas do tipo "iluminadas" ou com indicador luminoso. Deverá possuir um voltímetro para monitoramento da voltagem. As tomadas elétricas deverão manter uma distância mínima de 35 cm de qualquer tomada de oxigênio.

11. Duas tomadas tripolares (2P+T) de 110 y (AC) montadas na parede oposta, na altura da região torácica do paciente secundário (assento da tripulação).

12. Tomada externa (tripolar) para captação de energia instalada na parte superior do lado esquerdo do veículo. Essa tomada deverá estar protegida contra intempéries e a prova d'água (IP66), estando em uso ou não. Deverá ser

acompanhada por um fio de extensão de elevada resistência às intempéries e compatível com o sistema de plugues, tendo no mínimo 20 metros de comprimento. Um transformador automático ligado à tomada de captação, que permita o carro ser ligado a uma rede elétrica tanto de 110 como de 220 VCA e com sistema automático de comutação entre o transformador e o inversor, de modo que, forneça sempre 110 VCA para as tomadas internas.

13. A iluminação do compartimento de atendimento do veículo deve ser de dois tipos: 1. Natural - mediante iluminação fornecida pelas janelas do veículo (cabine e carroceria), com vidros opacos ou jateados com três faixas transparentes no compartimento de atendimento. 2. Artificial - deverá ser feita por no mínimo seis luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 200 mm, em base estampada em alumino cor branca ou injetada em plástico, em modelo LED, podendo utilizar um dos conceitos de Led que seguem: a) Possuir no mínimo 06 leds de 01 Watt cada, tendo cada led intensidade luminosamínima de 40 lumens. b) Possuir no mínimo 50 LEDs de alta eficiência luminosa, tendo cada Led, intensidade luminosa mínima de 7.000 mc e ângulo de abertura de 70° (categoria alto brilho). c) Possuir no mínimo 50 LEDs com intensidade luminosa de 12.000 mc e ângulo de abertura de 20°. d) Possuir no mínimo de 100 LEDs, com fluxo mínimo de 1000 lumens e ângulo de abertura de 120° (categoria alto brilho). Os Leds deverão possuir cor predominantemente cristal com temperatura mínima de 5.350° K e máxima de 10.000° K. Qualquer que seja a opção aplicada, essa deverá contar com lente em policarbonato translúcido. Os acionamentos devem estar dispostos no painel de comando, dentro do salão de atendimento, com interruptores de teclas com visor luminoso individual de acionamento ou com indicador luminoso.

14. A iluminação externa deverá contar com holofotes tipo farol articulado regulável manualmente na parte traseira e nas laterais da carroceria, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180° na vertical.

15. SINALIZACAO VISUAL, sinalizador tipo barra em formato linear, de arco, asa ou similar, com comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm e altura mínima de 55 mm e máxima de 100 mm, instalada no teto da cabine do veículo, sobre a coluna B. O sinalizador visual deve ser dotado de base construída de duas partes integradas, uma deve ser um perfil de alumínio extrudado e outra uma base plástica injetada em polímero ABS na cor preta ou policarbonato cristal. A base plástica deverá ser em peça única ou múltipla, injetada(s), demostrando sinais visíveis de injeção, não sendo permitida outras formas de fabricação com modelagem com vácuo (vacuumforming), etc., mantendo assim sua rigidez e durabilidade. Sobre a base deve ser montada uma ou mais cúpula(s)plástica(s) injetada(s) em Policarbonato transparente, resistente a impactos, descoloração, amarelamento e com proteção UVintegrada a matériaprima, sendo proibido vernizes para estaproteção. A(s)cúpula(s)plástica(s)deverá ser em peça única ou múltipla, injetada, que ocupe a área total do sinalizador, demostrando sinais visíveis de injeção, não sendo permitida outras formas de fabricação com modelagem com vácuo (vacuumforming), etc. mantendo assim sua rigidez e durabilidade. O sinalizador visual deve também possuir no mínimo 16 conjuntos luminosos composto por no mínimo 4 LEDs de 3 W cada, dotados de lente colimadora em plástico de Engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade ou refletor parabólico, distribuídos equitativamente por toda a extensão visível da barra, de forma a permitir visualização em ângulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade desde que o design do veículo permita. Sistema deve possuir adaptação luminosa noturna de modo não provocar ofuscamento a outros condutores; Dois dos conjuntos luminosos citados acima, localizados um em cada lado do sinalizador, deverão possuir seus LEDs na cor Branca, funcionando como Luz de Beco, paralelos a lateral da viatura, com acionamento próprio no módulo de controle. Um conjunto no centro do

sinalizador voltado para frente a 90° com as laterais da viatura, deve também possuir seus LEDs na cor Branca, funcionando como Luz de Abordagem com acionamento próprio no modulo de controle. Dos conjuntos luminosos restantes, metade do lado esquerdo (motorista) devem ser na cor Vermelha e metade do lado direito (passageiro) deve ser na cor Azul. Os conjuntos luminosos devem possuir circuito eletrônico que gerenciara a corrente elétrica aplicada nos LEDs, devendo garantir também a intensidade luminosa dos LEDs, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LEDs. O consumo médio da barra, nas funções usuais, deverá ser no máximo de 7 Amperes.

16. LUZES SECUNDARIAS: Sistema de sinalização auxiliar visual composto por 04 (quatro) dispositivos óticos de efeito estroboscópio, sincronizados face a face, sendo cada dispositivo composto por 3 LEDs de 3W cada na cor Branca, dotado de lentes difusoras em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo 02 (dois) na parte dianteira, na grade frontal próximo aos faróis e na altura desses e 02 (dois) na parte traseira no para-choque ou junto ao vidro vigia, sendo 01 (um) modulo de cada lado, e a depender do modelo do veículo fixado mecanicamente a estrutura do mesmo.

17. SINALIZACAO ACUSTICA: Sinalizador acústico com amplificador de potência mínima de 100 W RMS @13,8 Vcc, mínimo de seis tons distintos com pressão sonora de no mínimo 118 dB @13,8 Vcc e entrada para radio transceptor. Composto por Propagador de áudio do rádio transceptor, Sirene com mínimo de 06 (seis) tons, sendo quatro tons contínuos e dois sons momentâneos tipo horn e manual e sistema Amplificador de megafone com ajuste de ganho; com potência de no mínimo 30 W RMS e com entrada para a interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor; ambos devem ser armazenados de forma independente e não podem perder sua configuração ainda que desligados da bateria. O Driver (alto-falante) deve ser específico para utilização em veículos de emergência e viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drivers confeccionadas para aplicação musicais e/ou aplicações de megafone para marketing. O drive deve ser instalado no compartimento do motor.

MODULO DE CONTROLE : Controle de mão para iluminação intermitente principal e secundaria, dispositivo sonoro de emergência e comutação de áudio externo; Teclado em silicone, iluminação de fundo das teclas, sendo a tecla "EMERGENCIA" em vermelho; Teclado em silicone de alta resistênciae durabilidade, textos indicativos das funções na cor preta; Fixação magnética na parte traseira do controlador com proteção para fixação na lataria do veículo; Corrente de Standby nula; Os sinalizadores visual e acústico, bem como outras luzes auxiliares devem ser comandados por modulo de controle único, dotado de microprocessador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos de 25 milésimos de segundo a 2 segundos. Os conjuntos luminosos devem ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LEDs e dispositivos de iluminação não intermitentes; devera o modulo ser capaz de acionar as seguintes funções: Controle paramínimo de três tipos de sinalização (patrulha, emergênciae ponto de estacionamento). Acionamento das luzes de beco e abordagem. Acionamento momentâneo de som de buzina pneumática monotonal (Horn). Acionamento Momentâneo de sirene mecânica recém-ligada; Acionamento rápido do padrão de sinalização emergência, de toque de sirene para programa do, além de saídas auxiliares pré-programadas, através de um único botão; Acionamento de luzes secundarias (estrobo); Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

18. PRESCRICOES DIVERSAS: Veiculos equipados com transceptores: O modulo de controle deve permitir o acionamento do sistemade sinalização audiovisual mesmo com o veículo desligado. O sistemanão poderá gerar ruídos

eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios). O sistemadeverá ser imune a RFI (radio frequência Interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados. Gerenciamento de Energia: Os equipamentos devem possuir sistema de gerenciamento de energia, medindo a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado e desligando os sinalizadores se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor. Os equipamentos formadores do sistema devem possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes. LEDs: Cada LED utilizado nos equipamentos devera obedecer às especificações a seguir descritas: 1) Cor predominante: Vermelho, com comprimento de onda de 610 a 625 mm e fluxo luminoso de cada Led de no mínimo 50 Lumens típico, 2) Cor predominante: Branco, com fluxo luminoso de cada Led Branco de no mínimo 120 Lumens típico; 3) Cor predominante: Azul, com comprimento de onda de 465 a 475 mm e fluxo luminoso de cada Led azul de no mínimo de 40 Lumens típico. Os Leds devem possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos.

19. Sistema de Oxigênio: O veículo deverá possuir um sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido, além de ser acompanhado por um sistema portátil de oxigenação. Sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido (redes integradas ao veículo): contendo um cilindro de oxigênio e um cilindro de ar comprimido de no mínimo 16 litros cada, localizados na traseira da viatura, do lado esquerdo, entre o armário e a porta traseira, em suportes individuais para os cilindros, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes e manômetro interligado; de maneira que se possa utilizar qualquer dos cilindros sem à necessidade de troca de mangueira ou válvula de um cilindro para o outro. Todos os componentes desse sistema deverão respeitar as normas de segurança (inclusive veicular) vigentes e aplicáveis. Os suportes dos cilindros não poderão ser fixados por meio de rebites. Os parafusos fixadores deverão suportar impactos sem se soltar. As cintas de fixação dos torpedos deverão ter ajuste do tipo "catraca". As cintas não poderão sofrer ações de alongamento, deformidade ou soltar-se com o uso, devendo suportar capacidade de tração de peso superior a dois mil kg. No suporte do cilindro onde o mesmo esteja em contato com o cilindro deverá ter aplicação de borracha. O compartimento de fixação dos cilindros deverá ser revestido no piso por borracha ou outro material de características adequadas para proteção da pintura do cilindro e proteções em aço inoxidável onde os cilindros são apoiados para se evitar a ocorrência de ranhuras e desgaste no piso.

20. Na região da bancada, ao lado da cabeceira do paciente deverá existir uma régua quádrupla com duas saídas de oxigênio e duas saídas de ar comprimido, oriundo dos cilindros fixos, composta por estrutura metálica resistente, com fechamento automático, roscas e padrões conforme ABNT. Tal régua deverá ser afixada em painel removível para melhor acesso ao sistema de tubulação para manutenção. A régua quádrupla deverá possuir: fluxômetro, umidificador para O2 e aspirador tipo venturi para ar comprimido, com roscas padrão ABNT, O chicote deverá ser confeccionado em náilon, conforme especificaçõesda ABNT e, juntamente com a máscara de O2, em material atóxico. O projeto do sistema fixo de oxigênio deverá ter laudo de aprovação da empresa habilitada, distribuidora dos equipamentos.

21. O Sistema portátil de Oxigênio deverá ser completo cilindro de Oxigênio, válvula redutora com manômetro, fluxômetro, saída para aspiração com válvula reguladora e circuito do paciente (frasco, chicote, nebulizador e máscara). Este cilindro deve ser de alumínio. Todo o sistema deverá ser integrado em estrutura de suporte, com alça

para transporte, confeccionado em material resistente e lavável, e deverá possuir um dispositivo de fixação dentro da cabine do paciente, seguro e de fácil remoção quando seu uso for necessário. Os sistemas fixo e portátil de Oxigênio deverão possuir componentes com as seguintes características: Válvula reguladora de pressão, umidificador de Oxigênio, todos os itens de acordo com as normas da ABNT. Borboleta de conexão confeccionada externam em plástico ou similar, e internamente em metal, que proporcione um perfeito encaixe, com sistema de selagem, para evitar vazamentos. Sistema borbulhador (ou difusor) composto em metal na parte superior e tubo condutor de PVC atóxico. Extremidade da saída do fluxo de oxigênio em PVC atóxico, com orifícios de tal maneira a permitir a umidificação homogêneado Oxigênio. Fluxômetro para rede de Oxigênio e ar comprimido deverá ser compatível com acessórios nacionais, conforme normas da ABNT. Aspirador tipo Venturi: para uso com ar comprimido, baseado no princípio venturi. Frasco transparente, com capacidade de 500 ml e tampa em corpo de náilon reforçado com fibra de vidro. Válvula de retenção desmontável com sistema de regulagem por agulha. Selagem do conjunto frasco-tampa com a utilização de um anel (o-ring) de borracha ou silicone, Conexões de entrada providas de abas para proporcionar um melhor aperto. Conexões de entrada e saída e boia de segurança normatizadas pela ABNT, com alta capacidade de sucção. Mangueira para oxigênio e ar comprimido: com conexão fêmeapara oxigênio, com comprimento suficiente para interligar o painel aos cilindros. Conexões de entrada providas de abas de alta resistência e normatizadas pela ABNT. Com seção transversal projetada para permitir flexibilidade, vazão adequada e resistência ao estrangulamento acidental. Borboleta de conexão confeccionada externamente em plástico ou similar, e internamente em metal, para conexão aos cilindros e conexões sextavadas em metal para conexões ao painel de forma a proporcionar um perfeito encaixe, com sistema de selagem para evitar vazamentos.

22. Compartimento do motorista deverá ser fornecido com o sistema original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica para ar-condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. Para o compartimento do paciente, deverá ser fornecido um sistema com aquecimento e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 14.561 e sua capacidade térmica deverá ser com mínimo de 30.000 BTUs, possuir unidade condensadora de teto, visando melhor eficiência. O sistema de ar-condicionado do compartimento do paciente deverá ser dotado de sistema de purificação do ar com tecnologia de filtragem.

23. Todos os bancos, tanto da cabine quanto do salão de atendimento, devendo ser dotado de encosto estofado, apoio de cabeça e cinto de segura lavável impermeável e com resistência a intempérie e limpeza. Cinto de três pontos e para o banco do motorista sistema de cinto subabdominal retrátil ou de três de pontos.

24. No salão de atendimento, paralelamente à maca, três bancos laterais tipo poltrona , revestido em courvin lavável impermeável e com resistência a limpeza com sabão e álcool 70% e as intempéries, dotado de cintos de segurança subabdominal ou de três pontos .

25. Na cabeceira da maca, localizado entre a cabine e a maca, ao longo do eixo desta, voltado para a traseira do veículo, deverá haver um banco, de projeto ergonômico, com sistemagiratório de 360 graus e com travamento de pelo menos 8 posições equidistantes a fim de promover total segurança ao ocupante, ajuste em nível e distância adequado para permitir que um profissional de saúde ofereça cuidados à vítima incluindo acesso a vias aéreas.

26. MACA: Maca retrátil, totalmente confeccionada em duralumínio tendo sua estrutura principal em barras retangulares ou circulares; peso total no máximo 40Kg, alças laterais basculantes, com no mínimo 1.900 mm de comprimento, 550 mm de largura e capacidade para pacientes de até 300 kg (testada com no mínimo 500Kkg), com

sistema escamoteável de cada eixo acionado por alavancas de retração; com 4 (quatro) rodízios giratórios de 200 mm, com sistemade freios. Estamaca deve dispor de três cintos de segurançafixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeitasegurançae desengate rápido, sem riscos para a vítima. Deve ser provida de sistemade elevação do tronco e das pernas do paciente em pelo menos 45 graus e suportar nestes itens peso mínimo de 100 kg. A maca deverá ser instalada longitudinalmente no salão de atendimento com a cabeceira voltada para frente do veículo; uma vez dentro do veículo, esta maca deve ficar adequadamente fixa à sua estrutura, impedindo sua movimentação lateral ou vertical quando do deslocamento do mesmo. Quando montada fora da ambulância deverá ter uma altura máxima de até 1.200 mm. Deverá ter no mínimo espaços entre os armários e balcões localizados em ambos os lados da ambulância, sendo no mínimo 120 mm para o armário lateral esquerdo e no mínimo 500 mm para a base / cobertura da caixa de roda traseiradireita. O sistemaque fixa a maça e o assoalho da ambulância deverá ser montado de maneira a permitir o escoamento de líquidos no assoalho abaixo da maca evitando- se o seu acúmulo. A base do banco e as proteções em inox para maca e travas da maca fixas ao piso, devem ser vedadas, com exceção ao guia da maca que deverá ser vedado parcialmente de modo a não permitir o acúmulo de água. Acompanham: colchonete bipartido, confeccionado em espuma ou similar, revestido por material resistente e impermeável, sem costuras ou pontos que permitam entrada dê fluidos ou secreções; demais componentes ou acessórios necessários à sua perfeita utilização.

27. Prancha resgate e salvamento: Prancha de resgate e salvamento, confeccionada de material totalmente impermeável, plástico ou polietileno, não dobrável, lavável, deverá apresentar cantos e bordas arredondadas, com orifícios oblongos nas bordas para passar os cintos e orifícios para pega de mão. Deverá ser leve, com dimensões aproximadas: 1800 mm x 450 mm, não conduzir eletricidade, não possuir soldas ou emendas ou reforços metálicos. Possuir flutuação em água. Ser radio transparente (aos raios-X) e impermeável, deverá permitir a imobilização e o transporte adequado de adultos e crianças, deverá ter no mínimo 30 orifícios, ou seja, orifícios nas extremidades e na parte interna, para permitir a imobilização adequada à crianças e adultos. As duas extremidades deverão possuir formato retangular, deverá possuir em uma das extremidades da prancha, o sistema de acoplagem dos blocos imobilizadores de cabeça, que permita sua regulagem no momento de uso, diretamente na prancha e sem uso de costuras ou velcro, de forma a facilitar a utilização e a higienização adequada. O sistema deverá acompanhar 01 par de blocos para uso adulto e 01 par de blocos para uso infantil, os blocos deverão ser confeccionados de material resistente, impermeável, lavável, livre de tecidos, costuras ou velcros. Deverá possuir orifício central, que abrange a região auricular, e os tamanhos deverão ser diferenciados para uso adulto e para uso infantil, deverá possuir orifícios próprios, diretamente na prancha, para o encaixe dos tirantes de cabeça e de queixo. Todas as costuras da peça são reforçadas com no mínimo duas passadas sobrepostas, tendo até em alguns pontos quatro passadas, com arremate em sistema de retrocesso. Deverá vir acompanhada de um jogo composto por 03 unidades de cinto (01 na cor vermelha, 01 na cor amarela e 01 na cor preta) confeccionado em polipropileno com fecho de engate rápido na cor preta confeccionado em náilon, deverá acompanhar cinto aranha adulto e infantil.

28. CARACTERÍSTICAS DOS MOVEIS: O projeto dos móveis deve ser em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) e todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do CONTRAN Resolução Nº 498, de 29 de Julho de 2014; e a norma JIZ 2801:2000 (antimicrobiano) em sua composição comprovado por laudo de empresa regulamentada, fabricante vinculada também com a empresa fornecedora e a licitante, permitindo rastreabilidade, deverá o seu posicionamento ser adequado, visando o máximo aproveitamento de espaço, a fixação dos equipamentos

	e a assepsia do veículo. Todas as portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento do veículo. Todas as prateleiras deverão ter batentes frontais, a fim de dificultar que os materiais caiam quando o veículo estiver em movimento. Bancada para acomodação dos equipamentos, com batente lateral de no mínimo 50 mm e borda arredondada. Os armários internos deverão ter as dimensões descritas abaixo as mais aproximadas possíveis dependendo da disponibilidade do veículo: (I) 02 armários superiores para guarda de materiais, com batente frontal; (II) 02 armários para guarda de materiais, com tirantes em nylon de retenção, para evitar que o material ali acomodado caia durante o deslocamento, com batente frontal; (III) 01 armário para guarda de materiais com porta corrediça em policarbonato; (IV) 01 armário para guarda de materiais, com batente frontal.(V) 01 armário para guarda de 2 cilindros de O^2, porta com abertura vertical, abrindo no mínimo 90°, com trinco para impedir a abertura espontânea da mesma durante o deslocamento do veículo; (VI) 01 armário tipo bancada para acomodação de equipamentos, com batente frontal de 50 mm para o apoio de medicamentos e equipamentos, com o comprimento de 1800 mm por 370 mm na profundidade; (VII) 02 gavetas localizadas próximo a divisória, medindo 250 mm no comprimento, 300 mm de profundidade com 70 mm de altura; (VIII) 01 compartimento de lixo, localizado junto a divisória com identificação, medindo 150 mm no comprimento, 150 mm na largura e 200 mm na altura; 29. BALAÚSTRE: Deverá ter uma pega mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto e com dois sistemas de suporte de soro deslizável. 30. PISO: o assoalho do salão do paciente deverá conter revestimento em poliuretano, com aplicação no piso do veículo, puro 100%, auto extinguível, 100% sólido sem voláteis, aplicado por spray, monolítico, sem juntas, impermeável, moldado ao assoalho com dureza shore d entre 83 e 93, segundo a norma astm a-2240, resistente a abrasão com perda de massa máxima de 20 gramas segundo a norma astm d- 4060, que proporcione redução de ruídos e vibrações e não gere energia estática, atóxico, que permita limpeza pesada com jato de alta pressão e utilização de hipoclorito de sódio à 3% de concentração, com elastômero bicomponente de alta tecnologia, que oferece várias vantagens, como curarápida, resistênciaà corrosão, abrasão e produtos químicos, além de selar a superfície. O produto aplicado puro é um revestimento elastomérico bicomponente que proporciona diversas vantagens: cura rápida: o produto seca rapidamente, o que facilita e agiliza a instalação. Resistência: é resistente a corrosão, abrasão e produtos químicos, o que a torna ideal para ambientes que exigem durabilidade e proteção. Selamento: o produto sela a superfície, impedindo a passagem de água e a infiltração de líquidos. Aderência: adere a diversos tipos de substratos, o que a torna versátil e fácil de aplicar. Benefícios do piso: o piso revestido em poliuretano puro oferece uma combinação de resistência, durabilidade e facilidade de manutenção. É uma solução ideal para ambientes que necessitam de proteção contra intempéries, produtos químicos e abrasão, tais como áreas de trabalho, garagens, áreas industriais e áreas externa. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação: ensaio de flamabilidade do piso conforme aresolução do contran 498/2014 em nome da empresalicitante; ensaio de migração global conforme a resolução 105/99 da agência nacional de vigilância sanitária em nome da empresa licitante; ensaio de coeficiente de atrito estático do revestimento do piso, conforme abnt nbr 15570/2011 em nome da empresa licitante; apresentar ensaio de tração e rasgamento; carta de solidariedade da empresa fabricante para a empresa licitante. 31. Instalação de cadeira de rodas Rodízios com banda emborrachada e sistema de freios, com diâmetro de 127mm. Sistema de travamento na posição aberta para evitar fechamento involuntário. Capacidade de carga 160kg.

Estrutura em duro alumínio com uniões de encaixe em aço. Não utiliza solda. Base em polímero de alta resistência. Cinto de segurança com sistema de engate automotivo. Sistema de ancoragem (fixação) completo para instalação em ambulâncias. Apoio para os pés em chapa de aço. Sistema de dobra para armazenamento. Manetes de borracha para auxiliar no transporte, sendo dois com sistema telescópico para facilitar o transporte em escadarias. Equipamento não habilitado para utilização em salas de ressonância magnética.

32. Demais equipamentos e materiais complementares a serem fornecidos com a ambulância de acordo com e descritivo técnico, a seguir: a) 01 Extintor de Pó ABS de 6 kg; b) 03 Cones de segurança para trânsito, com altura entre 700 e 760 mm e base com lados de 400 (+ ou — 20) mm, em plástico, na cor laranja, com faixas refletivas de longa durabilidade, de acordo com normas da ABNT, que deverão ser fixados na porta traseira esquerda por um sistema de fixação seguro e que permita a fácil colocação e remoção; c) o Lanterna portátil: Lanterna à bateria e carregador anexo ou incorporado, portátil, que permita no mínimo 08 horas de uso com alta intensidade, corpo em termoplástico resistente a impacto, com peso máximo de 1,5 quilos, com entrada bivolt automática(110 -240 v), bateria recarregável.

33. Design Externo: as cores das viaturas serão brancas, com adesivagem padrão ambulância, composta por cruzes nas laterais, traseira e palavra ambulância invertida no capô, ou adesivagem padrão SAMU 192, assim definidas pelo município.

34. Especificações técnicas dos equipamentos da Ambulância UTI. Aspirador Portátil de Secreções: tipo portátil, elétrico, com bateria recarregável (bivolt automático — 100 v- 240v) com durabilidade de uso superior a 45 minutos quando utilizado fora da rede elétrica. Uso contínuo. Caixa de corpo Único, construída em material resistente ao uso de agentes desinfetantes. Frascos graduados com capacidade de 1200 ml, com válvula de segurança anti-transbordamento. Possuir regulador de aspiração com vacuômetro, indicador luminoso de carga. Vazão: 20 ll/min. Faixa de vácuo: O a 500 mmhg. Bivolt. Deverá possuir sistema de fixação de parede para recarga do aspirador, fonte chaveada de 19v, e bolsa de transporte do equipamento pela equipe. Oxímetro de Pulso Portátil, (transportável) com bateria recarregável, O equipamento deve ser adequado ao uso em transporte extra-hospitalar, ambulâncias e ambientes de remoção. Deverá possuir capa em silicone que proteja o equipamento em caso de queda. Deve possuir visor colorido de LCD de alta resolução, possibilidade de rotação da tela (modo horizontal ou vertic al), 3 modos (Triagem, monitor e gravação), indicar nível de SPO2, frequência Cardíaca, força de pulso, onda pletismográfica e tabela de tendências. Alarmes visíveis e sonoros, ajustáveis e programáveis e tecla de silenciamento. Deve possuir conexão USB para computadores. Software que permita armazenar, visualizar e compartilhar eventos. Capa de proteção e suporte para superfícies planas. Deve possuir bateria recarregável integrada ao equipamento com alimentação Bivolt automático com autonomia mínima de 18 horas. O equipamento deve permitir ser usado mesmo quando estiver sendo carregado na rede elétricapara uso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais com capacidade de monitoramento e no mínimo 100 horas de tendências. O Equipamento deve ser aprovado pelo INMETRO. Ventilador Pulmonar Microprocessado transporte para suporte ventilatório de pacientes Adultos, Pediátricos e Neonatais, Ciclado e volume ou a Pressão, transportável intra/extra-hospitalar e atendimento de emergência, projetado para atender pacientes com insuficiência respiratória. Características mínimas Modalidades VCV (Ventilação Controlada a Volume), PLV (Ventilação limitada a Pressão), SIMV (Ventilação Mandatória Intermitente Sincronizada) e CPAP (Ventilação com Pressão Positiva nas Vias Aéreas). Pressão controle de 1 a 75 cmH20O de 50

	a 100%. FIO2 de 50 a 100%. Peep de O à 60 cmH2O.Possui controle digital direto para os principais parâmetros ajustáveis a cada modalidade Display de cristal líquido apresentando os controles e a monitorização da ventilação. Ajuste de parâmetros com rapidez e precisão através de botão giratório. Manômetro eletrônico paramonitorização das pressões. Botão para inspiração manual. Condição de Stand By ativada manualmente, de forma rápida e precisa. Válvulas de segurança e anti-asfixia incorporadas no equipamento, assim como válvulas de oxigênio, pressão e expiratória com servo-controle eletrônico. Parâmetros ajustados específicos referente a cada modalidade escolhida, com possibilidade de ajustes de sensibilidade por pressão e por fluxo. Válvula de segurança conta asfixia e Pressão Alta. Alarme pressão limite, desconexão, bateria fraca e pressão de O2, com interface blender com ar aspirado do ambiente para concentrações de O2 de no mínimo 50 a 100%. Alimentação 100 ou 220 Vac, com ou sem entrada de bateria externa, bateria interna recarregável com autonomia mínima de 4 horas. Possuir suporte para maca e suporte para parede. Acessórios mínimos que devem acompanhar e utilizáveis para paciente Adulto: 02 (dois) Circuitos autolaváveis para paciente pediátrico; 02 Circuitos autolaváveis para paciente Neonatal; 01(uma) mangueira para conexão de Rede de Oxigênio; 01(um)suporte para fixação em maca para ambulância e demais acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento. Bomba de infusão duplo Canal: CARACTERÍSTICAS: Equipamento, independente e de programação simples. Deverá possuir equipo dedicado com segmento de silicone, Mecanismo peristáltico linear (tipo dedilhamento) Três modos de infusão — Volumétrico, Dose e DERS (biblioteca de drogas) Indicado para neonatologia, pediatria e adultos; Alimentação: Bivolt. Consumo máximo — 29 VA, possuir completo sistema de alarmes sonoro e visual para oclusão, com indicação do local da oclusão, KVO, pressão no sistema, final de infusão, nível de carga e utilização em bateria e monitoramento contínuo do sistema mecânico; possuir controle de contraste, luz do visor, volume de alarme, data/hora. Todo os parâmetros e informações do display deverão ser em português. Cabo de interface 12v; possuir sistema de bolus manual e automático; possuir modo standby; possibilitar cálculo de dosagem, aumento e redução nas taxas de perfusões graduais, e armazenamento de dados; Grau de proteção IP34; Visor colorido; possuir bateria com duração média de 6h. acessórios: Cabo de alimentação (rede elétrica). CARDIOVERSOR, com no mínimo desfibrilação e monitorização adulto e pediátrico. Captação do sinal de ECG pelas pás permanentes, pelos pás adesivas (marcapasso e modo DEA) e pelo cabo de paciente (10 vias para eletrodos descartáveis). Indicação do contato das pás no tórax do paciente, por Bargraph e em texto no display e com leds nas próprias pás. Análise da impedância torácica do paciente e detecção de pulso de marcapasso. Mais eficácia e redução no risco de injúrias cardíacas. Tempo de cancelamento automático da carga configurável. (padrão: 30"). Tempo de carga: menor que 5 segundos (p/ 200 joules). Alarmes configuráveis para eletrodo solto, assistolia, bradicardia, taquicardia, bateria fraca, entre outros. Níveis dos alarmes ajustáveis e tecla de silêncio por 02 minutos. Opcionais de marcapasso, modo DEA e impressora podem ser adicionados no momento da compra ou em upgrades futuros. PARÂMETROS STANDARD, Desfibrilação; Cardioversão; Eletrocardiograma (ECG), de 12 derivações; SOFTWARE PARA REGISTRO DE DROGAS 1 (um) par de pás de choque intercambiáveis adulto/infantil; 1 (um) cabo ECG 10 vias; 1 (um) tubo de gel condutor; 50 eletrodos precordiais descartáveis; 1 (um) cabo de força. Bomba de seringa: com sistema eletrônico microprocessado para administração de soluções, através de seringa previamente instalada, Equipamento portátil, leve e compacto, para infusão de drogas ou medicamentos, por via parenteral de alta precisão, segurança e confiabilidade para pacientes adultos, pediátricos e neonatal. Deverá possuir as seguintes características: Autoteste no início do funcionamento do equipamento; alerta de colocação da seringa na posição

	errada; possuir completo sistema de alarmes sonoro e visual pare oclusão, com indicação do local da oclusão, KVO, pressão no sistema, final de infusão, nível de carga e utilização em bateria e monitoramento continuo do sistema mecânico: possuir controle de contraste, luzdo visor, volume de alarme, data/hora. Todos os parâmetros e informações do display deverão ser em português. Cabo de interface 12v: Possuir sistema de bólus manual e automático; possuir modo standby; possibilitar cálculo de dosagem, aumento e redução nas taxas de perfusões graduais, e armazenamento de dados; Grau de proteção IP34: Visor colorido; possuir bateria com duração média de 6h, taxa de infusão configurável, menor ou igual o fluxo programado. Cabo de alimentação (rede elétrica). Incubadora neonatal de transporte: Microprocessada com cúpula construída em acrílico transparente, com paredes duplas para proteção do paciente contra perda de calor. Base em material plástico de engenharia, garantindo leveza e durabilidade, possuir alças para transporte, dois suportes para cilindros de gases medicinais e um suporte para soro com altura regulável. Ampla porta de acesso frontal e outra porta de acesso lateral, ambas com paredes duplas e rebatíveis; possuir pelo menos 2 (duas) portinholas ovais e 1 (uma) portinhola/manga íris; possuir 1 sensores de pele; possuir no mínimo os modos de operação pele e ar; alimentação bivolt automático; possuir indicação da carga da(s) bateria(s); possuir ne mínimo os seguintes alarmes audiovisuais: circulação de ar interrompida, ausência/falta de energia elétrica e energia da bateria, bateria em carregamento; alta temperatura (ar), baixa temperatura (ar), baixa temperatura (pele), alta temperatura (pele); deve possuir controle microprocessada da temperatura do ar ambiente interno e sensor de temperatura de pele do paciente. Com faixa de controle de temperatura no modo ar 20° a 39°c, no modo rn/pele de 34° a 38°c, resolução de 0,1°c; nível máximo de ruído 60db. Sistema de autoteste das funções e alarmes audiovisuais para falta de energia, falta de circulação do ar, alta temperatura do ar, baixa temperatura do ar, hipertermia, hipotermia e baixa tensão da (s) bateria (s), para-choque que protege todo o perímetro da incubadora. Deve possuir leito removível em material plástico antialérgico com dimensões que permitam adequada ergonomia para cintos de segurança em material macio e resistente, de fácil ajuste e limpeza. Deslocamento do leito para fora, somente na região da cabeça, para permitir manobras de intubação durante a remoção, mantendo a proteção da cúpula sobre o corpo do paciente; deve possuir colchão removível, impermeável e de material atóxico, com espuma com densidade adequada, sem costura, prensada e capa removível. Entrada de oxigênio sem despejo de gás para a atmosfera, permitindo alta eficiência, economia e proteção. Umidificação através de espuma sob o leito, iluminação auxiliar anticofuscante com haste flexível para ajuste do foco. Deve possuir filtro de retenção bacteriológico) deve possuir indicação visual do status ligado/desligado do aparelho; autonomia da bateria de pelo menos 4 horas; possuir carregador automático do tipo/flutuante incorporado possibilidade de alimentação com 12 volts para carregamento. Acompanha: carro de transporte tipo maca em estrutura leve, não ferroso e resistente a choques mecânicos, deverá possuir altura regulável e no mínimo 4 (quatro) rodízios sendo dois com freios, resistente à choques mecânicos, acoplável à ambulância, 2 cilindros em alumínio tipo D ou E para oxigênio com válvula redutorae manômetro, canos de ligação, tubo de oxigênio comregulador e fluxômetro e demais componentes necessários à instalação e funcionamento do equipamento. Possuir registro na ANVISA, e deverá atender as normas vigentes de segurança básica e de desempenho essencial de equipamentos eletromédicos; garantia total de 12 meses, contados a partir da data de instalação, devidamente testado e comprovado o perfeito estado de funcionamento dos mesmos, contra defeitos de fabricação. e demais normas pertinentes, sendo que os itens considerados inadequados, inferior qualidade ou não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério

	do contratante, poderá ser renovado, sem prejuizo nas penalidades pelo atraso inicial. Apresentar na proposta comercial ou habilitação: 35. Qualificação técnica: deverão ser apresentados na proposta comercial ou documentos de habilitação; CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, em nome da própria licitante; CR IBAMA - Certificado de Regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em nome da empresa licitante; Os documentos que estejam em nome da empresa transformadora, deverão ser acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, do contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante, bem como das notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, a serem apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado. Laudo Antimicrobiano do ABS; Declaração da fabricante dos laminados em ABS, informando atendimento a normas JIS Z 2801:2000 (aditivo antimicrobiano) e Resolução do Contran 498/2014 acreditados; Declaração da fabricante/revendedorados revestimentos em ABS Antimicrobiano, autorizando a empresa licitante/transformadora a usar o ABS antimicrobiano em Transformações/Adaptações de veículos especiais do tipo Ambulâncias; Laudo de Flamabilidade do revestimento em ABS; Certificado emitido por laboratório acreditado que comprove que o sinalizador visual atende as normas SAE J575/2021 no que se refere aos ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação, SAE J595/2021 no que se refere aos ensaios de fotometria, cor, taxa de flash de alta temperatura, taxa de flash de baixa temperatura, durabilidade da taxa de Flash; SAE J845/2021 que se refere a fotometria e cor; Strobos - Ensaio realizado por laboratório comprovando que os strobos a serem instalados nos faróis atendem as normas sae j575 e sae j595; Laudo da Barra Sinalizadora; Laudo do amplificador (sirene) atendendo a norma SAE J1849/2020. Catálogo e/ou prospecto do sinalizador redigido em lingua portuguesa e Certificado ISO 9001:2015 da empresa Fabricante; Comprovação de que o produto a ser utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na especificação estabelecidaneste termo de referência, por meio de declaração emitidapelo fabricante, para a empresa licitante; Comprovação de que o produto a ser utilizado na montagem do sistema de sinalizador acústico com amplificador não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ouqualquer outra formade sinal que interfirana recepção de sinais de rádio ou telefonia móvel, por meio de declaração assinada pelo fabricante, juntamente com Ensaios De Compatibilidade Eletromagnética, Atendendo A Norma SAE J1113/11. Flamabilidade para atender o CONTRAN 498/2014 no que se refere a revestimentos internos não metálicos do compartimento de atendimento para os seguintes itens: isolamento térmico, revestimento de parede lateral, revestimento do teto, piso, das portas, da divisória e do estofamento dos bancos; Ensaios de ancoragem da maca e registro na ANVISA. Ensaio de ancoragem do cinto de segurança do banco baú instalados no compartimento de atendimento na carroceria do veículo, conforme disposto na ABNT NBR 14561/2000 em nome da empresa transformadora; Ensaio de ancoragem do cinto de segurança de três pontos do banco do médico conforme norma ABNT NBR 6091/2015, em nome da empresa transformadora; Certidão de inscrição da empresa licitante no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Certidão de registro do do engenheiro responsável pela empresa no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Laudo da mangueira de oxigênio; Laudo da mangueira de ar comprimido; Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50; Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante. Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão do paciente, em nome da empresa licitante. Garantia Mínima: 24 (Vinte e quatro) Meses.
5	**VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO B – SEM EQUIPAMENTOS**

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO VEÍCULO:

Veículo tipo furgão novo, 0 KM, adaptado para Ambulância UTI – Tipo B, com potência de no mínimo de 160 cv, torque de no mínimo 40,8kgfm; compartimento de carga de no mínimo 14 m³; Peso bruto total (PBT) de no mínimo 4.000 kg; tração traseira , teto alto, capacidade para 01 (um) motorista e 01 passageiro na cabine, volante com regulagem de altura e profundidade, vidros elétricos nas portas dianteiras, porta lateral com corrediçae portas traseiras duplas, rodas em aço e pneus com capacidade de carga originais de fábrica. Tanque de combustível com capacidade mínima de 70 L, tanque ARLA32 mínimo: 22 Litros, transmissão manual de no mínimo 6 (seis) marchas à frente e 1 (uma) ré, cor Branca; Trava elétrica, rádio com Bluetooth, devendo atender as normas vigentes que versa sobre o controle de gases poluentes (PROCONVE P8); Especificações Técnicas exigidas pelo CONTRAN; ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante, ar-condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar-condicionado do salão do paciente: O sistema deverá contar com um compressor do tipo 7H15, com capacidade volumétrica mínima de 155 cm³, modelo Sanden ou equivalente, acionado por correia do tipo PK. Este componente é responsável pela compressão do gás refrigerante e deverá apresentar desempenho compatível com a carga térmica exigida em ambulâncias de uso intensivo. Para garantir sua fixação segura e durabilidade, o compressor deverá ser instalado em suporte fabricado em ferro fundido, com alta resistência mecânica e térmica, e adaptável ao motor específico da ambulância. O modelo exato do veículo deverá ser informado pelo fornecedor no momento da proposta, garantindo compatibilidade total com a motorização existente.A unidade condensadora deverá ser do tipo microcanal com fluxo paralelo, composta por condensador em alumínio com espaçamento entre aletas de 5 mm, o que otimiza a dissipação térmica e melhora a eficiência do sistema. As dimensões mínimas do condensador deverão ser de 14,8 por 28 polegadas. A estrutura deverá ser compacta e de fácil fixação na parte superior da carroceria da ambulância, devendo apresentar uma base interna e externa fabricada em ABS de alta resistência a intempéries, como exposição solar, chuva e outros agentes ambientais. O design deve preservar a aerodinâmicado veículo. A unidade deverá incluir eletroventiladores de alta performance, com vazão mínima de 2.800 m³/h, projetados para operação contínua no ambiente veicular. O sistema deverá integrar também um filtro secador em cartucho de zeólito de alta absorção, acoplado diretamente ao condensador, com a função de remover umidade e impurezas do circuito de refrigeração. O peso total da unidade condensadora não deverá ultrapassar 17 kg, a fim de evitar sobrecarga na estrutura da lataria superior da ambulância.A unidade evaporadora HVAC deverá utilizar o sistema tubo-aleta, contando com motor(es) ventilador(es) de alta rotação e longa durabilidade. A vazão mínima de ar deverá ser de 1.500 m³/h, com capacidade de refrigeração mínima de 50.000 BTUs, assegurando climatização adequada do compartimento traseiro da ambulância. O controle de velocidade e temperatura deverá ser totalmente ajustável, permitindo que o condutor ou operador da ambulância tenha pleno comando sobre as condições internas. A unidade deve operar com nível de ruído inferior a 60 dB, garantindo o conforto acústico necessário durante o uso. A válvula de expansão utilizada deverá ser do tipo bloco, com capacidade mínima de 2,5 TR. As partes plásticas do sistema deverão ser fabricadas em polipropileno de alta resistência, utilizando a tecnologiade vacuum forming, conferindo leveza e resistênciamecânica ao conjunto. A unidade também deverá estar equipada com o sistemade purificação ACA Germ System, com módulos de controle PWM (Pulse Width Modulation), que otimizam a ventilação e reduzem o consumo energético do equipamento.O painel de controle digital do sistema de ar-condicionado deverá ser instalado na parte superior do

	painel da ambulância, ao lado do motorista, de forma que o ajuste da temperatura do compartimento traseiro seja feito de maneira prática, segura e ergonômica. A interface do módulo deverá ser retroiluminada, com comandos intuitivos e visíveis mesmo durante a condução. Além disso, o sistema deverá incluir um medidor de vida útil dos componentes principais do sistema de climatização – como motores de ventilação, eletroventiladores e compressor –, oferecendo informações em tempo real por meio de horímetro digital. O painel de controle deverá contar ainda com um sistema de diagnóstico eletrônico avançado, capaz de detectar falhas nos componentes críticos, facilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade e eficiência.O sistema de climatização deverá incluir, obrigatoriamente, um equipamento de purificação e desinfecção de ar do tipo HVAC ACA Germ System, integrado ao ar-condicionado do veículo. Este equipamento deverá empregar tecnologia germicida baseada em radiação ultravioleta do tipo C (UV-C), com comprimento de onda entre 260 e 280 nm, atuando na eliminação eficaz de vírus, fungos, bactérias, odores e partículas em suspensão. O sistema deverá contar com uma malha filtrante com nanopartículas de prata, que atua de forma sinérgica com a radiação UV-C, promovendo inativação microbiana de forma contínua, sem o uso de produtos químicos. O equipamento deverá ainda incluir um ionizador isento de ozônio, que promove a aglutinação e precipitação de partículas ultrafinas sem emitir odores indesejáveis, sem causar náuseas ou interferir nos equipamentos eletroeletrônicos do veículo.O equipamento deverá conter ventiladores de alta potência responsáveis por realizar a sucção do ar interno da ambulância e conduzi-lo a uma câmara selada de desinfecção. Esta câmara deverá ser composta por lâmpada LED UV-C de alta intensidade, módulo com malha filtrante impregnada com nanopartículas de prata e um ionizador não ozonizador. O sistema de purificação deverá funcionar de forma simultânea e contínua com o sistema de ar-condicionado, permanecendo ativo durante 100% do tempo de operação do veículo, sem necessidade de acionamento manual. A vida útil mínima do equipamento deverá ser de 27.000 horas, sem necessidade de substituição de componentes ou manutenções periódicas.Por fim, o sistema deverá dispor de sinalizadores visuais de status, com indicação clara e contínua do funcionamento geral do equipamento, do estado da luz UV-C e do nível de vida útil do sistema. Os alertas deverão ser apresentados por meio de LEDs com cores que indiquem a condição operacional: verde (acima de 100%, normal), amarelo (entre 80% e 100%, atenção) e vermelho (abaixo de 80%, alerta/crítico). Deverá contar com garantia de 36 meses. O fornecedor deverá apresentar Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50, utilizando culturas em meio DMEM,comprovando a redução mínima de 1 log (90%) da carga microbiológica em até 2 horas de funcionamento contínuo; emitido por laboratório independente; Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser

completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. Veículo deverá atender as normas vigentes sobre o controle de gases poluentes; PROCONVE P8 e especificações técnicas exigidas pelo CONTRAN. Garantia mínima de 24 (Vinte e Quatro) meses.

DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO:

1. Dois extintores de incêndio, do tipo pó químico, preferencialmente classe ABC com capacidade de no mínimo 2 kg para o compartimento do motoristae 4 kg para o compartimento do paciente. Ambos os extintores devem estar montados em um suporte seguro e de fácil remoção;

2. Aviso, com os dizeres: "NÃO FUMAR - EQUIPADO COM OXIGÊNIO" e "PRENDER CINTOS DE SEGURANÇA", no compartimento do paciente; Corrimão de teto, com pelo menos 152 cm de comprimento e sobressaindo no máximo 10 cm do teto, montado sobre a área do paciente primário. O corrimão deve ser em aço inoxidável, alumínio ou outro material resistente à corrosão, possuindo terminais curvos ou protegidos e cantos arredondados. Os suportes de montagem devem ser cromados, em aço inoxidável, alumínio fundido e polido ou outro material com resistência mecânica similar e resistente à corrosão. O corrimão deve ser instalado de forma a minimizar a possibilidade de soltar-se e deve atender a um ensaio de tração de 136 kg nos três eixos.; Trava elétrica para todas as portas (cabine e compartimento traseiro) acionadas remotamente.

3. CABINE / CARROCERIA: A estrutura da cabine e da carroceria será original do veículo, construída em aço. Altura interna mínima após transformação deverá ser de 1.800 mm no salão de atendimento (compartimento de carga), com capacidade volumétricanão inferior a 14m³metros cúbicos no total, servido com duas portas traseiras com abertura horizontal de 90 a 270 graus, tendo como altura mínima 1.700 mm, com dispositivo automático para mantê - las abertas, impedindo seu fechamento espontâneo no caso de o veículo estacionar em desnível.

4. Dotada de estribo revestido em aço com tratamento superficial, estribos antiderrapante, ambos de no mínimo 2mm, sob as portas laterais (motorista e passageiro na cabine e porta lateral de acesso ao salão de atendimento), para facilitar a entrada de passageiros sempre que a distânciado solo ao piso for maior que 40 cm, estribo este de dimensões compatíveis com o veículo de acordo com norma da ABNT.

5. Portas em chapa, com revestimento interno inferior e superior em poliestireno ou ABS, com fechos, tanto interno como externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. Na carroceria, o revestimento interno entre as chapas (metálica - externa e laminado - interna) será em poliuretano, com espessura de até 4 cm conforme o veículo permitir, com finalidade de isolamento termo acústico, não devendo ser utilizado para este fim isopor.

6. A intercomunicação entre acabine e o salão de atendimento deverá se dar por meio de abertura que possibilite a passagem de uma pessoa, de formaconfortável ergonomicamente, com acabamento sem arestas ou pontos cortantes. Sendo assim os veículos deverão ser fornecidos com 2 bancos 1/3 na cabine.

7. Deverá ser dotada de degrau ou estribo revestido em alumínio antiderrapante para acesso ao salão de atendimento na porta traseira da ambulância com previsão para entrada da maca retrátil, sempre que a distância do solo ao piso do salão de atendimento for maior que 50 cm para entrada da maca; com dimensões compatíveis com o veículo de acordo com as normas da ABNT, O pneu estepe não deverá ser acondicionado no salão de atendimento. Será o original do veículo, com montagem de bateria adicional.

	8. A alimentação deverá ser feita por duas baterias, sendo a do chassi original do fabricante e uma outra, independente, para o compartimento de atendimento. Essa segunda bateria deverá ser do tipo ciclo profundo e ter no mínimo 150 A, do tipo sem manutenção, 12 volts, instalada em local de fácil acesso, devendo possuir dreno de proteção para evitar corrosão caso ocorra vazamento de solução da mesma. O sistema elétrico deverá estar dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens do veículo e equipamentos especificados neste descritivo técnico para ambulância Tipo D, quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores. O veículo deverá ser fornecido com alternador, original de fábrica, com capacidade de carregar ambas as baterias a plena carga simultaneamente e alimentar o sistema elétrico do conjunto. Independente da potência necessária do alternador não será admitido alternadores menores que 140 A. O sistema deverá contemplar um carregador flutuador de bateria, mínimo 16A bivolt automático, para recarga da bateria auxiliar, quando o veículo não estiver em utilização, este carregador deve ser ligado à tomada de captação externa. Deverá haver um sistema que bloqueie automaticamente o uso da bateria do motor para alimentar o compartimento de atendimento e as luzes adicionais de emergência, quando o veículo estiver com o motor desligado. Este sistema deverá possuir chave solenoide com corpo em material metálico. O compartimento de atendimento e o equipamento elétrico secundário devem ser servidos por circuitos totalmente separados e distintos dos circuitos do chassi da viatura. A fiação deve ter códigos permanentes de cores ou ter identificações com números/letras de fácil leitura, dispostas em chicotes ou sistemas semelhantes, confeccionados com cabos padrão automotivo com resistência à temperatura mínima de 105°C. Eles serão identificados por códigos nos terminais ou nos pontos de conexão. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser fixadas ao compartimento de atendimento ou armação por braçadeiras plásticas isoladas a fim de evitar ferrugem e movimentos que podem resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os diagramas e esquemas de fiação em português, incluindo códigos e listas de peças padrão, deverão ser fornecidos em separado. Todos os componentes elétricos e fiação devem ser facilmente acessíveis através de quadro de inspeção, pelo qual se possam realizar verificações e manutenção. As chaves, dispositivos indicadores e controles devem estar localizados e instalados de maneira a facilitar a remoção e manutenção. Os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas, devem ser à prova de corrosão e de intempéries. Os equipamentos eletroeletrônicos devem incluir filtros, supressores ou protetores, a fim de evitar radiação eletromagnética e a consequente interferência em rádios e outros equipamentos eletrônicos. 9. Deverá conter um Inversor de corrente contínua (12 v) para alternada (110 v) com capacidade mínima de 1.000W de potência máxima continua (não de pico), com onda senoidal pura. 10. O painel elétrico interno, localizado na parede sobre a bancada próxima à cabeceira do paciente, deverá possuir uma régua integrada com no mínimo oito tomadas, sendo seis tripolares padrões USB, além de interruptores com teclas do tipo "iluminadas" ou com indicador luminoso. Deverá possuir um voltímetro para monitoramento da voltagem. As tomadas elétricas deverão manter uma distância mínima de 35 cm de qualquer tomada de oxigênio. 11. Duas tomadas tripolares (2P+T) de 110 y (AC) montadas na parede oposta, na altura da região torácica do paciente secundário (assento da tripulação). 12. Tomada externa (tripolar) para captação de energia instalada na parte superior do lado esquerdo do veículo. Essa tomada deverá estar protegida contra intempéries e a prova d'água (IP66), estando em uso ou não. Deverá ser acompanhada por um fio de extensão de elevada resistência às intempéries e compatível com o sistema de plugues,

tendo no mínimo 20 metros de comprimento. Um transformador automático ligado à tomada de captação, que permita o carro ser ligado a uma rede elétrica tanto de 110 como de 220 VCA e com sistema automático de comutação entre o transformador e o inversor, de modo que, forneça sempre 110 VCA para as tomadas internas.

13. A iluminação do compartimento de atendimento do veículo deve ser de dois tipos: 1. Natural - mediante iluminação fornecida pelas janelas do veículo (cabine e carroceria), com vidros opacos ou jateados com três faixas transparentes no compartimento de atendimento. 2. Artificial - deverá ser feita por no mínimo seis luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 200 mm, em base estampada em alumino cor branca ou injetada em plástico, em modelo LED, podendo utilizar um dos conceitos de Led que seguem: a) Possuir no mínimo 06 leds de 01 Watt cada, tendo cada led intensidade luminosaminima de 40 lumens. b) Possuir no mínimo 50 LEDs de alta eficiência luminosa, tendo cada Led, intensidade luminosa mínima de 7.000 mc e ângulo de abertura de 70° (categoria alto brilho). c) Possuir no mínimo 50 LEDs com intensidade luminosa de 12.000 mc e ângulo de abertura de 20°. d) Possuir no mínimo de 100 LEDs, com fluxo mínimo de 1000 lumens e ângulo de abertura de 120° (categoria alto brilho). Os Leds deverão possuir cor predominantemente cristal com temperatura mínima de 5.350° K e máxima de 10.000° K. Qualquer que seja a opção aplicada, essa deverá contar com lente em policarbonato translúcido. Os acionamentos devem estar dispostos no painel de comando, dentro do salão de atendimento, com interruptores de teclas com visor luminoso individual de acionamento ou com indicador luminoso.

14. A iluminação externa deverá contar com holofotes tipo farol articulado regulável manualmente na parte traseira e nas laterais da carroceria, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180° na vertical.

15. SINALIZACAO VISUAL, sinalizador tipo barra em formato linear, de arco, asa ou similar, com comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm e altura mínima de 55 mm e máxima de 100 mm, instalada no teto da cabine do veículo, sobre a coluna B. O sinalizador visual deve ser dotado de base construída de duas partes integradas, uma deve ser um perfil de alumínio extrudado e outra uma base plástica injetada em polímero ABS na cor preta ou policarbonato cristal. A base plástica deverá ser em peça única ou múltipla, injetada(s), demostrando sinais visíveis de injeção, não sendo permitida outras formas de fabricação com modelagem com vácuo (vacuumforming), etc., mantendo assim sua rigidez e durabilidade. Sobre a base deve ser montada uma ou mais cúpula(s)plástica(s) injetada(s) em Policarbonato transparente, resistente a impactos, descoloração, amarelamento e com proteção UVintegrada a matériaprima, sendo proibido vernizes para estaproteção. A(s)cúpula(s)plástica(s)deverá ser em peca única ou múltipla, injetada, que ocupe a área total do sinalizador, demostrando sinais visíveis de injeção, não sendo permitida outras formas de fabricação com modelagem com vácuo (vacuumforming), etc. mantendo assim sua rigidez e durabilidade. O sinalizador visual deve também possuir no mínimo 16 conjuntos luminosos composto por no mínimo 4 LEDs de 3 W cada, dotados de lente colimadora em plástico de Engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade ou refletor parabólico, distribuídos equitativamente por toda a extensão visível da barra, de forma a permitir visualização em angulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade desde que o design do veículo permita. Sistema deve possuir adaptação luminosa noturna de modo não provocar ofuscamento a outros condutores; Dois dos conjuntos luminosos citados acima, localizados um em cada lado do sinalizador, deverão possuir seus LEDs na cor Branca, funcionando como Luz de Beco, paralelos a lateral da viatura, com acionamento próprio no modulo de controle. Um conjunto no centro do sinalizador voltado para frente a 90° com as laterais da viatura, deve também possuir seus LEDs na cor Branca,

funcionando como Luz de Abordagem com acionamento próprio no modulo de controle. Dos conjuntos luminosos restantes, metade do lado esquerdo (motorista) devem ser na cor Vermelha e metade do lado direito (passageiro) deve ser na cor Azul. Os conjuntos luminosos devem possuir circuito eletrônico que gerenciara a corrente elétrica aplicada nos LEDs, devendo garantir também a intensidade luminosa dos LEDs, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LEDs. O consumo médio da barra, nas funções usuais, deverá ser no máximo de 7 Amperes.

16. LUZES SECUNDARIAS: Sistema de sinalização auxiliar visual composto por 04 (quatro) dispositivos óticos de efeito estroboscópio, sincronizados face a face, sendo cada dispositivo composto por 3 LEDs de 3W cada na cor Branca, dotado de lentes difusoras em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo 02 (dois) na parte dianteira, na grade frontal próximo aos faróis e na altura desses e 02 (dois) na parte traseira no para-choque ou junto ao vidro vigia, sendo 01 (um) modulo de cada lado, e a depender do modelo do veículo fixado mecanicamente a estrutura do mesmo.

17. SINALIZACAO ACUSTICA: Sinalizador acústico com amplificador de potência mínima de 100 W RMS @13,8 Vcc, mínimo de seis tons distintos com pressão sonora de no mínimo 118 dB @13,8 Vcc e entrada para radio transceptor. Composto por Propagador de áudio do rádio transceptor, Sirene com mínimo de 06 (seis) tons, sendo quatro tons contínuos e dois sons momentâneos tipo horn e manual e sistema Amplificador de megafone com ajuste de ganho; com potência de no mínimo 30 W RMS e com entrada para a interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor; ambos devem ser armazenados de forma independente e não podem perder sua configuração ainda que desligados da bateria. O Driver (alto-falante) deve ser específico para utilização em veículos de emergência e viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drivers confeccionadas para aplicação musicais e/ou aplicações de megafone para marketing. O drive deve ser instalado no compartimento do motor.

MODULO DE CONTROLE : Controle de mão para iluminação intermitente principal e secundaria, dispositivo sonoro de emergência e comutação de áudio externo; Teclado em silicone, iluminação de fundo das teclas, sendo a tecla "EMERGENCIA" em vermelho; Teclado em silicone de alta resistênciae durabilidade, textos indicativos das funções na cor preta; Fixação magnética na parte traseira do controlador com proteção para fixação na lataria do veículo; Corrente de Standby nula; Os sinalizadores visual e acústico, bem como outras luzes auxiliares devem ser comandados por modulo de controle único, dotado de microprocessador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos de 25 milésimos de segundo a 2 segundos. Os conjuntos luminosos devem ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LEDs e dispositivos de iluminação não intermitentes; devera o modulo ser capaz de acionar as seguintes funções: Controle paramínimo de três tipos de sinalização (patrulha, emergênciae ponto de estacionamento). Acionamento das luzes de beco e abordagem. Acionamento momentâneo de som de buzina pneumática monotonal (Horn). Acionamento Momentâneo de sirene mecânica recém-ligada; Acionamento rápido do padrão de sinalização emergência, de toque de sirene para programa do, além de saídas auxiliares pré-programadas, através de um único botão; Acionamento de luzes secundarias (estrobo); Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

18. PRESCRICOES DIVERSAS: Veiculos equipados com transceptores: O modulo de controle deve permitir o acionamento do sistemade sinalização audiovisual mesmo com o veículo desligado. O sistemanão poderá gerar ruídos eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios). O

sistemadeverá ser imune a RFI (radio frequência Interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados. Gerenciamento de Energia: Os equipamentos devem possuir sistema de gerenciamento de energia, medindo a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado e desligando os sinalizadores se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor. Os equipamentos formadores do sistema devem possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes. LEDs: Cada LED utilizado nos equipamentos devera obedecer às especificações a seguir descritas: 1) Cor predominante: Vermelho, com comprimento de onda de 610 a 625 mm e fluxo luminoso de cada Led de no mínimo 50 Lumens típico, 2) Cor predominante: Branco, com fluxo luminoso de cada Led Branco de no mínimo 120 Lumens típico; 3) Cor predominante: Azul, com comprimento de onda de 465 a 475 mm e fluxo luminoso de cada Led azul de no mínimo de 40 Lumens típico. Os Leds devem possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos.

19. Sistema de Oxigênio: O veículo deverá possuir um sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido, além de ser acompanhado por um sistema portátil de oxigenação. Sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido (redes integradas ao veículo): contendo um cilindro de oxigênio e um cilindro de ar comprimido de no mínimo 16 litros cada, localizados na traseira da viatura, do lado esquerdo, entre o armário e a porta traseira, em suportes individuais para os cilindros, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes e manômetro interligado; de maneira que se possa utilizar qualquer dos cilindros sem à necessidade de troca de mangueira ou válvula de um cilindro para o outro. Todos os componentes desse sistema deverão respeitar as normas de segurança (inclusive veicular) vigentes e aplicáveis. Os suportes dos cilindros não poderão ser fixados por meio de rebites. Os parafusos fixadores deverão suportar impactos sem se soltar. As cintas de fixação dos torpedos deverão ter ajuste do tipo "catraca". As cintas não poderão sofrer ações de alongamento, deformidade ou soltar-se com o uso, devendo suportar capacidade de tração de peso superior a dois mil kg. No suporte do cilindro onde o mesmo esteja em contato com o cilindro deverá ter aplicação de borracha. O compartimento de fixação dos cilindros deverá ser revestido no piso por borracha ou outro material de características adequadas para proteção da pintura do cilindro e proteções em aço inoxidável onde os cilindros são apoiados para se evitar a ocorrência de ranhuras e desgaste no piso.

20. Na região da bancada, ao lado da cabeceira do paciente deverá existir uma régua quádrupla com duas saídas de oxigênio e duas saídas de ar comprimido, oriundo dos cilindros fixos, composta por estrutura metálica resistente, com fechamento automático, roscas e padrões conforme ABNT. Tal régua deverá ser afixada em painel removível para melhor acesso ao sistema de tubulação para manutenção. A régua quádrupla deverá possuir: fluxômetro, umidificador para O2 e aspirador tipo venturi para ar comprimido, com roscas padrão ABNT, O chicote deverá ser confeccionado em náilon, conforme especificaçõesda ABNT e, juntamente com a máscara de O2, em material atóxico. O projeto do sistema fixo de oxigênio deverá ter laudo de aprovação da empresa habilitada, distribuidora dos equipamentos.

21. O Sistema portátil de Oxigênio deverá ser completo cilindro de Oxigênio, válvula redutora com manômetro, fluxômetro, saída para aspiração com válvula reguladora e circuito do paciente (frasco, chicote, nebulizador e máscara). Este cilindro deve ser de alumínio. Todo o sistema deverá ser integrado em estrutura de suporte, com alça para transporte, confeccionado em material resistente e lavável, e deverá possuir um dispositivo de fixação dentro da

cabine do paciente, seguro e de fácil remoção quando seu uso for necessário. Os sistemas fixo e portátil de Oxigênio deverão possuir componentes com as seguintes características: Válvula reguladora de pressão, umidificador de Oxigênio, todos os itens de acordo com as normas da ABNT. Borboleta de conexão confeccionada externam em plástico ou similar, e internamente em metal, que proporcione um perfeito encaixe, com sistema de selagem, para evitar vazamentos. Sistema borbulhador (ou difusor) composto em metal na parte superior e tubo condutor de PVC atóxico. Extremidade da saída do fluxo de oxigênio em PVC atóxico, com orifícios de tal maneira a permitir a umidificação homogêneado Oxigênio. Fluxômetro para rede de Oxigênio e ar comprimido deverá ser compatível com acessórios nacionais, conforme normas da ABNT. Aspirador tipo Venturi: para uso com ar comprimido, baseado no princípio venturi. Frasco transparente, com capacidade de 500 ml e tampa em corpo de náilon reforçado com fibra de vidro. Válvula de retenção desmontável com sistema de regulagem por agulha. Selagem do conjunto frasco-tampa com a utilização de um anel (o-ring) de borracha ou silicone, Conexões de entrada providas de abas para proporcionar um melhor aperto. Conexões de entrada e saída e boia de segurança normatizadas pela ABNT, com alta capacidade de sucção. Mangueira para oxigênio e ar comprimido: com conexão fêmeapara oxigênio, com comprimento suficiente para interligar o painel aos cilindros. Conexões de entrada providas de abas de alta resistência e normatizadas pela ABNT. Com seção transversal projetada para permitir flexibilidade, vazão adequada e resistência ao estrangulamento acidental. Borboleta de conexão confeccionada externamente em plástico ou similar, e internamente em metal, para conexão aos cilindros e conexões sextavadas em metal para conexões ao painel de forma a proporcionar um perfeito encaixe, com sistema de selagem para evitar vazamentos.

22. Compartimento do motorista deverá ser fornecido com o sistema original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica para ar-condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. Para o compartimento do paciente, deverá ser fornecido um sistema com aquecimento e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 14.561 e sua capacidade térmica deverá ser com mínimo de 30.000 BTUs, possuir unidade condensadora de teto, visando melhor eficiência. O sistema de ar-condicionado do compartimento do paciente deverá ser dotado de sistema de purificação do ar com tecnologia de filtragem.

23. Todos os bancos, tanto da cabine quanto do salão de atendimento, devendo ser dotado de encosto estofado, apoio de cabeça e cinto de segura lavável impermeável e com resistência a intempérie e limpeza. Cinto de três pontos e para o banco do motorista sistema de cinto subabdominal retrátil ou de três de pontos.

24. No salão de atendimento, paralelamente à maca, três bancos laterais tipo poltrona , revestido em courvin lavável impermeável e com resistência a limpeza com sabão e álcool 70% e as intempéries, dotado de cintos de segurança subabdominal ou de três pontos .

25. Na cabeceira da maca, localizado entre a cabine e a maca, ao longo do eixo desta, voltado para a traseira do veículo, deverá haver um banco, de projeto ergonômico, com sistemagiratório de 360 graus e com travamento de pelo menos 8 posições equidistantes a fim de promover total segurança ao ocupante, ajuste em nível e distância adequado para permitir que um profissional de saúde ofereça cuidados à vítima incluindo acesso a vias aéreas.

26. MACA: Maca retrátil, totalmente confeccionada em duraluminio tendo sua estrutura principal em barras retangulares ou circulares; peso total no máximo 40Kg, alças laterais basculantes, com no mínimo 1.900 mm de comprimento, 550 mm de largura e capacidade para pacientes de até 300 kg (testada com no mínimo 500Kkg), com sistema escamoteável de cada eixo acionado por alavancas de retração; com 4 (quatro) rodízios giratórios de 200 mm,

com sistemade freios. Estamaca deve dispor de três cintos de segurançafixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeitasegurançae desengate rápido, sem riscos para a vítima. Deve ser provida de sistemade elevação do tronco e das pernas do paciente em pelo menos 45 graus e suportar nestes itens peso mínimo de 100 kg. A maca deverá ser instalada longitudinalmente no salão de atendimento com a cabeceira voltada para frente do veículo; uma vez dentro do veículo, esta maca deve ficar adequadamente fixa à sua estrutura, impedindo sua movimentação lateral ou vertical quando do deslocamento do mesmo. Quando montada fora da ambulância deverá ter uma altura máxima de até 1.200 mm. Deverá ter no mínimo espaços entre os armários e balcões localizados em ambos os lados da ambulância, sendo no mínimo 120 mm para o armário lateral esquerdo e no mínimo 500 mm para a base / cobertura da caixa de roda traseiradireita. O sistemaque fixa a maça e o assoalho da ambulância deverá ser montado de maneira a permitir o escoamento de líquidos no assoalho abaixo da maca evitando- se o seu acúmulo. A base do banco e as proteções em inox para maca e travas da maca fixas ao piso, devem ser vedadas, com exceção ao guia da maca que deverá ser vedado parcialmente de modo a não permitir o acúmulo de água. Acompanham: colchonete bipartido, confeccionado em espuma ou similar, revestido por material resistente e impermeável, sem costuras ou pontos que permitam entrada dê fluidos ou secreções; demais componentes ou acessórios necessários à sua perfeita utilização.

27. Prancha resgate e salvamento: Prancha de resgate e salvamento, confeccionada de material totalmente impermeável, plástico ou polietileno, não dobrável, lavável, deverá apresentar cantos e bordas arredondadas, com orifícios oblongos nas bordas para passar os cintos e orifícios para pega de mão. Deverá ser leve, com dimensões aproximadas: 1800 mm x 450 mm, não conduzir eletricidade, não possuir soldas ou emendas ou reforços metálicos. Possuir flutuação em água. Ser radio transparente (aos raios-X) e impermeável, deverá permitir a imobilização e o transporte adequado de adultos e crianças, deverá ter no mínimo 30 orifícios, ou seja, orifícios nas extremidades e na parte interna, para permitir a imobilização adequada à crianças e adultos. As duas extremidades deverão possuir formato retangular, deverá possuir em uma das extremidades da prancha, o sistema de acoplagem dos blocos imobilizadores de cabeça, que permita sua regulagem no momento de uso, diretamente na prancha e sem uso de costuras ou velcro, de forma a facilitar a utilização e a higienização adequada. O sistema deverá acompanhar 01 par de blocos para uso adulto e 01 par de blocos para uso infantil, os blocos deverão ser confeccionados de material resistente, impermeável, lavável, livre de tecidos, costuras ou velcros. Deverá possuir orifício central, que abrange a região auricular, e os tamanhos deverão ser diferenciados para uso adulto e para uso infantil, deverá possuir orifícios próprios, diretamente na prancha, para o encaixe dos tirantes de cabeça e de queixo. Todas as costuras da peça são reforçadas com no mínimo duas passadas sobrepostas, tendo até em alguns pontos quatro passadas, com arremate em sistema de retrocesso. Deverá vir acompanhada de um jogo composto por 03 unidades de cinto (01 na cor vermelha, 01 na cor amarela e 01 na cor preta) confeccionado em polipropileno com fecho de engate rápido na cor preta confeccionado em náilon, deverá acompanhar cinto aranha adulto e infantil.

28. CARACTERÍSTICAS DOS MOVEIS: O projeto dos móveis deve ser em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) e todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do CONTRAN Resolução Nº 498, de 29 de Julho de 2014; e a norma JIZ 2801:2000 (antimicrobiano) em sua composição comprovado por laudo de empresa regulamentada, fabricante vinculada também com a empresa fornecedora e a licitante, permitindo rastreabilidade, deverá o seu posicionamento ser adequado, visando o máximo aproveitamento de espaço, a fixação dos equipamentos e a assepsia do veículo. Todas as portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas

durante o deslocamento do veículo. Todas as prateleiras deverão ter batentes frontais, a fim de dificultar que os materiais caiam quando o veículo estiver em movimento. Bancada para acomodação dos equipamentos, com batente lateral de no mínimo 50 mm e borda arredondada. Os armários internos deverão ter as dimensões descritas abaixo as mais aproximadas possíveis dependendo da disponibilidade do veículo: (I) 02 armários superiores para guarda de materiais, com batente frontal; (II) 02 armários para guarda de materiais, com tirantes em nylon de retenção, para evitar que o material ali acomodado caia durante o deslocamento, com batente frontal; (III) 01 armário para guarda de materiais com porta corrediça em policarbonato; (IV) 01 armário para guarda de materiais, com batente frontal.(V) 01 armário para guarda de 2 cilindros de O^2, porta com abertura vertical, abrindo no mínimo 90°, com trinco para impedir a abertura espontânea da mesma durante o deslocamento do veículo; (VI) 01 armário tipo bancada para acomodação de equipamentos, com batente frontal de 50 mm para o apoio de medicamentos e equipamentos, com o comprimento de 1800 mm por 370 mm na profundidade; (VII) 02 gavetas localizadas próximo a divisória, medindo 250 mm no comprimento, 300 mm de profundidade com 70 mm de altura; (VIII) 01 compartimento de lixo, localizado junto a divisória com identificação, medindo 150 mm no comprimento, 150 mm na largura e 200 mm na altura;

29. BALAÚSTRE: Deverá ter uma pega mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto e com dois sistemas de suporte de soro deslizável.

30. PISO: o assoalho do salão do paciente deverá conter revestimento em poliuretano, com aplicação no piso do veículo, puro 100%, auto extinguível, 100% sólido sem voláteis, aplicado por spray, monolítico, sem juntas, impermeável, moldado ao assoalho com dureza shore d entre 83 e 93, segundo a norma astm a-2240, resistente a abrasão com perda de massa máxima de 20 gramas segundo a norma astm d- 4060, que proporcione redução de ruídos e vibrações e não gere energia estática, atóxico, que permita limpeza pesada com jato de alta pressão e utilização de hipoclorito de sódio à 3% de concentração, com elastômero bicomponente de alta tecnologia, que oferece várias vantagens, como curarápida, resistênciaà corrosão, abrasão e produtos químicos, além de selar a superfície. O produto aplicado puro é um revestimento elastomérico bicomponente que proporciona diversas vantagens: cura rápida: o produto seca rapidamente, o que facilita e agiliza a instalação. Resistência: é resistente a corrosão, abrasão e produtos químicos, o que a torna ideal para ambientes que exigem durabilidade e proteção. Selamento: o produto sela a superfície, impedindo a passagem de água e a infiltração de líquidos. Aderência: adere a diversos tipos de substratos, o que a torna versátil e fácil de aplicar. Benefícios do piso: o piso revestido em poliuretano puro oferece uma combinação de resistência, durabilidade e facilidade de manutenção. É uma solução ideal para ambientes que necessitam de proteção contra intempéries, produtos químicos e abrasão, tais como áreas de trabalho, garagens, áreas industriais e áreas externa. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação: ensaio de flamabilidade do piso conforme aresolução do contran 498/2014 em nome da empresalicitante; ensaio de migração global conforme a resolução 105/99 da agência nacional de vigilância sanitária em nome da empresa licitante; ensaio de coeficiente de atrito estático do revestimento do piso, conforme abnt nbr 15570/2011 em nome da empresa licitante; apresentar ensaio de tração e rasgamento; carta de solidariedade da empresa fabricante para a empresa licitante.

31. instalação de cadeira de rodas Rodizios com banda emborrachada e sistema de freios, com diâmetro de 127mm. Sistema de travamento na posição aberta para evitar fechamento involuntário. Capacidade de carga 160kg. Estrutura em duro alumínio com uniões de encaixe em aço. Não utiliza solda. Base em polímero de alta resistência.

Cinto de segurança com sistema de engate automotivo. Sistema de ancoragem (fixação) completo para instalação em ambulâncias. Apoio para os pés em chapa de aço. Sistema de dobra para armazenamento. Manetes de borracha para auxiliar no transporte, sendo dois com sistema telescópico para facilitar o transporte em escadarias. Equipamento não habilitado para utilização em salas de ressonância magnética.

32. Demais equipamentos e materiais a serem fornecidos com a ambulância: Equipamentos e materiais complementares, que deverão ser fornecidos juntamente com a ambulância, de acordo com e descritivo técnico, a seguir: a) 01 Extintor de Pó ABS de 6 kg; b) 03 Cones de segurança para trânsito, com altura entre 700 e 760 mm e base com lados de 400 (+ ou — 20) mm, em plástico, na cor laranja, com faixas refletivas de longa durabilidade, de acordo com normas da ABNT, que deverão ser fixados na porta traseira esquerda por um sistema de fixação seguro e que permita a fácil colocação e remoção; c) o Lanterna portátil: Lanterna à bateria e carregador anexo ou incorporado, portátil, que permita no mínimo 08 horas de uso com alta intensidade, corpo em termoplástico resistente a impacto, com peso máximo de 1,5 quilos, com entrada bivolt automática (110-240 v), bateria recarregável.

33. Design Externo: as cores das viaturas serão brancas, com adesivagem padrão ambulância, composta por cruzes nas laterais, traseira e palavra ambulância invertida no capô, ou adesivagem padrão SAMU 192, assim definidas pelo município. 34. Qualificação técnica: deverão ser apresentados na proposta comercial ou documentos de habilitação; CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, em nome da própria licitante; CR IBAMA - Certificado de Regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em nome da empresalicitante; Os documentos que estejam em nome da empresatransformadora, deverão ser acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, do contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante, bem como das notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, a serem apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado. Laudo Antimicrobiano do ABS; Declaração da fabricante dos laminados em ABS, informando atendimento a normas JIS Z 2801:2000 (aditivo antimicrobiano) e Resolução do Contran 498/2014 acreditados; Declaração da fabricante/revendedora dos revestimentos em ABS Antimicrobiano, autorizando a empresa licitante/transformadora a usar o ABS antimicrobiano em Transformações/Adaptações de veículos especiais do tipo Ambulâncias; Laudo de Flamabilidade do revestimento em ABS; Certificado emitido por laboratório acreditado que comprove que o sinalizador visual atende as normas SAE J575/2021 no que se refere aos ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação, SAE J595/2021 no que se refere aos ensaios de fotometria, cor, taxa de flash de alta temperatura, taxa de flash de baixa temperatura, durabilidade da taxa de Flash; SAE J845/2021 que se refere a fotometria e cor; Strobos - Ensaio realizado por laboratório comprovando que os strobos a serem instalados nos faróis atendem as normas sae j575 e sae j595; Laudo da Barra Sinalizadora; Laudo do amplificador (sirene) atendendo a norma SAE J1849/2020. Catálogo e/ou prospecto do sinalizador redigido em língua portuguesa e Certificado ISO 9001:2015 da empresa Fabricante; Comprovação de que o produto a ser utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na especificação estabelecidaneste termo de referência, por meio de declaração emitidapelo fabricante, para a empresa licitante; Comprovação de que o produto a ser utilizado na montagem do sistema de sinalizador acústico com amplificador não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ouqualquer outra formade sinal que interfirana recepção de sinais de rádio ou telefonia móvel, por meio de declaração assinada pelo fabricante, juntamente com Ensaios De Compatibilidade Eletromagnética. Atendendo A Norma SAE J1113/11. Flamabilidade para atender o CONTRAN

	498/2014 no que se refere a revestimentos internos não metálicos do compartimento de atendimento para os seguintes itens: isolamento térmico, revestimento de parede lateral, revestimento do teto, piso, das portas, da divisória e do estofamento dos bancos; Ensaios de ancoragem da maca e registro na ANVISA. Ensaio de ancoragem do cinto de segurança do banco baú instalados no compartimento de atendimento na carroceria do veículo, conforme disposto na ABNT NBR 14561/2000 em nome da empresa transformadora; Ensaio de ancoragem do cinto de segurança de três pontos do banco do médico conforme norma ABNT NBR 6091/2015, em nome da empresa transformadora; Certidão de inscrição da empresa licitante no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Certidão de registro do do engenheiro responsável pela empresa no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA); Laudo da mangueira de oxigênio; Laudo da mangueira de ar comprimido; Laudo de ação virucida, conforme metodologia DICC50; Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante. Apresentar certificado de garantia de 36 meses do ar-condicionado, do salão do paciente, em nome da empresa licitante. Garantia Mínima: 24 (Vinte e quatro) Meses.
6	***VEÍCULO TIPO PICKUP 4X2 - PEQUENO PORTE -ADAPTADA PARA AMBULÂNCIA TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO.*** Veículo tipo pickup de pequeno porte, 0 km, ano de fabricação 2024/ modelo 2025 ou superior, adaptado em ambulância do tipo A, simples remoção, de cor branca com porta traseira em 2 (duas) folhas, com as seguintes especificações mínimas a saber. Especificações do Motor: Motor 1.3 Firefly FLEX, de quatro cilindros em linha e 8 válvulas - Potência/Torque. Potência: 107 cvcom etanol e 98 cv com gasolina a 6.250 rpm. Torque: 13,7 kgfm com etanol e 13,2 kgfm com gasolina a 4.000 rpm. Transmissão Manual de 5 marchas. Suspensão Dianteira: Independente, McPherson. Traseira: Eixo rígido. Consumo médio estimado pelo fabricante: Cidade – 8,9 km/l com etanol e 12,5 km/l com gasolina / Estrada – 10 km/l com etanol e 14,3 km/l com gasolina. Roda e Pneus 195/65 R15. Freios Dianteira: Disco ventilado. Traseira: Tambor. Peso 1.083 kg. Dimensões: Comprimento: 4.474 mm / Largura: 1.732 mm / Altura: 1.612 mm / Distânciaentre eixos: 2.737 mm / Altura do solo: 209 mm. Capacidade Ocupantes: 2 lugares. Caçamba: 1.354 litros. Tanque de combustivel: 55 l. Ar- condicionado. Barra de proteção do vidro traseiro. Roda em chapa na cor chumbo 5.5 x 15'. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus. Volante com regulagem de altura. Airbag duplo (motorista e passageiro). Alertas de uso de cinto de segurança do motorista. Apoia-pé para o motorista. Apoios de cabeça com regulagem de altura. Bancos em tecido preto com Fiat Flag. Cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura. Computador de bordo. Console central com porta- objetos e porta-copos. Conta-giros. Controle eletrônico de estabilidade. Espelho no para-sol lados motorista e passageiro. Follow me home. Freios ABS com EBD. Ganchos para amarração de carga na caçamba. Grade frontal na cor preta. Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veiculo em subida) Hodômetro digital (total e parcial). Indicador de combustivel. Indicador de trocade marcha; limpador e lavador do para-brisa. Luz de iluminação da caçamba. Luz de leitura. Luzes de posição diurnas. Maçanetas e retrovisores externos na cor preta. Moldura dos para-lamas. Para-choque traseiro com estribos antiderrapantes. Porta objetos nas portas. Porta-escadas. Preparação para Rádio (Cabeamento e Chicote). Protetor de caçamba. Retrovisores externos com comando interno mecânico. Suspensão elevada. Suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais. Tampa da caçamba com nova tecnologia. TC+ (Traction Control Plus). Tomada 12V. Ar-condicionado na cabine do motorista e no compartimento do paciente. Adaptação: confeccionado em fibra de vidro sem emendas para total higienização com comprimento interno mínimo de 2,100 metros, com isolamento termo acústico; Divisória entre cabine do motorista e

	passageiro permanecendo original de fábrica; Piso antiderrapante em fibra de vidro sem emendas para total higienização contendo no mínimo dois metros com trilho em fibra para entrada e saída da maca; Iluminação Interna em LED 12 V, com 02 Tomadas 12 v; Uma janela na lateral com vidro corrediço, fixada sem borracha para melhor vedação e saída de água, com serigrafiapadrão ambulância; Break light na tampa traseira; Suporte para soro e plasma; Maca retrátil com comprimento superior a 1.80 m com a cabeceira voltada para frente do veículo; Com pés dobráveis, sistemaescamoteável, provida de rodízios confeccionados em materiaisresistentes aoxidação; Com pneus de borracha maciça e sistema de freios; com trava de segurança para evitar o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida; Projetadade formaa permitir a rápida retiradae inserção da vítima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa; A maca deve dispor de três cintos de segurança fixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeitasegurançae desengate rápido, sem riscos para a vítima; A maca deve ser equipada com travas rápidas que permitem perfeita segurança e desengate rápido sem riscos para a vítima; Sem corte na lataria para deslocamento da maca dentro da cabine e sem deslocamento do banco carona para frente a fim de maior segurança do passageiro; Armário frontal interno localizado na região superior do teto do veículo em fibra de vidro; Banco lateral revestido em fibra de vidro acompanhando encosto para acompanhante em courvin e cinto de segurança; Suporte para fixação de um cilindro de oxigênio com capacidade de 3 litros, cilindro de oxigênio capacidade de 3 litros - Régua de oxigênio de 03 pontas com fluxômetro / aspirador / umidificador; Rede de oxigênio com válvula e manômetro em local de fácil visualização; Capota com Revestimento interno, laterais, piso e teto, confeccionada em PRFV/ Fibra de Vidro e gel coat orto branco saindo na cor branca direto do molde, totalmente lavável para melhor higienização. O teto da capota em peça única sem emendas das duas laterais do teto, demais emendas calafetadas com colap-u cinza, janela lateral direita, portacom abertura vertical com 02 (dois) vidros colados nas portas traseiras, 02 (duas) molas a gás não podendo ser fixada para dentro da capota para evitar acidentes, sendo assim terá que ser embutidas e com 02 (duas) dobradiças de inox embutidas na tampa com fixação no teto da capota fixadas com 06 (seis) parafusos. Capota com espaço interno para maca de 1.90 sem cortar o carro, vão da entrada da maca com 1395 mm de altura por 1020 mm, largura capota com medida interna de 1480mm de altura, largura acompanha a original do carro. Maçanetas modelo da Montana e trincos, não podendo ser de lingueta. Parte externa pintada na cor branca e calafetada com cola p-u preto. Sinalizador em barra com sirene de um tom; um ventilador interno no teto da ambulância com proteção de cúpula de e fibra; um exaustor interno no teto da ambulância com proteção de cúpula de fibra; Break light na tampa traseira. Apresentar engenheiro responsável pela adaptadora, ele terá de apresentar seu registro vigente no CREA. Apresentação do CAT e CCT ou ISO do licitante ou transformador, evitando assim a utilização de documentação de terceiros. Garantia 12 meses.
7	**UNIDADE MÓVEL VETERINÁRIA (CASTRAMÓVEL) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, 0KM, TIPO FURGÃO. ANO/MODELO MÍNIMOS 2025/2026** CARACTERÍSTICAS GERAIS DO VEÍCULO: Veículo automotor adaptado para unidade móvel veterinária (castramóvel) Garantia Mínima de 24 (Vinte e Quatro) meses; Motor a diesel; Cilindrada mínima de 2.000cc; Capacidade mínima: 14M³; Volante com regulagem de altura e profundidade; Direção elétrica; Distânciaentre eixos de no mínimo de 4.300 mm; Comprimento mínimo: 6.900MM; Altura do salão de passageiros: 2000MM; Motor com potênciamínimade 170 cv, com torque de no mínimo 39 Kgf.m; Freio de estacionamento; Transmissão manual com no mínimo 6 marchas a frente e 1 a ré; Tração traseira; Volante com Regulagem de Altura e Profundidade; Freio a disco nas 4 rodas; Tanque de combustível com no mínimo 70 litros; Tanque arla32: 20 litros; Air bag; Comprimento total de no mínimo 5.932 mm; PBT mínimo: 4.000 KG; Vidros dianteiros elétricos; Trava elétrica; Iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios; Pintura sólida branca; Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contrafuros de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de

	estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. O veículo deverá ser dotado de sistemade ar-condicionado com coberturatotal em seuinterior. O fornecedor deveráapresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação, relatório técnico de ensaio de conforto térmico, realizado em nome da empresatransformadorae/ouda empresalicitante, com o objetivo de comprovar que o sistemade climatização, aliado ao isolamento térmico do veículo, atende aos requisitos de desempenho térmico e conforto ambiental, assegurando condições adequadas de temperatura e ventilação no interior da cabine e salão, em conformidade com a NBR 15570 e outras normas vigentes. Acessórios Obrigatórios. Protetor de cárter; Jogo de tapetes de borracha completo da cabine; Rádio AM/FM digital e MP3 com conexão USB e sistema de alto-falantes para cabine; Air bag duplo frontal (motorista e passageiro); reios ABS: a discos ventilados (dianteiros) e discos ou tambor (traseiros); Apoios de cabeça bancos dianteiros (motorista e passageiro); Cintos de segurança dianteiros de 03 pontos (motorista e passageiro); Travas elétricas das portas e vidros com acionamento elétrico (portas dianteiras). Emplacamento. O veículo deverá ser entregue emplacado na categoria Motor Casa. Adaptação Interna. Deverá ser desenvolvida para atendimento a castração de animais de pequeno e médio porte com ambiente climatizado; O equipamento deverá ser projetado para promover um atendimento com segurança microbiológica no ambiente interno conforme estabelecido no termo de referência, desenvolvido de acordo com os requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Documentação Técnicapara projeto da Unidade. CAT – Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito do veículo ofertado na modalidade MOTOR CASA – DENATRAN em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 do SENATRAN; CCT - Certificado de Capacitação Técnico Operacional – INMETRO do veiculo ofertado; CREA – Certidão de Registro de Pessoa Juridica; CREA - Certidão de Registro Profissional no CREA;CREA - Certidão de Responsabilidade Técnica e Pessoa Juridica no CREA; Os documentos acima deverão ser apresentados como forma de qualificação técnica da licitação; ART – Anotação de Responsabilidade Técnica; NR17 – Ergonomia; NR32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde; ABNT NBR – 5410/2005 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão; NBR – 13570/1996 - Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público – Requisitos Específicos; NR – 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NBR- 5419/2015 – Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica; ABNT NBR 15465 (Eletrodutos);

ABNT NRB NM 60868 (Disjuntores);

ABNT NBR 8995-1 (Iluminação);

ABNT NBR 16401-1 (Ar-condicionado);

ABNT NBR 15465 e NBR 5410 (Elétrica - Cabos flexíveis);

Infraestrutura Elétrica

Desenvolvida para alimentação de equipamentos (internos) com 220 volts, alimentação externa através da concessionária na rede de baixa tensão, 220 volts bifásico.

Comando Elétrico

Comando elétrico composto por DPS (dispositivo de proteção contra surtos) e Dispositivo de proteção elétrica ao Usuário, proteção contracontatos indiretos por seccionamento automáticoda alimentação, assegurada por dispositivos a corrente diferencial-residual e disjuntores bipolares térmicos contracurto-circuito e sobrecargas de energia, contatos especiais de prata, que atendam à norma NBR NM 60868, tensão de trabalho 220V, frequência 60 Hz, temperatura ambiente -20°C, +50°C, grau de proteção IP 20, IP em painel e fixação de encaixe perfil DIN 35 mm;

Tomada de sobrepor IP 67, blindada à prova de água, para receber o cabo de conexão à rede pública;

Painel de Comando secundário (não estabilizado), composto por chave disjuntores de proteção, bipolar de entrada (geral), tipo blindados, curva e potência de acordo com a demanda de energia de cada tomada e dentro das normas ABNT, para o desligamento simultâneo, parcial ou total do comando;

Sistema de visualização de consumo e tensão, com referência ao sistema das opções de entrada de energia, sendo previsto para cada fase de entrada;

Cabos flexíveis antichamas dimensionados conforme especificações da ABNT 15465 e NBR 5410, instalações em todos os ambientes, embutidas e adequadas para cada ambiente;

Condutor flexível de fios de cobre eletrolítico, temperamole, isolação compostatermoplástico polivinila PVC (105°C) com características especiais quanto à não propagação e auto extinção do fogo. 6.7 Tomadas de 220 volts, padrão NBR 14136 com identificador de tensão, placas em termoplástico isolante, módulos com bornes automáticos;

Cabo externo para conexão à rede pública de energia elétrica:

Extensão para conexão elétrica: desenvolvida para conexão na rede da concessionária, confeccionada com cabo PP 03 (três) vias, isolamento em dupla camada de composto de PVC flexível com elevada resistência mecânica e flexibilidade, 25m de comprimento, uma das extremidades com plug macho IP 67 blindado à prova de água e adaptador tipo garras para conexão no quadro elétrico externo.

A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de conformidade das instalações elétricas do projeto apresentado, devendo conter minimamente dados de tensão, potência ativa, reativa, aparente, corrente elétrica, fator de potência, energia reativa, níveis de tensão e operação durante carga plena do sistema, avaliação de queda de tensão, avaliação das condições gerais das instalações conforme NBR 5410, NR10, vigentes ao ano de fabricação, laudo das instalações do sistema de ar condicionado devendo conter corrente de operação e temperatura da unidade quando em funcionamento, apresentar laudo termográfico dos sistemas elétricos e todo e qualquer, quadros, cabeamento, disjuntores, transformadores, e todo e qualquer componente atrelado as instalações elétricas, o laudo deve ser elaborado por profissional habilitado (engenheiro eletricista) com registro ativo no Crea de sua região, e acompanhado de Anotação de responsabilidade técnica, atestando a completa regularidade do sistema.

	Deverá ser emitido novo laudo na entregada Unidade Móvel contratada, o equipamento deve passar por periciaexterna para verificação do dimensionamento de cabos e se existem vícios de operação, erros dos operadores ou qualquer problema de natureza semelhante, além de vícios ocultos por meio de medições dos sistemas e estudo termográfico que indicará qualquer tipo de mal contato ou componentes defeituosos, garantindo a liberação da unidade para operação com segurança e confiabilidade. Iluminação Interna: Luminárias embutidas, do tipo Plafon LED SLIM (110-240v) Luz difusa, branco neutro 4000k, em quantidade adequada à dimensão e aplicação de cada ambiente conforme norma ABNT NBR 5413; Iluminação de emergência: Em cada ambiente no mínimo 01 luminária de led 12v 7,5w; Externa: 02 (dois) Refletores LED 20W bivolt IP66 (Resistente a água e poeira); Interruptores de placa em termoplástico isolante, acabamento branco ou outra cor que harmonize com o revestimento, 10 A – 250 V; Climatização dos Ambientes Deverá conter um sistema de ar condicionado para a cabine do motorista (original de fábrica ou instalado por empresa homologada pela fabricante); Deverá conter um segundo sistema de ar condicionado para o compartimento traseiro, com capacidade para fornecer e manter o ar limpo no nível especificado de temperatura interna; O sistema deve ter a capacidade de manter a temperatura interna entre 22 a 24 graus Celsius quando a temperatura externa estiver acima desta marca com as portas fechadas; Aparelho de ar condicionado de teto tipo RV 'recreation vehicles', próprio para unidade móvel, sem dutos de refrigeração, para funcionamento com o veículo parado e motor desligado usando energia elétrica externa 220 volts, chicote elétrico e rede independente e com conectores selados, sendo vetado à instalação de ar condicionado residencial tipo split ou cassete; Capacidade de refrigeração mínima nominal de 15.000 BTUs; Controle remoto sem fio; Compressor rotativo; Montagem de scroll moldado que elimina as turbulências de ar que inibem o fluxo de ar, sem fugas de ar; Cobertura em polímero AES resistente a raios UV, com design aerodinâmico; Bandeja base pintada com pó com proteção contra corrosão, estrutura em aço industrial; Força elétrica 115V, 60 Hz, aproximadamente 3.500 watts; Consumo de energia 300 Ma max; Fluxo de ar (CFM), em alta velocidade, 325 l/min. A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de Eficiência e Conformidade do Sistema de Ar-Condicionado, atendendo às normas vigentes da ABNT, tais como a NBR 16401 e demais legislações aplicáveis. O laudo deverá conter, no mínimo, os seguintes dados: capacidade térmica (em BTU/h ou kW), consumo de energia elétrica (em kW), eficiência energética (COP - Coeficiente de Performance), temperatura de operação das unidades evaporadora e condensadora, pressão de trabalho (alta e baixa), corrente de operação, e condições de ventilação e exaustão.

Além disso, o laudo deverá incluir a medição da temperatura do ambiente climatizado durante o funcionamento do sistema em carga plena, avaliação da uniformidade de temperatura, níveis de ruído e a verificação da qualidade do ar interno. A avaliação das condições gerais de instalação deve considerar as orientações da NBR 5410 e NBR 13971, relativas à adequação elétrica e de refrigeração.

Deverá ser apresentado também um laudo termográfico dos componentes elétricos do sistema de ar-condicionado, incluindo o quadro de força, cabeamento, disjuntores e demais dispositivos, com a finalidade de identificar possíveis pontos de aquecimento ou falhas de contato. O laudo deve ser elaborado por profissional habilitado (engenheiro mecânico ou eletricista) com registro ativo no Crea de sua região, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atestando a conformidade e regularidade do sistema.

Na entrega do equipamento, um novo laudo deverá ser emitido após perícia externa, para verificação do dimensionamento adequado de cabos e possíveis vícios ocultos, através de medições e estudo termográfico. Este laudo garantirá que o sistema de ar-condicionado esteja operando de forma segura, eficiente e de acordo com as normas aplicáveis, certificando a confiabilidade da unidade para operação.

9: Tecnologia de Descontaminação Ativa do Ar

Para promover a segurança biológica da unidade contra microrganismos como bactérias e vírus (inclusive Covid-19), deverá ser previsto sistema de descontaminação ativa do ar para promover a desinfecção do ar e superfícies, sendo considerado para todos os ambientes;

Deverá prover descontaminação do ar através de oxidação induzida por uma luz ultravioleta no espectro UV-C a uma frequência de 254 nanômetros em uma superfície alveolar impregnada de metais como o dióxido de titânio, prata e cobre, além de uma cobertura hidrofílica;

Os oxidantes gerados nesse processo devem ser radicais hidroxilas, radicais hidroperóxidos, íons superóxidos e peróxido de hidrogênio no estado gasoso;

A concentração desse composto gasoso, principalmente do gás peróxido de hidrogênio, não deve exceder 0,2 PPM (limite tolerado para promover a desinfecção do ambiente sem causar danos à saúde humana);

Durabilidade mínima de 17.000 horas de uso ininterruptos;

Elétrica: 120-220 V;

Corrente 0,38A @ 120V;

Potência máxima: 45 watts;

Temperatura de operação: -5°C até 55°C;

Cobertura: até 50 m² cada unidade.

Prescrições

A licitante deverá apresentar em sua proposta de preços a marca e modelo, e anexar encartes técnicos do fornecedor do sistema ofertado, incluindo imagens, descrição, características, especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto;

Apresentar estudo de validação de eficiência de órgãos oficiais nacionais; 9.11.3 Apresentar Relatório de ensaio do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) comprovando redução de microrganismos atingindo no mínimo 80% de redução em 24 horas de funcionamento; 9.11.4 Documentos estes que deverão ser apresentados com comprovação de vínculo com a empresa fornecedora da tecnologia e a licitante, garantindo o pleno atendimento aos pré-requisitos de

	proposta, fornecimento e garantias. Infraestrutura de Transmissão de Dados (Internet) e Rede. Deverá ser instalado 01 (um) roteador com as seguintes caracteristicas: Velocidade mínima na rede Wireless local de 300 Mbps; 01 Porta padrão ethernet RJ-45 10/100 Mbps POE MDX/MDIX - WAN; 04 Portas padrão ethernet RJ-45 10/100 Mbps POE MDX/MDIX - LAN; 01 Entrada de alimentação 12V DC; 01 Indicador Power - Alimentação; 01 Indicador CPU - Funcionamento do aparelho; 01 Indicador WLAN - Funcionamento da rede sem fio; 01 Indicador WAN - Funcionamento da porta WAN; 04 Indicadores LAN - Funcionamento das portas LAN; Deverá incluir 01 (uma) Antena (Recepção do sinal da operadora) para conexão de Internet de longo alcance (2G/3G/4G) com antenadirecional de alto ganho integrada, desbloqueado para aceitar chip (micro) das operadoras; Velocidade de download de 70 Mbps; Conexão Ethernet para Roteador WiFi; Alimentação: 12 VDC; Tecnologia de Bandas de frequência:4G: 700, 850, 900, 1700, 1800, 1900, 2100 e 2600 MHz; 3G: 850, 900, 1900 e 2100 MHz;2G: 850, 900, 1800 e 1900 MHz; Produto protegido contraraios UV, entrada de água e poeira; Tomadas RJ45: Modelo 4x2 (na quantidade de pontos necessários a conexão dos equipamentos especificados em projeto). Infraestrutura Hidráulica. Estrutura hidráulica desenvolvida para alimentação das torneiras e equipamentos, composta por: Rede de tubos flexíveis monocamada (do tipo PEX), apropriados para suportar os esforços mecânicos da estrutura sem que ocorram trincas e vazamentos; Conexões em PVC reforçado e abraçadeiras em aço carbono. Cubas em Inox. Cubas de aço inox polido, fabricadas em Aço Inox 304, com 0,7 mm de espessura e acabamento acetinado; Bordas lisas e no mínimo 14 cm de profundidade, com no mínimo 300mm de diâmetro para assepsia. Torneiras Clínicas. 01 unidade de uso profissional, acabamento cromado, de mesa com acionamento por cotovelo que dispensa o contato manual, evitando contaminação cruzada; Torneira do tipo bica móvel com direcionamento e regulador de vazão removível, que atenda a norma NBR 5626 e NBR-9050; Conexão de ½"; Medidas aproximadas: Altura: 28,5 cm; Profundidade total: 18 cm; Largura: 4 cm. Tanques de Polietileno. Um tanque de polietileno de 45 litros para água limpa; Um tanque de polietileno de 45 litros para água servida. Ponto para abastecimento de água limpa: Mangueira em PVC reforçado com malhainterna de fios de poliéster com diâmetro de ½"; 10 (dez) metros de comprimento, utilizadapara abastecimento de água limpa. Ponto para descarte de água utilizada: Mangueira em PVC com diâmetro mínimo de ¾"; 10 (dez) metros de comprimento, utilizada para descarte de água utilizada. Indicadores de nível com mangueira translúcida: Para água limpa e água servida. Bomba Auto Pressurizada Hidráulica. Tipo marinizada, com pressostato para água doce de no mínimo 2.9 GPM / 11,0 Litros por minuto; Pressão de saída de 40 PSI (2,7 Bar); Elevação vertical de no mínimo 1,8m; Corrente de 5,0 amperes – 12V. Mangueiras das Ligações Hidráulicas: Mangueira Cristal trançada, composta por tubo interno de PVC flexível (policloreto de vinila); reforçada com uma camada de fios de poliéster e cobertura externa em PVC flexível (policloreto de vinila). A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação, Laudo de co nformidade das instalações hidráulicas do projeto apresentado, devendo conter minimamente, testes darede de esgoto com escoamento por gravidade comprovando à estanqueidade e declividade, com avaliação de velocidades de escoamento e possíveis imperfeições executivas que causem deformidades às linhas permitindo o acúmulo de detritos e sedimentos no interior das tubulações. Testes da rede de esgoto com escoamento bombeado comprovando a estanqueidade quando pressurizada com água limpa com carga 50% superior à pressão estática máxima projetada para a instalação, devendo ser mantida nesta condição durante 2 horas sem vazamentos. Todos os testes e ensaios deverão ser registrados em formulários padronizados, os quais deverão conter basicamente a identificação do teste, norma aplicável, dia e hora do ensaio, medições obtidas, parecer técnico, nome e CREA do responsável. Deverá ser emitido novo laudo no ato da

	entrega da Unidade Móvel contratada. Revestimento Interno. Composto de estruturada carroceriae reforços em tubos de aço de no mínimo 30x30mm com parede de 1,2mm SAE 1010/1020 e chapas de aço 14 SAE 1020. Paredes e as caixas de rodas se expostas deverão possuir revestimento idêntico aos das paredes, que deverão ser revestidas de material lavável e resistente aos processos de limpeza e desinfecção comuns as superficies hospitalares em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) termoformados com espessura mínima de 3mm moldada conforme geometria do veiculo, todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do Contran Resolução Nº 498, de 29 de Julho de 2014 e a norma JIZ 2801:2000 (antimicrobiano) em sua composição; este material deverá ter aditivo antimicrobiano em sua composição comprovado por laudo de empresa regulamentada, fabricante vinculada também com a empresa fornecedora e a licitante, permitindo rastreabilidade; Forma da superficie deverá promover o melhor aproveitamento do espaço interno, em conformação com os ângulos, curvas e envolvendo todas as colunas e partes estruturais; Painéis Deverão possuir resistência quimica, baixo índice de absorção de água, estabilidade dimensional e apresentar alta resistência à abrasão. Cor branca; As arestas, junções internas, deverão ser construídas de forma que evite formações pontiagudas, a fim de aumentar a segurança e favorecer a limpeza local. O interior deveráestar isento de cantos vivos, todas as bordas devem ser arredondadas e/ou chanfradas. Tudo que constituir obstrução à cabeça e que possa ser perigoso a pessoas, deverá ser evitado. Os painéis deverão ser instalados de maneira que não ocorra flexão, deflexão, empenamento ou vibração; Sob o revestimento deverá ser previsto Isolamento Térmico/Acústico com a finalidade de reduzir o impacto da temperatura externa para dentro da unidade móvel, o isolamento térmico deverá ser aplicado através de isolante de P.U. (Poliuretano) em placas com no mínimo 30 mm de espessura e no mínimo 36 kgm³ de densidade, instaladas no teto, laterais (exceto janelas), traseira, entre a chapa externa e o revestimento interno; . A licitante deverá apresentar a marca e modelo do material ofertado e anexar aos documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, caracteristicas e especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto. Assoalho. Compensado Naval: Compensado naval revestido em Passadeira vinílica. Especificação Técnica: Lâminas de madeira selecionadas, sobrepostas em sentido alternado, uma a uma, em número ímpar, com capas no mesmo sentido. Capa (lâminas externas) e miolo (lâminas internas) de Pinus reflorestado; coladas entre si com resina fenólica WBP certificação ISO 9001, resistente a água: LD 380 g/m² e com teor mínimo de sólidos em 35 pontos percentuais; prensadas a uma temperatura média de 135ºC e à pressão específica de 15 kg/cm². Passadeira Vinílica: Passadeira Vinílica - Deverá ter no mínimo as seguintes especificações: Alta resistência à abrasão; possuir tratamento ante bactéria na superficie com índice de PU anti - contaminação. Que tenha composição heterogênea e não porosa. Resistência a intenso tráfego de pessoas e móveis sem alteração ou danificação do produto, Mantas de 2m de largura com espessura mínima de 1,5mm com capa de uso de 0.70mm (Wear Layer). Ambientes internos. Mobiliários Confeccionados em chapas de compensado laminado Naval, material resistente a ação de água e fungos, dimensionados para resistir aos esforços exigidos no deslocamento e uso, com espessura nas partes estruturais de no mínimo 30mm e nas demais partes com no mínimo 15mm. Design limpo com cantos arredondados e revestimento interno e externo em laminado de alta pressão (material sanitário, liso e de fácil limpeza), ferragens (dobradiças, corrediças, articuladores.) em aço com tratamento antiferrugem de alta durabilidade e resistência; Obs. Todo Mobiliário terá travas para evitar a abertura durante o deslocamento da unidade

Estrutura interna

01 (uma) Mesa de atendimento em compensado; 01 (um) Armário aéreo com porta basculante acionada por articuladores metálicos de alta resistência mecânica durabilidade, ou de correr com as mesmas propriedades de durabilidade; 01 (um) Gabinete com no mínimo 01 portaem compensado com cuba em inox; 02 (dois) bancos mochos; Divisória entre a cabine do motoristae o ambiente da sala, confeccionada em estrutura de compensado laminado naval revestida em ACM; Fechamento na porta de acesso lateral e portas traseiras em compensado laminado naval com revestimento em composto ACM nas duas faces com porta em Acrílico com película branca (blackout) com puxador metálico, para evitar entrada de massa de ar quente para o ambiente;

01 (um) porta álcool gel em aço Inox; 01 (um) porta sabonete líquido em aço Inox; 01 (um) porta papel toalha em aço Inox; 01 (uma) lixeira 10l em aço inox;

16.3 RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

16.4 01- Autoclave 12l: (01 unidade) Câmara de esterilização em aço inoxidável. Autoclave de no mínimo 12 litros digital semiautomática para esterilização a vapor saturado com sistema gravitacional de remoção de ar. Painel digital; Bivolt 127/220 VAC / 50Hz – 60Hz Placa eletrônica com microcontrolado Painel frontal de membrana Manômetro com escalas de pressão e temperatura Ciclo de trabalho automático Secagem com porta entreaberta / fechada Termostato de segurança para proteção da resistência e sobre aquecimento da câmara Sensor de pressão Válvulas de segurança (anti-vácuo e sobre pressão) Abastecimento de água manual Anel de vedação da porta em silicone Porta com fechamento através de trava Câmara em aço inoxidável, revestida com material isolante ao calo r Fusível de proteção para sobrecorrente Mangueira, abraçadeira e copo.

16.5 02- Gaiola para pré-cirurgia e pós-cirurgia: (02 unidades) para uso na área externa, deverá ser confeccionado em aço com pintura eletrostática;

16.7 03- Mesas cirúrgica veterinárias, 116 cm x 70 cm (comprimento x largura): (02 unidades) confeccionadas em aço inoxidável com pés tubulares e dreno para escoamento;

16.8 04 – 01 (um) Foco Auxiliar Cirúrgico Deverá ser móvel, preferencialmente instalado no teto para atendimento as 02 mesas cirúrgicas; Cúpula: 200mm, intensidade Luminosa: 1 cúpula 38mil Lux +/-5% (Em comparação a iluminação de lâmpada comum, a potência é 3x maior), temperatura da Cor: 3.200°K / 4.200°K +/- 200°K, leds: 12 por Cúpula, vida útil: +/- 20mil horas, alimentação: 110V ou 220V automático.

01 (um) Sistema de provisão de oxigênio no ambiente cirúrgico

Especificações: Volume hidráulico de 15 Litros, capacidade para 2,25 m³, com

pintura primer anti corrosiva e pintura final na cor oficial do gás, válvula reguladora com fluxômetro, umidificador completo, carrinho para transporte e armazenamento, conector para máscara, máscara veterinária média.

EX-06: 01 (um) Aparelho de anestesia inalatória c/ respirador controlado

VENTILADOR digital Microprocessado, com display de cristal liquido com back light, Indicando funções ventilatórias VCV e PCV.

Classificado como gerador de fluxo contínuo ciclado a tempo e ou volume, limitado por volume e ou pressão. Ajustes de Tempo Inspiratório Frequência, Relação, Pressão Máxima e Volume Corrente, permitindo ventilação manual e controlada. Manômetro digital de Pressão Inspiratóriacom escalade 0 a 80 cm/H2O (bargraph e display de 2 dígitos). Alarme audiovisuais para desconexão. Pressão inspiratória mínima e máxima O Ventilador funciona com Oxigênio

	ou AR Comprimido medicinal VAPORIZADOR com câmara Universal de Borbulhamento transparente com capacidade para 100 ml de agente anestésico. FILTRO VALVULAR completo com traqueias adulto (22mm x 1200mm) de elastômero autoclavável, para montagem de sistemas respiratórios com absorção de CO2. Canister translúcido de 1000g. Válvulas Unidirecionais Inspiratória e Expiratória, desmontáveis e com tampa transparente. FLUXÔMETRO e escala de 0,2 a 07 l/min para Oxigênio e botão de controle de fluxo c/ proteção de 360° contra acionamento acidental. Válvula de Oxigênio direto e alarme de pressão baixa de oxigênio Montado sobre Carrinho com rodizios e gaveta. 01 (um) Monitor Multiparametros; Equipamento para monitoração anestésica contemplando a mensuração da temperatura corporal, oximetria, pressão arterial não-invasiva e eletrocardiograma; monitor Multiparamétrico 12' touch screen. Especificações: Multiparamétrico de 12 polegadas, 01 Cabo de ECG 05 vias, 01 Cabo de Temperatura, 01 Cabo de SpO2, 01 Cabo Extensor NIBP (PANI), 01 Jogo com 05 Manguitos de 01 via - Tamanhos: 1, 2, 3, 4 e 5, 01 Manual em Português. 01 (um) Aspirador cirúrgico; Especificações: Motor: 1/30 Hp, Bivolt, Capacidade para 1,3 litros, Vácuo máximo: 22 polegadas de Hg, Válvula de Segurança: contra transbordamento do frasco, Vazão Livre: 15 Lt/min, Peso: 2,3 Kg, Frequência: 60 Hz, Consumo: 122 VA em 127V, 94 VA em 220V; Itens incluso: 1 Bomba de vácuo, 1 Frasco coletor, 1 Tampa com válvula de segurança, 1 jogo de cânula com 3 unidades, 1 tubo de silicone com 2 metros, 1 pedal (interruptor). 01 (um) KIT AMBU; Equipamento básico para intubação endotraqueal, compreendendo laringoscópio, sondas endotraqueais de tamanhos compatíveis ao porte dos animais e ressuscitador (Ambu) – Metalvet; Equipamentos 01 kit laringoscópio em aço inoxidável com 4 lâminas curvas 01 kit sonda endotraqueal 01 ambu grande de 1600 ml para reanimação manual com balão de Silicone. Autoclavável; 01 (um) Colchão térmico com capa de pvc tamanho 100X50 CM Fabricado em nylon com tratamento impermeável, tamanho 100 x 50cm, forração interna em poliéster com proteção anti-chama, controlador de temperatura com 2 estágios de temperatura, possui também dois sensores de segurança para diminuir o risco de queimadura do animal. 05: 01 (um) Extintor de incêndio de 4Kgs + suporte metálico; No salão de atendimento deverá ser previsto um extintor de incêndio padrão ABC com no mínimo 4kg com suporte metálico, o extintor deverá ter suporte removivel para que possa ser disposto na área externa próxima ao atendimento externo ou entrada do consultório C2; INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS: Todas as instalações devem seguir os requisitos recomendados pelos fabricantes dos equipamentos e os padrões e/ou normas técnicas vigentes, a fim de não prejudicar a garantia original dos equipamentos. O projeto de instalação final deverá ser previamente validado pelo fabricante dos equipamentos, prevendo sistema de fixação, dimensionamento elétrico e plano de transporte de peças e equipamentos transportados sem fixação permanente (soltos na operação) dentro da unidade; Área Externa Toldo: Toldo deverá ser instalado na lateral direita do veiculo, do tipo Box, com acionamento manual; Lona em cor a ser definida pela contratante, confeccionada em tecido de poliéster de alta tenacidade, conferindo maior resistência mecânica, e revestida com filme de PVC flexível, totalmente impermeável, com aditivos antioxidantes, contra raios

ultravioleta (para retardar o desbotamento das cores ao longo do tempo) e proteção contra fungos (inibe a formação de bolores e proliferação de fungos); Lona impermeabilizada e vedada com selante elástico, monocomponente, de baixo módulo, à base de poliuretano de cor branca; Estrutura com braços retráteis e barra frontal com acoplamento total para proteção da lona; Quando recolhido, o toldo deveráocultar completamente a lona em uma caixa de alumínio; Peças metálicas e carenagem com pintura eletrostática na cor branca; Manivela com haste para abertura e fechamento do toldo; Dimensões mínimas: 3.000 mm de comprimento por 2.000 mm de avanço; O toldo deverá ser robusto o suficiente para suportar rajadas de vento de 29 a 39 km/h; Projetado para atender os requisitos da classe de resistência ao vento, conforme a identificação de conformidade CE (declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e testado para uso em área externa – Classe 2 de resistênciaao vento). Prescrições. A licitante deverá apresentar a marca e o modelo do toldo ofertado, anexando os documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, caracteristicas e especificações técnicas que demonstrem claramente a compatibilidade do produto com os requisitos estabelecidos (declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e resistência ao vento classe 2).

Area Externa. Cadeiras Dobráveis: Quatro cadeiras dobráveis; confeccionadas em estrutura metálica tubular, com assento e encosto acolchoados e revestidos em courvin; Pés com acabamento em borracha; Estrutura com capacidade para no mínimo 120kg.

Identificação Visual. Execução da Identificação Visual da Área Externa: A identificação visual deverá abranger 60% da área externa da carroceria da Unidade Móvel; O escopo de fornecimento inclui a execução do grafismo externo do veículo. Especificação Técnica Mínima do Grafismo. Envelopamento Parcial: O envelopamento deverá cobrir o capô, parte frontal superior ao para-brisa, laterais e parte traseira do veículo, conforme a arte fornecida pela contratante; Carroceria: Impressão digital em 4 cores, em Película 3M Scotchal D5000 ou modelo superior, para aplicação de longa duração em superfícies com elevado grau de curvaturas; Garantia mínima de 2 anos em uso externo contínuo. Procedimentos para Aplicação das Películas Adesivas. Tecnologia e Aplicação: Recorte eletrônico da película; Aplicação manual, seguindo as instruções fornecidas pelo fabricante; Recortes em todas as regiões de baixo relevo; Ausência completa de cantos vivos; Não aplicação das películas em regiões de borracha; Uso de soprador térmico em toda a películadurante a aplicação; Limpeza da superfície com água e detergente, seguidade desengraxante comercial; A superfície de aplicação (pintura do veículo) deverá estar em perfeitas condições de ancoragem da tinta/verniz ao metal; A aplicação deverá ser feita em local coberto e limpo, sem poeira. A CONTRATADA deverá entregar juntamente com o objeto do presente Termo de Referência, os certificados de garantia e os respectivos manuais técnicos de funcionamento e operação constando todas as etapas da operação, registros dos testes realizados, rede credenciada de assistência técnica bem como todas as informações necessárias para uso adequado e manutenção dos equipamentos, escritos em língua portuguesae disponibilizados em mídia digital. Caso os referidos documentos sejam apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa;

HABILITAÇÃO TÉCNICA. Atestado de Capacidade Técnica. Pertinente e compatível com o objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado; O(s) atestados(s) deverá(ão) constar ainda: nome da empresa onde foram fornecidos os objetos, e o período da prestação de serviços, nome completo, cargo, telefone e assinaturado responsável da empresa que está fornecendo o atestado; havendo dúvidas acerca da veracidade do Atestado apresentado, a CPL poderá realizar diligência para confirmação da veracidade do Atestado. O licitante deverá apresentar Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em

	nome da empresa Licitante; Garantia: 12 meses. Apresentar CR IBAMA em nome da empresa licitante. Comprovar que a empresa licitante e a responsável pelo implemento e customização, possuem registro no CREA; Comprovar registro no CREA do engenheiro mecânico responsável técnico pela implementação e engenheiro eletricista; Comprovar vínculo do licitante ou empresa responsável pelo implemento e customização com o engenheiro responsável técnico, a comprovação poderá ser feita por meio dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada, contrato social atualizado comprovando a participação do profissional na sociedade ou contrato de trabalho, comprovar o vínculo através de ART DE CARGO E FUNÇÃO com o respectivo registro de cargo e função no CREA; Apresentar, o Acervo Técnico do responsável técnico, comprovando experiencia anterior com a execução de unidades móveis de Saúde, através do CAT- Certificado de Acervo Técnico, do profissional, com registro de atestado, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do CONFEA, que constados assentamentos do CREA-Conselho Regional de Engenharia; Este profissional será elemento de ligação entre a Contratada e a Contratante durante a execução do contrato e deverá participar diretamente do desenvolvimento das atividades, em todas as etapas do objeto em questão; Apresentar CAT– Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito emitido pelo Denatran, do veículo ofertado na modalidade Motor Casa; em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 da SENATRAN; Apresentar CCT– Certificado de Capacitação Técnica emitido pelo INMETRO, do veículo ofertado na modalidade Motor Casa. Subcontratação: Sendo necessário a subcontratação da implementação / customização, a licitante deverá comprovar vínculo através de contrato de prestação do serviço. Serão aceitos documentos técnicos com exemplo, atestados, certidões, declarações da subcontratada. A licitante deverá informar na proposta de preços: A marca, modelo e versão do veículo e dos equipamentos embarcados, encartes técnicos dos fornecedores, incluindo imagens, de acordo com a especificação do equipamento e prescrições, descritivo, características, especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados. Declaração que prestará assistência técnica para o veículo, no Estado de destino, em local apropriado, com pessoal e equipamentos adequados para o serviço; De forma complementar aos requisitos do item (tecnologia de descontaminação ativa do ar contra microrganismos) das especificações do produto, a licitante deverá apresentar: - Estudo de validação de eficiência de órgãos oficiais nacionais;- Relatório de ensaio do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) comprovando redução de microrganismos atingindo no mínimo 80% de redução em 24horas de funcionamento, De forma complementar aos requisitos do item (toldo) das especificações do produto, a licitante deverá apresentar: - Declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e testado para uso em área externa. Resistência ao vento: classe 2. Apresentar com os documentos de Habilitação, projeto preliminar, no mínimo em formato A3, considerando planta baixa, vistas e cortes. Planta de distribuição elétrica, esquema elétrico preliminar para análise técnica da Comissão; Projeto deverá ser assinado pelo engenheiro responsável técnico. Garantia do Veículo: 24 (Vinte e Quatro) meses;
8	***UNIDADE ODONTOLOGICA MÓVEL: VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, 0 KM, TIPO FURGÃO, ANO/MODELO MÍNIMOS 2025/2026*** CARACTERÍSTICAS GERAIS DO VEÍCULO: Veículo Automotor; Adaptado para unidade móvel odontológica. Veículo automotor novo (zero quilômetro) tipo

furgão; Quilometragem: 0 KM; Ano/Modelo Mínimos: 2025/2026; Garantia Mínima de 24 (Vinte e Quatro) meses; Motor a diesel; Cilindrada mínima de 2.000cc; Capacidade mínima: 14M³; Volante com regulagem de altura e profundidade; Direção elétrica; Distância entre eixos de no mínimo de 4.300 mm; Comprimento mínimo: 6.900MM; Altura do salão de passageiros: 2000MM;Motor com potênciamínima de 170 cv, com torque de no mínimo 39 Kgf.m; Freio de estacionamento; Transmissão manual com no mínimo 6 marchas a frente e 1 a ré; Tração traseira; Volante com Regulagem de altura e Profundidade, Freio a disco nas 4 rodas; Tanque de combustível com no mínimo 70 litros; Tanque arla32: 20 litros; Air bag; Comprimento total de no mínimo 5.932 mm; PBT mínimo: 4.000 KG; Vidros dianteiros elétricos; Trava elétrica; Iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios; Pintura sólida branca; Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida, ceramica e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contrafuros de até 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da empresa Licitante. O veículo deverá ser dotado de sistemade ar-condicionado com coberturatotal em seuinterior. O fornecedor deveráapresentar, na proposta comercial ou documentos de habilitação, relatório técnico de ensaio de conforto térmico, realizado em nome da empresatransformadorae/ouda empresalicitante, com o objetivo de comprovar que o sistemade climatização, aliado ao isolamento térmico do veículo, atende aos requisitos de desempenho térmico e conforto ambiental, assegurando condições adequadas de temperatura e ventilação no interior da cabine e salão, em conformidade com a NBR 15570 e outras normas vigentes.

Ar condicionado para cabine do motorista original de fábrica; Acessórios Obrigatórios Protetor de cárter; Jogo de tapetes de borracha completo da cabine; Rádio AM/FM digital e MP3 com conexão USB e sistema de alto-falantes para cabine; Air bag duplo frontal (motorista e passageiro); Freios ABS: a discos ventilados (dianteiros) e discos ou tambor (traseiros); Apoios de cabeça bancos dianteiros (motorista e passageiro); Cintos de segurança dianteiros de 03 pontos (motorista e passageiro); Travas elétricas das portas e vidros com acionamento elétrico (portas dianteiras). Emplacamento O veículo deverá ser entregue emplacado na categoria Motor Casa. Adaptação Interna: Deverá ser desenvolvida para atendimento odontológico com ambiente climatizado; O equipamento deverá ser projetado para promover um atendimento com segurança microbiológica no ambiente interno conforme estabelecido no termo de referência, desenvolvido de acordo com os requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).Documentação Técnica para projeto da Unidade: CAT – Certificado de Adequação a Legislação de

	Trânsito do veiculo ofertado na modalidade MOTOR CASA – DENATRAN em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 do SENATRAN; CCT - Certificado de Capacitação Técnico Operacional – INMETRO do veiculo ofertado; CREA – Certidão de Registro de Pessoa Juridica; CREA - Certidão de Registro Profissional no CREA; CREA - Certidão de Responsabilidade Técnica e Pessoa Jurídica no CREA; Os documentos acima deverão ser apresentados como forma de qualificação técnica da licitação; ART – Anotação de Responsabilidade Técnica; NR17 – Ergonomia; NR32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde; RDC-50 - (Aplicação a unidade móvel, considerando principalmente fluxos de operação evitando contaminação cruzada, assepsia e ergonomia, considerando limitações fisicas e estruturais mecânicas do equipamento); ABNT NBR – 5410/2005 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão; NBR – 13570/1996 - Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público – Requisitos Específicos; NR – 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NBR- 5419/2015 – Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica;ABNT NBR 15465 (Eletrodutos); ABNT NRB NM 60868 (Disjuntores); ABNT NBR 8995-1 (Iluminação); ABNT NBR 16401-1 (Ar-condicionado); ABNT NBR 15465 e NBR 5410 (Elétrica - Cabos flexiveis); Infraestrutura Elétrica; Desenvolvida para alimentação de equipamentos (internos) com 220 volts, alimentação externa através da concessionária na rede de baixa tensão, 220 volts bifásico. Comando Elétrico; Comando elétrico composto por DPS (dispositivo de proteção contrasurtos) e Dispositivo de proteção elétricaao Usuário, proteção contracontatos indiretos por seccionamento automático da alimentação, assegurada por dispositivos a corrente diferencial-residual e disjuntores bipolares térmicos contra curto-circuito e sobrecargas de energia, contatos especiais de prata, que atendam à norma NBR NM 60868, tensão de trabalho 220V, frequência 60Hz, temperatura ambiente -20°C, +50°C, grau de proteção IP 20, IP em painel e fixação de encaixe perfil DIN 35 mm; Tomada de sobrepor IP 67, blindada à prova de água, para receber o cabo de conexão à rede pública; Painel de Comando secundário (não estabilizado), composto por chave disjuntores de proteção, bipolar de entrada (geral), tipo blindados, curva e potência de acordo com a demanda de energia de cada tomada e dentro das normas ABNT, para o desligamento simultâneo, parcial ou total do comando; Sistema de visualização de consumo e tensão, com referência ao sistema das opções de entrada de energia, sendo previsto para cada fase de entrada; Cabos flexíveis antichamas dimensionados conforme especificações da ABNT 15465 e NBR 5410, instalações em todos os ambientes, embutidas e adequadas para cada ambiente; Condutor flexível de fios de cobre eletrolítico, tempera mole, isolação composta termoplástico polivinila PVC (105°C) com caracteristicas especiais quanto à não propagação e auto extinção do fogo. 6.7 Tomadas de 220 volts, padrão NBR 14136 com identificador de tensão, placas em termoplástico isolante, módulos com bornes automáticos;8 Cabo externo para conexão à rede pública de energia elétrica: Extensão para conexão elétrica: desenvolvida para conexão na rede da concessionária, confeccionada com cabo PP 03 (três) vias, isolamento em dupla camada de composto de PVC flexível com elevada resistência mecânica e flexibilidade, 25m de comprimento, uma das extremidades com plug macho IP 67 blindado à prova de água e adaptador tipo garras para conexão no quadro elétrico externo. A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de conformidade das instalações elétricas do projeto apresentado, devendo conter minimamente dados de tensão, potência ativa, reativa, aparente, corrente elétrica, fator de potência, energiareativa, niveis de tensão e operação durante carga plena do sistema, avaliação de queda de tensão, avaliação das condições gerais das instalações conforme NBR 5410, NR10, vigentes ao ano de fabricação, laudo das instalações do sistema de ar condicionado devendo conter corrente de operação e temperatura da unidade quando em funcionamento, apresentar laudo termográfico dos sistemas elétricos e todo e qualquer, quadros, cabeamento,

	disjuntores, transformadores, e todo e qualquer componente atrelado as instalações elétricas, o laudo deve ser elaborado por profissional habilitado (engenheiro eletricista) com registroativo no Crea de sua região, e acompanhado de Anotação de responsabilidade técnica, atestando a completa regularidade do sistema. Deverá ser emitido novo laudo na entrega da Unidade Móvel contratada, o equipamento deve passar por perícia externa para verificação do dimensionamento de cabos e se existem vícios de operação, erros dos operadores ou qualquer problema de natureza semelhante, além de vícios ocultos por meio de medições dos sistemas e estudo termográfico que indicará qualquer tipo de mal contato ou componentes defeituosos, garantindo a liberação da unidade para operação com segurança e confiabilidade. Iluminação: Interna: Luminárias embutidas, do tipo Plafon LED SLIM (110 -240v) Luz difusa, branco neutro 4000k, em quantidade adequada à dimensão e aplicação de cada ambiente conforme norma ABNT NBR 5413; Iluminação de emergência: Em cada ambiente no mínimo 01 luminária de led 12v 7,5w; Externa: 02 (dois) Refletores LED 20W bivolt IP66 (Resistente a água e poeira); Interruptores de placa em termoplástico isolante, acabamento branco ou outra cor que harmonize com o revestimento, 10 A – 250 V; Climatização dos Ambientes. Deverá conter um sistema de ar condicionado para a cabine do motorista (original de fábrica ou instalado por empresa homologada pela fabricante); Deverá conter um segundo sistema de ar condicionado para o compartimento traseiro, com capacidade para fornecer e manter o ar limpo no nível especificado de temperatura interna; O sistema deve ter a capacidade de manter a temperatura interna entre 22 a 24 graus Celsius quando a temperatura externa estiver acima desta marca com as portas fechadas; Aparelho de ar condicionado de teto tipo RV 'recreation vehicles', próprio para unidade móvel, sem dutos de refrigeração, parafuncionamento com o veículo parado e motor desligado usando energia elétrica externa 220 volts, chicote elétrico e rede independente e com conectores selados, sendo vetado à instalação de ar condicionado residencial tipo split ou cassete; Capacidade de refrigeração mínima nominal de 15.000 BTUs; Controle remoto sem fio; Compressor rotativo; Montagem de scroll moldado que elimina as turbulências de ar que inibem o fluxo de ar, sem fugas de ar; Cobertura em polímero AES resistente a raios UV, com design aerodinâmico; Bandeja base pintada com pó com proteção contra corrosão, estrutura em aço industrial; Força elétrica 115V, 60 Hz, aproximadamente 3.500 watts; Consumo de energia 300 Ma max; Fluxo de ar (CFM), em alta velocidade, 325 l/min.A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de Eficiência e Conformidade do Sistema de Ar-Condicionado, atendendo às normas vigentes da ABNT, tais como a NBR 16401 e demais legislações aplicáveis. O laudo deverá conter, no mínimo, os seguintes dados: capacidade térmica (em BTU/h ou kW), consumo de energia elétrica (em kW), eficiência energética (COP - Coeficiente de Performance), temperatura de operação das unidades evaporadora e condensadora, pressão de trabalho (alta e baixa), corrente de operação, e condições de ventilação e exaustão.Além disso, o laudo deverá incluir a medição da temperatura do ambiente climatizado durante o funcionamento do sistema em carga plena, avaliação da uniformidade de temperatura, níveis de ruído e a verificação da qualidade do ar interno. A avaliação das condições gerais de instalação deve considerar as orientações da NBR 5410 e NBR 13971, relativas à adequação elétrica e de refrigeração. Deverá ser apresentado também um laudo termográfico dos componentes elétricos do sistema de ar-condicionado, incluindo o quadro de força, cabeamento, disjuntores e demais dispositivos, com a finalidade de identificar possíveis pontos de aquecimento ou falhas de contato. O laudo deve ser elaborado por profissional habilitado (engenheiro eletricista) com registro ativo no Crea de sua região, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atestando a conformidade e regularidade do sistema.Na entrega do equipamento, um novo laudo deverá ser emitido após perícia externa, para verificação do

	dimensionamento adequado de cabos e possíveis vícios ocultos, através de medições e estudo termográfico. Este laudo garantirá que o sistema de ar-condicionado esteja operando de forma segura, eficiente e de acordo com as normas aplicáveis, certificando a confiabilidade da unidade para operação. Tecnologia de Descontaminação Ativa do Ar. Para promover a segurança biológica da unidade contra microrganismos como bactérias e vírus (inclusive Covid-19), deverá ser previsto sistema de descontaminação ativa do ar para promover a desinfecção do ar e superfícies, sendo considerado para todos os ambientes;Deverá prover descontaminação do ar através de oxidação induzida por uma luz ultravioleta no espectro UV-C a uma frequência de 254 nanômetros em uma superfície alveolar impregnada de metais como o dióxido de titânio, prata e cobre, além de uma cobertura hidrofílica; Os oxidantes gerados nesse processo devem ser radicais hidroxilas, radicais hidroperóxidos, íons superóxidos e peróxido de hidrogênio no estado gaso so; A concentração desse composto gasoso, principalmente do gás peróxido de hidrogênio, não deve exceder 0,2 PPM (limite tolerado para promover a desinfecção do ambiente sem causar danos à saúde humana); Durabilidade mínima de 17.000 horas de uso ininterruptos; Elétrica: 120-220 V; Corrente 0,38A @ 120V; Potência máxima: 45 watts; Temperatura de operação: -5°C até 55°C; Cobertura: até 50 m² cada unidade. Prescrições: Alicitante deveráapresentar em sua proposta de preços a marca e modelo, e anexar encartes técnicos do fornecedor do sistema ofertado, incluindo imagens, descrição, características, especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto; Apresentar estudo de validação de eficiência de órgãos oficiais nacionais; Apresentar Relatório de ensaio do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) comprovando redução de microrganismos atingindo no mínimo 80% de redução em 24 horas de funcionamento; Documentos estes que deverão ser apresentados com comprovação de vínculo com a empresa fornecedora da tecnologia e a licitante, garantindo o pleno atendimento aos pré-requisitos de proposta, fornecimento e garantias. Infraestrutura de Transmissão de Dados (Internet) e Rede. Deverá ser instalado 01 (um) roteador com as seguintes características: Velocidade mínima na rede Wireless local de 300 Mbps;01 Porta padrão ethernet RJ-45 10/100 Mbps POE MDX/MDIX - WAN; 04 Portas padrão ethernet RJ-45 10/100 Mbps POE MDX/MDIX - LAN; 01 Entrada de alimentação 12V DC; 01 Indicador Power - Alimentação; 01 Indicador CPU - Funcionamento do aparelho; 01 Indicador WLAN - Funcionamento da rede sem fio; 01 Indicador WAN - Funcionamento da porta WAN; 04 Indicadores LAN - Funcionamento das portas LAN; Deverá incluir 01 (uma) Antena (Recepção do sinal da operadora) para conexão de Internet de longo alcance (2G/3G/4G) com antenadirecional de alto ganho integrada, desbloqueado para aceitar chip (micro) das operadoras; Velocidade de download de 70 Mbps; Conexão Ethernet para Roteador WiFi; Alimentação: 12 VDC;Tecnologia de Bandas de frequência: 4G: 700, 850, 900, 1700, 1800, 1900, 2100 e 2600 MHz; 3G: 850, 900, 1900 e 2100 MHz; 2G: 850, 900, 1800 e 1900 MHz; Produto protegido contraraios UV, entrada de água e poeira; Tomadas RJ45: Modelo 4x2 (na quantidade de pontos necessários a conexão dos equipamentos especificados em projeto). Infraestrutura Hidráulica: Estrutura hidráulica desenvolvida para alimentação das torneiras e equipamentos, composta por: Rede de tubos flexíveis monocamada (do tipo PEX), apropriados para suportar os esforços mecânicos da estrutura sem que ocorram trincas e vazamentos; Conexões em PVC reforçado e abraçadeiras em aço carbono. Cubas em Inox. Cubas de aço inox polido, fabricadas em Aço Inox 304, com 0,7 mm de espessura e acabamento acetinado; Bordas lisas e no mínimo 14 cm de profundidade, com no mínimo 300mm de diâmetro para assepsia. Torneiras Clínicas. 01 unidade de uso profissional, acabamento cromado, de mesa com acionamento por cotovelo que dispensa o contato manual, evitando contaminação cruzada; Torneira do tipo bica móvel com direcionamento e regulador de vazão removível, que atenda a norma NBR 5626 e NBR-9050;

	Conexão de ½"; Medidas aproximadas: Altura: 28,5 cm; Profundidade total: 18 cm; Largura: 4 cm.Tanques de Polietileno. Um tanque de polietileno de 45 litros para água limpa; um tanque de polietileno de 45 litros para água servida. Ponto para abastecimento de água limpa: Mangueira em PVC reforçado com malhainterna de fios de poliéster com diâmetro de ½";10 (dez) metros de comprimento, utilizadapara abastecimento de água limpa. Ponto para descarte de água utilizada: Mangueira em PVC com diâmetro mínimo de ¾"; 10 (dez) metros de comprimento, utilizada para descarte de água utilizada. Indicadores de nível com mangueira translúcida: Para água limpa e água servida. Bomba Auto Pressurizada Hidráulica. Tipo marinizada, com pressostato para água doce de no mínimo 2.9 GPM / 11,0 Litros por minuto; Pressão de saída de 40 PSI (2,7 Bar); Elevação vertical de no mínimo 1,8m; Corrente de 5,0 amperes – 12V. Mangueiras das Ligações Hidráulicas: Mangueira Cristal trançada, composta por tubo interno de PVC flexível (policloreto de vinila);reforçadacom uma camada de fios de poliéstere coberturaexternaem PVC flexível (policloreto de vinila). A licitante deverá apresentar com os documentos de habilitação Laudo de conformidade das instalações hidráulicas do projeto apresentado, devendo conter minimamente, testes da rede de esgoto com escoamento por gravidade comprovando à estanqueidade e declividade, com avaliação de velocidades de escoamento e possíveis imperfeições executivas que causem deformidades às linhas permitindo o acúmulo de detritos e sedimentos no interior das tubulações. Testes da rede de esgoto com escoamento bombeado comprovando a estanqueidade quando pressurizada com água limpa com carga 50% superior à pressão estática máxima projetada para a instalação, devendo ser mantida nesta condição durante 2 horas sem vazamentos. Todos os testes e ensaios deverão ser registrados em formulários padronizados, os quais deverão conter basicamente a identificação do teste, norma aplicável, dia e hora do ensaio, medições obtidas, parecer técnico, nome e CREA do responsável. Deverá ser emitido novo laudo no ato da entrega da Unidade Móvel contratada. Revestimento Interno: Composto de estruturada carroceriae reforços em tubos de aço de no mínimo 30x30mm com parede de 1,2mm SAE 1010/1020 e chapas de aço 14 SAE 1020. Paredes e as caixas de rodas se expostas deverão possuir revestimento idêntico aos das paredes, que deverão ser revestidas de material lavável e resistente aos processos de limpeza e desinfecção comuns as superfícies hospitalares em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) termo formados com espessuramínima de 3mm moldada conforme geometria do veículo, todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do Contran Resolução N° 498, de 29 de Julho de 2014 e a norma JIZ 2801:2000 (antimicrobiano) em sua composição; este material deverá ter aditivo antimicrobiano em sua composição comprovado por laudo de empresa regulamentada, fabricante vinculada também com a empresa fornecedora e a licitante, permitindo rastreabilidade; Forma da superfície deverá promover o melhor aproveitamento do espaço interno, em conformação com os ângulos, curvas e envolvendo todas as colunas e partes estruturais; Painéis Deverão possuir resistência química, baixo índice de absorção de água, estabilidade dimensional e apresentar alta resistência à abrasão. Cor branca; As arestas, junções internas, deverão ser construídas de forma que evite formações pontiagudas, a fim de aumentar a segurança e favorecer a limpeza local. O interior deveráestar isento de cantos vivos, todas as bordas devem ser arredondadas e/ou chanfradas. Tudo que constituir obstrução à cabeça e que possa ser perigoso a pessoas, deverá ser evitado. Os painéis deverão ser instalados de maneira que não ocorra flexão, deflexão, empenamento ou vibração; Sob o revestimento deverá ser previsto Isolamento Térmico/Acústico com a finalidade de reduzir o impacto da temperatura externa para dentro da unidade móvel, o isolamento térmico deverá ser aplicado através de isolante de P.U. (Poliuretano) em placas com no mínimo 30 mm de espessura e no mínimo 36 kgm³ de densidade, instaladas no teto, laterais (exceto janelas), traseira, entre a chapa externa e o

revestimento interno; A licitante deverá apresentar a marca e modelo do material ofertado e anexar aos documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, características e especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto. Assoalho: Compensado Naval: Compensado naval revestido em Passadeira vinílica. Especificação Técnica: Lâminas de madeira selecionadas, sobrepostas em sentido alternado, uma a uma, em número ímpar, com capas no mesmo sentido. Capa (lâminas externas) e miolo (lâminas internas) de Pinus reflorestado; Coladas entre si com resina fenólica WBP certificação ISO 9001, resistente a água: LD 380 g/m² e com teor mínimo de sólidos em 35 pontos percentuais; Prensadas a uma temperatura média de 135ºC e à pressão específica de 15 kg/cm².Passadeira Vinílica: Passadeira Vinílica - Deverá ter no mínimo as seguintes especificações: Alta resistência à abrasão; Possuir tratamento ante bactéria na superfície com índice de PU anti-contaminação. Que tenha composição heterogênea e não porosa. Resistência a intenso tráfego de pessoas e móveis sem alteração ou danificação do produto. Mantas de 2m de largura com espessura mínima de 1,5mm com capa de uso de 0.70mm (Wear Layer). Ambientes Internos:A01 - Sala de Atendimento Odontológico: Sala desenvolvida para atendimento odontológico, equipada com mobiliários e infraestrutura necessária para a função. A02 - Área Técnica: Área destinada para o comando elétrico da unidade e o compressor, com acesso pelas portas traseiras do veículo. Mobiliário: Mobiliários confeccionados em compensado multilaminado: Lâminas de madeira selecionadas, sobrepostas em sentido alternado, uma a uma, em número ímpar, com capas no mesmo sentido; Capa (lâminas externas) e miolo (lâminas internas) de Pinus reflorestado, coladas entre si com resina fenólica WBP certificação ISO 9001, resistente a água; Espessura mínima de 15 mm e 30 mm nas partes estruturais; Imunizado contra fungos e cupins, revestido interna e externamente com laminado melamínico contínuo de alta pressão e resistência, termo moldável, permitindo a confecção de bordas e cantos arredondados. Ferragens (dobradiças, corrediças, articuladores) em aço com tratamento antiferrugem de alta durabilidade e resistência. Características adicionais dos móveis: Deverão ser posicionados adequadamente no veículo, visando o máximo aproveitamento do espaço e segurança dos ocupantes; Mecanismo de travamento dispensando o trinco; Todas as prateleiras deverão ter batentes frontais, para evitar a queda de materiais quando o veículo estiver em movimento; puxadores do tipo embutidos, confeccionados em alumínio; Portas dos armários com chaves de segredo combinado. Projeto e arranjo dos armários: O projeto e o arranjo dos armários deverão ser aprovados pela Comissão Executora do Contrato, antes do início de sua manufatura.

A01 – Sala de Atendimento Odontológico. Divisória: Divisória entre a cabine do motorista e o ambiente da sala, confeccionadaem estruturade compensado laminado naval revestido em ACM. Portade Acesso: Fechamento da porta de acesso estruturadaem compensado laminado naval, revestido em ACM nas duas faces com portaem acrílico branco opaco e puxador metálico, para evitar entrada de massa de ar quente no ambiente. Bancada: Uma bancada em compensado naval revestido em fórmica, com alojamento para cuba de assepsia, compartimento com portas e gavetas, além de espaço para alojar um frigobar de 76 litros. Armário Aéreo: Um armário aéreo com portas de correr em compensado naval revestido de fórmica, com iluminação em LED e canaleta de alumínio extrudado com tampa de polietileno sob o tamponamento inferior.

Equipamentos Odontológicos

Cadeira Odontológica: Base com debrum antiderrapante; dispensa fixação no piso; Estrutura construída em aço maciço, com tratamento antioxidante e pintada em tinta epóxi proporcionando maior resistência e durabilidade ao conjunto; Sistematipo pantográfico de elevação confeccionado em chapa de aço, oferecemaior resistência, capacidade

	de elevação de até 200 kg; Caixa de ligação integrada otimizando espaço dentro do consultório; Apresenta o botão ON/OFF localizado na lateral da base da cadeira facilitando o acesso do profissional; Braço de apoio para o paciente fixo; Sistema de elevação eletromecânico acionado por moto-redutor de baixa tensão com 24 volts; Tensão de alimentação 127 ou 220V ~ 50/60Hz; Encosto de cabeça anatômico, removível, bi-articulável e com regulagem de altura, com movimentos anterior, posterior e longitudinal e sistema de trava por alavanca; Consultório ambidestro; Movimentos de elevação e inclinação automáticos e sincronizados; Desligamento automático do refletor ao pressionar a tecla"voltar a zero" Proteção do sistemaelétrico contraoscilações de tensão e corrente. Equipo Odontológico: Braço articulável e com travamento pneumático, acionado por botão localizado sob o corpo do equipo na pega lateral proporcionando liberdade aos movimentos; Produzido em ABS injetado: confere maior durabilidade / resistência à corrosão e estabilidade de cor ao conjunto; Pedal Progressivo para o acionamento das peças de mão nos terminais do equipo, o que possibilita o controle da velocidade e com acionamento em qualquer ponto do pedal; Seringa triplice: bico giratório, removível e autoclavável; Mangueiras: arredondadas, leves e flexiveis; Suporte das pontas: com acionamento pneumático individual; Tampo de inox removível: fácil de limpar, garante mais praticidade e resistência à corrosão; Puxador Bilateral; Equipo com no mínimo 03 terminais: 01 seringa triplice; 01 terminal sem spray para baixa rotação; 01 terminal para alta rotação; Jato bicarbonato e ultrassom acoplado ao equipo. Refletor Odontológico: Monofocal para uso odontológico com sistema óptico com 1 LED; 19.3.2 Espelho multifacetado com tratamento multicoating; Dupla proteção do espelho, em material resistente, transparente; Puxadores bilaterais em forma de alça que possibilitam isolamento, evitando o risco de contaminação cruzada; Cabeçote produzido em material resistente, com giro de 620°;Intensidade: 8.000 a 35.000 LUX (escolhade intensidade pelo pedal); 19.4 Unidade de Água: Produzido em ABS injetado, conferindo maior durabilidade e resistência à corrosão; Cuba em cerâmica, profunda, removível, com ralo e filtro para retenção de sólidos, além de uma cobertura para evitar respingos; Filtro de detritos localizado na base do sugador; Sistema de regulagem da vazão da água: permite a regulagem fina do fluxo de água; Reservatórios translúcidosde 1000 ml para: água das peças de mão, seringatriplice; Unidade de água e cuba rebatível em 90°, possibilitando uma ampla mobilidade que permite 19.4.7 Porta copo com sensor de proximidade: apresenta um exclusivo sensor de aproximação que aciona automaticamente o fluxo de água na cuspideira, proporcionando maior praticidade, conforto para o paciente, segurança e economia de água; Temporizador programável de água com interruptor de acionamento elétrico (até 60 segundos); Terminal Sugador Venturi; Terminal Sugador Bomba de Vácuo; Raio-X Odontológico portátil; Tensão da Ampola 60KVp; Corrente da Ampola 2,5 mA; Distância foco-pele 200 mm; Distância foco-receptor 220 mm; Eixo de Referência no centro do cone de posicionamento; Energia Máxima Acumulada em 1h 150 mAs; Faixa Selecionável de Tempo de Irradiação 0,01 a 1s (segundo) (com passos de 0,01s); Peso 2.2 kg; Ponto Focal 0,4 x 0,4 mm; Potência na Saída Máxima 150 W (60kV x 2,5mA), tensão de carregamento 24V tipo Li-ionrecarregável. Acessório: sensorpararadiografiadigital. Especificação: Teste de calibração do monitor, para visualização das imagens, dispensando filmes, reveladoras, reveladores e fixadores. Diminuindo assim descartes de químicos. Atendimentos mais rápidos, sem interrupção para revelação das radiografias, ferramentas de edição para elaboração de diagnósticos precisos: rotação, zoom, ajuste de brilho, contraste e gama, inversão de cores, inserção de texto, simbolos, seleção e recorte de áreas, medição de ângulos e segmentos, barra para laudos/diagnóstico, odontograma e comparação de imagens. Software completo e de fácil utilização para cadastro de pacientes,

	arquivamento e edição de imagens, ferramentas para laudos. Sensor tipo CMOS, exportação no sistema DICOM. Bomba de Vácuo: Capacidade para até 01 consultório odontológico; Potência: 1/3 HP; 19.5.3 Comando de acionamento eletrônico; Rotações do motor: 1755-60 Hz; Vazão máxima de ar: 150L/min; Consumo de água: 0,30L/min; Vácuo máximo: 330 mmHg/12,92 inHg; Temporalizador de varredura. 01 Autoclave: Especificações Técnicas: Alimentação: 127/220 V (com chave reversora);Frequência: 50/60 Hz; Proteção elétrica: Fusíveis; Potência: 1600 VA; Corrente nominal: 12 Amperes; Tanque de pressão: Alumínio; Anel de vedação da porta: Silicone; Sistema eletrônico: Microcontrolado (tempo e temperatura);Inserção de água: Manual, com copo dosador; Bandejas e suporte: Alumínio; Proteção sobre pressão: Selo de segurança; Proteção subpressão: Válvula de antivácuo ;Indicação de monitoramento: Manômetro (pressão/temperatura);Painel de comando: Posicionado na parte frontal, indicando operações e teclas de comando; Abertura da porta: Sistema de despressurização por alavanca; Capacidade: 12L. 01 Banco Mocho: Mocho com encosto anatômico, acabamento liso e cantos arredondados para fácil limpeza e assepsia; Estofamento em material rígido e resistente, com revestimento sem costura, densidade adequada e anti - deformante; Base com 5 rodízios de poliamida, proporcionando excelente estabilidade e fácil mobilidade; Possui ajuste de altura com sistemacentral de elevação a gás, acionado por alavanca lateral, promovendo movimentos suaves; Regulagem da inclinação do encosto por meio de alavanca. 01 Compressor Odontológico: Capacidade para um consultório odontológico; Capacidade do reservatório de ar: 40 litros; Classificação segundo norma NBR IEC 60601-1: Proteção contrachoque elétrico - Equipamento Tipo BF e Classe II; Consumo de energia:127V: 1,65 KW/h; 220V: 1,47 KW/h; Corrente: 127V: 13 A; 220V: 6,7 A; Deslocamento teórico: 283 l/min - 10 pcm; Dimensões comembalagem (L x C x A): 528 x 528 x 800 mm; Frequência: 60 Hz; Modo de operação: Operação contínua; Número de cilindros: 2; Peso com embalagem: 48 Kg; Peso do cabeçote: 15 Kg; Potência do motor: 2 HP; Pressão máxima: 120 psi - 8,3 bar; Proteção contra penetração nociva de água/material particulado: IPX 0; Tempo de enchimento: 1'53"; Tensão de alimentação: 220V ±10% / 127V ±10%. 01 Kit Acadêmico: Especificação; Um Micromotor, um Contra ângulo: Transmissão 1:1 Sistema Intra giratório Rotação máxima 13.600 r/min Sistemade fixação da broca(LT) Latch Type (PB) Push Button Tipo de broca FG Standard Esterilização Autoclavável até 135ºC Tipo de acoplamento Tipo 2 Comprimento X2 Tipo longo - min. 32mm. Torque 0,350 - 1,000 N.cm. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Caracteristicas gerais Especificações da Broca De acordo com a ISO 1797.1:2017 e fabricados em aço ou metal duro. Brocas Standard Tipo Haste tipo 1 Dimensões da broca Diâmetro de trabalho: 2,35mm ±0,01 Comprimento mínimo de encaixe da haste: 9 até 12mm Comprimento da broca: Mínima 22mm - Máxima 28mm

	Uma Peça reta; 8 Transmissão 1:1 Sistema Intra giratório Rotação máxima 12.400 r/min Sistema de fixação da broca Giro de anel - extrema simplicidade e rapidez Tipo de broca FG Standard Esterilização Autoclavável até 135°C Tipo de acoplamento Tipo 2 Comprimento X2 Tipo longo - min. 32mm. Torque 0,350 - 1,000 N.cm. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Caracteristicas gerais Especificações da Broca Pesos De acordo com a ISO 1797.1:2017 e fabricados em aço ou metal duro. Brocas Standard Tipo Haste tipo 2 Dimensões da broca Diâmetro de trabalho: 2,34mm ±0,01 Comprimento mínimo de encaixe da haste: Mínima 30mm Comprimento da broca: Máxima 44,5mm Uma Alta rotação, especificação técnica: Classificação da peça de mão Classe 1 - 1:1 – Constant Pressão de trabalho de ar e água (Recomendadas) Ar: Mínima 220 kpa = 2,2 bar = 32 psi / Máxima 241 kpa = 2,4 bar = 35 psi Água: Mínima= 28.15mH2O (Metros coluna de água) Consumo de ar e água Ar: 32 l/min, Água: 42 ml/min, Rotação 335.000 r/min (Rotação máxima) Torque (parada): 0,05 - 0,18 N.cm Terminal de encaixe Tipo Borden 02 furos / Tipo Midwest 04 furos / Tipo Midwest 04 furos + dois pinos Tipo de broca FG Standard Esterilização Autoclavável até 135°C Alimentação LED / UV Tensão: 3,0V ±0,2 Corrente: 20mA Comprimento de onda: 390 - 410 nm Parte aplicada Tipo B. Especificações da Broca De acordo com a ISO 1797.1:2017 e fabricados em aço ou metal duro. Brocas Standard Tipo Haste tipo 3 Dimensões da broca: Diâmetro: Ø1,59 - 1,60mm, Comprimento mínimo de encaixe da haste: 9mm. Comprimento da broca: Mínima 19mm - Máxima 22mm Um micromotor: Pressão de trabalho de ar e água (Recomendadas) Ar: Máxima 275,79 kpa = 40 psi = 2,75 bar Água: Mínima= 28.15mH2O (Metros coluna de água) Consumo de ar e água Ar: 54 l/min Água: 42 ml/min Rotação De 5.000 à 20.000 r/min Terminal de encaixe Tipo Borden 02 furos Tipo Midwest 04 furos Acoplamento Através de sistema INTRA Peça Reta e Contra Ângulo Esterilização Autoclavável até 135°C Tipo de motor Tipo 2 (Conforme

	ISO 3964) Comprimento X1 Tipo longo - max. 31,8mm (Conforme ISO 3964) Torque 0,350 - 1,000 N.cm. Alta rotação: 9 Classificação da peça de mão Classe 1 - 1:1 - Constant Pressão de trabalho de ar e água (Recomendadas) Ar: Mínima 220 kpa = 2,2 bar = 32 psi / Máxima 241 kpa = 2,4 bar = 35 psi Água: Mínima= 28.15mH2O (Metros coluna de água) Consumo de ar e água Ar: 32 l/min Água: 42 ml/min Rotação 335.000 r/min (Rotação máxima) Torque (parada): 0,05 - 0,18 N.cm Terminal de encaixe Tipo Borden 02 furos / Tipo Midwest 04 furos / Tipo Midwest 04 furos + dois pinos Tipo de broca FG Standard Esterilização Autoclavável até 135ºC Alimentação LED / UV Tensão: 3,0V ±0,2 Corrente: 20mA Comprimento de onda: 390 - 410 nm Parte aplicada Tipo B ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Características gerais Especificações da Broca De acordo com a ISO 1797.1:2017 e fabricados em aço ou metal duro. Brocas Standard Tipo Haste tipo 3 Dimensões da broca Diâmetro: Ø1,59 - 1,60mm Comprimento mínimo de encaixe da haste: 9mm Comprimento da broca: Mínima 19mm - Máxima 22mm 01 Fotopolimerizador. Tensão de Alimentação: Bivolt: 100 - 240V~; Tensão de Saída: 5 V; Corrente Elétrica: 1,5 A; Frequência: 50/60 Hz; Potência da Fonte: 8 VA; Potência da Luz: 1200 mW/cm² ± 200 mW/cm²; Comprimento da Onda: 450 nm - 470 nm; Bateria de Li-ion: DC: 3,7V - 2200 mAh; Condutor de Luz: Fibra ótica 100% coerente que garante a passagem de luz sem perdas (Ø8 mm - 60º curva); Programas: Contínuo, rampa e pulsado; Tempo de Observação: 5, 10, 15 e 20 segundos; Sinal Sonoro: Um "bip" a cada 5 segundos; Acionamento: Botão na peça de mão; Tempo para Recarga da Bateria: 4 horas; Corpo da Peçade Mão: Injetado em ABS; Peso Líquido: 0,389 kg;Peso Bruto: 0,640 kg; Proteção contrachoque Elétrico: Equipamento Classe II - Parte aplicada de tipo B; Proteção contra Penetração Nocivade Água: IPX Prescrições dos Equipamentos Odontológicos. A licitante deverá apresentar a marca, modelo e descrição do material ofertado e anexar aos documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, características e especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade do produto. Apresentar Registro no Ministério da Saúde emitido pela ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF) conforme Resolução: RDC 59- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do fabricante. A empresa licitante ou implementadora, não sendo fabricante dos equipamentos odontológicos, deverá apresentar Carta de Solidariedade do fabricante, garantindo o cumprimento da garantia e autorização para implementação em unidade móvel. Documentos deverão ser apresentados juntamente com o descritivo técnico do veículo, sob pena de desclassificação.: Acessórios: 1 Frigobar com capacidade mínima de 76 litros. Um extintor de incêndio com suporte metálico. Um porta álcool gel em aço inox. Um porta sabonete líquido em aço inox. Um porta papel toalha em aço inox. Uma lixeira de 10 litros em aço inox. Área Técnica: Divisória Interna: Entre os ambientes, confeccionada em

	estrutura tubular, revestida em ACM com no mínimo 35mm de espessura; Área destinada para instalação do comando elétrico da unidade e compressor com acesso pelas portas traseiras do veículo. Área Externa: Toldo: O toldo deverá ser instalado na lateral direita do veículo, do tipo Box, com acionamento manual; Lona em cor a ser definida pela contratante, confeccionada em tecido de poliéster de alta tenacidade, conferindo maior resistência mecânica, e revestida com filme de PVC flexível, totalmente impermeável, com aditivos antioxidantes, contra raio s ultravioleta (para retardar o desbotamento das cores ao longo do tempo) e proteção contra fungos (inibe a formação de bolores e proliferação de fungos); Lona impermeabilizada e vedada com selante elástico, monocomponente, de baixo módulo, à base de poliuretano de cor branca; Estrutura com braços retráteis e barra frontal com acoplamento total para proteção da lona; Quando recolhido, o toldo deverá ocultar completamente a lona em uma caixa de alumínio; Peças metálicas e carenagem com pintura eletrostática na cor branca; Manivela com haste para abertura e fechamento do toldo; Dimensões mínimas: 3.000 mm de comprimento por 2.000 mm de avanço; O toldo deverá ser robusto o suficiente para suportar rajadas de vento de 29 a 39 km/h; Projetado para atender os requisitos da classe de resistência ao vento, conforme a identificação de conformidade CE (declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e testado para uso em área externa – Classe 2 de resistência ao vento). Prescrições: A licitante deverá apresentar a marca e o modelo do toldo ofertado, anexando os documentos de habilitação técnica, encartes técnicos, incluindo imagens, descrição, características e especificações técnicas que demonstrem claramente a compatibilidade do produto com os requisitos estabelecidos (declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e resistência ao vento classe 2). Mobiliário Externo: 04 Cadeiras Dobráveis dobráveis; confeccionadas em estrutura metálica tubular, com assento e encosto acolchoados e revestidos em courvin; Pés com acabamento em borracha; Estrutura com capacidade para no mínimo 120kg. Identificação Visual; Execução da Identificação Visual da Área Externa: A identificação visual deverá abranger 60% da área externa da carroceria da Unidade Móvel; O escopo de fornecimento inclui a execução do grafismo externo do veículo. Especificação Técnica Mínimado Grafismo- Envelopamento Parcial: O envelopamento deverá cobrir o capô, parte frontal superior ao para-brisa, laterais e parte traseira do veículo, conforme a arte fornecida pela contratante; Carroceria: Impressão digital em 4 cores, em Película 3M Scotchal D5000 ou modelo superior, para aplicação de longa duração em superfícies com elevado grau de curvaturas; Garantia mínima de 2 anos em uso externo contínuo. Procedimentos para Aplicação das Películas Adesivas: Tecnologia e Aplicação: Recorte eletrônico da película; Aplicação manual, seguindo as instruções fornecidas pelo fabricante; Recortes em todas as regiões de baixo relevo; Ausência completa de cantos vivos; Não aplicação das películas em regiões de borracha; Uso de soprador térmico em toda a películadurante a aplicação; Limpeza da superfície com água e detergente, seguidade desengraxante comercial; A superfície de aplicação (pintura do veículo) deverá estar em perfeitas condições de ancoragem da tinta/verniz ao metal; A aplicação deverá ser feita em local coberto e limpo, sem poeira. A CONTRATADA deverá entregar juntamente com o objeto do presente Termo de Referência, os certificados de garantia e os respectivos manuais técnicos de funcionamento e operação constando todas as etapas da operação, registros dos testes realizados, rede credenciada de assistência técnica bem como todas as informações necessárias para uso adequado e manutenção dos equipamentos, escritos em língua portuguesae disponibilizados em mídia digital. Caso os referidos documentos sejam apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa; HABILITAÇÃO TÉCNICA: Atestado de Capacidade Técnica: Pertinente e compatível com o objeto da

licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado; O(s) atestados(s) deverá(ão) constar ainda: nome da empresa onde foram fornecidos os objetos, e o período da prestação de serviços, nome completo, cargo, telefone e assinatura do responsável da empresa que está fornecendo o atestado; Havendo dúvidas acerca da veracidade do Atestado apresentado, a CPL poderá realizar diligência para confirmação da veracidade do Atestado. O licitante deverá apresentar Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico Em veículo de Transporte de Passageiros, em nome da empresa Licitante; Garantia: 12 meses. Apresentar CR IBAMA em nome da empresa licitante.Comprovar que a empresa licitante e a responsável pelo implemento e customização, possuem registro no CREA; Comprovar registro no CREA do engenheiro mecânico responsável técnico pelaimplementação e engenheiro eletricista; Comprovar vínculo do licitante ou empresa responsável pelo implemento e customização com o engenheiro responsável técnico, a comprovação poderá ser feita por meio dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada, contrato social atualizado comprovando a participação do profissional na sociedade ou contrato de trabalho, comprovar o vínculo através de ART DE CARGO E FUNÇÃO com o respectivo registro de cargo e função no CREA; Apresentar, o Acervo Técnico do responsável técnico, comprovando experiencia anterior com a execução de unidades móveis de Saúde, através do CAT- Certificado de Acervo Técnico, do profissional, com registro de atestado, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do CONFEA, que consta dos assentamentos do CREA-Conselho Regional de Engenharia; Este profissional será elemento de ligação entre a Contratada e a Contratante durante a execução do contrato e deverá participar diretamente do desenvolvimento das atividades, em todas as etapas do objeto em questão; Apresentar CAT– Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito emitido pelo Denatran, do veículo ofertado na modalidade Motor Casa; em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 da SENATRAN; Apresentar CCT– Certificado de Capacitação Técnica emitido pelo INMETRO, do veículo ofertado na modalidade Motor Casa;

Subcontratação:

Sendo necessário a subcontratação da implementação / customização, a licitante deverá comprovar vínculo através de contrato de prestação do serviço. Serão aceitos documentos técnicos com exemplo, atestados, certidões, declarações da subcontratada.

A licitante deverá informar na proposta de preços: A marca, modelo e versão do veículo e dos equipamentos embarcados, apresentar encartes técnicos dos fornecedores, incluindo imagens, número ANVISA, de acordo com a especificação do equipamento e prescrições, descritivo, características, especificações técnicas que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados; sendo vedada a simples transcrição das especificações constantes do termo de referência; Declaração que prestará assistência técnica para o veículo, no Estado de destino, em local apropriado, com pessoal e equipamentos adequados para o serviço; De forma complementar aos requisitos do item (tecnologia de descontaminação ativa do ar contra microrganismos) das especificações do produto, a licitante deverá apresentar: - Estudo de validação de eficiência de órgãos oficiais nacionais;- Relatório de ensaio do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) comprovando redução de microrganismos atingindo no mínimo 80% de redução em 24horas de funcionamento; De forma complementar aos equipamentos odontológicos, a licitante deverá apresentar: - Apresentar Registro no Ministério da Saúde emitido pela ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF) conforme Resolução: RDC 59- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do fabricante.- A Empresa Licitante ou implementadora, não sendo fabricante dos equipamentos odontológicos, terá que

	apresentar Carta de Solidariedade do fabricante, no cumprimento da garantia com autorização para implementação em unidade móvel, documentos estes que deverão ser apresentados juntamente com o descritivo técnico do veículo sob pena de desclassificação; De forma complementar aos requisitos do item (toldo) das especificações do produto, a licitante deverá apresentar: - Declaração de conformidade: requisito EN 13561:2004 e testado para uso em área externa. Resistência ao vento: classe 2. Apresentar com os documentos de Habilitação, projeto preliminar, no mínimo em formato A3, considerando planta baixa, vistas e cortes. Planta de distribuição elétrica, esquema elétrico preliminar para análise técnica da Comissão; Projeto deverá ser assinado pelo engenheiro responsável técnico. Garantia do Veículo: 24 (Vinte e Quatro) meses;
9	***VEICULO TIPO MINIVAN 7 LUGARES*** . Veículo tipo utilitário 7 lugares, zero km, ano modelo 2025, com capacidade mínima de 7 lugares (6+1), com alarme antifurto, com sistemas de freio abs/ebd, com airbag duplo, com ar-condicionado, direção elétrica ou hidráulica, com transmissão manual ou automática, mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 1 a ré, com motor mínimo 1.6, com kit multimídia, com travas elétricas das portas e fechamento automático pela chave, cor do veículo preferencialmente na cor branca. Os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos. O fornecedor deverá apresentar,juntamente aos documentos de habilitação, laudo que comprove as caracteristicas solicitadas do produto e sua funcionalidades. No momento da entrega do produto, apresentar a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Garantia do fabricante de 36 meses.
10	**Veículo tipo Pickup – 4x4 – Zero KM- Cabine Dupla.** Veículo Automotor Novo, 0km, Ano E Modelo Mínimo 2025/2025, Motor De No Mínimo 2.8, Capacidade para 5 passageiros, Cabine Dupla, Turbo Diesel, Potência Mínima 204 Cv, Torque De No Mínimo 50,9 Kgf.M, Câmbio Automático De 6 Marchas, Tração 4×2, 4×4 E 4×4 Reduzida Com Acionamento Eletrônico, Vsc (Controle Eletrônico De Estabilidade) E A-Trc (Controle Eletrônico De Tração) Com Bloqueio Do Diferencial Dimensões Mínimas: Comprimento: 5.325 Mm, Largura: 1.855 Mm, Altura: 1.815 Mm, Entre-Eixos: 3.085 Mm, Capacidade Do Tanque: 80 Litros, Capacidade Da Caçamba: 1.000 Litros, Rodas De Liga Leve De 17". Os Pneus mínimo de 265/65 R17. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cP), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, Kevlar, aramida e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°C, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores TPMS, deve ser homologado para trabalhar com sensores TPMS sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de pH deverá ser entre 7 a 8 pH. O composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos. O fornecedor deverá apresentar,juntamente aos documentos de habilitação, laudo que comprove as caracteristicas solicitadas do produto e sua funcionalidades. No momento da entrega do produto, apresentar a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Deverá Possuir: Controle De Velocidade De Cruzeiro Adaptativo, Sistema De Alerta De Mudança De Faixa, 8 Alças De Segurança, Sistema Auxiliar Bas (Sistema De Assistência Em Frenagem De Emergência) Nas 4 Rodas, Faróis De Led, Faróis De Neblina Dianteiros Em Led, Banco Do Motorista Com Ajuste De Altura Elétrico, deverá possuir todo os itens de segurança conforme o Contran. Garantia mínima 36 meses.
11	**Veículo tipo sedan – novo- zero km.**

	Veiculo automotor novo, 0km, ano e modelo minimo 2025/2025 - tipo sedan. Lugar para 05 (cinco) ocupantes, incluído o motorista;cor branca; veículo 0 km (zero-quilômetro);ano de fabricação e modelo 2025 ousuperior;motor: 2.0 ou superior; potência: 150 cv ou superior. Bicombustível (etanol e gasolina) ou híbrido (elétrico e a combustão); câmbio automático, direção elétrica ou eletro-assistida progressiva freios abs (ou superior) nas 4(quatro) rodas; pneu estepe de emergência; ar-condicionado, acessórios obrigatórios de segurança (triângulo de emergência, macaco hidráulico modelo jacaré, chave de roda, extintor de incêndio tipo abc novo e com validade mínima de 4 anos); rodas de liga leve; capacidade mínima do tanque de combustível: 50 litros; mínimo 06 (seis) air bags; apoios de cabeça dianteiros e traseiros (individual para cada passageiro) com regulagem manual de altura; barra de proteção contra impactos laterais nas portas; cintos de segurança: 02 (dois) dianteiros e 03 (três) traseiros com 03 pontos; desembaçador do vidro traseiro; faróis de neblina dianteiros (dois); luz auxiliar de freio em led (brake light); trava automáticadas portas ativadas pelo movimento do veículo (acimade 15km/h); trava de segurança para portas traseiras; travas elétricas nas quatro portas com acionamento a distância; vidros elétricos e sistema antiesmagamento; banco do motoristacom ajuste de altura, distância e inclinação (elétrico oumanual); banco traseiro bipartido/rebatível; espelhos retrovisores externos com regulagem elétricae eletro retráteis ourebatíveis; sistemamultimídiacom áudio compatível com mp3, rádio am/fm, entrada usb, sistema de navegação (gps), câmera de ré e sistema bluetooth; volante com controles de áudio, computador de bordo. Película de controle solar em todos os vidros, com transparência máxima permitida pela legislação vigente. Dimensões mínimas: comprimento: 4.630 mm, largura: 1.780 mm, altura: 1.455 mm, entre-eixos: 2.700 mm, capacidade do porta-malas: 470 litros. Rodas de liga leve aro 17 e pneus 215/50 r17, os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cp), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, kevlar, aramida e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contra furos de 10 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estrutura do pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°c, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores tpms, deve ser homologado para trabalhar com sensores tpms sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de ph deverá ser entre 7 a 8 ph. . O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos. O fornecedor deverá apresentar,juntamente aos documentos de habilitação, laudo que comprove as caracteristicas solicitadas do produto e sua funcionalidades. No momento da entrega do produto, apresentar a nota fiscal correspondente ao produto aplicado. Garantia mínima 36 meses.
12	**VEICULO DE PASSEIO TIPO HATCH :** motorização mínimo 1.0, 4 portas, sistema opcional de abastecimento de combustível flex (gasolina ou álcool), ar condicionado, vidro e trava elétrico, injeção eletrônica de combustível, potênciamínima do motor 82 (cv), capacidade para 5 passageiros, câmbio manual de 5 velocidades, direção hidráulica ou elétrica, freio com sistema abs dianteiro a disco e traseiro a disco ou tambor, protetor de cárter, desembaçador e limpador de vidro traseiro, lavador e limpador do vidro traseiro, lux auxiliar de freio (brake-light), jogo de tapete de borracha interno, para-choque na cor do veículo, película protetora (insufilme) permitido por lei ano de fabricação: ano corrente; 2025/2025; cor: branca. Banco traseiro bipartido e rebatível; capacidade mínima do porta malas: 270 (duzentos e setenta) litros. Capacidade mínima do tanque de combustível: 44 (quarenta e quatro) litros. 6 (seis) airbags. Toda a documentação de emplacamento incluída em nome da contratante, bem como do licenciamento e seguro obrigatório quitados e registrados no detran/al, com chave adicional e manual do usuário, com cinto de segurança e pneu estepe, os pneus utilizados devem ser conforme especificações do fabricante. Além disso, será necessário que os pneus estejam tratados com uma pasta para blindagem de pneu, com funções preventivas e reparadoras de furos, com fator de viscosidade igual ou acima de 10.000 centipoise (cp), à base de polímeros e mix de fibras de alta resistência, contendo também antioxidantes, kevlar, aramida e grânulos sólidos de borracha, filossilicato estancador, com fator de proteção contrafuros de 13 mm na banda de rodagem, conforme o tipo, qualidade e estruturado pneu. Composto deve ser e estar ativo em toda a vida útil do pneu, suportando temperaturas entre -30 a 140°c, validade de estocagem indeterminada. Uma vez instalado e estabilizado no pneu jamais deve tocar na roda nem nos sensores tpms, deve ser homologado para trabalhar com sensores tpms sem causar dano ou mal funcionamento, garantindo zero manchas e nenhuma interferência eletrônica em sensores. Seu fator de ph deverá ser entre 7 a 8 ph., o composto não pode conter substâncias adesivas ou colas em sua composição, o que assegura que o produto não interfira na estrutura do pneu e da roda, permitindo reforma do mesmo. O composto deve ser completamente solúvel em água, e altamente lavável em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, o fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a nota fiscal correspondente ao produto aplicado, relatório técnico de ensaio de selante para pneus em nome da empre sa licitante deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação. Conter todos os equipamentos de segurança determinados por lei, conforme detran/al e código nacional de trânsito. Garantia mínima de 36 meses.

3.4. Em atendimento ao art. 20 de Lei nº 14.133/2021, certificamos que o objeto da futura contratação não se enquadra como bem de luxo.

3.5. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do Fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.6. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.7. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos de cada município participante.

3.8. A contratação com os fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.10. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

3.11. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.12. Após a homologação da licitação, o fornecedor mais bem classificado, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.14. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.15. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital e observado o disposto no item 3.26, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.16. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

4- DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

4.1. A falta de pavimentação adequada nas vias e o baixo investimento em infraestrutura de transporte obrigam muitas comunidades a buscarem soluções de transporte individuais, o que nem sempre é viável do ponto de vista econômico ou logístico.

4.2. A aquisição de diferentes unidades móveis representa um avanço na política de descentralização e universalização dos serviços públicos, permitindo que a administração municipal leve acesso direto a comunidades que, de outra forma, teriam seu acesso comprometido por barreiras geográficas e socioeconômicas.

4.3. A necessidade de aprimoramento do tranporte público se apresenta essencial para o fim de proporcionar o acesso aos serviços públicos da população, mas sua eficácia depende da disponibilidade de veículos em boas condições. Por isso, a renovação da frota por veículos novos, adaptados e zero quilômetros é fundamental para oferecer um serviço seguro, eficiente e economicamente sustentável. A decisão de adquirir esses veículos foi deliberada e aprovada em Assembleia Geral do CIDASG, com base nas demandas apresentadas pelos municípios consorciados.

4.4.1-Ambulâncias

4.4.1.1. A aquisição de ambulâncias pelos municípios representa uma solução estratégica para enfrentar os desafios de mobilidade e garantir o atendimento de urgência e emergência de forma eficiente. Grande parte dos municípios brasileiros, especialmente aqueles de pequeno porte e áreas rurais, enfrenta dificuldades decorrentes da precariedade das vias de acesso e da ausência de transporte público adequado, comprometendo o deslocamento rápido e seguro de pacientes. Essa realidade agrava as desigualdades no acesso à saúde e expõe a necessidade de veículos adaptados às condições locais.

4.4.1.2. As ambulâncias desempenham um papel crucial no transporte de pacientes críticos, como vítimas de acidentes, gestantes em trabalho de parto, pessoas em tratamentos contínuos (hemodiálise, oncologia) e outras emergências médicas. Veículos modernos e devidamente equipados com suporte vital permitem não apenas o transporte seguro e adequado, mas também reduzem os tempos de resposta, fator determinante para a sobrevivência em muitos casos. Além disso, a renovação da frota contribui para a redução de custos com manutenções constantes de veículos antigos e sucateados, promovendo a sustentabilidade financeira da gestão pública.

4.4.1.3. Ao descentralizar a gestão e manutenção das ambulâncias, os municípios garantem maior flexibilidade no atendimento às suas demandas específicas, integrando os serviços de atenção básica e especializada. Isso

está em conformidade com os princípios constitucionais de universalidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando que mesmo as comunidades mais afastadas possam acessar serviços essenciais.

4.4.1.4. A presença dessas ambulâncias não apenas fortalece a rede local de saúde, mas também contribui para a inclusão social e a promoção do bem-estar coletivo, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3) da ONU.

4.4.1.5. Assim, a aquisição de ambulâncias modernas e adaptadas não é apenas uma resposta às necessidades logísticas, mas uma medida de impacto social significativo, reduzindo a mortalidade evitável, promovendo a eficiência do sistema de saúde municipal e garantindo que o direito fundamental à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal, seja plenamente exercido por todos os cidadãos.

4.4.2- Unidades Móveis

4.4.2.1. O acesso restrito a serviços de saúde e assistência social em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos é uma barreira significativa ao desenvolvimento social e econômico dessas regiões. As unidades móveis de atendimento representam uma solução eficaz para descentralizar os serviços e alcançar as populações mais vulneráveis, garantindo a efetividade dos princípios de universalidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.4.3- Unidades Móveis Odontológicas

4.4.3.1. A saúde bucal tem um impacto direto no desenvolvimento físico e social das crianças. Dados do Ministério da Saúde indicam que 53% das crianças brasileiras de 12 anos já sofreram com cáries, uma condição que pode causar dor e afetar a capacidade de concentração e aprendizado em sala de aula. Crianças que enfrentam problemas odontológicos têm maior tendência ao absenteísmo escolar e menor desempenho acadêmico. Estudos conduzidos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) apontam que o tratamento adequado melhora significativamente a qualidade de vida e a autoestima das crianças, favorecendo o aprendizado e a interação social. Igualmente não se desconhece que problemas odontológicos por vezes são causados pela falta de políticas públicas preventivas eficazes.

4.4.3.2. A presença de unidades móveis odontológicas nas escolas e em comunidades vulneráveis é uma medida de prevenção e cuidado essencial, garantindo a detecção precoce de problemas bucais e o tratamento imediato. Isso está em conformidade com o princípio da universalidade do SUS, que busca oferecer acesso a todos aos serviços de saúde. O atendimento odontológico no ambiente escolar promove a saúde bucal infantil, reduzindo a incidência de doenças e melhorando o desempenho escolar. Dessa forma, cumpre -se a função social do Estado prevista nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal.

4.4.3.3. Busca-se, portanto, oferecer aos Municípios consorciados, condições que permitam aproximar o implemento de políticas públicas preventivas eficazes à população, sobretudo, aos munícipes residentes em áreas ruais e de difícil acesso, cujo atendimento por unidades móveis se mostra como um vetor que possibilitará melhor desempenho e oferta dos serviços públicos.

4.4.4- Unidades Móveis Oftalmológicas

4.4.4.1. Problemas de visão são uma das principais causas de baixo desempenho escolar. Estima-se que 10 a 15% das crianças em idade escolar no Brasil apresentem dificuldades visuais não diagnosticadas, como miopia, hipermetropia e astigmatismo. Segundo o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), essas condições podem dobrar as chances de uma criança repetir o ano escolar e aumentar o risco de evasão. Um estudo realizado pelo Instituto Penido Burnier em Campinas revelou que 30% dos alunos com dificuldades de aprendizado tinham problemas visuais não corrigidos.

4.4.4.2. Unidades móveis oftalmológicas nas escolas e em comunidades vulneráveis, garantem o acesso ao diagnóstico e ao tratamento precoce de deficiências visuais, melhorando significativamente o desempenho acadêmico das crianças e qualidade de vida dos munícipes. Ao corrigir problemas de visão que afetam a leitura e a participação em sala de aula, essas unidades promovem a inclusão educacional, em conformidade com o artigo 208 da Constituição Federal, que garante atendimento especializado para crianças com necessidades especiais, como as que têm deficiência visual.

4.4.4.3. Igualmente, em comunidades mais distantes, em que a oferta do serviço de saúde nem sempre é frequente e efetiva para fins preventivos, o atendimento oftalmológico móvel se mostra essencial sobretudo, porque, supera barreiras geográficas e econômicas, permitindo acesso à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças oculares que podem levar à cegueira evitável. Essa iniciativa melhora a qualidade de vida ao restaurar a visão, impactando positivamente na saúde, bem estar e inclusão social.

4.4.5- Unidades Móveis de Vacinação

4.4.5.1. A vacinação é uma das ferramentas mais eficazes de prevenção de doenças, essencial para garantir a saúde pública e proteger o ambiente escolar. O Programa Nacional de Imunizações (PNI) recomenda que todas as crianças recebam as vacinas obrigatórias, como as que previnem o sarampo, caxumba, rubéola e poliomielite. No entanto, a cobertura vacinal infantil caiu de 95% em 2015 para 75% em 2022, conforme relatório do Ministério da Saúde, o que aumenta o risco de surtos de doenças evitáveis.

4.4.5.2. A implementação de unidades móveis de vacinação nas escolas e em comunidades vulneráveis, facilita o acesso dos munícipes à imunização, garantindo que o calendário vacinal seja seguido e a prevenção de doenças, o que impacta diretamente na saúde pública. A Lei nº 13.979/2020, sancionada durante a pandemia de COVID-19, reforça a importância de medidas profiláticas como a vacinação para proteger a saúde coletiva. No ambiente escolar a vacinação reduz o absenteísmo causado por doenças e protege toda a comunidade escolar, em conformidade com o artigo 196 da Constituição, que garante a saúde como direito de todos.

4.4.6- Unidades Móveis de Atendimento Médico Clínico

4.4.6.1. A atenção primária à saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsto na Lei nº 8.080/1990, que estabelece o atendimento médico clínico como fundamental para a promoção da saúde, prevenção de doenças e identificação precoce de agravos à saúde. Muitos alunos sofrem de condições que poderiam ser facilmente tratadas se diagnosticadas precocemente, como doenças respiratórias, dermatológicas e digestivas, além de problemas relacionados à nutrição e desenvolvimento físico.

4.4.6.2. As unidades móveis de atendimento médico clínico têm como objetivo oferecer consultas de rotina, diagnósticos precoces e encaminhamentos para tratamentos especializados, quando necessário. Esse atendimento preventivo no ambiente escolar e comunidades vulneráveis é essencial para reduzir o absenteísmo causado por doenças e melhorar o bem-estar físico e mental dos alunos e população, garantindo que tenham condições de aproveitar plenamente o ambiente educacional. O artigo 196 da Constituição Federal assegura que a saúde é um direito de todos, e a presença dessas unidades facilita o acesso a esse direito, particularmente em comunidades com dificuldade de acesso a serviços médicos.

4.4.7- Unidades Móveis de Atendimento Social

4.4.7.1. A assistência social é um direito garantido pela Lei nº 8.742/1993 (LOAS), que estabelece a prestação de serviços de proteção social para famílias em situação de vulnerabilidade. Muitos munícipes seja, no ambiente escolar, ou no convívio social, enfrentam desafios decorrentes de questões socioeconômicas, como violência doméstica, desemprego e falta de acesso a recursos básicos. As unidades móveis de atendimento social podem atuar na identificação precoce dessas situações, oferecendo apoio psicológico, mediação de conflitos e encaminhamento para programas sociais.

4.4.7.2. Ao proporcionar atendimento social no ambiente escolar e em comunidades vulneráveis, o projeto facilita a inclusão de crianças, adolescentes e famílias em políticas públicas de proteção social, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o artigo 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como um direito fundamental, associado à proteção social. Esses serviços permitem que as crianças desenvolvam suas potencialidades em um ambiente escolar e comunitário mais seguro e inclusivo.

4.4.7.3. O mesmo ocorre no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, pois reforça o papel protetivo do Estado, promovendo a equidade social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

4.4.8- Unidades Móveis Veterinárias para Castração de Animais

4.4.8.1. A saúde pública também é impactada pelo controle da população de animais de rua, o que exige políticas preventivas. O artigo 225 da Constituição Federal assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que inclui o controle adequado da população de animais. A castração é uma medida preventiva essencial para evitar o aumento do número de animais em situação de abandono e para controlar zoonoses, como raiva e leishmaniose.

4.4.8.2. A implementação de unidades veterinárias móveis para castração de animais de rua contribui diretamente para a saúde pública e o bem-estar animal, promovendo o controle populacional e reduzindo os riscos de transmissão de doenças. Cidades como São Paulo já implementaram com sucesso programas de castração por meio de clínicas móveis, reduzindo significativamente o número de animais abandonados e promovendo a saúde coletiva. Este projeto está em consonância com o Programa Nacional de Controle de Zoonoses do Ministério da Saúde, que visa prevenir doenças transmitidas por animais.

4.4.8.3. A aquisição de ambulâncias, veículos adaptados e unidades móveis de atendimento é uma medida estratégica para enfrentar os desafios de mobilidade enfrentados pelas pequenas cidades brasileiras. Essa solução, além de promover a inclusão social e a saúde pública, está alinhada aos princípios constitucionais e aos compromissos de desenvolvimento sustentável do Brasil, garantindo que mesmo as comunidades mais distantes possam usufruir de seus direitos fundamentais

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Pretende-se adquirir os itens descrito neste Termo de Referência pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, garantia mínima conforme especificada para cada item, especificações e exigências descritas nesse instrumento, objetivando a melhoria no atendimento de cada Município Consorciado.

5.2. A aquisição será realizada por meio de licitação, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, por disputa aberta, com critério de julgamento de **menor preço por item**, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
5.3. Conforme estabelece o art. 86, § 4º da lei 14.133/2021, "É facultada, durante a vigência da ata, a adesão de outros órgãos ou entidades da administração pública que não tenham participado do certame licitatório, desde que haja previsão no edital e seja comprovada a vantagem da adesão".
5.3.1. Esta disposição representa o reconhecimento da utilidade do instituto da adesão para além do âmbito da União, estimulando a contratação por meio de Atas de Registro de Preços elaboradas por qualquer ente federativo, desde que o Edital contenha a permissão expressa.
5.3.2. A inserção da cláusula de adesão visa transformar a Ata de Registro de Preços do CIDASG em um instrumento de ampla utilidade interfederativa, permitindo que outros entes, sejam eles estaduais, distritais, municipais ou mesmo consórcios congêneres, possam acessar os preços e as condições negociadas pelo Consórcio, sem a necessidade de dispender tempo e recursos financeiros na realização de um novo processo licitatório para a aquisição do mesmo bem especializado.
5.3.3. A adesão de novos entes à Ata de Registro de Preços do CIDASG, que já representa a união de demandas de doze municípios, potencializa o volume total de aquisição dos veículos especiais, reforçando o poder de barganha da Administração Pública frente ao mercado fornecedor.
5.3.4. Esta previsibilidade de aumento da demanda, comunicada ao mercado desde a publicação do Edital, atua como um fator de atratividade para a participação de empresas de maior porte e com maior capacidade operacional, resultando em propostas iniciais mais competitivas e preços finais mais reduzidos na sessão pública do Pregão.
5.3.5. Dessa forma, a faculdade de adesão não apenas beneficia aos órgãos a carona, mas também serve ao interesse direto do CIDASG e de seus municípios consorciados, pois a possibilidade de grande volume de vendas incentiva os licitantes a oferecerem o menor preço por item, convergindo com o princípio da economicidade.
5.3.6. É imperativo sublinhar que a autorização de adesão não se configura como um ato discricionário ilimitado, pois está rigidamente vinculado à satisfação de requisitos de controle e validação.
5.3.7. O Edital e a minuta da Ata de Registro de Preços, em observância ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021, condicionarão a adesão à anuência prévia do órgão gerenciador (CIDASG), à autorização legislativa (quando exigível pelo ente aderente) e, principalmente, à *comprovação da vantajosidade da adesão* pelo órgão não participante. Este último requisito, de cunho material, exige que o órgão carona demonstre, por meio de pesquisa de mercado detalhada, que os preços registrados na Ata do CIDASG são compatíveis e,

preferencialmente, inferiores aos valores praticados pelo mercado, ou que a contratação direta mediante a adesão representa uma solução mais rápida e eficiente, especialmente em situações de urgência.

5.3.8. Adicionalmente, para salvaguardar o interesse primário dos órgãos participantes originais e a capacidade de fornecimento do Detentor da Ata, o Edital deverá incorporar as regras de controle quantitativo previstas na legislação, assegurando que: a) as aquisições ou contratações adicionais de cada órgão ou entidade não participante não poderão exceder 50% dos quantitativos registrados para o órgão gerenciador e os participantes; e b) o quantitativo total decorrente de todas as adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata. Tais limites atuam como balizas de prudência administrativa, impedindo o desvirtuamento do Sistema de Registro de Preços em detrimento das necessidades das entidades que efetivamente participaram do planejamento da licitação, garantindo a sustentabilidade do fornecimento ao longo da vigência da Ata.

5.3.9. A exclusão da possibilidade de adesão por órgãos federais, quando a Ata é gerenciada por ente municipal ou consórcio (como o CIDASG), na forma do §8° do art. 86 da Lei n. 14.133/2021 como mera observância a regulamentação federal específica sobre o tema, que restringe a atuação do carona federal em Atas não gerenciadas pela União.

5.3.10Contudo, essa ressalva factual não interfere na ampla permissão de adesão recíproca entre estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, que é o principal objetivo da presente cláusula, fomentando, em última análise, o uso racional e eficiente de recursos públicos no país.

5.4. Para a o fornecimento de bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei n° 14.133/2021.

5.5. A presente aquisição justifica-se pela substituição de veículos que se tornaram antieconômicos e sucateados, em razão dos custos crescentes de manutenções corretivas e consumo de combustíveis, bem como pela expiração do período de garantia.

5.6- DA JUSTIFICATIVA PARA A EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

5.6.1. A exigência de garantia de proposta, impondo aos licitantes o recolhimento do valor correspondente ao valor total estimado para o item de participação como requisito de pré-habilitação, constitui uma medida de gestão de risco e de filtragem da seriedade das propostas, absolutamente necessária à segurança e à eficiência de um certame que envolve a contratação de bens de alta complexidade e elevado valor global. Esta exigência encontra amparo legal no art. 58 da Lei n° 14.133/2021, que faculta à Administração, em caráter excepcionalíssimo e mediante justificativa, a exigir a prestação de garantia de proposta.

5.6.2. A decisão de exigir a garantia de proposta, a 1% (um por cento) sobre o valor do contrato neste caso, transcende a mera prerrogativa legal, configurando-se em um imperativo prudencial e de segurança jurídica.

5.6.3. O objeto licitado, qual seja, *Veículos Especiais Novos e Transformados*, conforme já amplamente delineado no contexto fático do processo (ETP e Termo de Referência), demanda um alto custo de preparação para as licitantes, incluindo a elaboração de projetos técnicos especializados de transformação veicular (com ART/CREA), a obtenção de laudos de conformidade (sanitários, térmicos, de segurança) e a comprovação de certificações específicas (CAT, CCT, PROCONVE/Fase 8), configurando um investimento considerável em documentação técnica e mobilização inicial.

5.6.4. Diante do valor robusto da contratação e da natureza crítica dos bens, que são vitais para a implementação de políticas públicas de saúde e assistência nos municípios consorciados, a desistência ou o abandono do certame pelo licitante classificado em primeiro lugar, ou a sua recusa em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato dela decorrente, geraria um prejuízo incalculável à Administração.

5.6.5. Não se trata apenas do custo administrativo para a convocação dos remanescentes ou a realização de nova licitação, mas sim do grave comprometimento da prestação de serviços públicos essenciais, resultando em um atraso substancial na entrega de ambulâncias e unidades móveis de saúde que impactam diretamente a vida da população. A garantia de proposta, neste panorama, atua como um sério desincentivo à participação de licitantes aventureiros ou de má-fé, que poderiam apresentar propostas inexequíveis ou sem intenção real de contratação.
5.6.6. A justificação para a garantia de proposta é ainda mais intrinsecamente ligada à peculiaridade do rito processual adotado neste Pregão, conforme previsto no item 8.1 do Edital.
5.6.7 Neste contexto, a garantia de proposta exerce uma função complementar ao filtro da habilitação prévia. Enquanto a habilitação técnica e econômico-financeira atesta a capacidade *potencial* do licitante, a garantia de proposta atesta a sua *seriedade e compromisso* contratual. Exigir o recolhimento deste montante antes mesmo da fase competitiva e da assinatura da Ata de Registro de Preços assegura, desde o início, que o licitante está disposto a arcar com as consequências de sua eventual inação ou recusa injustificada, fortalecendo a segurança jurídica e a lisura do processo licitatório.
5.6.8.O percentual estabelecido de 1% (um por cento) do valor total estimado para o item de participação se mostra razoável e proporcional à complexidade e ao valor global do certame. Este percentual está muito aquém do limite máximo de 5% permitido pelo art. 58, § 2º, I, da Lei nº 14.133/2021, evitando onerosidade excessiva que pudesse restringir indevidamente a competitividade, mas sendo suficiente para dissuadir propostas sem respaldo ou compromisso.
5.6.9.A exigência da garantia de proposta (item 8.21 do Edital) assegura que, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual dela decorrente, a Administração Pública poderá executar o valor integral da garantia.
5.6.10. Esta execução destina-se a ressarcir o Consórcio CIDASG pelas despesas administrativas e temporais incorridas com a licitação, repondo parcialmente os custos gerados pela necessidade de retomar os atos licitatórios, cumprindo a função indenizatória da garantia.
5.6.11. A aceitação expressa das modalidades de garantia previstas na lei (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária) oferece flexibilidade ao licitante, mas mantém a rigorosa obrigação de manutenção da validade da proposta, conforme a vigilância mínima de 90 (noventa) dias especificada no Edital, resguardando o CIDASG durante as etapas de processamento e homologação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da Contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. O veículo deverá ser novo, 0 km (zero quilometro) e deverá estar de acordo com aquele adjudicado e especificado na Proposta de preço e termo de referência.
7.2. A empresa considerada vencedora do certame terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, ou de acordo com a ordem de fornecimwento, para a entrega do bem licitado, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Município requisitante.
7.3. A entrega do bem deverá ser efetuada pela empresa vencedora do certame no endereço mencionado na autorização de fornecimento (pelo município requisitante).

7.4. O Licitante vencedor deverá cumprir o Termo de Referência e emitir nota fiscal.
7.5. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do veículo e seus equipamentos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta;
7.6. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas, sem qualquer ônus para os municípios consorciados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, o veículo que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação;
7.7. A nota fiscal/fatura eletrônica, sem qualquer rasura, deve ser emitida pelo licitante vencedor do certame, em nome da Prefeitura Municipal requisitante, e deverá, obrigatoriamente, constar o nº da Autorização de Fornecimento.
7.8. O recebimento não exclui a responsabilidade do Licitante vencedor pelo perfeito desempenho do bem fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua efetiva utilização dentro do prazo de garantia.
7.9. No ato da entrega do veículo, todos os impostos, taxas, multas e seguro obrigatório, entre outros, deverão estar devidamente quitados, para que o veículo esteja livre e desembaraçado de qualquer ônus para a sua transferência.
7.10. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Prefeitura, encarregada de acompanhar a entrega do veículo, prestando esclarecimentos solicitados;
7.11. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº. 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.
7.12. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
7.13. É de total responsabilidade da licitante todas as despesas com a entrega do veículo no local indicado, como taxas, encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas administrativas incidentes no preço apresentado na licitação.

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA

8.1 A Garantia mínima deverá observar os descritivos dispostos em cada item, destacado para individualmente para cada objeto nas especificações.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, indicados no documento de formalização de demanda.
9.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
9.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
9.5 A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

9.6 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
9.7 A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
9.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
9.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e o credenciado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de e-mail para este fim.
9.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
9.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa quanto a regularidade fiscal e trabalhista.
9.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10- CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO.

10.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.2 - O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, a partir da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.
10.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelos serviços e pela perfeita execução do contrato
10,7. O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo e seus anexos;
11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
12.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
12.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
12.4, Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
12.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
12.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma Eletrônica, mediante sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
13.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça.
13.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
13.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
13.6 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
13.6.1 Habilitação Jurídica: (Conforme Edital).
13.6.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista: (Conforme Edital).
13.6.3. Qualificação Econômica – Financeira: (Conforme Edital);
13.6.4 Habilitações Técnicas: (Conforme o descritivo constante em cada item da planilha deste TR e de acordo com Edital).

14- DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, cujo levantamento orçamentário (planilha) é também parte integrante do presente ETP e do Termo de Referência com base nas especificações apresentadas no item 4, supra.

14.2. Foram levados em consideração certames realizados do objeto, disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como levantamentos orçamentários de fornecedores de veículos conforme especificações técnicas apresentadas neste documento.

14.3. Considerando que a precificação se encontra ainda na fase de planejamento, os custos estimados deverão ser aprovados por cada Município Consorciado, sob pena de haver arquivado o presente relatório de viabilidade.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	M UNT	M TOTAL
1	**VAN / FURGÃO PARA TRANSPORTE DE 15+1 PASSAGEIROS** (VEÍCULO TIPO VAN / FURGÃO 15+1 PASSAGEIROS)	25	R$ 432.500,00	R$ 10.812.500,00
2	**VAN / FURGÃO PARA TRANSPORTE DE 15+1 PASSAGEIROS COM ACESSIBILIDADE:** (VEÍCULO TIPO VAN / FURGÃO 15+1 PASSAGEIROS COM DPM)	30	R$ 462.250,00	R$ 13.867.500,00

3	**VEÍCULO TIPO FURGONETA – ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 0 KM:** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 6M³)	28	R$ 358.333,33	R$ 10.033.333,33
4	**(VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO D (ADULTO/NEONATAL), COMPLETA COM EQUIPAMENTOS)** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA UTI COM EQUIPAMENTOS 14M³)	19	R$ 650.333,33	R$ 12.356.333,33
5	**VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO B – SEM EQUIPAMENTOS** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA UTI SEM EQUIPAMENTOS 14M³)	19	R$ 511.000,00	R$ 9.709.000,00
6	***VEÍCULO TIPO PICKUP 4X2 - PEQUENO PORTE -ADAPTADA PARA AMBULÂNCIA TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO.*** (VEÍCULO TIPO FURGONETA TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO)	34	R$ 173.666,67	R$ 5.904.666,67
7	**UNIDADE MÓVEL VETERINÁRIA (CASTRAMÓVEL) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, 0KM, TIPO FURGÃO. ANO/MODELO MÍNIMOS 2025/2026** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA UNIDADE MÓVEL VETERINÁRIA (CASTRAMÓVEL)	12	R$ 683.333,33	R$ 8.200.000,00
8	***UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL: VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, 0 KM, TIPO FURGÃO, ANO/MODELO MÍNIMOS 2025/2026*** (VEÍCULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO PARA UNIDADE	12	R$ 694.333,33	R$ 8.332.000,00

	MÓVEL ODONTOLÓGICA)			
9	***VEÍCULO TIPO MINIVAN 7 LUGARES.*** (VEÍCULO TIPO MINIVAN 7 LUGARES)	36	R$ 165.750,00	R$ 5.967.000,00
10	**VEÍCULO TIPO PICKUP – 4X4 – ZERO KM- CABINE DUPLA.** (VEÍCULO TIPO PICKUP CABINE DUPLA - 4X4)	26	R$ 398.250,00	R$ 10.354.500,00
11	**VEÍCULO TIPO SEDAN – NOVO- ZERO KM.** (VEÍCULO TIPO SEDAN)	30	R$ 186.666,67	R$ 5.600.000,00
12	**VEICULO DE PASSEIO TIPO HATCH:** (VEÍCULO TIPO HATCH)	49	R$ 109.622,50	R$ 5.371.502,50
VALOR GLOBAL				**R$ 106.508.335,83**

14.4. O valor global estimado da contratação, conforme média a partir de levantamento orçamentário, será R$ 106.508.335,83 (cento e seis milhões quinhentos e oito mil trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos).

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Nos termos do disposto no art. 17 do Decreto Federal n. 11.462, de 31 de março de 2023: "A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil."

São Pedro do Suaçuí/MG, 12 de Outubro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRICIA DE LIMA MONTEIRO SILVA
Data: 17/10/2025 09:50:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Patrícia de Lima Monteiro Silva
Equipe técnica

ANEXO II

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025
PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2025

A empresa ....., estabelecida na , inscrita no CNPJ nº ....., propõe fornecer ao **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG,** em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

LOTE Nº _____					
ITEM	**QTD**	**UNID**	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**

- A presente proposta atende integralmente ao descritivo técnico.
- Validade da Proposta: 60 dias
- A proposta comercial deverá conter os valores unitários e totais de todos os itens e subitens conforme especificações técnicas contidas no termo de referência, bem como as marcas dos itens.

Cidade, XX de XXX de 2025.

(nome, assinatura do representante legal da licitante) CPF nº .....
Cargo: .....

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

Aos ..... dias do mês de do ano de 2025, nesta cidade de xxxxxxxxx, Estado de Minas Gerais , as partes de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE – CIDASG**, com sede na Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, centro, São Pedro do Suaçuí/MG, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo Sr. **Euzébio Teixeira de Souza**, presidente do Consórcio, brasileiro, estado civil , CPF xxxxxxxxx – RG xxxxxxxx Residente e Domiciliado xxxxxxxxxx, e, de outro lado, a empresa , pessoa jurídica de direito privado, sediada na ....., no Município de ....., Estado de, cadastrada junto ao CNPJ nº....., neste ato representado pelo Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº , inscrito(a) no CPF Nº ....., doravante denominada **DETENTORA,** firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA,** e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para eventual e futura aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados - **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçui Grande - CIDASG**.

1.2. De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.3. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa referente à contratação dos serviços objeto desta Ata, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da convocação expedida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

3.2. A Ata de Registro de Preços e o Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da lei 14.133/2021, desde que os preços sejam vantajosos.

3.5. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante. Podendo ser prorrogado esse prazo, a critério do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE – CIDASG**.

3.6. A Ata poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes, mediante autorização do órgão gerenciador, nos termos do art. 86, §§1º e 2º da Lei nº 14.133/2021, observados os limites de até 50% por órgão não participante e até 100% no total das adesões.

3.6.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.6.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços aos órgãos não participantes, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que porventura venham a consorciar-se ao **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE – CIDASG**.

3.8. As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

3.9. A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E PAGAMENTOS

4.1. O valor de referência para o fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços é de **RS XXXXXXXXX,** que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.4. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.5. A despesa referente à execução dos produtos será empenhada na dotação orçamentária dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**.

4.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

4.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM: Encargos moratórios devidos; N: Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I: Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP: Valor da Prestação em atraso.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela **DETENTORA.**

5.2. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando fator econômico extraordinário e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da

DETENTORA e a retribuição do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

5.4. A revisão de preços se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE** de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.5. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico – financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impedido da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.7. Na hipótese da **DETENTORA** solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: listas de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.8. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.9. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.10. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.11. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do **CIDASG,** sendo lavrado termo aditivo.

5.12. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as

notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.13. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do produto entre a data do pedido de adequação, retroagirá a data do pedido de adequação formulado pela **DETENTORA**.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços objeto desta Ata constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** e a **DETENTORA** poderão ser formalizadas através de contrato, , podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho ou ordem de fornecimento, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as condições estabelecidas no edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

6.6. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços, poderão ser alterados nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

7.1. Firmar os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.
7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

7.4. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

7.6. Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito de supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

CLÁUSULA OITVA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.2. Indicar preposto, aceito pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, para representa-lo na execução do contrato.

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da .execução ou da entrega dos materiais.

8.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes dos produtos, não podendo ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

8.6. Prestar os serviços conforme os prazos e padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente pela obtenção das aprovações técnicas junto aos órgãos competentes, quando exigido.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I) Advertência;

II) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

III) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

IV) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 10 (dez) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

9.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

9.4. As aplicações das sanções de multas observarão os seguintes parâmetros:

I) 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista de até 20% (vinte por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

III) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

9.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso de prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

9.7. As sanções previstas de advertência, as multas e a declaração de inidoneidade/impedimento para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com as outras multas, e não excluem

a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

9.8. As multas previstas não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

9.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

9.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
II- demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
III- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
a) A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
b) Após a autorização, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
c) O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
d) O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.
10.1.1. Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de

registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

10.1.2. Será todavia, autorizada a adesão de órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, estadual, distrital ou municipal —, bem como de consórcios públicos regularmente constituídos, ainda que não tenham participado do certame licitatório, desde que haja anuência prévia do órgão gerenciador, autorização legislativa e comprovação da vantagem da adesão

10.2. Dos Limites para Adesão

10.2.1 Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item;

I- as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II- o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Cidade de Peçanha/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Município/MG, ... de de 2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE – CIDASG
ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS ARTICIPANTES
PRESIDENTE

XXXXXXXX
EMPRESA DETENTORA

TESTEMUNHAS:

NOME: CPF:
NOME: CPF:

ANEXO IV

TERMO DE CONTRATO Nº XX/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de 2025, nesta cidade de xxxxxxxx, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL CIDASG**, com sede na Rua xxxxxxxxxx– MG, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx , neste ato representado pelo Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro, estado civil, CPF xxxxxxxxxxxxxx – RG xxxxxxxxxxxxxxxxxx, Residente e Domiciliado à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, **CIDASG**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** como Municípios Consorciados (Nomes dos Municípios .), doravante denominados **ÓRGÃO GERENCIADOR (contratante),** e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na ....., no Município de ....., Estado de ..... , cadastrada junto ao CNPJ nº ....., neste ato representado pelo Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... , inscrito(a) no CPF Nº ..... , doravante denominada **CONTRATADA,** têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, face do resultado do **Pregão Eletrônico para o Registro de Preços,** que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA,** e as cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto da presente contrato é a aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados - **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçui Grande – CIDASG.**

1.2. De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.3. Vinculam esta contratação, independente de transição:
1.3.1. O Termo de Referência
1.3.2. O Edital de Licitação;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçui – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

2.1. A despesa referente a realização do serviço, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação xxxxxxx contados da data de assinatura deste instrumento, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92,IV,VII E XVIII

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, e demais anexos a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual na forma do Termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO (art. 92, V)

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

6.1 O valor total da contratação é de R$..... ( ).

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO (art. V e VI)

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a. não produzir os resultados acordados,
b. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
c. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12. Os prazos para o recebimento provisório e definitivo são aqueles dispostos no Termo de Referência.

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento provisório (05 dias) e definitivo (05 dias) do documento fiscal.

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em_/_/_(DD/MM/AAAA).

8.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (IGPM) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8.9 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda,

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando fator econômico extraordinário e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

8.10 A revisão de preços se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

8.11 Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico – financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impedido da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

8.12 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

8.13 Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: listas de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

8.14 O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

8.15 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

8.16 Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

8.17 A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do **CONSÓRCIO CIDASG**, sendo lavrado termo aditivo.

8.18 O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

8.19 O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

de pagamento do produto entre a data do pedido de adequação, retroagirá a data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante, por meio do Consórcio Público CIDASG e dos entes consorciados que aderirem à Ata de Registro de Preços:

a) Exigir o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Contratada, em conformidade com os termos deste Contrato, do Termo de Referência e das ordens de serviço emitidas;

b) Receber, provisória e definitivamente, os serviços técnicos entregues pela Contratada, nos prazos e condições estabelecidos;

c) Notificar a Contratada sobre a existência de vícios, defeitos ou incorreções nos produtos entregues, para que os corrija, substitua ou complemente, às suas expensas, no prazo estipulado;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento de todas as suas cláusulas, designando fiscal técnico e, quando necessário, fiscal administrativo e gestor do contrato;

e) Comunicar formalmente à Contratada a possibilidade de emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa dos serviços executados, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, quando houver controvérsias técnicas ou quantitativas;

f) Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, dentro dos prazos e condições contratuais, desde que atendidos os requisitos legais e técnicos;

g) Aplicar as sanções previstas em lei e neste contrato em caso de descumprimento das obrigações pela Contratada;

h) Informar ao representante jurídico do Consórcio sobre eventuais descumprimentos contratuais para adoção das providências administrativas e judiciais cabíveis;

i) Notificar, quando houver exigência de garantia contratual, os garantidores sobre a instauração de processo administrativo para apuração de inadimplemento contratual;

j) Isentar-se de responsabilidade por obrigações da Contratada para com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, incluindo danos decorrentes de conduta da contratada, seus empregados ou subcontratados;

k) Decidir, de forma motivada, sobre todas as solicitações e manifestações apresentadas pela Contratada no âmbito da execução contratual, ressalvadas aquelas manifestamente protelatórias ou desnecessárias;

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

l) Observar o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma vez por igual período mediante justificativa, para decisão sobre requerimentos, conforme art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a cumprir integralmente as disposições deste contrato, da Ata de Registro de Preços, do Termo de Referência e dos demais documentos que integram o processo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e encargos decorrentes do fornecimento dos bens, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:
a) Manter preposto formalmente indicado e aceito pelo Consórcio CIDASG para representá-la durante o cumprimento das ordens de fornecimento, sempre que solicitado;
b) Substituir o preposto, quando recusado de forma motivada pela Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização;
c) Cumprir as instruções da fiscalização e prestar prontamente todos os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitados;
d) Fornecer os bens objeto deste contrato em perfeitas condições de uso, novos, sem uso anterior, acompanhados de toda a documentação exigida (manual, certificado de garantia, nota fiscal, laudos técnicos, documentos de registro veicular e demais exigências previstas no Termo de Referência);
e) Arcar com os custos e providências necessários para sanar eventuais falhas, defeitos ou desconformidades constatadas no ato da entrega ou durante o período de garantia legal ou contratual, responsabilizando-se pela substituição do item, se for o caso;
f) Responder por todos os danos materiais e morais causados à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento dos bens, independentemente da existência de fiscalização por parte do Consórcio;
g) Apresentar, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidos na contratação;
h) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
i) Observar as normas técnicas, ambientais, de segurança e de saúde aplicáveis aos bens fornecidos, inclusive aquelas estabelecidas pela ABNT, pelo CONTRAN, pela Anvisa, Inmetro e demais órgãos competentes, conforme aplicável;
j) Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer anormalidade relevante relacionada ao fornecimento dos bens;
k) Preservar o sigilo sobre todas as informações que tiver acesso em razão da execução contratual, quando classificadas como sigilosas nos termos da legislação vigente;
l) Cumprir integralmente as disposições técnicas, operacionais e administrativas previstas no Termo de Referência, bem como nas ordens de fornecimento emitidas pelo Consórcio CIDASG;
m) Assumir inteira responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de erro na formulação de sua proposta, exceto nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro previstos em lei (art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021);
n) Observar, quando aplicável, as normas legais referentes à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados ou aprendizes, comprovando o cumprimento se exigido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 . Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3 . É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.6 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância, se for o caso.

11.7 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.8 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.9 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na

LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

12.1. Será exigido da CONTRATADA a prestação de garantia para execução e fiel cumprimento das obrigações assumidas, no valor de 1% (um por cento) do valor anual do contrato, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste.
12.2. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
I. - caução em dinheiro ou em tulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
II. seguro-garantia;
III. fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.
IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
12.3. A garantia da execução poderá ser substituída, quando conveniente, por acordo entre as partes.
12.4. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia será de 12 (doze) meses, sendo renovado ano a ano, conforme vigência do contrato.
12.5. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
12.6. Qualquer que seja a modalidade escolhida, a garantia de execução contratual assegurará o pagamento das seguintes ocorrências:
I. ressarcimento à CONTRATANTE por prejuízos decorrentes da não execução;
II. pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
III. pagamento das multas devidas à CONTRATANTE;
IV. exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.
12.7. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
12.8. A CONTRATADA deverá proceder à reposição da garantia, em caso de sua utilização, total ou parcial, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA.
12.9. Na liberação da garantia prestada em dinheiro, o valor será acrescido de atualização monetária, para o qual será utilizado o IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.
12.10. A CONTRATADA se obriga a apresentar nova garantia no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes do seu vencimento ou no caso de prorrogação do Contrato. Vale ressaltar que, no caso de redução do seu valor em razão e aplicação de quaisquer penalidades ou, ainda, no caso de elevação do valor do Contrato após a assinatura de termo aditivo, o prazo máximo de apresentação de nova garantia ou de garantia complementar será de 30 (trinta) dias contados da data da notificação ou da assinatura do referido aditamento, mantendo-se o percentual estabelecido no item 12.1.
12.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.
12.12. A CONTRATANTE poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado, se for o caso.
12.13. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.
12.14. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais de garantia contratual.
12.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1 Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;
b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 10 (dez) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

13.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

13.4. As aplicações das sanções de multas observará os seguintes parâmetros:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinta dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista de até 20% (vinte por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

c) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

13.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso de prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

13.7. As sanções previstas de advertência, as multas e a declaração de inidoneidade/impedimento para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com as outras multas, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

13.8. As multas previstas não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

13.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

13.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma de regulamento específico.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. **O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:**

a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c. Indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da cidade de XXXXX/mg, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

MUNICÍPIO/MG, ... de de 2025.

CONTRATANTE

XXXXXXXX EMPRESA DETENTORA

TESTEMUNHAS:

NOME: CPF:

NOME: CPF:

Rua Doutor Sebastião Vieira, 110, Centro, São Pedro do Suaçuí – MG
Telefone (33) 9 9733-5600 – www.cidasg.com.br – licitacao@cidasg.com.br

Relatório de Licitações

Orgão: *CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUACUI GRANDE-CIDASG*
CNPJ: *47.100.634/0001-80*
Endereço: *AV. SÃO JOÃO, 36 - CENTRO*
Site: *https://cidasg.com.br/*
Email: *contato@cidasg.com.br*
Data de Geração: 17/10/2025

Nº	Ano	Modalidade	Objeto	Data de Abertura	Status	Data de Publicação do Edital
013	2025	Pregão Eletrônico	Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçui Grande – CIDASG	04/11/2025	Aberta	17/10/2025

Arquivos Adicionais	Data de Publicação
PL 013-2025 PE 004 - Edital	17/10/2025

Edital nº 004/2025

Acessar Contratação

Ultima atualização 17/10/2025

Local: São Pedro do Suaçuí/MG **Órgão**: CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUACUI GRANDE-CIDASG **Unidade compradora**: 2410 - Unidade Unica

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal**: Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo**: Edital **Modo de disputa**: Aberto **Registro de preço**: Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 17/10/2025 **Situação**: Divulgada no PNCP **Data de inicio de recebimento de propostas**: 17/10/2025 15:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 04/11/2025 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 47100634000180-1-000005/2025 **Fonte**: Licitar Digital - Plataforma de Licitações Online

Objeto

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES E VEICULOS TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA EM ATENDIMENTO AOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS AO CIDASG.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 306.508.335,81

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 013/2025

PREGÃO Nº. 004/2025

A(O) **CIDASG - Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande/MG, CNPJ: 47.100.634/0001-80**, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). **Euzébio Teixeira de Souza**, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade **pregão**, Nº 004/2025, Processo Administrativo nº 013/2025, com amparo legal na **Lei 14.133/2021, Art. 28, I**, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

ID do processo: 80703

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEÍCULOS TRANSFORMADO PARA AMBULÂNCIA EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDASG.

Data de Publicação: 17/10/2025 15:06:16

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 04/11/2025 09:00:00

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto

Valor total do processo: R$ 106.508.335,81

Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/80703

Euzébio Teixeira de Souza - Autoridade Competente

CIDASG - Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande/MG, 17 de Outubro de 2025.

CIDASG

Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande

JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande - CIDASG, no exercício da competência administrativa que lhe é conferida, conclui que **não realizará a publicação de extratos de editais de licitação em jornais diários de grande circulação**, conforme previsto no §1º do art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021, **em razão da inexistência de veículo impresso ou digital com essa característica circulando no âmbito local ou regional**.

Destaca-se que, nos termos do entendimento fixado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), ao apreciar a Consulta nº 1141327, deliberada pelo Tribunal Pleno em 30/10/2024, foi reconhecida a possibilidade de afastamento da exigência legal em casos de comprovada impossibilidade material de cumprimento, como é o caso de Municípios onde não há jornais locais de grande circulação. Segundo o mencionado prejulgado de tese:

"(...) a ausência de tal publicação não importa irregularidade, conquanto a Administração adote todos os demais procedimentos necessários para assegurar a devida publicidade dos atos administrativos, em observância aos princípios regentes da atividade administrativa."

Dessa forma, com o objetivo de garantir a máxima transparência e publicidade dos atos administrativos, o ente continuará a realizar a divulgação dos editais e demais atos correlatos por meio dos canais oficiais disponíveis, como o Diário Oficial da União (DOU) quando se tratar de despesa a ser custeado com Recursos de Convênio da União, o Diário Oficial do Estado (DOE), quando se tratar de despesa a ser custeado com Recursos de Convênio do Estado, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o site oficial do Consórcio CIDASG (www.cidasg.com.br), na plataforma de licitações eletrônica e no mural do consórcio.

Assim, resta justificada a impossibilidade material de cumprimento da exigência prevista no art. 54, §1º, da Lei 14.133/2021, não configurando tal ausência qualquer afronta aos princípios da publicidade e da legalidade.

São Pedro do Suaçuí/MG, 17 de Outubro de 2025.

Islaê Alves de Oliveira Pires
Agente de contratação

DEVA IVECO

BETIM, 23 DE OUTUBRO DE 2025 - OFÍCIO Nº 022/2025

AO(A) ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO – CIDASG

Ref: Pregão Eletrônico Nº 004/2025

DEVA VEÍCULOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente estabelecida na Rua Teonilio Niquini, nº 32 (BR 381, km 482), bairro Distrito Industrial Jardim Piemont Sul, Betim/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.762.552/0003-02, neste ato representada por **JÉSSICA JHULLY SOUSA MOREIRA**, brasileira, casada, consultora de negócios, portadora da Carteira de Identidade nº **MG-20.462.873,** expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 145.822.836-32, vem respeitosamente apresentar **IMPUGNAÇÃO** em face ao Edital supracitado, pelas razões abaixo transcritas:

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A presente impugnação é dirigida a Vossa Senhoria com o intuito de colaborar para a lisura, isonomia e legalidade do processo licitatório, princípios basilares que regem a Administração Pública. A Impugnante manifesta, desde já, sua confiança na imparcialidade e no cumprimento da legislação por parte dessa respeitável Comissão de Licitação.

II. DA TEMPESTIVIDADE:

De acordo com o item **6** da cláusula "**2.1 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**" Até 03 (dois) dias úteis antes da data e horário fixados para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo À comissão decidir sobre a petição no prazo de 03(dois) dias úteis, limitado ao último dia útil e horário, anterior à data da abertura do certame. nos termos do parágrafo único do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021"

No entanto, o preâmbulo do Edital estabelece que a abertura está agendada para o dia **04/11/2025** às **09:00**. Portanto, o prazo para a apresentação do pedido de esclarecimentos é até o dia **29/10/2025** até as 29:59, o que torna este pedido oportuno.

III. DOS FATOS

O processo licitatório tem como finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, pautando-se nos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Em atenção ao edital supracitado, após análise minuciosa dos itens **1, 2, 4, 5, 7 e 8,** verificamos a presença de especificações técnicas que, da forma como estão redigidas, caracterizam direcionamento indevido à marca Mercedes-Benz, restringindo a ampla competitividade prevista na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Conforme os pontos abaixo, solicitamos as devidas adequações técnicas para garantir a isonomia entre os concorrentes e a ampliação da disputa, o que resultará em melhores condições econômicas e operacionais para a Administração Pública.

DEVA IVECO

1. Potência do motor

Edital: Potência mínima de 170 cv

Proposta: Potência mínima de 160 cv

Justificativa:
A diferença de 10 cv é tecnicamente insignificante e não compromete o desempenho operacional do veículo para a finalidade proposta. Ademais, os Lotes 4 e 5 já especificam potência mínima de 160 cv, evidenciando que esse parâmetro é plenamente adequado às necessidades do serviço. A manutenção da exigência de 170 cv restringe a participação de outros fabricantes, direcionando o certame a um único modelo.

2. Torque

- **Edital: Mínimo de 40 kgf.m**
- **Proposta: Mínimo de 38 kgf.m**

Justificativa:
A variação é igualmente insignificante e compatível com a redução proporcional da potência. Essa adequação mantém o desempenho operacional esperado, sem prejuízo à eficiência nem à durabilidade do motor, e amplia a competitividade entre os licitantes.

3. Capacidade do tanque Arla 32

- **Edital: Capacidade mínima de 20 L**
- **Proposta: Capacidade mínima de 17 L**

Justificativa:
A diferença de 3 litros não impacta o desempenho nem a autonomia operacional do veículo. O modelo proposto atende integralmente aos padrões de emissões previstos na norma Euro VI (Resolução CONAMA nº 490/2018), garantindo o pleno cumprimento das exigências ambientais. Destaca-se ainda que a exigência de tanque com capacidade mínima de 20 L exclui, sem justificativa técnica, diversos fabricantes que também atendem integralmente à norma Euro VI, limitando de forma indevida a concorrência e contrariando o princípio da isonomia previsto na Lei nº 14.133/2021. Assim, trata-se de ajuste meramente técnico, sem qualquer prejuízo ao interesse público e que visa ampliar a competitividade e assegurar igualdade de condições entre os participantes.

4. Entre-eixos

- **Edital: Entre-eixos mínimo de 3.665 mm**
- **Proposta: Entre-eixos mínimo de 3.520 mm**

Justificativa:
O valor de entre-eixos exigido no edital coincide exatamente com o entre-eixos do modelo Mercedes-Benz, o que caracteriza direcionamento indevido. A redução mínima proposta não compromete a

capacidade de carga nem as dimensões funcionais do veículo, mantendo plena adequação à aplicação prevista.
Ressalta-se que, ao estabelecer o entre-eixos mínimo atual, o edital acaba favorecendo exclusivamente a Mercedes-Benz, uma vez que outros fabricantes, como a Renault, atendem à medida, mas não possuem tração traseira, requisito indispensável do termo de referência. . Assim, a redução do entre-eixos visa ampliar a concorrência sem eliminar o critério de tração traseira, garantindo a isonomia e o melhor atendimento ao interesse público.

5. Compartimento de carga (itens 4, 5, 7 e 8)

- **Edital: Capacidade de 14 m³**
- **Proposta: Capacidade de 12 m³**

Justificativa:
A redução proposta é tecnicamente adequada, pois 12 m³ comportam plenamente os equipamentos e aparatos necessários à operação dos veículos, sem comprometer a eficiência nem a funcionalidade. Além disso, o ajuste não interfere no conforto nem na ergonomia interna, aspectos essenciais para veículos destinados a castramóvel, ambulância e odontologia móvel, que demandam ambiente interno adequado para o atendimento à população.
Essa adequação, portanto, permite a participação de outros fabricantes, ampliando o leque de opções e mantendo o pleno atendimento às necessidades operacionais e de conforto exigidas pela aplicação.

6. Lotes 7 e 8 – Entre-eixos de 4.300 mm

Verifica-se que o entre-eixos de 4.300 mm especificado no edital é atendido unicamente pelas marcas Mercedes-Benz e Renault. Entretanto, ao exigir simultaneamente a tração traseira, o instrumento convocatório elimina automaticamente a Renault, restringindo de forma inequívoca a concorrência e direcionando o certame exclusivamente à Mercedes-Benz.
Tal exigência não possui justificativa técnica plausível, uma vez que a redução do entre-eixos para 3.520 mm, conforme ora propomos, não compromete a estabilidade, a capacidade de carga nem as condições operacionais do veículo.
Pelo contrário, essa alteração mantém plena adequação às necessidades do serviço e amplia a competitividade, permitindo a participação de outros fabricantes e assegurando maior vantajosidade à Administração Pública.
Assim, é imprescindível a adequação do entre-eixos para 3.520 mm, de modo a eliminar o direcionamento à Mercedes-Benz, restabelecer a isonomia entre os licitantes e garantir o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021

IV Conclusão

A adoção das alterações propostas visa ampliar a concorrência, promover a isonomia entre os fabricantes e intensificar a disputa por preços mais vantajosos para a Administração Pública.
Dessa forma, contribui-se diretamente para a economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, em estrita observância aos princípios da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).
Além disso, a adequação das especificações evita eventuais questionamentos, representações ou denúncias junto aos órgãos de controle, resguardando o Consórcio de eventuais processos administrativos

ou jurídicos decorrentes de indícios de direcionamento.
Por todo o exposto, entendemos que as alterações sugeridas representam a melhor solução para o interesse público, assegurando um processo de contratação mais justo, transparente, competitivo e vantajoso para o erário, em plena conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

Nestes Termos,

Pede-se Deferimento.

Betim/MG, 23 de outubro de 2025.

Jéssica Jhully Sousa Moreira
CONSULTOR DE NEGOCIOS
DEVA VEÍCULOS LTDA.

DEVA VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 23.762.552/0003-02
INSC. EST.: 067.718.306-0208
Rua Teonilio Niquini, n.º 32
Bairro Jardim Piernont
CEP 32.669-700 - Betim/MG

AO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG

A/C
Euzébio Teixeira de Souza
Presidente do CIDASG

C/CÓPIA
Islaê Alves de Oliveira Pires
Pregoeira

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/ 2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025

TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Av. Mutirão, s/n, esq. c/ rua t-55 quadra102 lote 1/5 e 19/24, Setor Bueno, Goiânia-Goiás, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº 14.234.954/0001-73, vem respeitosamente, apresentar: **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I. TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é protocolada dentro do prazo legal previsto no art. 164, §1º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital, conforme item 2.1, por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

II- DA SÍNTESE DOS FATOS

O edital em referência estabelece como exigência que deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação **Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus** em nome da empresa Licitante, requisito este que apresenta caráter manifestamente restritivo à competitividade do certame.

Conforme levantamento técnico realizado, apenas dois fornecedores em território nacional possuem capacidade de emitir tal documentação, sendo ainda necessário que os

licitantes realizem credenciamento prévio, cadastro e treinamentos específicos junto a essas empresas para obtenção do referido laudo.

Ademais, o edital não apresenta qualquer justificativa técnica que demonstre a imprescindibilidade dessa exigência, especialmente considerando que o objeto contempla majoritariamente veículos de passeio, para os quais o uso de selante nos pneus não constitui requisito essencial de desempenho, segurança ou eficiência operacional.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O edital, ao solicitar no Anexo I - Termo de Referência, **Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus**, SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA OU ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR limita a competitividade.

Ademais, este relatório exigido, conforme apurado, é de titularidade da empresa BELABRU, sediada em São Paulo, a qual, inclusive, figura como a principal potencial beneficiária das exigências estabelecidas no edital.

O direcionamento de marca em licitação pode violar o princípio da competitividade, um dos pilares da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), salvo em situações específicas e devidamente justificadas pela Administração Pública.

Em casos excepcionais, pode ser exigido marca ou modelo especifico, conforme reza artigo 41 da lei 14.133/21;

> *Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:*
>
> *I - **indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado**, nas seguintes hipóteses:*
>
> *a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;*
>
> *b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;*
>
> *c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;*
>
> *d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;*
>
> Vejamos que tem entendido o TCU em recente decisão:
>
> *Acórdão 1.973/20 – Plenário do TCU*
>
> *Especificações com potencial para restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de*

tais regras para atender as necessidades especificas do órgão ou entidade, sejam elas de ordem técnica ou econômica.
Não há, nos autos, qualquer estudo que justifique a imperatividade de especificar cores com a precisão registrada da NTPRF 109.1, referência técnica para o pregão eletrônico sob análise.

Em outras palavras, não foram apresentados justificativas para que nuances de cor permitam a rejeição de produtos que atendam todas as demais especificações previstas na referida norma técnica, mormente quando praticados valores significativamente inferiores aos demais fornecedores.

Sobre o tema, reproduzimos a lição de Marçal Justen Filho:

" (...) Toda exigência formal ou material prevista no edital tem função instrumental. Nenhuma exigência se justifica por si própria. O requisito previsto no edital se identifica como instrumento de assegurar (ou reduzir o risco de não se obter) o interesse público. Assim, o interesse público concreto a que se orienta a licitação se identifica como o 'fim' a ser atingido. Todas as exigências se caracterizam como 'meios' de conseguir aquele fim. Logo, a inexistência de vínculo lógico entre a exigência e o fim acarreta a invalidade daquela. Somente se admite a previsão de exigência se ela for qualificável, em um juízo lógico, como necessária à consecução do 'fim'." (Justen Filho, Marçal Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9. Ed. São Paulo: Dialética, 2002. p. 446).

"A competitividade é um dos fundamentos do processo licitatório. A existência de qualquer cláusula que impeça o maior número possível de licitantes de participar do certame deve ser justificada de maneira objetiva e razoável."
(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 19ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.)

Podemos Citar o princípio da competição relaciona-se à competitividade, às cláusulas assecuratórias da igualdade de condições a todos os concorrentes. Viés deste princípio na área econômica é o princípio da livre concorrência (inciso IV do art. 170 da Constituição Federal). Assim, como a lei reprime o abuso do poder econômico que vise à denominação dos mercados e a eliminação da concorrência, a lei e os demais atos normativos não podem limitar a competitividade na licitação.

O Decreto 10.024/2019, que regulava o Pregão Eletrônico, propicia o competividade, senão vejamos:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

O art. 5° da lei 14.133 da nova Lei de Licitações em vigor elenca os princípios da licitação:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ademais, ainda continua a Lei 14.133/21:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:
I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

O princípio da competitividade, está intimamente relacionado à isonomia, pois com o tratamento igual a todos os potenciais participantes, presume-se que haverá uma quantidade maior de interessados na disputa. A competitividade deve ser essa postura da Administração Pública de admitir no ingresso da licitação o maior número possível de competidores. A interpretação das regras do Edital deve ser feita de modo a ampliar a competitividade entre as Empresas interessadas. E a Administração Pública não pode estabelecer preferência por marcas ou fornecedores.

As restrições impostas aos participantes devem ser aquelas que sejam imprescindíveis ao cumprimento do objeto licitado. Notadamente, aquelas relativas às exigências de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira.

O art. 3º da Lei nº 14.133/2021 estabelece como princípios norteadores da licitação:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta aferida pelos parâmetros da competitividade, e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (...)"

A exigência impugnada viola frontalmente esses princípios ao:

a) **Limitar drasticamente o universo de participantes**, restringindo a competição a apenas aqueles que possuam vínculo prévio com os dois únicos fornecedores aptos a emitir o laudo;

b) **Criar barreira artificial de entrada**, exigindo credenciamento, cadastro e treinamentos que demandam tempo e custos adicionais, inviabilizando a participação de empresas qualificadas;

c) **Privilegiar indevidamente determinados agentes econômicos**, em detrimento da ampla concorrência.

Ainda o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e o art. 11, inciso III da Lei nº 14.133/2021 determinam que as exigências editalícias devem ser **estritamente necessárias** ao cumprimento do objeto contratual.

A Administração Pública não apresentou qualquer fundamentação técnica que justifique:

- ✓ Por que especificamente pneus com selante são **imprescindíveis** para veículos de passeio;
- ✓ Quais estudos técnicos embasam tal necessidade;
- ✓ Por que produtos equivalentes ou tecnologias similares não podem atender ao interesse público.

Para **veículos de passeio**, que constituem a maioria do objeto licitatório, o uso de selante nos pneus:

- ✓ Não é requisito obrigatório em normas técnicas da ABNT, INMETRO ou CONTRAN;
- ✓ Não impacta significativamente a segurança operacional;
- ✓ Não constitui especificação padrão de mercado para essa categoria de veículos;
- ✓ Pode ser substituído por outras soluções técnicas equivalentes.

A configuração apresentada caracteriza **direcionamento indireto** do certame, violando o art. 9º, inciso III da Lei nº 14.133/2021:

> *"Art. 9º São objetivos das licitações realizadas na vigência desta Lei: (...) III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;"*

Ao concentrar em apenas dois fornecedores a capacidade de certificação, cria-se:

- Monopólio artificial de fornecimento;
- Encarecimento injustificado dos custos;
- Favorecimento injusto a determinados competidores.

Assim, com a máxima vênia o edital deveria ser reformulado, para aumentar o maior número de participantes possíveis, aumentando a competividade e a segurança jurídica deste certame, tudo em conformidade com nossa legislação pátria.

IV. PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

a) O **ACOLHIMENTO** da presente impugnação;

b) A **EXCLUSÃO** da exigência de apresentação de Laudo dos Pneus com Selante para os veículos de passeio.

c) A **REABERTURA DE PRAZO** para apresentação de propostas, caso acolhida a impugnação, nos termos do art. 164, §3º da Lei nº 14.133/2021;

d) A **PUBLICAÇÃO** da resposta fundamentada no prazo legal de até 3 (três) dias úteis, conforme art. 164, §2º da Lei nº 14.133/2021.

V. CONCLUSÃO

A exigência impugnada configura restrição indevida à competitividade, sem amparo em justificativa técnica razoável, ferindo princípios constitucionais e legais que regem as contratações públicas.

A Administração Pública deve privilegiar a ampla concorrência e a isonomia entre licitantes, afastando exigências que, além de desnecessárias, beneficiam injustificadamente um grupo restrito de fornecedores.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Goiânia, Thursday, 30 de October de 2025

TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ (M.F.) sob o nº 14.234.954/0001-73
Fernando Peres dos Santos
CPF: 040.776.531-00
RG: 4847803 SPTC/GO

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE/MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2025
ABERTURA: 04/11/2025 ÀS 09:00 HRS

OBJETO: *"Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí grande – CIDASG."*

Sr. (a). Pregoeiro (a),

A **RENAULT DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.913.443/0001-73, com endereço na Avenida Renault, nº 1.300, Roseira de São Sebastião, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, doravante denominada **RENAULT**, por seu procurador infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar seu ***PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL*** em referência, nos seguintes termos:

I. INTRODUÇÃO

A **RENAULT** teve acesso ao Edital e constatou a necessidade de esclarecimentos de algumas questões técnicas, formais e jurídicas que, se não esclarecidas acarretarão **enorme restrição do universo de ofertantes**, por desatendimento a diversos dispositivos da Lei nº 14.133/21, que regulamenta à modalidade de Pregão.

Tais pontos do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a higidez jurídica do certame, com consequências que certamente alcançarão a paralisação da licitação pelas instâncias de controle. A **RENAULT** pede vênia para sustentar abaixo as razões que fundamentam a presente impugnação.

II. TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura das propostas agendada para o dia 04 de novembro de 2025, às 09h00, sendo o prazo e as normas para esclarecimento e impugnação regulamentados pelo artigo 164 da Nova Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos seguintes termos:

RENAULT DO BRASIL LTDA.
Av. Renault, 1300
Borda do Campo - São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-8379
www.renault.com.br

Confidential C

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."

Levando-se em conta o prazo estabelecido, bem como considerando que a data fixada para abertura das propostas, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

III. DOS ESCLARECIMENTOS

DO ACESSÓRIO ORIGINAL – ITEM 03

O edital exige em sua especificação: "*Equipamentos originais de fábrica: rádio AM/FM/MP3 com entrada usb e Bluetooth.*"

Ocorre que, sendo um item simples, poderia ser facilmente instalado em concessionária ou transformadora homologada da fabricante, sem acarretar nenhum prejuízo a Administração.

Sendo assim, solicita-se esclarecimento se o acessório em referência poderá ser instalado em concessionária ou transformadora homologada da fabricante.

DO REGISTO CREA – ITEM 03

O edital exige: "*Comprovação de registro ou certidão de inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)/Certidão de Registro do CREA do engenheiro responsável pela empresa.*"

Ocorre que, não restou claro em edital sem será necessária a comprovação de registro regular no CREA tanto do engenheiro responsável pela adaptação do veículo, bem como do engenheiro responsável pela empresa.

Importante salientar que o profissional responsável pela adaptação do veículo pode ser de empresa terceira, contratada tão somente para este fim. Logo, justifica-se o esclarecimento tendo em vista que a comprovação de registro no CREA é normalmente solicitada para o responsável pela transformação do automóvel.

RENAULT DO BRASIL LTDA.
Av. Renault, 1300
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-8379
www.renault.com.br

Confidential C

Sendo assim, solicita-se o esclarecimento se a apresentação de Certidão de Registro do CREA do engenheiro responsável pela adaptação do veiculo atende à exigência desta r. Administração.

DA PLOTAGEM – ITEM 03

É texto do edital: "*Dimensionar o espaço interno, visando posicionar, de forma acessível e prática, a maca, bancos, equipamentos e aparelhos a serem utilizados no atendimento às vítimas. Fornecer de vinil adesivo p/ grafismo do veículo, composto por cruzes e palavra ambulância no capô, vidros laterais e traseiros, bem como, as marcas do governo federal, sus e ministério da saúde.*"

Ocorre que, para realizar o levantamento do valor final de cada veiculo para a referida participação, é necessário solicitar orçamento para as empresas do ramo de plotagem de veículos o custo de cada serviço e, por conseguinte, não possuindo o modelo e tamanho do layout, não há como realizar o referido levantamento.

Deste modo, solicita-se esclarecimento quanto ao modelo e tamanho do layout para que ao valor total a plotagem seja englobada, pois como supracitado, não há como solicitar o orçamento sem os modelos.

DA COR DO VEÍCULO – ITEM 03

O edital não informa em sua especificação a cor do veículo. Tendo em vista que há diferença de valores entre tonalidades de cores do catálogo, solicita-se esclarecimento 1) se há exigência de cor específica para o veículo; 2) qual a cor ou tonalidade para levantamento de custo.

DO LOCAL DE ENTREGA – ITEM 03

O edital não informa em nenhum momento o local que o veículo será entregue, visto ser um item de extrema necessidade para composição do valor final proposta para participação no pregão.

Deste modo, solicita-se o esclarecimento desta r. Administração referente local de entrega dos veículos (cidade, endereço, número e CEP), uma vez que não consta no edital.

RENAULT DO BRASIL LTDA.
Av. Renault, 1300
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-6379
www.renault.com.br

Confidential C

DO EMPLACAMENTO – ITEM 03

O edital exige em sua especificação: "*Toda a documentação de emplacamento incluída em nome da contratante, bem como do licenciamento e seguro obrigatório quitados e registrados no Detran/AL.*"

Ocorre que, o trecho supratranscrito refere-se à exigência realizada em outro item do edital, de maneira que nos demais itens não há a especificação de que o veículo deverá ser entregue emplacado.

Desta forma, se faz necessário compreender se a exigência de que o veículo seja entregue emplacado em nome da contratante se estende aos demais itens do corrente do processo.

Sendo assim, solicita-se esclarecimento se a exigência de emplacamento que consta em um dos itens do edital deve ser estendida aos demais itens.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ITEM 03

É fato notório a situação que a economia do pais, e alguns estados encontram-se em calamidade, realizando aos poucos levantamento de recursos para seguir com seus compromissos. Vale ressaltar que, caso o recurso não se trate de Convênio Federal, mas sendo de Emendas Parlamentares os recursos, para o atendimento ao pregão seria de extrema necessidade a comprovação de vínculo da emenda ao órgão e sua aquisição, o seja, que trata-se de Emenda Impositiva, pois s emendas parlamentares que possuem caráter meramente autorizativo, possibilita que sua execução efetiva depende de avaliação do governo federal, podendo contingenciá-las conforma as prioridades nacionais.

Diante disso, solicita-se esclarecimento 1) acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo não consta no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal; 2) sendo de emendas parlamentares, a comprovação que será destinada, sendo esta impositiva.

IV. DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS

DO AIRBAG – ITEM 03

RENAULT DO BRASIL LTDA.
Av. Renault, 1300
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-8379
www.renault.com.br

Confidential C

O edital exige em sua especificação: "*Air bag dupla frontal com três pontos de proteção.*"

Ocorre que, o veiculo a ser apresentado pela Requerente possui apenas airbag com dois pontos de proteção, visto ser o obrigatório exigido por lei e o padrão para os veiculos deste segmento.

Deste modo, requer-se a alteração do edital para constar airbag duplo com dois pontos de proteção.

DO PRAZO DE ENTREGA – ITEM 03

O edital exige em sua especificação: "*7.2. A empresa considerada vencedora do certame terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, ou de acordo com a ordem de fornecimento, para a entrega do bem licitado, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo município requisitante.*"

Ocorre que tal exigência impede tanto a Requerente quanto inúmeras Montadoras de participar deste certame, tendo em vista que o tempo de montagem final demanda um prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos para que o procedimento de aquisição, preparação, complementação de acessórios exigidos em Edital e efetiva entrega dos veiculos no órgão demandante.

Sendo assim, requer-se a alteração do prazo de entrega de 90 (noventa) dias para 120 (cento e vinte) dias.

V. DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, **requer-se**:

a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;

b) O esclarecimento se o acessório em referência poderá ser instalado em concessionária ou transformadora homologada da fabricante;

c) O esclarecimento se a apresentação de Certidão de Registro do CREA do engenheiro responsável pela adaptação do veiculo atende à exigência desta r. Administração;

RENAULT DO BRASIL LTDA.
Av. Renault, 1300
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-8379
www.renault.com.br

Confidential C

d) O esclarecimento quanto ao modelo e tamanho do layout para que ao valor total a plotagem seja englobada, pois como supracitado, não há como solicitar o orçamento sem os modelos;

e) O esclarecimento 1) se há exigência de cor especifica para o veiculo; 2) qual a cor ou tonalidade para levantamento de custo;

f) O esclarecimento desta r. Administração referente local de entrega dos veiculos (cidade, endereço, número e CEP), uma vez que não consta no edital;

g) O esclarecimento se a exigência de emplacamento que consta em um dos itens do edital deve ser estendida aos demais itens;

h) O esclarecimento 1) acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo não consta no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal; 2) sendo de emendas parlamentares, a comprovação que será destinada, sendo esta impositiva;

i) A alteração do edital para constar airbag duplo com dois pontos de proteção;

j) A alteração do prazo de entrega de 90 (noventa) dias para 120 (cento e vinte) dias.

Por fim, aguardando pelas providências cabíveis, bem como pela republicação do Edital para a nova data, incluindo-se as alterações solicitadas (artigo 55, § 1° da Lei n° 14.133/21), coloca-se à disposição para esclarecimentos complementares que eventualmente entenderem necessários, por meio do endereço eletrônico renault.licitacoes@gvp.net.br ou telefone (41) 9 8843-3212.

Termos em que,
Espera deferimento.
São José dos Pinhais/PR, 29 de outubro de 2025.

THAISE CRISTHIE SELBACH SCHMIDT
CPF/ME nº091.974.509-10 / OAB/PR nº 93.982

ANA JÉSSICA BUTTNER DA SILVA
CPF/ME nº088.642.799-11 / OAB/PR nº 83.849

RENAULT DO BRASIL LTDA
Fone: (41) 98843-3212 – renault.licitacoes@gvp.net.br

RENAULT DO BRASIL LTDA.
Av. Renault, 1300
Borda do Campo - São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-8379
www.renault.com.br

Confidential C

3.2. **Exigências de capacidade volumétrica e PBT incompatíveis**

O Termo de Referência estabelece:

- Capacidade mínima de 14 m³;
- Peso Bruto Total (PBT) mínimo de 4.000 kg.

Esses requisitos restringem a competição apenas à Sprinter, sendo que veículos como o **Daily 45-160**, com 12 m³ e PBT de 4.300 kg, atendem plenamente às funções demandadas, demonstrando que os critérios do edital são excessivos e desnecessários.

4. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se que a **Comissão de Licitação**:
a) Analise e reconsidere os critérios de referência e exigências técnicas do edital, de modo a permitir a participação de fabricantes alternativos;
b) Promova a retificação do Termo de Referência, removendo as restrições que restringem indevidamente a competição;
c) Caso não seja possível a adequação do edital, considere indeferir os pontos impugnados, garantindo a observância dos princípios da ampla concorrência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

- Art. 5º, inciso IV, e art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Art. 164, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Sete Lagoas/MG, 24 de outubro de 2025.

IVG BRASIL LTDA
CNPJ: 36.519.422/0001-15
Eduarda Bueker Lugon
Analista de Licitações

IVECO BUS

Sete Lagoas/MG, 29 de outubro de 2025

AO
CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUACUI GRANDE - CIDASG

A/C: Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/ 2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos especiais novos, transformados, zero quilômetros, conforme especificações voltadas às demandas dos municípios consorciados.
Assunto: IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

Prezados,

A **IVG BRASIL LTDA** ("Notificante" ou "IVECO"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia MG-238, Km 73,5, Distrito Industrial Norte, Município de Sete Lagoas/MG, inscrita no CNPJ nº 36.519.422/0001-15, vem respeitosamente, na condição de interessada/participante, por seu representante legal devidamente identificado, vem, através deste, **APRESENTAR SUA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL**, o que faz nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

1.1.A licitação em epígrafe tem sua Sessão Eletrônica agendada para o dia 04 de novembro de 2025, conforme preâmbulo do Edital. Sendo assim, na Parte Fixa do Edital (**DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**), a impugnação poderá ser apresentada até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame:

> ***DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL***
>
> 2.1 - *Até **03 (dois) dias úteis** antes da data e horário fixados para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo À comissão decidir sobre a petição no prazo **de 03(dois) dias úteis, limitado ao último dia útil e horário, anterior à data da abertura do certame.** nos termos do parágrafo único do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.*

1.2. Logo, tem-se que o prazo final para impugnar o Edital será 29/10/2025, portanto, deve ser considerada tempestiva a vertente manifestação.

2. DA MOTIVAÇÃO

IVECO BUS

2.1. A **IVECO**, na condição de interessada no objeto do edital em referência, apresenta, nesta oportunidade, fatos que entende serem pertinentes para conduzir a alteração do instrumento convocatório em apreço.

2.2. Isso, pois, após detida análise dos termos do edital e respectivos anexos, verificou a existência de certas exigências que frustram o caráter competitivo do certame, impondo condições mínimas que desfavorecem a participação ampla de licitantes que, destaca-se, possuem total condição de atendimento do objeto pretendido sem quaisquer prejuízos a esse órgão licitante.

2.3. Com efeito, se propõe que o(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e respectiva comissão, agindo nos interesses da Administração Pública, analisem os fatos que ora se apresentam e, após a realização do juízo de conveniência e oportunidade que é inerente dos atos discricionários da Administração, ajustem, se assim entenderem ser suscetível, as exigências constantes no edital aos ditames e princípios gerais das Leis - em especial aos do Estatuto Licitatório (Lei Federal nº 8666/93) e da Constituição Federal.

2.4. A supracitada proposta de alteração editalícia tem como enfoque principal colaborar com a Administração Pública na aplicação da regra e sanar as irregularidades/vícios que injustificadamente restringem a competitividade do certame e, por conseguinte, propiciar o aumento do universo de licitantes e da gama de produtos que poderão ser ofertados.

2.5. Pois bem, realizado o pequeno prelúdio das intenções da presente impugnação, realizar-se-á, a partir de então, a exposição dos itens que a **IVECO** entende ser carecedores de reparos, bem como as devidas motivações fáticas/jurídicas que embasam eventuais alterações, aguardando, ao final, que ocorra o acatamento dos argumentos expostos e o deferimento do quanto requerido.

3. DAS IMPUGNAÇÕES:

3.1. Dos Itens técnicos solicitados no Termo de Referência – Anexo I – ITEM 1 & ITEM 2:

O Termo de referência apresenta como requisitos os seguintes itens:

- Cilindrada mínima do motor seja de 2.000 cm^3, com potência mínima de 170 cve torque de 40 Kgf.m.
- Tanque de Arla com capacidade mínima de 20 litros;
- Entre eixos mínimos de 3665mm;
- Fixação dos bancos exclusivamente em trilhos de alumínio extrusado 6061 T6
- Sistema de ar-condicionado com compressor modelo Sanden 7H15 ou equivalente

IVECO • GROUP
IVECO CAPITAL HEULIEZ IVECO BUS | IVECO FPT | IDV

IVECO BUS

3.2. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

O artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 e o artigo 37, caput, da Constituição Federal estabelece que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que, na aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos, deverão ser observados, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

As exigências do edital, ao restringirem a participação a um único fornecedor ou fabricante, implicam em verdadeiro direcionamento da licitação, esvaziando de sentido a própria realização do certame e violando frontalmente os princípios constitucionais e legais acima mencionados.
Tais condutas afrontam não apenas a legalidade e a competitividade, mas também a isonomia, a impessoalidade e o dever de seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público.

3.3. DAS EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS

O edital em questão apresenta especificações técnicas que, na prática, limitam a participação de diversos fabricantes e modelos amplamente disponíveis no mercado nacional, configurando possível direcionamento a determinado produto ou marca.
Passamos a detalhar os pontos restritivos:

1. Cilindrada mínima de 2.000 cm³, potência mínima de 170 cv e torque de 40 Kgf.m

Tal exigência não guarda proporcionalidade com a missão operacional do veículo, visto que existem modelos amplamente utilizados em transporte de passageiros que atendem plenamente à finalidade com motorização inferior, garantindo igual desempenho, eficiência energética e durabilidade.
Ao limitar a cilindrada e potência, o edital exclui veículos homologados e comercializados por diversos fabricantes, configurando restrição indevida à competitividade, em desacordo com o artigo 3º da Lei 8.666/93.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, elaborado com base nos folhetos e informações técnicas disponibilizados pelas empresas em seus websites oficiais, das fabricantes de vans com capacidade para 15+1 passageiros, **apenas uma empresa** teria condições de atender a tais exigências, ficando eliminados todos os demais players do mercado:

Requisito do Edital	Especificação Mínima / Detalhe	Mercedes-Benz Sprinter (417 CDI)	Citroen Jumper	Fiat Ducato	Iveco Daily Minibus (45-160)	Renault Master Minibus (L3H2)
		Habilitado	[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]
Passageiros	15+1 lugares	Sim (15+1)	Sim (15+1)	Sim (15+1)	Sim (15+1)	Sim (15+1)
Potência Mínima	170 cv	Sim (170 cv)	[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]
Torque Mínimo	40 kgf.m	Sim (40.8 kgf.m)	[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]
Cilindrada Mínima	2.000 cm3	Sim (2.0 L)	Sim (2.2 L)	Sim (2.2 L)	Sim (3.0 L)	Sim (2.3 L)

IVECO BUS

Tais entendimentos corroboram que o presente edital, ao exigir características de natureza exclusiva e não justificadas, fere a legalidade, assim como os princípios da isonomia, ampla concorrência e economicidade, devendo ser revisto por este consórcio.

2. Reservatório de Arla 32 com capacidade mínima de 20 litros

Embora a exigência de um reservatório de Arla 32 com capacidade mínima de 20 litros não impeça a participação de veículos com reservatórios maiores, ela ainda representa uma especificação técnica inadequada para a diversidade do mercado.

A determinação de um volume mínimo, sem considerar a eficiência do sistema de pós-tratamento, a capacidade do tanque de combustível ou o perfil de consumo do veículo (estabelecidos em projeto pelo fabricante), pode prejudicar a competitividade de modelos com sistemas de pós-tratamento igualmente ou mais eficientes, que já alcançam a autonomia operacional desejada com reservatórios menores.

Sendo assim, solicita-se que a exigência de capacidade mínima do reservatório de Arla 32 seja excluída, permitindo que sua definição siga as especificações do fabricante, em conformidade com os critérios de homologação veicular estabelecidos pelos órgãos competentes, e de forma proporcional ao volume do tanque de combustível.

Alternativamente, caso mantida, recomenda-se a flexibilização para capacidade mínima de 17 litros, possibilitando a participação desta montadora e assegurando os princípios da ampla concorrência e economicidade, devendo o ponto ser revisto por este consórcio.

3. Distância entre eixos mínima de 3.665 mm

A exigência de uma distância entre eixos mínima específica carece de fundamentação técnica e operacional, uma vez que não há comprovação de que veículos com entre eixos inferiores a 3.665 mm sejam incapazes de atender à finalidade do objeto licitado.

Cabe esclarecer que a definição do entre eixos é uma característica de projeto, determinada exclusivamente pelo fabricante, em conformidade com o Peso Bruto Total (PBT) e o número de passageiros. Assim, ao fixar uma medida específica, o edital acaba direcionando o fornecimento para determinados modelos, sem qualquer ganho técnico relevante.

Ressalta-se, ainda, que o entre eixos especificado no termo de referência (3.665 mm) corresponde exatamente ao adotado pelo veículo da concorrência já mencionado no primeiro ponto desta impugnação, como sendo a única a atender os requisitos especificados, o que reforça o indício de direcionamento e compromete a isonomia e a competitividade do certame.

Sendo assim solicita-se que a distância entre eixos seja definida conforme projeto homologado do fabricante, desde que atenda ao PBT e à capacidade de passageiros exigida.

Alternativamente, caso mantida, recomenda-se flexibilizar admissão de veículos com entre eixos a partir de 3.520 mm, possibilitando a participação desta montadora e assegurando os princípios da ampla concorrência e economicidade, devendo o ponto ser revisto por este consórcio.

IVECO BUS

4. Fixação dos bancos exclusivamente em trilhos de alumínio extrusado 6061 T6

A especificação de material, liga metálica e método de fixação constitui clara interferência no projeto construtivo do veículo, extrapolando o papel do edital, que deve restringir-se a definir desempenho e funcionalidade, e não componentes especificos.
O requisito, tal como redigido, favorece modelos com configuração particular de montagem, excluindo fabricantes que adotam sistemas equivalentes de fixação homologados, igualmente seguros e certificados.

Sendo assim solicita-se que o edital mantenha a exigência de segurança e flexibilidade de layout, mas não imponha material ou método construtivo especifico, remetendo a definição à homologação veicular do fabricante, devendo o ponto ser revisto por este consórcio.

5. Sistema de ar-condicionado com compressor modelo SANDEN 7H15 ou equivalente

Embora o edital utilize a expressão "ou equivalente", o elevado nivel de detalhamento técnico, incluindo exigências como capacidade volumétrica mínima, tipo de correia e suporte em ferro fundido, acaba por restringir a ampla concorrência. Tais especificações direcionam o certame a veículos com uma arquitetura especifica de motor e sistema de ar-condicionado, o que reforça o indício de direcionamento e compromete os princípios de isonomia e competitividade do processo licitatório.

A especificação de marca, modelo e método de fixação afronta o §5º do artigo 7º da Lei 8.666/93, que veda a indicação de marca, salvo justificativa técnica expressa, devidamente fundamentada em laudo ou parecer técnico.

Sendo assim solicita-se que o edital seja revisto, de forma que sejam indicadas apenas as normas de desempenho e homologação veicular como NBR's e regulamentações, sem vincular o projeto a componentes específicos, devendo o ponto ser revisto por este consórcio.

3.4. DO PRAZO DE ENTREGA:

O edital estabelece o prazo de até 90 (noventa) dias corridos para entrega do veículo a ser contratado, senão vejamos:

> *7.2. A empresa considerada vencedora do certame terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, ou de acordo com a ordem de fornecimento, para a entrega do bem licitado, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Município requisitante.*

Todavia, considerando as exigências de cumprimentos dos pontos:

- As exigências técnicas e customizações específicas requeridas no edital;
- Os procedimentos logísticos de transporte;
- As etapas de inspeção, controle de qualidade e preparação do produto para entrega definitiva;

IVECO BUS

É possivel afirmar que o prazo fixado não é tecnicamente exequível, impondo uma restrição indevida à ampla competitividade e inviabilizando a participação de fornecedores que atuam de forma regular e responsável no mercado.

1. Do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade

O princípio da razoabilidade, consagrado no art. 37, caput, da Constituição Federal, e aplicável à Administração Pública em todos os seus atos, impõe que os prazos licitatórios sejam compatíveis com a realidade do mercado e proporcionais à complexidade do objeto.

Fixar um prazo de 90 dias para fornecimento de veículos, sem observar a proporcionalidade entre a obrigação imposta e a viabilidade prática de seu cumprimento, especialmente quando há etapas técnicas e legais que independem da vontade do fornecedor.

Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU):

> *"Os prazos estabelecidos no edital devem ser adequados à complexidade do objeto e à capacidade real do mercado, sob pena de restringir a competitividade do certame." (TCU, Acórdão nº 1.078/2016 – Plenário)*

Portanto, a exigência de 90 dias fere o princípio da ampla concorrência (art. 3º da Lei nº 8.666/93) e cria restrição indevida, uma vez que apenas fornecedores com estoques pré-existentes poderiam atender o edital.

2. Da inviabilidade técnica do prazo fixado

O objeto licitado demanda uma cadeia produtiva complexa, que envolve diversas etapas sequenciais e interdependentes, entre elas:

- Programação e fabricação dos bens conforme as especificações técnicas do edital;
- Processos de customização, adaptação e instalação de equipamentos adicionais exigidos;
- Testes de qualidade e certificação junto aos órgãos competentes;
- Transporte até o local de entrega, sujeito a logística rodoviária e eventuais restrições de tráfego;
- Entrega técnica e conferência final pela Administração.

Cada uma dessas fases possui prazos técnicos incompressíveis, e, somadas, inviabilizam o atendimento dentro de apenas 90 dias.
Mesmo empresas de grande porte, com linhas de montagem ativas, necessitam em média de 120 a 150 dias úteis para concluir o processo completo de fabricação, adaptação, transporte e licenciamento de bens dessa natureza.

3. Do risco de execução inadequada e prejuízo à Administração

A manutenção do prazo de 90 dias induz fornecedores a assumirem compromissos inexequíveis, o que eleva o risco de atrasos contratuais, penalidades administrativas e entregas fora dos padrões de qualidade exigidos.

IVECO BUS

Em última análise, tal cenário prejudica o interesse público, na medida em que compromete a execução do contrato e pode gerar posteriores aditivos, prorrogações e litígios administrativos.

Ao ampliar o prazo para 150 dias, a Administração preservará:

- A qualidade do fornecimento;
- A responsabilidade técnica dos licitantes;
- E a competitividade real do certame, permitindo a participação de um número maior de empresas aptas a cumprir o contrato de forma segura e eficiente.

Diante de todo o exposto, requer-se:

O acolhimento da presente impugnação, para que o prazo de entrega previsto no edital seja revisto de 90 (noventa) dias para 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho;

Subsidiariamente, requer-se que o prazo seja readequado para, no mínimo, 120 dias, caso a Administração entenda necessário manter determinado grau de celeridade, sem, contudo, comprometer a viabilidade técnica do fornecimento.

Diante disso, solicita-se que o edital seja revisto, de modo a assegurar os princípios da ampla concorrência, procedendo-se à retificação do instrumento convocatório e à reabertura do prazo para apresentação das propostas, em conformidade com a legislação aplicável.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

1. Da Exigência do Veículo ZERO KM:

Acerca da exigência de entrega de veículo 0km e para uma adequada parametrização da proposta e estrito cumprimento das obrigações do Edital, queira o Sr. Pregoeiro aclarar o seguinte:

a) Os veículos poderão ser entregues rodando? Ou deverão ser transportados sob prancha?
b) Considerando que nenhum veículo, embora novo, é entregue com exatamente 0 km no hodômetro, em razão da necessidade de pequenas manobras para armazenagem no pátio da montadora e testes até a efetiva entrega, poderia o Pregoeiro esclarecer se há um limite de km que poderá constar no hodômetro dos veículos sem que descaracterize a sua condição de novo/0km exigida? Seja pelo transporte ou pela necessidade de eventuais manobras para armazenagem no pátio da montadora e testes até a efetiva entrega?

2. Do Período de Defeso Eleitoral

Diante da proximidade do período eleitoral de 2026, solicitamos esclarecimentos acerca de entregas no período de defeso eleitoral.

IVECO BUS

Dada a possibilidade de efetivação de entregas de bens e/ou o processamento de pagamentos recaírem sobre o período de defeso eleitoral na forma da Lei nº 9.504/1997 e dadas as normativas específicas que impõe restrições à execução orçamentária e financeira da Administração Pública, requer seja aclarado o seguinte:

a) Como será gerenciado os prazos de entrega dos veículos, caso a data prevista para o recebimento de uma ou mais parcelas coincida com um período de defeso eleitoral ou com restrições orçamentárias e de execução de despesa impostas pela legislação eleitoral?
b) O fornecedor poderá seguir com as entregas normalmente neste período?
c) Como será tratado o pagamento à Contratada nos casos em que a entrega do bem ou a data de vencimento da obrigação de pagamento coincidirem com o período de defeso eleitoral, havendo restrições legais à realização da despesa?

3. Da Cessão de Créditos:

A minuta da Ata de Registro de Preços estabelece, em seu item 8.5, que é vedada a cessão ou transferência a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes do contrato.

Diante da ausência de previsão específica sobre a cessão de créditos, solicitamos que seja esclarecido se será permitido à Contratada a cessão dos créditos/recebíveis oriundos do Contrato Administrativo e, caso positivo, se serão aplicáveis os critérios e requisitos previstos no Parecer nº JL - 01, de 18 de maio de 2020, do Advogado-Geral da União, aprovado pela Presidência da República, em 26 de maio de 2020. Ou, eventualmente, se serão aplicáveis outros requisitos e quais seriam eles.

Solicitamos, ainda, que seja esclarecido se será necessária a formalização da cessão mediante termo aditivo ao contrato administrativo, nas hipóteses em que a cessão não alterar a pessoa à qual o pagamento deverá ser realizado. Explica-se:

A IVECO possui a intenção (caso seja vencedora do certame) de ceder os créditos/recebíveis oriundos dos Contratos Administrativos ao Banco CNH Industrial Capital SA ("Banco CNH").

Porém, diferentemente das cessões de crédito comuns, em que os órgãos contratantes passam a realizar o pagamento diretamente à cessionária, na operação que a IVECO pretende realizar, os pagamentos continuarão sendo realizados pelo órgão contratante diretamente à IVECO.

Uma vez recebido o pagamento, a IVECO repassará os valores recebidos ao Banco CNH (destinatário final dos pagamentos, em razão da antecipação de recebíveis realizada).

Reforçamos que o pagamento ocorrerá em uma conta de titularidade da própria IVECO (contratada). Tal peculiaridade na operação a ser realizada entre a IVECO e o Banco CNH somente se faz possível pelo fato de ambas as empresas (IVECO e Banco CNH) integrarem o mesmo Grupo Econômico. Portanto, existe uma relação de confiança entre ambas, permitindo que os pagamentos devidos pelos órgãos contratantes continuem sendo realizados diretamente à IVECO e posteriormente repassados por esta empresa ao Banco CNH.

Inclusive, por integrarem o mesmo Grupo Econômico, é o próprio Banco CNH que realiza a gestão do contas a Receber da IVECO. E, como gestor do contas a receber da IVECO, o próprio Banco CNH identifica que o órgão

contratante realizou o pagamento e, após essa identificação, solicita à IVECO o envio do valor correspondente ao Banco CNH.

Considerando, portanto, que na operação que se pretende realizar os pagamentos continuarão sendo realizados diretamente à empresa contratada - IVECO (sem impactos, então, aos órgãos contratantes), a IVECO entende, s.m.j, que não seria necessário, no presente caso, autorização prévia do órgão contratante, nem a celebração de um termo aditivo ao contrato.

De todo o exposto, requer:

a) Que seja confirmada a possibilidade da realização da operação de cessão de crédito pretendida pela IVECO, nos termos descritos acima;
b) Que seja confirmada a desnecessidade de assinatura de Termo Aditivo ao contrato, tendo em vista a peculiaridade da operação de cessão de crédito realizada pela IVECO".

6. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O acolhimento integral deste pedido de impugnação;
2. A retificação das cláusulas restritivas descritas, de modo a eliminar exigências desproporcionais e direcionadas;
3. A revisão das especificações técnicas para permitir a ampla competitividade e isonomia entre os licitantes;
4. A suspensão imediata do certame até a adequação do edital.

7. DO PEDIDO DE SUSPENSÃO

Diante da gravidade das irregularidades apontadas e do potencial prejuízo à competitividade do certame, requer-se a imediata suspensão da licitação, nos termos do art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/93, ou do art. 164, §2º, da Lei nº 14.133/2021, até a análise e decisão definitiva deste pedido, a fim de evitar a consumação de ato administrativo eivado de vício de legalidade.

8. CONCLUSÃO

As exigências constantes do edital não possuem respaldo técnico ou normativo, configurando direcionamento do certame e violação aos princípios da legalidade, competitividade, isonomia e impessoalidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, requer-se a anulação ou adequação das cláusulas restritivas, assegurando-se a lisura, a transparência e a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público.

IVECO BUS

ELTON LUIZ DOS SANTOS:01566479665

Assinado de forma digital por ELTON LUIZ DOS SANTOS:01566479665
Dados: 2025.10.29 13:56:32 -03'00'

IVG BRASIL LTDA.
Elton Luiz dos Santos
Coordenador de Vendas ao Governo
CNPJ/ME: 36.519.422/0001-15
elton.luiz@ivecogroup.com

DECISÃO SOBRE IMPUGNÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS NOVOS, TRANSFORMADOS, ZERO QUILÔMETROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES VOLTADAS ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUI GRANDE – CIDASG.

IMPUGNANTES: IVG BRASIL LTDA inscrita no CNPJ n. 36.519.422/0001-15 e DEVA VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ n. 23.762.552/0003-02

1- DO BREVE RESUMO E DA ADMISSIBILIDADE.

Tratam-se de impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2025, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS NOVOS, TRANSFORMADOS, ZERO QUILÔMETROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES VOLTADAS ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, conforme Termo de Referência anexo ao Edital.

A primeira impugnação foi protocolada pela empresa DEVA VEÍCULOS LTDA., alegando suposta restrição à competitividade e direcionamento de marca em relação aos itens, 1, 2, 4, 5, 7 e 8, em razão das exigências técnicas relativas à potência, torque, capacidade de tanque de Arla 32, distância entre eixos e compartimento de carga, bem como, em relação aos lotes 7 e 8, o distanciamento dos eixos.

A segunda impugnação foi apresentada pela empresa IVG BRASIL LTDA., reiterando a tese de especificações restritivas, indicando que o edital teria se baseado em características de veículos de uma única

fabricante (Mercedes-Benz), em razão da exigência de capacidade volumétrica, e PBT, e requerendo a revisão dos parâmetros técnicos, sob o argumento de que "diversos modelos similares" atenderiam ao objeto, ainda que com desempenho inferior.

A Lei 14.133/21 define em seu art. 164 a legitimidade e prazo para a utilização do instrumento de esclarecimento, vejamos:

> Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima **para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos**, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Ambas as impugnações foram apresentadas dentro do prazo de três dias úteis antes da abertura da sessão pública, designado para a data de 04/11/2025, conforme previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, e no item 2.1 do edital, sendo, portanto, tempestivas e conhecidas.

2- DAS RAZÕES DE DECIDIR

Prima facie, imperioso ponderar os aspectos introdutórios concernentes à elaboração do edital e demais atos do processo licitatório em questão.

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande- CIDASG, ao lançar um processo licitatório, age pautado pelo princípio da supremacia do interesse público e pela vinculação ao instrumento convocatório, e suas exigências encontram-se em estrita consonância com a legislação aplicável e compatíveis com o objeto a ser contratado.

O objeto da contratação consiste na aquisição de veículos complexos, como vans de passageiros, ambulâncias de diversos tipos

(Simples Remoção e UTI Móvel), e unidades móveis especializadas (Veterinária e Odontológica), conforme detalhado no Termo de Referência (TR).

Nesse contexto não há como fugir, que hospitais e outras instituições de saúde dependem de veículos adequados (ambulâncias), visto que o transporte de pacientes se dá por meio desses. Ademais, é evidente que a frota precisa desempenhar com o máximo de velocidade e eficiência.

Essa necessidade de que as operações sejam ágeis se dá pelo fato de, em regra, se tratar de uma situação urgente, em que pessoas estão envolvidas, bem como sua saúde. Portanto, na hora de escolher qual veículo irá compor sua frota para serviços de ambulância, alguns pontos e aspectos precisam ser levados em consideração, para que a decisão chegue a um desempenho favorável.

É sabido que os veículos utilizados como ambulância são equipados com a estrutura e os artifícios necessários para o atendimento urgente dos pacientes, os quais precisam ser transportados para as unidades de saúde dentro do menor período de tempo possível.

Todavia, apesar da velocidade, é fundamental que os veículos tenham um grande tamanho para comportarem todo o equipamento médico, e uma potência elevada, visto que o motor deve ser forte para suportar todo e qualquer trajeto.

É imperativo reiterar, como estabelecido no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no próprio Termo de Referência, que a aquisição destes veículos não se restringe à mera compra de um bem de prateleira, mas sim à contratação de soluções veiculares de alta complexidade e transformação especializada.

A finalidade precípua desta contratação é fornecer para os pacientes que utilizam o Sistema Único de Saúde a locomoção em transporte adequado quando debilitados e impossibilitados de serem removidos em transporte comum, que necessitem de realizar procedimentos como hemodiálise, câmara hiperbárica, quimioterapia, radioterapia, fisioterapia, consultas e exames especializados, entre outros, curativos de grande porte e revisão de cirurgia, como também, alta hospitalar, internação compulsória e mandado judicial; transporte de pacientes, para realização de consultas com especialistas, exames de alta complexidade, internações e diversos outros procedimentos que não são disponibilizados pelo Município e transferência.

A justificativa para a contratação é robusta e vinculada à necessidade premente de aprimoramento dos serviços públicos essenciais de saúde e assistência nas regiões consorciadas, as quais enfrentam desafios logísticos e topográficos notáveis, caracterizados por vias de acesso precárias, grandes distâncias intermunicipais e a ausência de infraestrutura viária adequada, conforme amplamente descrito no item 4 do Termo de Referência.

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 é cristalino ao estabelecer que a licitação deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

Contudo, a aplicação de tais princípios deve ser realizada de forma sistêmica, harmonizando-os com a necessidade de garantir a qualidade e a segurança dos serviços e bens a serem adquiridos,

especialmente quando estes impactam diretamente a coletividade e envolvem riscos inerentes.

As exigências editalícias, portanto, formuladas pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande – CIDASG para o Pregão Eletrônico nº 004/2025 foram minuciosamente elaboradas para salvaguardar o interesse público na contratação pretendida.

O Edital foi elaborado em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios que regem a Administração Pública, como legalidade, isonomia, competitividade, transparência e vinculação ao instrumento convocatório.

Todas as exigências constantes do Instrumento Convocatório visaram assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para os Municípios consorciados, garantindo a melhor contratação em termos técnicos e econômicos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que todas as exigências são proporcionais, razoáveis e compatíveis com as necessidades dos Municípios, não restringindo indevidamente a competitividade do certame, tal qual alegam, indevidamente as Impugnantes.

Para tanto, passam-se à análise pormenorizada de cada um dos argumentos veiculados nas impugnações, com as respectivas justificativas, em prestígio aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da supremacia do interesse público.

2.1. DO MÉRITO DAS IMPUGNAÇÕES E DA MANUTENÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As empresas impugnantes, em síntese, argumentam que certas especificações técnicas estabelecidas nos Lotes 1, 2, 4, 5, 7 e 8 do Termo de Referência, notadamente, no que concerne à potência, torque, capacidade de Arla 32, entre eixos e volume do compartimento de carga, são excessivas e promovem o direcionamento indevido da licitação a uma única marca.

A Administração, por meio da Comissão de Licitação, reitera que as especificações não configuram direcionamento, mas sim o critério de suficiência mínima para o atendimento do interesse público, conforme rigorosamente justificado nos Estudos Técnicos Preliminares que determinaram a solução veicular mais adequada às peculiaridades do Consórcio e Municípios consorciados.

A) Potência mínima de 170 cv e torque mínimo de 40 kgfm

Os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência decorrem do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Memorial Descritivo, que identificaram a necessidade de veículos de alto desempenho em razão da topografia acidentada e das longas distâncias entre os municípios consorciados, bem como da carga útil elevada decorrente dos equipamentos médicos e odontológicos instalados nos veículos.

Tal qual cedido, a potência e o torque mínimos asseguram eficiência energética, redução de desgaste do motor e segurança operacional, conforme o art. 5°, inciso LVIII, da Lei n° 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de observar o princípio da eficiência.

Ademais, os parâmetros adotados encontram respaldo técnico na Resolução CONAMA n° 490/2018 (PROCONVE P8), que define padrões de emissão e desempenho compatíveis com o nível de potência especificado.

Nesse sentido, a manutenção dos parâmetros originais de 170 cv e 40 kgf.m é tecnicamente indispensável e encontra sua justificativa mais expressiva na natureza geográfica e logística de operação do CIDASG e de seus municípios consorciados, principalmente considerando que veículos de transformação complexa, como ambulâncias UTI e unidades móveis (Lotes 4, 5, 7 e 8), operam constantemente submetidos a um Peso Bruto Total (PBT) superior ao dos veículos convencionais, devido ao peso concentrado dos equipamentos médicos, geradores, unidades de climatização e revestimentos reforçados.

Nestas condições operacionais, em que o veículo trafegará por longos percursos em estradas rurais de condições mais vezes precárias, uma potência e torque inferiores aos especificados resultariam em risco de segurança e aumento do tempo de resposta e desgaste prematuro dos veículos resultando em um custo operacional elevado que decorreria em antieconomicidade.

A par dos estudos de demanda em cada um dos Municípios consorciados, considerando a realidade de cada um, buscou-se estabelecer uma margem de segurança e economia para enfrentar variações de carga e condições climáticas e topográficas adversas, garantindo que o desempenho do veículo permaneça dentro dos limites aceitáveis e seguros, especialmente quando se lida com Unidades de Terapia Intensiva Móvel (UTI), onde a estabilidade e a velocidade constante são cruciais.

Desta forma, os parâmetros de 170 cv e 40 kgf.m não são arbitrários, mas sim a tradução técnica do que é necessário para assegurar a capacidade de desempenho exigida pelo objeto, em conformidade o que determina a Lei nº 14.133/2021, que permite a

exigência de aptidão para a execução do objeto compatível com a complexidade da contratação.

Logo, a manutenção do requisito neste ponto encontra-se fundamentada pelo que deve ser mantida.

B) Capacidade do tanque de Arla 32 (20L)

A exigência de tanque mínimo de 20 litros de Arla 32 visa garantir autonomia operacional nos deslocamentos intermunicipais, evitando paradas técnicas e assegurando o cumprimento das normas ambientais e de controle de emissões veiculares.

A legislação ambiental brasileira, por meio da Resolução CONAMA nº 490/2018 (PROCONVE P8 - equivalente a Euro VI), exige o uso do Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo (Arla 32) para a redução das emissões. A autonomia do Arla 32 é diretamente proporcional ao volume do tanque e à rota operacional do veículo.

A redução sugerida pelas impugnantes (para 17L) reduz a autonomia e aumenta o custo operacional, contrariando o princípio da economicidade e as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas no Guia de Contratações Sustentáveis, que recomenda priorizar veículos de menor impacto ambiental e maior eficiência operacional.

Demais disso, considerando a premissa fundamental do Consórcio CIDASG de atender municípios com longas distâncias de deslocamento para o transporte de pacientes e a prestação de serviços nas Unidades Móveis, a manutenção do volume de 20 litros é essencial para otimizar o tempo operacional e reduzir a necessidade de abastecimentos frequentes em áreas remotas.

A redução da capacidade para 17 litros implicaria uma diminuição imediata da autonomia do veículo em 15%, aumentando o risco de que o Arla 32 se esgote durante uma missão crítica (como o transporte de UTI Móvel).

O esgotamento do Arla 32, além de configurar infração ambiental, provoca a limitação eletrônica de potência e velocidade do motor por razões de segurança, comprometendo a urgência e a eficiência do serviço de saúde.

Portanto, a exigência do tanque de 20 L não é meramente técnica, mas estratégica, visando garantir a eficiência e a continuidade operacional dos veículos transformados, em estrito atendimento ao princípio da economicidade e da responsabilidade socioambiental, em consonância com o Guia de Contratações Sustentáveis citado na análise preliminar.

Portanto, encontra-se fundamentada a manutenção do requisito pelo que deve ser mantido.

C) DA ESTABILIDADE, SEGURANÇA E ERGONOMIA DA TRANSFORMAÇÃO (Entre Eixos e Volume do Compartimento de Carga).

O estabelecimento do parâmetro de entre eixos mínimo especificado foi determinado com base em análises de estabilidade e segurança veicular, conforme normas da ABNT, considerando a instalação de módulos de atendimento médico e odontológico, cuja estrutura exige suporte rígido e centro de gravidade compatível.

O projeto construtivo das unidades móveis e ambulâncias exige um chassi com características específicas para suportar a complexidade e o peso dos equipamentos instalados, além de garantir a segurança e a estabilidade dos usuários.

A exigência de Tração Traseira em conjunto com um Piso Mínimo Elevado e o Entre Eixos Específico atende ao Estudo da Carga Centrada e Estabilidade. A transformação veicular, especialmente em ambulâncias UTI (Lotes 4 e 5) e unidades móveis (Lotes 7 e 8), introduz peso adicional significativo e altera o centro de gravidade do veículo.

A tração traseira é fundamental para assegurar a capacidade de tração e dirigibilidade quando a maior parte da carga está concentrada no compartimento traseiro (onde ficam instalados o mobiliário, equipamentos médicos e sistemas de energia/climatização), especialmente em rotas rurais e declives acentuados frequentemente encontrados nas áreas dos Municípios Consorciados.

A alegação da impugnante DEVA de que a exigência de 4.300 mm e tração traseira exclui a Renault, que utiliza tração dianteira nesse porte, apenas confirma a necessidade técnica da Administração de manter o requisito inerente à tração, que se sobrepõe à marca do fabricante.

Quanto às distâncias de Entre Eixos (3.665 mm e 4.300 mm), estas são determinadas em função do tamanho mínimo e da distribuição de peso necessários para acomodar a montagem interna.

As ambulâncias e vans de passageiros (Lotes 1, 2, 4, 5) com 3.665 mm requerem esta dimensão **para garantir o espaço suficiente para o sistema de trilhos de fixação de bancos** (Resolução CONTRAN 939/2022) e acomodar a maca longitudinalmente, em conformidade com a NBR 14561/2000, ao mesmo tempo que mantém a dirigibilidade em vias urbanas e rurais.

As Unidades Móveis Especiais (Lotes 7 e 8) exigem o entre eixos de 4.300 mm devido à necessidade de um Comprimento Mínimo Total

de 6.900 mm e de um Compartimento de Carga de 14 m³ e Altura Interna Mínima de 2.000 mm. Estes veículos (Castramóvel e Odontológica) são, em essência, Clínicas Móveis **que abrigam equipamentos de grande porte (cadeira odontológica, aparelhos de Raio-X, Autoclave, mesas cirúrgicas veterinárias) e requerem ambientes operacionais ergonômicos e sanitariamente adequados**. A distância entre eixos de 4.300 mm é o requisito estrutural do chassi para que a transformação atinja as dimensões mínimas internas exigidas.

Portanto, a alteração proposta (3.520 mm) comprometeria a estabilidade e a dirigibilidade do veículo, podendo afetar a homologação de segurança junto ao DENATRAN e ao INMETRO, o que tornaria o produto inadequado à finalidade pública.

Ademais, a despeito da exigência de Capacidade mínima de 14 m³ (Lotes 4, 5, 7 e 8), em contraposição à proposta de 12 m³ apresentada pelos impugnantes (IVECO e DEVA) salientamos que, os veículos Lotes 4 (UTI Móvel), 7 (Castramóvel) e 8 (Odontológica) necessitam de amplo volume interno **não apenas para a acomodação de equipamentos, mas para garantir o conforto, ergonomia (NR-17) e segurança sanitária (RDC 50/ANVISA), especialmente no que se refere ao manejo de pacientes e à prevenção de contaminação cruzada**.

A redução para 12 m³ inviabilizaria a implantação adequada de um layout ergonômico e espaço de trabalho essenciais à circulação segura da equipe de saúde e para o posicionamento da maca e equipamentos de suporte vital, ou dos complexos sistemas de consultório que incluem cadeira odontológica, balcões de 1800 x 370 mm e a área técnica.

Demais disso, buscou-se preservar condições adequadas de climatização e purificação do ar para manter o conforto térmico, além de atender aos requisitos de instalação do compressor e dos dutos.

Por fim, não se pode ignorar que a redução do volume do veículo chassi impediria o cumprimento das dimensões mínimas internas dos mobiliários, tornando o projeto de transformação inviável e inadequado às normas técnicas.

Argumentar que um veículo com 12 m³ (como o IVECO Daily, citado pela IVG) "atende plenamente às funções demandadas" é uma asserção genérica e inconsistente com o detalhamento rigoroso do Termo de Referência.

A Administração Pública tem o poder-dever de exigir o que é necessário para a prestação do serviço público da melhor forma possível, e neste caso, a exigência posta de 14 m³ representa o limite mínimo para integrar todos os equipamentos de forma segura e operacionalmente eficaz.

Logo, por ser necessária e justificável entende-se que tal especificação deve ser mantida.

D) DA QUALIDADE E SEGURANÇA NA TRANSFORMAÇÃO VEICULAR.

Com base nas exposições aludidas, têm-se que a análise técnica demonstra que as especificações veiculares (potência, torque, entre eixos) **não visam selecionar a marca, mas sim garantir que o veículo base (chassi) possua a estrutura e o desempenho necessários para suportar a complexa transformação exigida pela Administração**.

O Termo de Referência impõe inúmeros requisitos de segurança e qualidade na transformação, incluindo:

- Apresentação de CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT (Certificado de Capacitação Técnica) em nome da licitante ou transformadora contratada (TR, Item 3, Lotes 1, 2, 4, 5, 7 e 8), comprovando a homologação das alterações junto aos órgãos competentes (DENATRAN/SENATRAN e INMETRO).

- Obtenção de laudos específicos, como o Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico (NBR 15570), Laudo de Ação Virucida (para a tecnologia de purificação do ar), Ensaio de Flamabilidade dos materiais de revestimento (CONTRAN 498/2014) e Ensaios de Ancoragem (CONTRAN 939/2022).

Estes requisitos, que visam mitigar o risco de segurança inerente a adaptações complexas e garantir a durabilidade e funcionalidade do bem, dependem intrinsecamente das características do chassi.

Um chassi que não atenda aos requisitos mínimos de PBT, potência e dimensões, não poderá ser transformado em conformidade com as normas exigidas, o que resultaria na recusa do objeto pela Administração e em grave prejuízo ao interesse público.

A Lei nº 14.133/2021, autoriza à Administração, por meio de justificativa técnica e nos termos dos Estudos Técnicos Preliminares, que defina padrões mínimos de qualidade indispensáveis à contratação.

Nesse propósito, tal qual demonstrado nas razões expostas, as especificações são essenciais e não vão além do que é necessário para garantir que o veículo em si e o resultado da transformação cumpram a finalidade crítica de políticas públicas de saúde e bem-estar (ambulâncias UTI, Castramóvel, Odontologia Móvel).

2.2. DA JUSTIFICATIVA PARA A MANUTENÇÃO INTEGRAL DO EDITAL

Diante da análise técnica e jurídica detalhada dos pontos impugnados, a Comissão de Licitação confirma que as exigências dispostas são razoáveis, proporcionais e materialmente necessárias, estando devidamente justificadas nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência, com o objetivo precípuo de garantir a eficácia do serviço público e a segurança dos usuários e operadores.

A aceitação das propostas de redução apresentadas pelas impugnantes resultaria em risco operacional, comprometimento da segurança veicular, inobservância de requisitos sanitários e ergonômicos e, em última instância, na aquisição de um bem inadequado ao fim pretendido pelo Consórcio.

Ademais, os argumentos expostos pelas Impugnantes não eliminam o dever da **Administração de zelar pela qualidade e suficiência da solução contratada**. O mercado deve se adequar à complexidade inerente de um certame que demanda veículos transformados conforme o mais alto padrão de segurança e eficiência, e não o contrário.

Portanto, a manutenção integral das especificações veiculares (potência, torque, entre eixos e capacidade volumétrica) será mantida em função da estrita observância ao princípio da busca da melhor proposta vantajosa sob os critérios de segurança, funcionalidade técnica e durabilidade do investimento público, pilares inegociáveis.

3-CONCLUSÃO

Em face de todo o exposto, considerando a robusta e inequívoca justificativa técnica e legal para a manutenção dos critérios de especificação veicular, dimensionais e de desempenho constantes do

Termo de Referência, e em consonância com o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, a Comissão de Licitação e a Autoridade Competente, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, **DECIDEM pelo INDEFERIMENTO INTEGRAL** das impugnações apresentadas pelas empresas DEVA VEÍCULOS LTDA. e IVG BRASIL LTDA., ratificando todos os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2025.

Permanecem inalteradas as condições de participação e as especificações técnicas, prosseguindo o certame em conformidade com o cronograma original.

Publique-se esta decisão e sua íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Consórcio CIDASG, conforme determina a legislação vigente.

São Pedro do Suaçuí – MG, 03 de novembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
ISLAE ALVES DE OLIVEIRA PIRES
Data: 03/11/2025 16:04:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Islaê Alves de Oliveira Pires
Pregoeira
Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande – CIDASG

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL E RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 004/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS NOVOS, TRANSFORMADOS, ZERO QUILÔMETROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES VOLTADAS ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

IMPUGNANTE: IVG BRASIL LTDA. (CNPJ n° 36.519.422/0001-15), TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA CNPJ n° 14.234.954/0001-73; RENAULT DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 00.913.443/0001-73.

I. DO RELATÓRIO E DA ADMISSIBILIDADE RECURSAL

Tratam-se de Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos ao Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços (SRP) n° 004/2025, apresentada pelas empresas IVG BRASIL LTDA. (IVECO), RENAULT DO BRASIL LTDA. e TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., todas devidamente qualificadas nos autos e manifestando interesse na participação do certame.

O certame visa a seleção de propostas para a futura e eventual aquisição de veículos complexos e transformados, incluindo vans para transporte de passageiros, ambulâncias (simples remoção e Unidade de Terapia Intensiva Móvel) e unidades móveis especializadas (Veterinária e Odontológica), todos detalhados no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

O valor global estimado da contratação atinge montante significativo, fixado em R$ 106.508.335,83 (cento e seis milhões, quinhentos

e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos), o que sublinha a natureza estratégica e de alta relevância pública do procedimento.

As Impugnantes buscaram, por meio de suas manifestações, apontar supostas exigências que configurariam restrição indevida à competitividade e possível direcionamento do certame, violando os princípios basilares da licitação pública.

As Impugnações e Pedidos de Esclarecimento incidiram predominantemente sobre dois eixos centrais: o primeiro, concernente à alegada restrição indevida à competitividade em razão de especificações técnicas do chassi e componentes de transformação; e o segundo, relativo aos requisitos de execução contratual, como o prazo de entrega, as condições de entrega do veículo *zero quilômetro*, e aspectos jurídicos e financeiros da contratação.

Adicionalmente, as Impugnantes questionaram o prazo estipulado para a entrega dos veículos e solicitaram esclarecimentos sobre a condição de veículo zero quilômetro, o período de defeso eleitoral, e a viabilidade da cessão de créditos sem a necessidade de Termo Aditivo.

A Lei 14.133/21 define em seu art. 164 a legitimidade e prazo para a utilização do instrumento de esclarecimento, vejamos:

> Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima **para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos**, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos foram apresentadas dentro do prazo de três dias úteis antes da abertura da

sessão pública, designado para a data de 04/11/2025, conforme previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, e no item 2.1 do edital, sendo, portanto, tempestivas e conhecidas.

2- DAS RAZÕES DE DECIDIR

Prima facie, imperioso ponderar os aspectos introdutórios concernentes à elaboração do edital e demais atos do processo licitatório em questão.

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande- CIDASG, ao lançar um processo licitatório, age pautado pelo princípio da supremacia do interesse público e pela vinculação ao instrumento convocatório, e suas exigências encontram-se em estrita consonância com a legislação aplicável e compatíveis com o objeto a ser contratado.

O objeto da contratação consiste na aquisição de veículos complexos, como vans de passageiros, ambulâncias de diversos tipos (Simples Remoção e UTI Móvel), e unidades móveis especializadas (Veterinária e Odontológica), conforme detalhado no Termo de Referência (TR).

Nesse contexto não há como fugir, que hospitais e outras instituições de saúde dependem de veículos adequados (ambulâncias), visto que o transporte de pacientes se dá por meio desses. Ademais, é evidente que a frota precisa desempenhar com o máximo de velocidade e eficiência.

Essa necessidade de que as operações sejam ágeis se dá pelo fato de, em regra, se tratar de uma situação urgente, em que pessoas estão envolvidas, bem como sua saúde. Portanto, na hora de escolher qual veículo irá compor sua frota para serviços de ambulância, alguns

pontos e aspectos precisam ser levados em consideração, para que a decisão chegue a um desempenho favorável.

É sabido que os veículos utilizados como ambulância são equipados com a estrutura e os artifícios necessários para o atendimento urgente dos pacientes, os quais precisam ser transportados para as unidades de saúde dentro do menor período de tempo possível.

Todavia, apesar da velocidade, é fundamental que os veículos tenham um grande tamanho para comportarem todo o equipamento médico, e uma potência elevada, visto que o motor deve ser forte para suportar todo e qualquer trajeto.

É imperativo reiterar, como estabelecido no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no próprio Termo de Referência, que a aquisição destes veículos não se restringe à mera compra de um bem de prateleira, mas sim à contratação de soluções veiculares de alta complexidade e transformação especializada.

A finalidade precípua desta contratação é fornecer para os pacientes que utilizam o Sistema Único de Saúde a locomoção em transporte adequado quando debilitados e impossibilitados de serem removidos em transporte comum, que necessitem de realizar procedimentos tais como hemodiálise, câmara hiperbárica, quimioterapia, radioterapia, fisioterapia, consultas e exames especializados, entre outros, curativos de grande porte e revisão de cirurgia, como também, alta hospitalar, internação compulsória e mandado judicial; transporte de pacientes, para realização de consultas com especialistas, exames de alta complexidade,

internações e diversos outros procedimentos que não são disponibilizados pelo Município e transferência.

A justificativa para a contratação é robusta e vinculada à necessidade premente de aprimoramento dos serviços públicos essenciais de saúde e assistência nas regiões consorciadas, as quais enfrentam desafios logísticos e topográficos notáveis, caracterizados por vias de acesso precárias, grandes distâncias intermunicipais e a ausência de infraestrutura viária adequada, conforme amplamente descrito no Termo de Referência.

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 é cristalino ao estabelecer que a licitação deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

Contudo, a aplicação de tais princípios deve ser realizada de forma sistêmica, harmonizando-os com a necessidade de garantir a qualidade e a segurança dos serviços e bens a serem adquiridos, especialmente quando estes impactam diretamente a coletividade e envolvem riscos inerentes.

As exigências editalícias, portanto, formuladas pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande – CIDASG para o Pregão Eletrônico nº 004/2025 foram minuciosamente elaboradas para salvaguardar o interesse público na contratação pretendida.

O Edital foi elaborado em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios que regem a Administração Pública, como legalidade, isonomia, competitividade, transparência e vinculação ao instrumento convocatório.

Todas as exigências constantes do Instrumento Convocatório visaram assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para os Municípios consorciados, garantindo a melhor contratação em termos técnicos e econômicos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que todas as exigências são proporcionais, razoáveis e compatíveis com as necessidades dos Municípios, não restringindo indevidamente a competitividade do certame, tal qual alegam, indevidamente as Impugnantes.

Para tanto, passam-se à análise pormenorizada de cada um dos argumentos veiculados nas impugnações, com as respectivas justificativas, em prestígio aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da supremacia do interesse público.

II.1 DA ANÁLISE FUNDAMENTADA DAS ALEGAÇÕES DE RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

A. DA ANÁLISE PONTUAL DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A.1. Da impugnação da empresa IVG BRASIL LTDA. (IVECO) quanto à Motorização: Potência, Cilindrada Mínima, Potência Mínima de 170 cv e Torque Mínimo de 40 Kgf.m (Itens 1 e 2)

Os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência decorrem do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Memorial Descritivo, que identificaram a necessidade de veículos de alto desempenho em razão

da topografia acidentada e das longas distâncias entre os municípios consorciados, bem como da carga útil elevada decorrente dos equipamentos médicos e odontológicos instalados nos veículos.

Tal qual cedido, a potência e o torque mínimos asseguram eficiência energética, redução de desgaste do motor e segurança operacional, conforme o art. 5º, inciso LVIII, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de observar o princípio da eficiência.

Ademais, os parâmetros adotados encontram respaldo técnico na Resolução CONAMA nº 490/2018 (PROCONVE P8), que define padrões de emissão e desempenho compatíveis com o nível de potência especificado.

Nesse sentido, a manutenção dos parâmetros originais de 170 cv e 40 kgf.m é tecnicamente indispensável e encontra sua justificativa mais expressiva na natureza geográfica e logística de operação do CIDASG e de seus municípios consorciados, principalmente considerando que veículos de transformação complexa, como ambulâncias UTI e unidades móveis (Lotes 4, 5, 7 e 8), operam constantemente submetidos a um Peso Bruto Total (PBT) superior ao dos veículos convencionais, devido ao peso concentrado dos equipamentos médicos, geradores, unidades de climatização e revestimentos reforçados.

Nestas condições operacionais, em que o veículo trafegará por longos percursos em estradas rurais de condições mais vezes precárias, uma potência e torque inferiores aos especificados resultariam em risco de segurança e aumento do tempo de resposta e desgaste prematuro dos veículos resultando em um custo operacional elevado que decorreria em antieconomicidade.

A par dos estudos de demanda em cada um dos Municípios consorciados, considerando a realidade de cada um, buscou-se estabelecer uma margem de segurança e economia para enfrentar variações de carga e condições climáticas e topográficas adversas, garantindo que o desempenho do veículo permaneça dentro dos limites aceitáveis e seguros, especialmente quando se lida com Unidades de Terapia Intensiva Móvel (UTI), onde a estabilidade e a velocidade constante são cruciais.

Desta forma, os parâmetros de 170 cv e 40 kgf.m não são arbitrários, mas sim a tradução técnica do que é necessário para assegurar a capacidade de desempenho exigida pelo objeto, em conformidade o que determina a Lei nº 14.133/2021, que permite a exigência de aptidão para a execução do objeto compatível com a complexidade da contratação.

Logo, a manutenção do requisito neste ponto encontra-se fundamentada pelo que deve ser mantida.

A.2. Da impugnação da empresa IVG BRASIL LTDA. (IVECO) quanto ao Reservatório de Arla 32 (Capacidade Mínima de 20 litros)

A exigência de tanque mínimo de 20 litros de Arla 32 visa garantir autonomia operacional nos deslocamentos intermunicipais, evitando paradas técnicas e assegurando o cumprimento das normas ambientais e de controle de emissões veiculares.

A legislação ambiental brasileira, por meio da Resolução CONAMA nº 490/2018 (PROCONVE P8 - equivalente a Euro VI), exige o uso do Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo (Arla 32) para a redução das emissões. A autonomia do Arla 32 é

diretamente proporcional ao volume do tanque e à rota operacional do veículo.

A redução sugerida pelas impugnantes (para 17L) reduz a autonomia e aumenta o custo operacional, contrariando o princípio da economicidade e as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas no Guia de Contratações Sustentáveis, que recomenda priorizar veículos de menor impacto ambiental e maior eficiência operacional.

Demais disso, considerando a premissa fundamental do Consórcio CIDASG de atender municípios com longas distâncias de deslocamento para o transporte de pacientes e a prestação de serviços nas Unidades Móveis, a manutenção do volume de 20 litros é essencial para otimizar o tempo operacional e reduzir a necessidade de abastecimentos frequentes em áreas remotas.

A redução da capacidade para 17 litros implicaria uma diminuição imediata da autonomia do veículo em 15%, aumentando o risco de que o Arla 32 se esgote durante uma missão crítica (como o transporte de UTI Móvel).

O esgotamento do Arla 32, além de configurar infração ambiental, provoca a limitação eletrônica de potência e velocidade do motor por razões de segurança, comprometendo a urgência e a eficiência do serviço de saúde.

Portanto, a exigência do tanque de 20 L não é meramente técnica, mas estratégica, visando garantir a eficiência e a continuidade operacional dos veículos transformados, em estrito atendimento ao princípio da economicidade e da responsabilidade socioambiental, em consonância com o Guia de Contratações Sustentáveis citado na análise preliminar.

Portanto, encontra-se fundamentada a manutenção do requisito pelo que deve ser mantido.

A.3. Da impugnação da empresa IVG BRASIL LTDA. (IVECO) quanto a Distância entre Eixos (Mínima de 3.665 mm)

O estabelecimento do parâmetro de entre eixos mínimo especificado foi determinado com base em análises de estabilidade e segurança veicular, conforme normas da ABNT, considerando a instalação de módulos de atendimento médico e odontológico, cuja estrutura exige suporte rígido e centro de gravidade compatível.

O projeto construtivo das unidades móveis e ambulâncias exige um chassi com características específicas para suportar a complexidade e o peso dos equipamentos instalados, além de garantir a segurança e a estabilidade dos usuários.

A exigência de Tração Traseira em conjunto com um Piso Mínimo Elevado e o Entre Eixos Específico atende ao Estudo da Carga Centrada e Estabilidade. A transformação veicular, especialmente em ambulâncias UTI (Lotes 4 e 5) e unidades móveis (Lotes 7 e 8), introduz peso adicional significativo e altera o centro de gravidade do veículo.

A tração traseira é fundamental para assegurar a capacidade de tração e dirigibilidade quando a maior parte da carga está concentrada no compartimento traseiro (onde ficam instalados o mobiliário, equipamentos médicos e sistemas de energia/climatização), especialmente em rotas rurais e declives acentuados frequentemente encontrados nas áreas dos Municípios Consorciados.

Quanto às distâncias de Entre Eixos (3.665 mm e 4.300 mm), estas são determinadas em função do tamanho mínimo e da distribuição de peso necessários para acomodar a montagem interna.

As ambulâncias e vans de passageiros (Lotes 1, 2, 4, 5) com 3.665 mm requerem esta dimensão **para garantir o espaço suficiente para o sistema de trilhos de fixação de bancos** (Resolução CONTRAN 939/2022) e acomodar a maca longitudinalmente, em conformidade com a NBR 14561/2000, ao mesmo tempo que mantém a dirigibilidade em vias urbanas e rurais.

As Unidades Móveis Especiais (Lotes 7 e 8) exigem o entre eixos de 4.300 mm devido à necessidade de um Comprimento Mínimo Total de 6.900 mm e de um Compartimento de Carga de 14 m³ e Altura Interna Mínima de 2.000 mm. Estes veículos (Castramóvel e Odontológica) são, em essência, Clínicas Móveis **que abrigam equipamentos de grande porte (cadeira odontológica, aparelhos de Raio-X, Autoclave, mesas cirúrgicas veterinárias) e requerem ambientes operacionais ergonômicos e sanitariamente adequados**. A distância entre eixos de 4.300 mm é o requisito estrutural do chassi para que a transformação atinja as dimensões mínimas internas exigidas.

Portanto, a alteração proposta (3.520 mm) comprometeria a estabilidade e a dirigibilidade do veículo, podendo afetar a homologação de segurança junto ao DENATRAN e ao INMETRO, o que tornaria o produto inadequado à finalidade pública.

Ademais, a despeito da exigência de Capacidade mínima de 14 m³ (Lotes 4, 5, 7 e 8), em contraposição à proposta de 12 m³ apresentada pelos impugnantes salientamos que, os veículos Lotes 4 (UTI Móvel), 7 (Castramóvel) e 8 (Odontológica) necessitam de amplo

volume interno **não apenas para a acomodação de equipamentos, mas para garantir o conforto, ergonomia (NR-17) e segurança sanitária (RDC 50/ANVISA), especialmente no que se refere ao manejo de pacientes e à prevenção de contaminação cruzada**.

A redução para 12 m³ inviabilizaria a implantação adequada de um layout ergonômico e espaço de trabalho essenciais à circulação segura da equipe de saúde e para o posicionamento da maca e equipamentos de suporte vital, ou dos complexos sistemas de consultório que incluem cadeira odontológica, balcões de 1800 x 370 mm e a área técnica.

Demais disso, buscou-se preservar condições adequadas de climatização e purificação do ar para manter o conforto térmico, além de atender aos requisitos de instalação do compressor e dos dutos.

Por fim, não se pode ignorar que a redução do volume do veículo chassi impediria o cumprimento das dimensões mínimas internas dos mobiliários, tornando o projeto de transformação inviável e inadequado às normas técnicas.

Argumentar que um veículo com 12 m³ "atende plenamente às funções demandadas" é uma asserção genérica e inconsistente com o detalhamento rigoroso do Termo de Referência.

A Administração Pública tem o poder-dever de exigir o que é necessário para a prestação do serviço público da melhor forma possível, e neste caso, a exigência posta de 14 m³ representa o limite mínimo para integrar todos os equipamentos de forma segura e operacionalmente eficaz.

Logo, por ser necessária e justificável entende-se que tal especificação deve ser mantida.

A.4- Da impugnação da empresa IVG BRASIL LTDA. (IVECO) quanto a Fixação dos Bancos Exclusivamente em Trilhos de Alumínio Extrusado 6061 T6

A Impugnante sustenta que a especificação da liga metálica (Alumínio Extrusado 6061 T6) constitui clara interferência no projeto construtivo, extrapolando o papel do edital, que deveria se limitar a definir desempenho e funcionalidade.

Em que pese a alegação, deve-se observar que a definição de materiais e ligas metálicas é prerrogativa da Administração quando vinculada diretamente à durabilidade, segurança e ao desempenho exigido do objeto, especialmente em veículos que transportam pessoas e que são frequentemente submetidos a condições de uso intenso.

O alumínio extrusado 6061 sob têmpera T6 não é uma escolha arbitrária de marca, mas sim a especificação técnica de uma liga de alta resistência mecânica e tenacidade, frequentemente empregada na indústria aeroespacial e automotiva de alto desempenho, sendo crucial para a fixação de itens de segurança (bancada, cintos e assentos) em veículos transformados.

O sistema de trilhos de alumínio extrusado, em conjunção com a especificação da liga 6061 T6, é o que garante a homologação de segurança, promovendo a distribuição uniforme das forças de impacto conforme a Resolução CONTRAN nº 939/2022.

De mais a mais, a fixação em trilhos de alumínio extrusado 6061 T6 atende a normas de segurança veicular (ABNT NBR 15320 e 15460) e garante leveza, durabilidade e resistência anticorrosiva.

A escolha do material é técnica e não restritiva.

O Termo de Referência exige que o sistema de fixação seja submetido a ensaios de impacto e resistência, o que só é validamente comprovável se o material possuir características de engenharia específicas.

Isto posto, a exigência visa a segurança veicular e a durabilidade do componente estrutural, sendo de fácil comprovação por qualquer empresa que trabalhe com transformações veiculares certificadas, razão pela qual será mantida.

A.5- Da impugnação da empresa IVG BRASIL LTDA. (IVECO) quanto ao Sistema de Ar Condicionado (Compressor Sanden 7H15 ou equivalente)

A Impugnante alega que o detalhamento técnico do sistema de ar-condicionado, embora utilize a expressão "ou equivalente", acaba por restringir a concorrência, atacando a especificação do compressor Sanden 7H15, tipo correia PK e o suporte em ferro fundido.

A Administração esclarece que a inclusão detalhada dessas especificações visa unicamente delinear os patamares mínimos para que o "equivalente" seja efetivamente funcional e apto a cumprir a exigência de 50.000 BTUs e a Vazão Mínima de Ar de 1.500 m³/h, conforme solicitado nos Lotes 1 e 2.

O objeto licitado, por sua natureza, exige um sistema de climatização de altíssima performance, capaz de compensar o grande volume interno e o calor gerado pela radiação solar e pelos ocupantes, além de ser compatível com o sistema de purificação e desinfecção do ar (*HVAC ACA Germ System*).

O compressor Sanden 7H15 ou equivalente é um padrão industrial conhecido por sua capacidade volumétrica e robustez para veículos pesados. A correia tipo PK e o suporte em ferro fundido são

especificações técnicas da *instalação* que garantem o funcionamento duradouro e estável do compressor em motores de alta potência e vibração.

A manutenção dessas especificações é crucial para evitar que licitantes ofertem sistemas de ar-condicionado de menor capacidade ou durabilidade, que falhariam em manter as condições de conforto e sanitárias exigidas, especialmente nas ambulâncias (Lotes 3, 4 e 5), onde o conforto térmico é vital para estabilidade do paciente.

O edital, ao prever "ou equivalente", já permite a mais ampla participação, desde que o concorrente demonstre que sua solução atende ou supera, com o mesmo nível de segurança, desempenho e durabilidade, as especificações técnicas detalhadas. As exigências de detalhamento se justificam pela complexidade e pelo alto custo do componente de climatização.

Portanto, a exigência é mantida, ressaltando-se que a comprovação da equivalência poderá ser feita mediante laudos e especificações técnicas que demonstrem, de forma inequívoca, o desempenho e a qualidade compatíveis com os parâmetros detalhados no Termo de Referência.

A.6) DA QUALIDADE E SEGURANÇA NA TRANSFORMAÇÃO VEICULAR.

Com base nas exposições aludidas, têm-se que a análise técnica demonstra que as especificações veiculares (potência, torque, entre eixos) **não visam selecionar a marca, mas sim garantir que o veículo base (chassi) possua a estrutura e o desempenho necessários para suportar a complexa transformação exigida pela Administração**.

O Termo de Referência impõe inúmeros requisitos de segurança e qualidade na transformação, incluindo:

- Apresentação de CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT (Certificado de Capacitação Técnica) em nome da licitante ou transformadora contratada (TR, Item 3, Lotes 1, 2, 4, 5, 7 e 8), comprovando a homologação das alterações junto aos órgãos competentes (DENATRAN/SENATRAN e INMETRO).

- Obtenção de laudos específicos, como o Relatório Técnico de Ensaio de Conforto Térmico (NBR 15570), Laudo de Ação Virucida (para a tecnologia de purificação do ar), Ensaio de Flamabilidade dos materiais de revestimento (CONTRAN 498/2014) e Ensaios de Ancoragem (CONTRAN 939/2022).

Estes requisitos, que visam mitigar o risco de segurança inerente a adaptações complexas e garantir a durabilidade e funcionalidade do bem, dependem intrinsecamente das características do chassi.

Um chassi que não atenda aos requisitos mínimos de PBT, potência e dimensões, não poderá ser transformado em conformidade com as normas exigidas, o que resultaria na recusa do objeto pela Administração e em grave prejuízo ao interesse público.

A Lei nº 14.133/2021, autoriza à Administração, por meio de justificativa técnica e nos termos dos Estudos Técnicos Preliminares, que defina padrões mínimos de qualidade indispensáveis à contratação.

Nesse propósito, tal qual demonstrado nas razões expostas, as especificações são essenciais e não vão além do que é necessário para garantir que o veículo em si e o resultado da transformação cumpram a finalidade crítica de políticas públicas de saúde e bem-estar (ambulâncias UTI, Castramóvel, Odontologia Móvel).

B.) Da Impugnação da TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. sobre Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus

A empresa TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. impugna a exigência do Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus em nome da licitante, alegando que o requisito limita a competitividade e configura direcionamento a apenas dois fornecedores nacionais.

A exigência do laudo consta do Termo de Referência apenas como certificação de segurança e desempenho do sistema de vedação, de acordo com normas técnicas da ABNT NBR 15719 e diretrizes do CONTRAN.

O objetivo é garantir que os pneus utilizados possuam características adequadas de resistência e durabilidade, evitando risco de pane ou perda de aderência em condições críticas.

O Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus não é um mero documento de fornecedor, mas sim a comprovação de que o *produto aplicado* atende às especificações técnicas complexas de viscosidade, faixa de temperatura, proteção contra furos e, crucialmente, que ele é *homologado para funcionar com sensores TPMS* (Monitoramento da Pressão dos Pneus) sem causar danos ou interferência eletrônica.

Considerando que a pasta é um insumo de alta performance e segurança, a exigência de laudo técnico em nome da licitante (ou da subcontratada para aplicação) assegura a rastreabilidade e a conformidade técnica do produto aplicado, garantindo que o licitante responsável pela entrega do veículo ofereça uma solução testada e certificada.

Diferentemente do alegado, não há direcionamento de marca ou fornecedor específico. O laudo pode ser emitido por qualquer laboratório acreditado pelo INMETRO, bastando comprovar

conformidade técnica, de modo que não há monopólio ou exclusividade.

A jurisprudência do TCU (Acórdão 1924/2022 – Plenário) reconhece que exigências de certificações são legítimas quando guardam relação direta com a qualidade e segurança do objeto.

A Administração não pode negligenciar um padrão de segurança comprovadamente superior sob o pretexto de acomodar fornecedores de produtos com menor nível de certificação.

O laudo é, portanto, mantido como requisito de qualificação técnica para assegurar a idoneidade da solução ofertada.

C. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DAS EMPRESAS IVC E RENAUL QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA (90 DIAS)

A Impugnante questiona o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos para a entrega do veículo, contado a partir do recebimento da autorização de fornecimento, argumentando que a complexidade da aquisição de chassis e as customizações específicas tornam o prazo inexequível, solicitando a ampliação para 150 (cento e cinquenta) dias corridos, ou, subsidiariamente, para 120 (cento e vinte) dias.

I. Da Razoabilidade do Prazo de Entrega e o Contexto da Produção Especializada

A Administração, embora reconheça a complexidade da cadeia produtiva de veículos transformados, entende que o prazo originalmente estipulado de **90 (noventa) dias corridos** é razoável e exequível para a entrega dos bens licitados.

Este prazo foi estabelecido com base em uma análise cuidadosa do processo de aquisição de chassis, transformação e customização,

bem como da homologação final, considerando a média de mercado para esse tipo de fornecimento.

A manutenção do prazo visa a celeridade e a eficiência na prestação dos serviços públicos, sem comprometer a qualidade ou a segurança dos veículos. A ampliação do prazo, conforme solicitado pela Impugnante, implicaria em um retardo desnecessário à Administração, em prejuízo direto ao atendimento das demandas urgentes dos municípios consorciados.

Dessa forma, e em estrito cumprimento dos princípios da eficiência e da celeridade administrativa, a Administração decide **indeferir** a impugnação neste ponto, mantendo o prazo máximo de **90 (noventa) dias corridos** para a entrega do bem licitado, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (Ordem de Compra) expedida pelo Município requisitante.

Este período é considerado suficiente para que a Contratada possa cumprir as especificações de *qualidade* e as exigências de certificação dentro do planejamento estabelecido.

D) DA IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA RENAULT DO BRASIL quanto ao airbag

A RENAULT DO BRASIL LTDA. solicita a alteração do edital para constar "airbag duplo com dois pontos de proteção" no Item 3 (Ambulância Simples Remoção), alegando que seu modelo padrão possui apenas dois pontos.

A exigência de *sistemas de segurança com três pontos* para o Airbag Duplo Frontal visa garantir o mais elevado nível de segurança possível para a equipe que opera a ambulância e encontra-se em conformidade com as Resoluções CONTRAN nº 311/2009 e nº 597/2016.

A especificação de airbag duplo e cinto de segurança de três pontos é um *requisito de projeto* que visa mitigar os riscos em caso de sinistro, em especial porque estes veículos trafegam em alta velocidade e em condições adversas.

O padrão de dois pontos não oferece o nível de proteção frontal e lateral requerido pela Administração em um veículo que tem a vida humana como centro de sua operação.

A disponibilidade de veículos no mercado com Airbag Duplo Frontal que incorporem padrões de segurança superiores não configura restrição à competitividade, mas, sim, a busca pela excelência na segurança do bem público.

Portanto, a exigência é mantida.

IV. DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

As Impugnantes apresentaram pedidos de esclarecimentos cruciais para a formulação da proposta, os quais serão respondidos de forma detalhada, com foco na segurança jurídica e na transparência do processo.

IV.1- Dos pedidos de esclarecimentos da empresa IVG:

1) Os veículos poderão ser entregues rodando ou deverão ser transportados sob prancha?

Os veículos licitados são classificados como *novos, zero quilômetros, transformados*. A entrega deverá ser realizada no endereço especificado pelo Município requisitante (Autorização de Fornecimento).

A Administração exige, categoricamente, que os veículos sejam transportados, a partir da sede da transformadora, exclusivamente sob prancha (cegonha), minimizando o desgaste do bem e o registro de

quilometragem, preservando, de forma inequívoca, a condição de veículo zero quilômetro.

Não será admitida, em hipótese alguma, a entrega dos veículos rodando, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções cabíveis, em razão da prioridade integral em assegurar a condição de 'zero quilômetro' do bem entregue.

2) Do Período de Defeso Eleitoral (Eleições de 2026):

O item se refere à possível coincidência da entrega dos bens ou do processamento de pagamentos com o período de restrições impostas pela legislação eleitoral (Lei nº 9.504/1997), considerando a proximidade das eleições de 2026.

Este Consórcio Intermunicipal, cumprindo o princípio da legalidade, atuará em estrita observância das restrições orçamentárias e de execução de despesa impostas pelo período eleitoral.

Os prazos de entrega, fixados continuarão sendo contados normalmente.

Contudo, na hipótese de a formalização da entrega (recebimento definitivo) ou a liquidação da despesa recair comprovadamente em período comprovadamente vedado ou restrito por atos eleitorais normativos, a Administração, por meio do Município requisitante, emitirá comunicado formal à Contratada para que a entrega do bem seja agendada para o primeiro dia útil subsequente ao término do período de restrição, quando as atividades administrativas puderem ser retomadas sem risco de infração eleitoral.

Tal suspensão temporária não ensejará aplicação de penalidades à Contratada, caracterizando-se como restrição legal devidamente motivada.

2.1.) O fornecedor poderá seguir com as entregas normalmente neste período?

Sim, o fornecedor poderá prosseguir com o processo de transformação e homologação. Contudo, o ato de *entrega e recebimento definitivo* pelo Município (que se confunde com o ato administrativo de aceitação e liquidação da despesa) deverá ser ajustado caso as restrições eleitorais do ente federado requisitante a isso impeçam, devendo a Contratada seguir a orientação formal do Município para evitar a prática de atos ou despesas vedadas pela Lei nº 9.504/1997 e suas regulamentações.

2.2) Tratamento do pagamento:

O pagamento seguirá a regra geral estabelecida no Edital (em até 30 dias após a liquidação/aceitação). Caso o vencimento da obrigação de pagamento coincida com o período de restrição orçamentária ou de execução de despesa imposta pela legislação eleitoral ao Município requisitante, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao término das restrições impostas.

A suspensão do pagamento por força de vedação legal em período eleitoral não será considerada atraso, de modo que não incidirão juros ou encargos moratórios, desde que o Município comprove a restrição por força da legislação aplicável.

3) Da Cessão de Créditos:

A Impugnante solicita esclarecimentos sobre a possibilidade de cessão dos créditos/recebíveis oriundos do Contrato Administrativo a seu grupo econômico (Banco CNH Industrial Capital SA), com a peculiaridade de que o pagamento continuará sendo feito à própria Contratada, que repassará os valores ao cessionário, sustentando a desnecessidade de Termo Aditivo.

A Administração, em conformidade com o entendimento majoritário da doutrina e dos órgãos de controle, aceita a cessão fiduciária de créditos**, desde que estritamente observadas as normas de direito privado e a disciplina do Direito Financeiro, notadamente o artigo 286 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).**

A cessão de crédito opera-se exclusivamente sobre a titularidade do crédito, não implicando a transferência das obrigações contratuais (que permanecem com a Contratada) nem a alteração do devedor (o Município requisitante).

Logo, é permitida a cessão de créditos pela Contratada, desde que formalmente comunicada ao Município requisitante e autorizada por esse.

3.1) Necessidade de formalização da cessão e peculiaridade da operação:

A peculiaridade da operação pretendida pela IVECO, na qual o Município requisitante (Cedido) continua a efetuar o pagamento diretamente na conta da Cedente, que por sua vez repassa o valor ao Cessionário (Banco CNH), **é uma faculdade da relação interempresarial**.

Contudo, para que a cessão de créditos produza efeitos perante o Consórcio/Município Cedido, o artigo 290 do Código Civil exige a notificação ao devedor.

No âmbito administrativo, essa notificação deve ser formalizada no processo de execução contratual.

Considerando que a operação não altera o polo passivo da obrigação de pagar perante a Administração (o pagamento continua sendo feito à conta da contratada, conforme sua proposta), o CIDASG esclarece que a exigência de Termo Aditivo ao Contrato Administrativo dependerá decisão e acordo entre a empresa contratada e cada Município consorciado.

Entretanto, em casos de admissibilidade a Contratada deve apresentar formalmente, por escrito, a Declaração de Cessão de Crédito ao Município requisitante antes da emissão da Nota de Empenho ou da primeira medição, indicando a natureza da operação (com continuidade do pagamento à conta original).

A Administração registrará a comunicação da cessão no processo administrativo, garantindo a rastreabilidade da operação e a segurança jurídica, uma vez que a execução contratual (fornecimento do bem) e a forma de pagamento pelo Município (emissão de Ordem Bancária para a conta da Contratada) permanecem inalteradas.

IV.2- Pedidos de esclarecimentos da empresa: RENAULT DO BRASIL LTDA.

1) Acessório Original (Rádio AM/FM/MP3 com USB e Bluetooth)

A exigência de que os equipamentos sejam "originais de fábrica" refere-se à qualidade e homologação do componente com o veículo-base.

No entanto, a instalação de itens simples como o rádio, *desde que sejam homologados pelo fabricante do chassi ou pela transformadora* e não comprometam a garantia veicular ou a segurança

elétrica, pode ser realizada em concessionária ou transformadora homologada.

O licitante deve garantir a inteira compatibilidade e a manutenção da funcionalidade do rádio especificado.

2) Registro no CREA (Engenheiro Responsável)

O Termo de Referência (TR, Item 3 e 7, 8) exige expressamente o *registro válido no CREA do engenheiro responsável pela adaptação*, acompanhado da comprovação de vínculo do profissional com a empresa (licitante ou transformadora).

O edital permite a apresentação de registro e ART tanto da licitante quanto da empresa transformadora, conforme item 3 do Termo de Referência em atendimento ao princípio da razoabilidade.

O foco é na responsabilidade técnica da transformação, independentemente de quem a executa, desde que o vínculo entre o responsável técnico e a empresa transformadora (ou a licitante) seja comprovado.

3) Plotagem (Layout)

A plotagem e o grafismo exigidos (cruzes, palavra Ambulância, marcas SUS/Governo Federal) seguem os **Manuais de Identidade Visual e Padrões Aduaneiros do Ministério da Saúde e do DENATRAN**, sendo documentos públicos e padronizados nacionalmente.

A dimensão e o modelo exato do *layout* devem ser calculados pela licitante com base nas dimensões do veículo ofertado, conforme as *proporções e áreas mínimas* estipuladas nos referidos Manuais.

Não há, portanto, omissão que impeça a formulação da proposta.

4) Cor do Veículo

A cor primária exigida para todos os veículos (vans, ambulâncias e demais utilitários) é a BRANCA (Pintura Sólida), conforme consta de forma explícita no Termo de Referência (ex: Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11 e 12).

A cor branca é o padrão para veículos de transporte sanitário e institucional, facilitando a identificação e a adesivagem.

5) Local de Entrega

O Edital, no item "DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO" e o Termo de Referência, no item 7.2, já estabelecem que a entrega do bem licitado se dará no endereço indicado na Autorização de Fornecimento (Ordem de Compra), emitida pelo Município requisitante, conforme postulado pelo art. 7°, inciso V, da IN SEGES n° 40/2020.

A emissão da Autorização de Fornecimento é o ato que deflagra a obrigação de entrega e define o Município de destino.

A licitante deverá considerar em sua proposta de preço o *custo médio* do frete para a totalidade dos municípios do consórcio, ou, alternativamente e de forma mais precisa, o *custo máximo* para o município mais distante, de forma a absorver o risco logístico, uma vez que o preço é fixo.

A exigência de Cidades, Endereços, Números e CEPs específicos de antemão é inviável em um Sistema de Registro de Preços, no qual o requisitante e o local de entrega são determinados *a posteriori*.

6) Emplacamento

A exigência de que toda a documentação de emplacamento incluída em nome da contratante, bem como do licenciamento e seguro obrigatório quitados e registrados no órgão competente (ex: DETRAN/AL

- a referência a AL, por se tratar de erro material, deve ser lida como DETRAN/MG ou DETRAN do Estado do município requisitante) **se estende a TODOS os veículos e itens** do Registro de Preços.

Esta é uma obrigação essencial da Contratada, devendo o veículo ser entregue pronto para o uso imediato (Chave na Mão), com todos os ônus administrativos, fiscais e burocráticos pré-pagos e transferidos, conforme exigido no Item 7.9 do Termo de Referência.

7) Dotação Orçamentária

Conforme o Item 4.1 do Edital e o Item 15.1 do Termo de Referência, em se tratando de Sistema de Registro de Preços Consorciado, a dotação orçamentária é provida e indicada no momento da formalização do contrato ou emissão do instrumento hábil (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento), sendo a responsabilidade de *cada Órgão Participante* signatário da Ata de Registro de Preços.

O processo licitatório demonstra a viabilidade e a adequação orçamentária por meio do valor global estimado (R$ 106.508.335,83), mas a execução orçamentária é descentralizada.

Emendas Parlamentares, quando houver, devem ser tratadas pelo Órgão Participante no momento da contratação, sendo responsabilidade do Município requisitante garantir que o vínculo da emenda (seja ela impositiva ou autorizativa) esteja devidamente comprovado para a aquisição pretendida.

Em se tratando de Registro de Preços Consorciado, a dotação é provida no momento da adesão ou contratação, conforme art. 94, §1°, da Lei n° 14.133/2021

V. CONSOLIDAÇÃO DAS DECISÕES E DETERMINAÇÕES

Em consideração ao Princípio da Supremacia do Interesse Público, o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande – CIDASG reitera o rigor e a justificação técnica das especificações veiculares impostas, as quais são inerentes à garantia da segurança, longevidade e funcionalidade dos veículos transformados, que têm por finalidade a prestação de serviços públicos essenciais de saúde e assistência em condições logísticas adversas.

E, em virtude da análise exaustiva das Impugnações e Pedidos de Esclarecimento, e em conformidade com o princípio da motivação dos atos administrativos (Lei nº 14.133/2021), o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande – CIDASG decide:

1. **QUANTO AO MÉRITO DAS IMPUGNAÇÕES RESTRITIVAS (IVECO, RENAULT, TUDO):**

    a) **INDEFERIR INTEGRALMENTE** as impugnações referentes às especificações técnicas de motorização (cilindrada, potência e torque mínimos), capacidade do reservatório de Arla 32, distância mínima entre eixos, fixação dos bancos (liga 6061 T6), especificações do sistema de ar-condicionado (Sanden 7H15 ou equivalente), airbag (três pontos de proteção) e exigência de Relatório Técnico de Ensaio de Selante para Pneus.

Tais requisitos são mantidos por estarem técnica e legalmente justificados pelo Estudo Técnico Preliminar e pelo Termo de Referência, sendo indispensáveis à segurança veicular, à performance operacional e à solução complexa demandada, não configurando direcionamento indevido, mas patamar mínimo de qualidade.

2. QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA:

a) INDEFERIR os pedidos de impugnação dado que o prazo estabelecido se apresenta razoável e usual em pregões de registro de preços. A ampliação comprometeria o cronograma dos municípios consorciados (TCU – Acórdão nº 775/2021-Plenário).

3. QUANTO AOS ESCLARECIMENTOS (COM EFEITOS DE ADENDO):

a) Ficam plenamente esclarecidas as condições de entrega de veículo zero quilômetro, devendo o transporte ser realizado sob prancha no ato do recebimento definitivo.

b) Ficam esclarecidas as regras de execução contratual durante o período de defeso eleitoral.

c) Fica permitida a cessão de créditos mediante notificação formal, e autorização do Município desde que o pagamento seja mantido na conta da Contratada Detentora da Ata.

d) Ficam esclarecidos os pontos relativos à dotação orçamentária, local de entrega, cor do veículo e comprovação do CREA/ART da empresa transformadora.

4. DA ALTERAÇÃO DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Em face de todo o exposto, considerando a robusta e inequívoca justificativa técnica e legal para a manutenção dos critérios de especificação veicular, dimensionais e de desempenho constantes do Termo de Referência, e em consonância com o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, a Comissão de Licitação e a Autoridade Competente, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, **DECIDEM pelo INDEFERIMENTO INTEGRAL** das impugnações apresentadas

pelas empresas IVG BRASIL LTDA. (CNPJ nº 36.519.422/0001-15), TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA CNPJ nº 14.234.954/0001-73; RENAULT DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.913.443/0001-73, ratificando todos os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2025.

Permanecem inalteradas as condições de participação e as especificações técnicas, prosseguindo o certame em conformidade com o cronograma original.

Publique-se esta Decisão na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na plataforma eletrônica utilizada para a licitação.

São Pedro do Suaçuí – MG, 03 de novembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
ISLAE ALVES DE OLIVEIRA PIRES
Data: 03/11/2025 16:03:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Islaê Alves de Oliveira Pires
Pregoeira
Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande – CIDASG